



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em História



*No rendilhado do cotidiano:*  
a família e as redes sociais dos livres de cor na  
Comarca do Rio das Mortes (c.1770 – c.1850)

Sirleia Maria Arantes

Belo Horizonte

2018

Sirleia Maria Arantes

*No rendilhado do cotidiano:*

a família e as redes sociais dos livres de cor na Comarca do Rio das Mortes (c.1770 –  
c.1850)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho

Belo Horizonte

2018

Sirleia Maria Arantes

*No rendilhado do cotidiano:*

a família e as redes sociais dos livres de cor na Comarca do Rio das Mortes (c.1770 –  
c.1850)

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em História, da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Doutora em  
História

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho

Belo Horizonte

2018

981.51

A662n Arantes, Sirleia Maria

2018 No rendilhado do cotidiano [manuscrito]: a família e as redes sociais dos livres de cor na Comarca do Rio das Mortes (c.1770-c.1850) / Sirleia Maria Arantes. - 2018.

383 f. : il.

Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho.

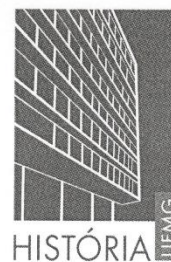
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Família – Teses. 3. Redes de relações sociais – Teses. 4.Minas Gerais – História - Teses . I. Botelho, Tarcísio Rodrigues. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

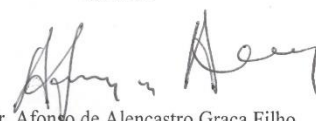



**"No rendilhado do cotidiano: a família e as redes sociais dos livres de cor na  
Comarca do Rio das Mortes (c.1770 c.1850)"**

**Sirleia Maria Arantes**

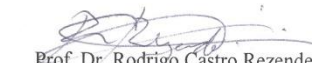
Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

  
Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho - Orientador  
UFMG

  
Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho  
UFSJ

  
Prof. Dr. Mario Marcos Sampaio Rodarte  
UFMG

  
Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy  
UFMG

  
Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende  
UFF

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

Para Maria Rita e Maria Alice para que se lembrem sempre: “*Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia...*” (João Guimaraes Rosa)

## **Agradecimentos**

Duas questões têm me acompanhado na tessitura dessa tese, uma é uma frase escrita no muro da UFBA e a outra é o Tratado de Gratidão de Santo Tomás de Aquino. A primeira é simplesmente uma frase pinchada em tinta fresca no muro: “Viver não cabe no Lattes!”. A leitura, a pesquisa, a escrita de uma tese e a vida não cabem nessas linhas. Ambas não têm espaço para serem lançadas no Lattes. Os desafios de escrever cada linha que compõe um trabalho científico dessa envergadura, só podem ser mensurados por aquele que passa pelo processo. Um processo que parece uma eternidade para quem tem que conjugar as funções da maternidade, de dona de casa, de estudante e de professora, típico da maioria das mulheres desse país.

Junto com os desafios cotidianos do trabalho educacional e da pesquisa foi preciso paulatinamente conjuga-los com a angustia do devir existencial, que mescla a decepção com o ser humano e com o jogo de interesses de cada ser. E de repente, não mais que de repente a verdade existencial se desvela, estamos sós, como sempre estivemos enquanto ser humano. O engodo do companheirismo e da amizade se esvai, e aqueles que se comprometeram com a “travessia” simplesmente buscam outros caminhos. A dor existencial das perdas humanas, das decepções, dos conflitos, das doenças do corpo e da alma não tem espaço no Lattes e nem nas linhas desse trabalho.

A outra questão que me acompanhou foi o sentido da gratidão a partir do tratado de Santo Tomas de Aquino, utilizado por António Nóvoa. Para Santo Tomas a gratidão tem três níveis: um nível superficial, um nível intermédio e um nível mais profundo. Segundo Nóvoa, dentre as línguas que expressam a gratidão somente o português consegue abarcar o terceiro nível, o mais profundo do tratado da gratidão, em

que “nós dizemos ‘obrigado’. E obrigado quer dizer isso mesmo. Fico-vos obrigado. Fico obrigado perante vós. Fico vinculado perante vós”<sup>1</sup>.

Nesse sentido que quero agradecer, em primeiro lugar a CAPES, ou melhor aos pesquisadores e professores que lutam por uma educação pública de qualidade e compõem esse órgão e os professores da Universidade Federal de Minas Gerais, que possibilitou que eu tivesse dois anos de bolsa. Esses dois anos não foram suficientes para financiar a pesquisa de levantamento e composição do banco de dados, mas ajudou muito. A minha gratidão a esses tantos professores e técnicos se traduz na atuação enquanto docente e na luta por uma educação pública de qualidade.

Ao meu orientador Tarcísio R. Botelho em primeiro lugar quero pedir desculpas por ter extrapolado todos os prazos e tê-lo exposto a solicitar em meu nome os pedidos de prorrogação ao colegiado do curso. Gostaria de ter sido uma aluna exemplar, mas as vicissitudes da vida não permitiram, mas todos os atrasos e erros são da minha responsabilidade. Agradeço pela compreensão e paciência na leitura dos meus pedaços de textos.

Agradeço aos professores Douglas Cole Libby e Mário Marcos Rodarte pela leitura minuciosa e sugestões valiosas na qualificação desse trabalho. Ao professor Douglas a disponibilidade em ceder o banco de dados dos óbitos de São João del-Rei para complementar o banco da professora Sílvia Brügger. Ao professor Mário e Clotilde Paiva por nos receber na FACE e por abrir seu banco de dados do Cedeplar ensinando e compartilhando os caminhos para a análise dos Mapas Populacionais.

Agradeço aos professores do curso de Pós-graduação em História, em particular aos professores Eduardo França Paiva, Luís Carlos Villalta e Vanicléia Silva Santos com os seus convidados que ministraram matérias especiais: Manoel Fernández

---

<sup>1</sup> NÓVOA, PEDRO. III Encontro PIBID UNESPAR - Conferência "Formar Professores Para o Futuro", em novembro 2015.

Chaves, Carlos Alberto Sánchez González da Universidade de Sevilla e José da Silva Horta de Portugal. Essas disciplinas trouxeram uma discussão interessante e uma visão sobre a escravidão, leitura e história da África gratificantes sem ter que atravessar o Atlântico.

Agradeço a todos meus ex-professores e em especial ao Afonso Alencastro Graça Filho, a Sílvia Brügger, a Leônia Chaves. Cada um, a seu modo contribuiu para minha formação. Agradeço a Sílvia pela disponibilidade em ceder seus arquivos. Por coincidência, se elas existem, fechei a graduação em história com duas disciplinas ministradas pelos meus primeiros professores na graduação de filosofia, Leônia e Afonso. A disciplina de América III foi oferecida pelo professor Afonso, apenas pra mim para o Helvécio, para que pudéssemos colar grau em caráter especial em história, pois necessitávamos do título para realização de concursos. Por isso, a aprendizagem enquanto bolsista, aluna e orientanda ultrapassa as fronteiras do saber e circunscreve nas teias da gentileza e da solicitude.

Agradeço aos meus alunos, pois a sala de aula me renova a cada dia e com isso aprendi muito. Agradeço todos, em especial os meus alunos do Campus Muriaé, Liz, Caio, Lara, Erica, Raphaela e Ailana que como estagiários do Curso Técnico Integrado em Informática ajudaram a digitar uma pequena parte do banco de dados. À direção de pesquisa do Campus pela bolsa de PROAC, no ano de 2016, que auxiliou pagar os bolsistas particulares na transcrição dos registros de batismo da freguesia de Baependi e Aiuruoca. Aos professores colegas do Campus, particularmente do Núcleo de Humanas, pelas discussões e lutas, que tornaram a estadia em Muriaé mais amena. Ao professor Gustavo a paciência, a disponibilidade em ensinar-me manusear o Access.

Agradeço aos meus bolsistas particulares. Pois, ao retornar as atividades de docência tive que recorrer a bolsistas particulares, que fizeram a transcrição dos registros

de batismo, de casamento, dos testamentos e dos inventários de uma forma muito eficiente. Agradeço a Cíntia Vivas, a postura responsável e o cuidado na transcrição dos testamentos e casamentos de Baependi; a Nathalia Ananias dos Santos, que conheci apenas virtualmente, e foi ética e responsável com a transcrição dos dados, e Alexis e Luís que fizeram apenas um livro de batismo. Ao Rogério pela gentileza em revisar meus textos em última hora e ao aluno de Tecnologia em Sistemas para Internet, João Paulo de Melo por criar um programinha que gera os gráficos de ciclo vitais das famílias dos livres de cor.

Agradeço ao meu amigo Adriano Valério pela companhia, pelo dialogo, pela disponibilidade em ajudar, pelos mapas das freguesias, pelo apoio, pela confiança em entregar as chaves do seu apartamento. O abrigo no seu apartamento no segundo semestre de 2013 amenizou o cansaço, pois as oito horas que teria de ficar esperando no Campus ou na Rodoviária em Belo Horizonte, para voltar para Muriaé ficava descansando no seu apartamento. Naquele semestre sem terminar de cursar as disciplinas mudei-me para Muriaé e cursar a última disciplina foi penoso, uma viagem noturna de oito horas e sem horário de ônibus de volta depois da aula. A Edriana por me socorrer fotografando documentos de última hora e conseguindo cópias de teses que estavam debaixo de sete chaves. Agradeço a Kelly Júlio por disponibilizar o Arquivo Ultramarino em forma digital.

Agradeço aos funcionários dos arquivos, uma vez que a pesquisa só é possível de ser feita com o apoio deles. Assim, muito obrigada ao Jairo e depois ao Fernando Conceição responsáveis pelo Arquivo Técnico do IPHAN em São João del-Rei; a Maria Célia Maciel Dias e Alicia Ferreira dos Santos na Casa de Cultura Filomena em Baependi; ao Giovani e ao Padre Geraldo Magela no Arquivo Diocesano da Matriz do Pilar; a Ana Elisa Maria Duarte Lorie Furtado, notaria da Cúria da Diocese de Campanha; ao bispo

dom Frei Diamantino Prata de Carvalho; aos funcionários do Arquivo Público Mineiro; aos funcionários da Biblioteca Batista Caetano; ao secretário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra. Como há funcionários que nos apoiam e auxiliam na busca de documentos, há aqueles que fecham as portas como aconteceu com a secretária e o pároco da paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, em Nazareno.

Uma mãe só pode estudar se tem alguém para cuidar dos filhos, assim agradeço o carinho, o ‘cuidado’ que a babá Vânia, a minha irmã Silmara e a minha mãe tiveram com minhas Marias, enquanto cursava as disciplinas do doutorado, suprimindo a minha ausência. Minha mãe sempre esteve disponível em ajudar sem entender bem esse universo acadêmico e sei que continua sem compreender a minha ausência, agora que estou tão perto. Ao Helvécio agradeço o companheirismo enquanto cursava as matérias, se dispondo inclusive a me acompanhar um semestre a Belo Horizonte para que a minha ausência não impactasse na vida de nossas filhas. Sou grata por ter me acompanhado nas viagens para conhecer as capelas da freguesia de Aiuruoca, no arquivo diocesano de Campanha, nas fazendas do Alemão e Ponte Alta. Sou imensamente grata à leitura ao meu material de qualificação, as críticas, o apoio na adaptação em Muriaé, a busca da remoção de Campus, o apoio na mudança para Barbacena. E nessa reta final por ter se tornado um verdadeiro pai de minhas filhas. Mas como diz a canção: *“Se lembra quando a gente/ Chegou um dia a acreditar/ Que tudo era pra sempre/ Sem saber que o pra sempre sempre acaba”*<sup>2</sup>.

Agradeço as minhas Marias por terem me ensinado a paciência, a tolerância, a gratidão nos pequenos gestos, a inocência, um amor sem medidas e a perseverança. Acho que agora a mamãe vai ter tempo para brincar, ler, assistir séries e passear mais com vocês.

---

<sup>2</sup> Música: “Por enquanto” de Legião Urbana.

Assim, no nível mais profundo da gratidão preconizado por Santo Tomas de Aquino, é que digo a todos vocês, **MUITO OBRIGADA**.

**Resumo:** A pesquisa intitulada “*No rendilhado do cotidiano: a família e as redes sociais dos livres de cor na Comarca do Rio das Mortes (1770-1850)*” tem como objetivo analisar a constituição da família e das redes sociais dos livres de cor no transcorrer do século XVIII até meados do século XIX, tendo como recorte espacial as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, Nossa Senhora de Monserrate de Baependi e Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei. O conceito de família mobilizado é o que mescla a unidade familiar enquanto unidade produtiva sintetizada pelo conceito *das ganze Haus* e as relações tecidas para além dos laços consanguíneos e dos imperativos da procriação estabelecidos pelos laços de matrimônio, pelo concubinato, pelas redes de compadrio e de amizade. A família é formada no âmbito do cativo, pautou-se em relações estáveis e constituiu-se em estratégia de distinção social no âmbito do sistema escravista, paralela à obtenção de bens materiais e da liberdade. Assim, as populações livres de cor constituíram famílias e estabeleceram as mais diversas teias sociais, quer como pais, mães ou padrinhos e laços matrimoniais. As redes sociais eram desenvolvidas por meio de laços que uniam um grupo de pessoas por meio das relações interpessoais vinculando o indivíduo a outros integrantes da rede social na qual estava inserido. A análise sobre a família dos livres de cor e suas relações de parentesco espiritual por meio das redes sociais permite compreender a dinâmica da constituição da família, quer pela economia ou pelo parentesco fictício.

Já o conceito *livre de cor* constitui-se numa estratégia metodológica para identificar, quantificar e analisar um grupo classificado de forma diversa na documentação (negro forro, preto mina, preto, crioulo, crioulo livre, crioulo forro, cabra, cabra livre, cabra forro, pardo, pardo forro e pardo livre). Tal conceituação permite apreender tanto a condição de forro quanto a condição daqueles que nasceram de ventre livre. Além disso, abarca a população de livres de maneira mais adequada do que os

termos forro e egresso do cativo, uma vez que faz “referência a ambos grupos, sem distinção de condição no momento do nascimento”.

**PALAVRA-CHAVES:** família, livres de cor, ARS, comarca do Rio das Mortes

Abstract:

The research titled "In everyday lace: the family and social networks of the free colored in the Comarca do Rio das Mortes (1770-1850)" aims to analyze the constitution of the family and social networks of free colored people in the course of eighteenth century until the mid-nineteenth century. The geographical area comprised the parishes of Our Lady of Aiuruoca of Conception, Our Lady of Monserrate Baependi and Our Lady of the Pillar of São João del Rei. The family concept is what gets it as a productive unit synthesized by the concept of *ganze Haus* and the relationships woven beyond consanguineous ties and procreation requirements established by marriage ties, by concubinage, the crony networks and friendship. The family formed under the captivity it was guided in stable relationships and constituted in social distinction strategy under the slave system, parallel to obtain material goods and freedom. Thus, the free colored population constituted families and established the most diverse social webs, either as a parent or godparents and marriage ties. Social networks were developed through ties that united a group of people through interpersonal relations linking the individual to others in the social network in which was inserted. The analysis of the family of the free colored people and their relationship of spiritual kinship through social networks allows us to understand the dynamics of family formation, either by economic activities or by fictive kinship.

Since the color-free concept constitutes a methodological strategy to identify, quantify and analyze a group classified differently in the documentation (*negro forro, preto mina, preto, crioulo, crioulo livre, crioulo forro, cabra, cabra livre, cabra forro, pardo, pardo forro e pardo livre*). Such a concept allows to grasp both the condition of lining as the condition of those who were born free belly. Furthermore, the population includes more adequately free people than the terms of lining and egress from captivity, as does "refer to both groups without distinction condition at birth".

**Keywords:** family, color-free, ARS, Comarca do Rio das Mortes

## **Listas de Ilustrações**

### **Mapas**

Mapa 1 Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas, José Joaquim da Rocha, 1778.....	58
Mapa 2 – Grandes espaços regionais do Estado de Minas Gerais, Baseado na descrição de José Joaquim da Rocha, 1778.....	61
Mapa 3 – Mapa da capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados para Minas Gerais..., século XVIII.....	63
Mapa 4 – Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, em que mostra a verdadeira situação dos lugares por onde fizeram as setes principais divisões do seu governo com o de Minas Gerais, 1766.....	65
Mapa 5 – Mapa do Termo da vila de Campanha da Princesa, c. 1800.....	67
Mapa 6 – Mapa do Termo da vila de São João del-Rei antes da criação da vila de Campanha, c. 1803.....	69
Mapa 7 – Principais capelas das freguesias no sul de Minas, primeiro quartel do século XIX.....	70
Mapa 8 – Freguesias no sul de Minas, primeiro quartel do século XIX.....	74
Mapa 9 – São João del-Rei século XVIII.....	160

### **Imagens/figuras**

Figura 1 – View of the Serra and city of S. João Del Rey.....	81
Figura 2 – Vista Panorâmica de Aiuruoca, c 1912.....	98
Figura 3 – Vista de Baependi, c.1870 .....	106
Imagem 4 – Crédito em inventário de Francisco José Lopes Silva, 1841.....	267

Figura 5 – Rede social total dos livres de cor, freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi, 1770-1850.....	317
Figura 6 – Rede social de compadrio de Antônio Raposo Lima, freguesia de Baependi, 1770-1850.....	319
Figura 7 – Rede social de compadrio de Francisco Antônio Correa, Freguesia do Pilar, 1770-1850.....	320
Figura 8 – Rede social de compadrio da família Santana na Freguesia do Pilar, 1770-1850.....	322
Figura 9 – Rede social de compadrio de Antônio Simões de Almeida, freguesia do Pilar, 1770-1850.....	323
Figura 10 – Rede social de compadrio de Francisco José Lopes Silva, freguesia do Pilar, 1770-1850.....	325

## **Gráficos**

Gráfico 1 – População da Comarca do Rio das Morte, 1768.....	147
Gráfico 2 – População da Comarca do Rio das Mortes, 1776.....	148
Gráfico 3 – Mapa da população de Aiuruoca em 1820.....	150
Gráfico 4 – Mapa da população da Vila de Santa Maria de Baependi em 1820.....	151
Gráfico 5 – Mapa populacional da vila de São João del-Rei em 1814.....	152
Gráfico 6 – Mapa da população do termo da Vila de São João del Rei, 1815.....	152
Gráfico 7 – População da Comarca do Rio das Mortes, 1821.....	153
Gráfico 8 – População da Comarca do Rio das Mortes, 1824/1825.....	154
Gráfico 9 – Fogos e Almas das Freguesias da Comarca do Rio das Mortes, 1820.....	155
Gráfico 10 – Os chefes dos fogos nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi.	156
Gráfico 11 – A população nas capelas e matrizes na década de 1830.....	158

Gráfico 12 – Batismos nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi.....	164
Gráfico 13 – Ciclo vital da família de Joaquim Rodrigues Teixeira.....	179
Gráfico 14 – Ciclo vital da família do alferes Lourenço José Fernandes Brasiel, 1740-1880 .....	180
Gráfico 15 – Ciclo vital da família de Maria Correa Estrela, 1729-1860.....	181
Gráfico 16 – Casamentos dos livres de cor, freguesia do Pilar, 1760-1859.....	191
Gráfico 17 – Herdeiros dos casais sem filhos, freguesia do Pilar, 1760-1860.....	193
Gráfico 18 – Qualidade dos testamenteiros solteiros, freguesia do Pilar, 1770-1860....	222
Gráfico 19 – Herdeiros dos livres de cor solteiros, freguesia do Pilar, 1770-1860 .....	224
Gráfico 20 – Chefe livre de cor segundo o sexo, capelas das freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pilar, década de.....	232
Gráfico 21 – Estado marital dos chefes, capelas das freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pilar, década de 1830.....	233
Gráfico 22– Crianças nos domicílios, capelas das freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pilar, década de 1830.....	234
Gráfico 23 – Estrutura da posse de escravos e cor dos livres, freguesias de Aiuruoca e do Pilar, década 1830.....	235

## **Quadros**

Quadro 1 – Tamanho do núcleo urbano segundo mapa populacional, década de 1830.....	157
Quadro 2 – Testamentos e Inventários dos livres de cor, freguesia do Pilar, 1770-1860.....	221

Quadro 3 – Família de João Tavares do Couto no mapa populacional de Aiuruoca de 1831 e no inventário de 1855.....	238
Quadro 4 –Família de Inácio Correia Arnault no mapa populacional de Senhora Santana Guapera de 1831 e nos inventários de 1848/1856.....	239
Quadro 5 – A família de Manoel Moreira da Costa no mapa populacional de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Serranos de 1831 e nos inventários de 1843.....	242
Quadro 6 - Família de Joaquim Moreira da Costa no mapa populacional de Nossa Senhora do Bonsucesso de Serranos de 1831 e nos inventários de 1864.....	244
Quadro 7 – Família de Francisco José Lopes da Silva no mapa populacional de São João del-Rei e no inventário de 1841.....	247
Quadro 8 – Família de Francisco Antônio Correia no mapa populacional de São João del-Rei no inventário 1853.....	249
Quadro 9 – Família de Caetano José de Sousa no mapa populacional de São João del-Rei no inventário de 1843 .....	250
Quadro 10 – Família de Domingos Fernandes Sampaio no Mapa populacional de São João del-Rei e no inventário de 1857 .....	251
Quadro 12, 13 e 14 – A família de Joaquim Rodrigues Teixeira no mapa populacional de 1830 e em inventários (Anexo)	
Quadro 15 – A família de Antônio José de Barros no mapa populacional de São João del-Rei e no inventário de 1844 .....	261
Quadro 16 – As ocupações dos livres de cor nas capelas na década de 1831.....	272
Quadro 17 – Músicos no Mapa Populacional da década de 1830.....	284
Quadro 18 – Oficiais e soldados – pardos e libertos da Ordenança de pé do distrito de Juruoca de 1765.....	292

Quadro 19 – Patentes e bens dos homens livres, freguesias do Pilar, de Aiuruoca e Baependi, 1789-1861 .....	297
Quadro 20 – O juramento da Constituição de 1824 na Praça de São Joao del-Rei.....	304

## **Genealogias**

- 1.1 Árvore Genealógica de Manoel Dias Ferreira
- 1.2 Árvore Genealógica de Isidoro José Santana
- 1.3 Árvore Genealógica de José Gonçalves Santana
- 1.4 Árvore Genealógica de Joaquim Rodrigues Teixeira
- 1.5 Árvore Genealógica de Joaquim José Barros
- 1.6 Árvore Genealógica de José Garcia Ferreira
- 1.7 Árvore Genealógica de Joaquim Pinto de Sousa
- 1.8 Árvore Genealógica de Manoel Lourenço Mesquita

## **Listas de Abreviaturas**

ACMSJDR – Arquivo da Câmara Municipal da Vila de São João del-Rei.

AED/ CAMPANHA– Arquivo Eclesiástico da Diocese de Campanha

AEMNSP/SJDR– Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei

ANSB/BS – Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso

ANSCB/CBM– Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra

ANSPRG- Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande

AHET-II-IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

CCF/BAEPENDI – Casa de Cultura Filomena de Baependi

## Sumário

Introdução.....	25
Parte I – Dos sertões proibidos à ocupação territorial: as “antigas” freguesias da Comarca do Rio das Mortes	
Capítulo 1 – “As fumaças do ouro”: as freguesias da Comarca do Rio das Mortes.....	53
1.1 Entre a fé e a lei.....	55
1.2 A fênix da Comarca do Rio das Mortes: a freguesia de Nossa Senhora do Pilar.....	76
1.3 “A toca do papagaio”: a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca.....	92
1.4 Um “Pouso Alegre”: a freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi.....	103
Capítulo 2 – Famílias dos livres de cor: os números entrelaçados com as vidas costumeiras.....	
2.1. Quem és tu? .....	116
2.2. Qual família é a tua? .....	123
2.3 Os números entrelaçados com o cotidiano.....	143
2.4 Quem é teu compadre? .....	162
Parte 2	
Entre liames, teares, rodas de fiar, agulhas e pontos: as teias das famílias dos livres de cor no lado esquerdo do Rio das Mortes	

Capítulo 3 – As famílias dos livres de cor no lado esquerdo do Rio das Mortes.....	167
3.1 As famílias legítimas dos livres de cor.....	169
3.2 Os casamentos sem filhos: opção ou imposição.....	190
3.3 As famílias mescladas: o desaparecimento da cor e da qualidade.....	198
3.4 A família ilegítima: concubinato ou matrilinearidade? .....	201
3.5 Os filhos naturais e a família consanguínea.....	208
3.6 A família por afinidade dos livres de cor: solteiros sem filhos.....	220
Capítulo 4 – Um fragmento do Mapa de População nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi na década de 1830.....	229
4.1 Os mapas populacionais das freguesias de Aiuruoca, de Baependi e do Pilar.....	231
4.2 Um fragmento do Mapa Populacional da década de 1830 na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca e suas capelas.....	236
4.3. Um fragmento do Mapa Populacional da década de 1830 na matriz Pilar.....	246
4.4 Um fragmento do Mapa Populacional da década de 1830 nas capelas da freguesia do Pilar .....	252
Capítulo 5 – Entre liames e redes: do ofício mecânico, das primeiras letras, das patentes a mobilidade social e ao parentesco espiritual das famílias dos livres de cor.....	263
5.1 As várias indústrias e ofícios das famílias dos livres de cor.....	265
5.2 Os ofícios mecânicos dos livres de cor: músico, cirurgião-barbeiro, boticário e professor de primeiras letras.....	276
5.3 As patentes – a distinção pelo bem vestir.....	289

5.4 A inserção social dos livres de cor e o desafio da ordem social na Vila de São João del-Rei.....	298
5.5. Do ofício mecânico ao parentesco espiritual das famílias dos livres de cor.....	305
5.6 Entre teoria e práxis: a Análise de Redes Sociais (ARS).....	308
Considerações Finais.....	326
Referências	
a) Fontes Manuscritas.....	330
b) <i>Sites</i> .....	338
c) Fontes Impressas.....	338
d) Bibliografia.....	342
Anexos .....	360

## Introdução

Este trabalho, intitulado “*No rendilhado do cotidiano: a família e as redes sociais dos livres de cor na Comarca do Rio das Mortes (c.1770-c.1850)*”, tem como objetivo analisar a constituição da família e das redes sociais dos livres de cor no transcorrer do século XVIII até meados do século XIX. O conceito de família mobilizado é o que mescla a unidade familiar enquanto unidade produtiva sintetizada pelo conceito *das ganze Haus*<sup>3</sup> e as relações tecidas para além dos laços consanguíneos e dos imperativos da procriação estabelecidos pelos laços de matrimônio, pelo concubinato, pelas redes de compadrio, pelas amizades e pela afinidade. Para perceber a constituição das famílias dos livres de cor, tomam-se como referências a produção historiográfica baseada na composição das famílias nas sociedades pré-industriais na Europa, o conceito de família patriarcal mobilizado no Brasil e a linhagem com ênfase nas lembranças africanas marcadas pela tradição. Almeja-se chegar a um ou a diferentes modelos de famílias presentes na vida dos livres de cor e suas redes de relações sociais estabelecidas para ascender e cotidianamente sobreviver e, assim, legar um patrimônio material e imaterial aos seus descendentes.

A família poderia ser formada no *status* de livre e no âmbito do cativo. Em ambas, pretende-se observar a presença de relações estáveis e se se constituíram em estratégia de distinção social e de obtenção de bens materiais e da liberdade. Desse modo,

---

<sup>3</sup> É um conceito utilizado por Otto Brunner baseado na “oconomia” grega de Xenofonte e Aristóteles, significando toda a atividade de uma casa, ou seja, abarca a totalidade das relações humanas (entre homem-mulher, pai-filho, senhor-servo) e das atividades de produção no cumprimento das tarefas da economia doméstica e agrária. BRUNNER, Otto. *Novos caminhos da História Social e Constitucional*. Buenos Aires: Alfa. 1976. 211p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58474770/Brunner-Otto-Nuevos-Caminos-de-La-Historia-Social-y-Constitucional>>. Acesso dia 01/07/2013.

as populações livres de cor constituíram famílias e estabeleceram as mais diversas teias sociais, quer como pai, mãe ou padrinho. Então, as redes sociais eram desenvolvidas por meio de laços que uniam um grupo de pessoas que desenvolviam relações interpessoais vinculando o indivíduo a outros integrantes da rede social na qual estava inserido. Assim, a análise sobre a família dos livres de cor e suas relações consanguíneas, por afinidade<sup>4</sup> e parentesco espiritual, permite compreender a dinâmica da sua constituição, formação e manutenção de suas redes sociais.

O conceito *livre de cor* constitui uma estratégia metodológica para identificar, quantificar e analisar um grupo classificado de forma diversa na documentação (negro forro, preto mina, preto, crioulo, crioulo livre, crioulo forro, cabra, cabra livre, cabra forro, pardo, pardo forro e pardo livre). Tal conceituação permite apreender tanto a condição de forro quanto a condição daqueles que nasceram de ventre livre. Por sua vez, estes traziam de alguma maneira os resquícios do cativo na primeira, na segunda, na terceira ou mesmo na quarta geração interligados por vários laços. Uma das consequências desses laços era a constituição da família que se constituía nas vilas, nos subúrbios, nos arraiais, nas grotas e nos sertões proibidos da Comarca do Rio das Mortes.

Para viabilizar esta pesquisa, foram delineados tanto o recorte espacial quanto o cronológico. O primeiro é necessário devido à amplitude territorial e expressiva massa populacional da Comarca do Rio das Mortes. Assim, optou-se por trabalhar com as circunscrições eclesiásticas, precisamente as três freguesias: Nossa do Pilar de São João del-Rei, Nossa Senhora de Monserrate de Baependi e Nossa Senhora da Conceição de

---

<sup>4</sup> Afinidade para os lexicólogos significa “parentesco contraído por casamento ou por ilícito ajuntamento”, “parentesco contraído entre os parentes dos cônjuges, e o marido e a mulher cada um em respeito dos parentes do consorte. Parentesco entre padrinho e madrinha com os pais do afilhado [...] homens com costumes semelhantes” e “parentesco entre os parentes dos casados. Conformidade, conexão, relação, semelhança”. Respectivamente: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico ...* v. 1. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. p. 154. SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antônio de Moraes Silva. v. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. p. 58.

Aiuruoca. Ainda no tocante a esse recorte, foi mantida a circunscrição espacial das freguesias, independente dos seus desmembramentos e alterações ao longo do tempo, ultrapassando as divisões jurídicas e eclesiásticas, e focando o surgimento e a manutenção das famílias no mesmo espaço. Não obstante, é preciso considerar que nos aglomerados urbanos sem o estatuto de vila havia um “território de dinâmicas relações humanas [...] lugar de homens, mulheres e crianças em atividades cotidianas de vivência”<sup>5</sup>. Para representar esse espaço, foram utilizados os mapas confeccionados nos setecentos para além dessas representações e foi feita a opção por utilizar os “recursos da comunicação cartográfica e da cartografia digital”, a fim de representar a região estudada. A metodologia de análise dos mapas históricos é o georreferenciamento e o tratamento da informação espacial (GIS), elaborando “croquis do mapa original por meio de mapa exaustivo, coleção de mapas e mapa de topônimos atuais”<sup>6</sup>.

Os pontos em comum das três freguesias são o período de instituição e o processo de colação. Além disso, geograficamente, estavam na margem esquerda do Rio das Mortes, eram circunvizinhas e partilhavam as divisas eclesiásticas e as civis (os termos pertencentes às respectivas vilas). Já a proximidade dessas freguesias com o Caminho Velho e o Novo facilitava o comércio interprovincial com a praça mercantil do Rio de Janeiro.

O período da transformação dessas freguesias em vilas são 1713, 1814 e 1834, demonstrando a força política, civil e econômica de cada uma delas. A escolha de três freguesias tem como pano de fundo apreender as diferentes composições populacionais e as redes sociais estabelecidas pelos seus fregueses livres de cor. As diferenças de

---

<sup>5</sup> MENESES, José Newton Coelho. Escalas espaço-temporais e história cultural: reflexão de um historiador sobre o espaço como categoria de análise. In: PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia; IVO, Isnara Pereira (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 72.

<sup>6</sup> CASTRO, José Flavio Morais. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2017.

formação populacional, econômica e política permitem descortinar a singularidade da Comarca do Rio das Mortes, cuja cabeça, a vila de São João del-Rei, possuía uma dinâmica rede de relações mercantis e uma densidade populacional que demandava serviços e ofícios em boa parte prestados por livres de cor. A vila de São João del-Rei possuía expressiva população livre de cor, desde os recém chegados da África, como os nascidos no Brasil<sup>7</sup>.

A freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi foi constituída de maneira distinta da freguesia de São João del-Rei, pois sua formação ocorreu às margens do Caminho Velho e sob a proteção do ilhéu Tomé Rodrigues Nogueira do Ó. Possuía uma densidade urbana menor, com poucas capelas curadas e com um grande número de proprietários de terras e escravos voltados para a produção de tabaco<sup>8</sup>. Nesse contexto, a política da alforria acontecia, mas em menor número quando comparada a locais marcadamente urbanos. Essa freguesia tornou-se um local atraente para a população livre de cor, uma vez que passou a demandar variados ofícios na então nova vila, particularmente no contexto da crise da mineração e na chamada “acomodação evolutiva” da economia.

Para contrabalancear essas realidades com dinâmicas populacionais diferentes, tem-se a freguesia de Nossa Senhora de Aiuruoca com várias capelas curadas em uma região de fronteira aberta e limítrofe entre as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Nessa região, era necessária a ocupação territorial para garantir a posse do território provincial, defender os limites da província de Minas Gerais, combater o contrabando nas diferentes trilhas clandestinas e proibir a abertura de novas picadas

---

<sup>7</sup> SILVA, Cristiano Lima da. *Entre batismos, testamentos e cartas: as alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João del-Rei (c.1750 – c.1850)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

<sup>8</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa, 1799-1850*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 28-56.

para além dos caminhos oficiais. A região recebeu desde os descobrimentos auríferos uma expressiva população livre de cor, que compunha as seis Ordenanças de pé, compostas em grande parte por homens livres de cor na primeira metade dos setecentos. A necessidade de estabelecer a ordem em uma região distante da cabeça da comarca do Rio das Mortes propiciou a criação do Julgado de Aiuruoca, o que possibilitou relativa autonomia na aplicação das leis e nos registros cartorários. Esse contexto permitiu a formação de densa rede comercial no entorno desse Julgado impingindo um caráter urbano na sede da freguesia, o que propiciou a ascensão social e o acúmulo de pecúlio por parte dos escravos para a aquisição de liberdade. Outro fator a ser mencionado é a proximidade desse local com o Caminho Novo (Registro do Rio Preto), aspecto que permitia uma interligação com a praça mercantil do Rio de Janeiro.

No tocante ao recorte cronológico desta pesquisa (1770-1850), cabe salientar dois fatores. O primeiro é a disponibilidade de fonte, uma vez que a série de registros de batismos é expressiva para as três freguesias nesse período. Na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, há registros de atas batismais desde 1736, com pequenas lacunas, até 1850; na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, tais registros estão disponíveis desde 1734, com uma lacuna entre 1749 a 1760, até 1850; e na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi, os registros disponíveis datam de 1724 a 1850, com uma lacuna entre 1740 e 1770.

O segundo fator para definir o recorte temporal desta pesquisa fundamenta-se na ordem econômica e social, pois as três freguesias estão localizadas nas proximidades dos caminhos que interligavam o litoral com a região mineradora. Tais freguesias constituíam uma região dinâmica, quer no auge da mineração, quer na chamada “acomodação evolutiva” rumo à economia de abastecimento<sup>9</sup>, que transformou a

---

<sup>9</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*, n. 5, p. 100, 1995.

Comarca do Rio das Mortes na principal fornecedora de gêneros alimentícios para a Corte do Rio de Janeiro<sup>10</sup>. O dinamismo econômico dessa Comarca é atestado pelo crescimento populacional e pela ampliação de suas relações comerciais, pois a vila de São João del-Rei se constituiu em importante polo comercial, que centralizava o fluxo de mercadorias de diversas regiões da Capitania mineira para o Rio de Janeiro<sup>11</sup>. Cabe ainda ponderar que, mesmo com o processo de Independência do Brasil, não houve mudanças nas estruturas sociais e econômicas do Império. Tais estruturas só foram alteradas com a lei proibindo o tráfico transatlântico e com a Lei de terras (ambas de 1850)<sup>12</sup>.

As fontes desta pesquisa são os registros de batismos, de óbitos e de casamentos, as listas nominativas, os testamentos, os inventários *post mortem*, as *Cartas Patentes e Nobramentos*, os *Acórdãos da Câmara* e *Cartas de Exame de Ofício*, a cartografia da Comarca do Rio das Mortes e os *Documentos Interessantes para a História de São Paulo*. Foram utilizadas ainda as fontes impressas das freguesias de Nossa Senhora do Pilar da vila/cidade de São João del-Rei, de Nossa Senhora de Monserrate do arraial/vila de Baependi e de Nossa Senhora da Conceição do arraial/vila de Aiuruoca no período de 1770-1850. A maioria dos livros de batismo, de óbito e de casamentos estão disponíveis para pesquisa, respectivamente, no Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei (AEMNSP/SJDR) e no Arquivo Eclesiástico da Diocese de Campanha (AED/CAMPANHA) com cópia no *site Family Search* (<https://familysearch.org>).

---

<sup>10</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. A vila de Campanha da Princesa, depois de elevada à condição de vila, se empenhou para estabelecer relações comerciais com a praça mercantil do Rio de Janeiro sem a intermediação da vila de São João del-Rei. ANDRADE, 2005, p. 28-56.

<sup>11</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1833-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>12</sup> FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 11-27.

O banco de dados de batismos, de óbitos e de casamentos para a freguesia de Nossa Senhora do Pilar foi transcrito e organizado pela professora Silvia Brügger em parceria com a professora Maria Leônia Chaves e Teresa Cardodo. O outro banco de óbitos, que completa o primeiro, foi transcrito e organizado pelo professor Douglas Libby<sup>13</sup>. O banco de dados, dentro do recorte desta pesquisa, corresponde a 35 livros de batismo, 12 livros de matrimônio e 19 livros de óbito. A esses livros, somam-se um livro de batismo de Bom Sucesso, um livro de batismo de Conceição da Barra e dois de batismo de São Miguel Arcângelo de Cajuru<sup>14</sup>. Entretanto, a Diocese de São João del-Rei não possui um único arquivo para a guarda de todo seu acervo. Assim, muitos livros de batismos, de casamentos e de óbitos se encontram nas paróquias que se desmembraram da freguesia de Nossa Senhora do Pilar nos oitocentos.

Para realizar esta pesquisa, foi feita a visita em todas paróquias<sup>15</sup> que pertenciam ao Pilar para, assim, comparar os registros originais com a cópia que está no *site* do *Family Search*. Apenas na paróquia de Nossa Senhora de Nazaré não foi possível acessar os livros físicos e, desse modo, foram consultados somente os que se encontram digitalizados no *site* do *Family Search*. Nos livros de batismos dessa paróquia, foram identificados alguns problemas: o primeiro foram as datas dos livros de 1835-1932, de 1845-1869 e de 1859-1868, que não correspondem com o interior deles; o segundo é o fato de os registros terem sido reescritos com uma grafia distinta da do século XIX. Dessa forma, foi possível transcrever apenas 55 registros de batismos referentes a essa paróquia.

---

<sup>13</sup> Agradeço aos professores Silvia Brügger e Douglas Libby pela disponibilidade dos bancos de dados.

<sup>14</sup> Os livros de casamento e óbito para essas paróquias não foram possíveis de serem transcritos devido ao tempo do curso e às condições financeiras de manter a pesquisa.

<sup>15</sup> Foram consultados os arquivos de Nossa Senhora da Conceição da Barra (Cassiterita no *Family Search*), de Nossa Senhora de Bom Sucesso e o de São Miguel Arcângelo do Cajuru. O arquivo de Nossa Senhora de Nazaré não foi consultado porque a/o secretária/pároco não permitiu o acesso mesmo com a autorização do responsável pelo arquivo diocesano de São João del-Rei.

Nas paróquias de Nossa Senhora da Conceição da Barra e de Bom Sucesso, os livros confluíam com os do *site Family Search*. Porém, observou-se que os registros de batismos, anteriores à criação das novas freguesias nos oitocentos, estavam também presentes no banco de dados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Optou-se, nas duas paróquias, por utilizar o banco de dados e transcrever as atas de batismo a partir de 1833 até 1850. Dessa forma, foram transcritos um livro para Bom Sucesso (1833-1849) e um livro para Cassiterita (1831-1861). Já para a capela de São Miguel do Cajuru, foram copilados dois livros de batismo, o de 1836 e o de 1837, respectivamente os livros 2 e 3<sup>16</sup>. O primeiro livro não se encontra mais no arquivo para consulta, o que se aplica também para o da paróquia de Nossa Senhora da Piedade e o da paróquia de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação<sup>17</sup>.

O arquivo da diocese de Campanha foi organizado pelo Monsenhor Lefort, que recolheu todos os livros das paróquias, catalogando-os e acondicionando-os em um único local. Na comparação entre os originais e o *site Family Search*, os dados estão similares, porém algumas datas do *Family Search* não coincidem com o catálogo original pelo fato de os livros serem muito grossos, o que provavelmente dificultou o processo de digitalização, principalmente para a freguesia de Aiuruoca. Foram transcritos nove livros de batismos e seis livros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi e cinco livros de batismos e três livros de casamentos para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Agradeço ao Pároco Geraldo Magela da Matriz de Nossa Senhora do Pilar e ao Geovani por nos ter permitido fotografar o livro da Capela de São Miguel Arcângelo.

<sup>17</sup> Existem vários exemplos do desaparecimento dos livros de batismo, de casamento e de óbito, como o primeiro livro de casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação de Andrelândia e a incineração de livros da Capela de Nossa Senhora da Piedade, que se encontravam na Fazenda da Campanha pertencente ao Padre Francisco Ribeiro Teixeira devido ao medo de transmissão da hanseníase.

<sup>18</sup> Inclui-se um livro de casamento da paróquia de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, que se encontra transcrito na página do Projeto Compartilhar. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/andrelandiaMGcas1.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015. Devido ao volume de fontes, ficaram seis livros de batismo de Aiuruoca sem transcrição e dois de casamento.

Os registros de batismo foram regulamentados pelo Concílio de Trento, e na América portuguesa as *Constituições Primeiras da Bahia* organizaram e divulgaram o rito e também fixaram as regras para executá-los e registrá-los. Nas orientações, o registro denominado das atas de batismos deveria ser feito em “um livro encadernado” sob a responsabilidade do pároco da freguesia. As capelas curadas deveriam executar o rito e levar as anotações para serem registradas na Matriz pelo pároco colado. Os dados foram padronizados e, em todos os registros, era obrigatório constar o seguinte:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe pus os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores em tal parte. [...] E ao pé de cada assento se assignará o Pároco, ou Sacerdote, que fizer o Batismo, de seu sinal costumado<sup>19</sup>.

Nas atas de batismos, era necessário constar o nome do batizando, dos seus pais e de seus padrinhos, assim, “para que em todo tempo possa constar do parentesco espiritual, que se contrai no Sacramento do batismo”<sup>20</sup>. Entretanto, as informações concernentes aos registros de batismos variam conforme o pároco redator e também a importância dos pais e dos padrinhos dos batizados na sociedade colonial, como se observa no batismo de Felisberto:

Aos vinte e seis dias de novembro de 1783 nesta matriz de São João del-Rei o Reverendo Coadjutor Joaquim José de Sousa batizou e pôs os santos óleos a = Felisberto filho legítimo de Felisberto da Silva e de Ana Teixeira de Barros pardos, foram os padrinhos o Ajudante João

---

<sup>19</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007. (Edição fac-similar), p. 292.

<sup>20</sup> VIDE, 2007, p. 28.

Cosme Rabelo Vieira, solteiro e Mariana Rosa de Viterbo casada, todos desta freguesia<sup>21</sup>.

A primeira organização e regulação dos registros de batismos, casamentos e óbitos na América portuguesa, após o Concílio de Trento, foi feita pelas *Constituições Primeiras da Bahia*. Estas continuaram em vigor com a criação do bispado de Mariana e com a transição de colônia para império. Porém, com a criação da Assembleia Provincial, houve uma Lei de número 46 de março de 1836<sup>22</sup>, que complementava as orientações das *Constituições Primeiras da Bahia* estabelecendo um padrão nos registros das atas de batismos, casamentos e óbitos. O objetivo dessa Lei era produzir dados paroquiais capazes de confeccionar mapas populacionais, das capelas e freguesias, a cada seis meses. A Lei 46 estabelecia as regras e as punições para quem não obedecesse à regulamentação. Prescrevia que o pároco mantivesse três livros separados para os registros, tal como as *Constituições Primeiras*. A diferença era que, “no prazo de 10 dias, depois de ter dado à luz, qualquer menino, o pai, e em sua falta o dono da casa, onde ele tiver nascido dará parte do nascimento ao pároco”<sup>23</sup>. Essa recomendação se estendia também às crianças expostas, mencionando a data e o local onde foram encontradas. De posse dessas informações, o pároco deveria lançar o termo, em que declarava “o dia, o lugar do nascimento, o nome, a profissão e o domicílio do pai”.

Já os registros de casamento deveriam conter a assinatura das testemunhas, o nome, a idade dos contraentes, o nome dos pais, a ocupação do marido e qualquer impedimento ou oposição ao enlace. A Lei dedica um artigo para estabelecer as punições

---

<sup>21</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismo n. 17, p. 251v.

<sup>22</sup> Essa Lei foi localizada depois da menção do vigário Antônio Rodrigues Araújo Lobato da Matriz de São Miguel Arcângelo do Cajuru no livro de Registros de Batismo, que “Daqui em diante tem seu começo os assentos dos recém-nascidos e os seus basti conforme a Lei da Assembleia Provincial. AEMNSP/SJDR. Livro de Batismo nº 2 de São Miguel Arcângelo do Cajuru, p. 1v.

<sup>23</sup> Coleção das Leis Mineiras. Lei nº 46, de 18 de março de 1836. LM-0054, Tomo 2, Parte 1. Ouro Preto: Tipografia do Universal.

para aqueles que não cumprissem com os dispositivos já nomeados. A primeira punição era a prisão de três dias e a segunda o pagamento de 10\$000 (dez mil réis). Incumbia aos fiscais e juízes de Paz atentar para o cumprimento da Lei, pois, no fim de cada semestre, cabia ao pároco enviar os mapas parciais para o Presidente de Província. Competia ao Presidente de Província, no início de cada ano, publicar o mapa geral dos nascimentos e óbitos e, a cada dez anos, aconteceria o arrolamento geral dos habitantes da Província. Este deveria ser confeccionado por um arrolador escolhido pelo Juiz de Direito e que, acompanhado do Oficial de Justiça, percorreria os distritos para fazer os mapas da população. O arrolador deveria especificar: “idade, sexo, ocupação, estado, condição dos indivíduos e se sabem ler”. No início do mapa, estavam presentes os nomes do distrito, da freguesia e do município a qual pertencia<sup>24</sup>.

Por meio do banco dados dos batismos e dos casamentos, é possível reconstituir as famílias dos livres de cor e o parentesco espiritual. As atas de paróquias são documentos seriais com uma grande cobertura. Elas têm um caráter individual e coletivo, em que o indivíduo é registrado em um momento vital da sua existência, e um caráter nominativo, que permite identificar as famílias<sup>25</sup>. As atas paroquiais são utilizadas pelas Histórias demográfica e social, para a análise de gênero discursivo e para a compreensão das redes de sociabilidades estabelecidas pelo parentesco espiritual. Para tal, é preciso considerar algumas de suas limitações no que tange à composição dos nomes e à economia no registro pelo pároco.

A partir dos livros de batismo, foram montados três bancos de dados, iniciando em 1770 e terminando em 1850, um para cada freguesia. Na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, o banco de dados original possuía 43.945 registros de batismo, mas com

---

<sup>24</sup> Coleção das Leis Mineiras. Lei nº 46, de 18 de março de 1836. LM-0054, Tomo 2, Parte 1. Ouro Preto: Tipografia do Universal.

<sup>25</sup> MARCÍLIO, Maria Luíza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, Belo. Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004. p. 17.

o recorte cronológico ficou com 36.929; somados aos novos bancos, completou 37.934 atas de batismos. Na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate, o banco ficou com 12.824 registros de batismo; e na Freguesia de Nossa Senhora de Aiuruoca, foram 9.224 registros de batismo. Para constituir os bancos de dados, foram selecionados os batismos dos livres de cor legítimos e ilegítimos, ficando para a freguesia do Pilar 5.838 atas, para a de Aiuruoca 256 atas e para a de Baependi 424 atas de batismo. Nesses registros, consideraram-se apenas os que possuíam nome e sobrenome que possibilitassem cruzar as diferentes fontes para perceber a família e o parentesco espiritual. Os registros com apenas um nome ou documentos ilegíveis não foram considerados. Estes chegam ao total de 975 para São João del-Rei, 131 para Baependi e 117 para Aiuruoca.

Os registros de batismos permitem pensar as uniões legítimas e as denominadas ilegítimas, que não foram consagradas pela Igreja, mas que cotidianamente se organizavam como o núcleo familiar. Os registros de batismo dos livres de cor permitem acompanhar a trajetória da família, assim como suas redes sociais estabelecidas. O parentesco espiritual, diferentemente do consanguíneo, se configura a partir de escolhas feitas pelo indivíduo ou por pessoas do seu círculo de vivência. No rito do sacramento de batismo, há a necessidade da presença dos padrinhos considerados “pais espirituais” dos batizados. Tal rito fortalece os laços parentais entre a criança, os pais e os padrinhos. Assim, o parentesco espiritual não se circunscreve apenas ao âmbito religioso, pois, para boa parte dos estudos que tratam dessa temática, o ato de apadrinhar reforça os laços de solidariedade, as relações sociais e a troca de favores.

Outra fonte a fundamentar esta pesquisa são os registros de óbitos. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* recomendavam que cada capela tivesse um livro para assentamento do nome dos defuntos<sup>26</sup>. O modelo para preencher era

---

<sup>26</sup> NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia*: elementos para um diálogo. Campinas: APEP, 2004. p. 5.

Aos tantos (2) dias de tal mês, e de tal ano faleceu da vida presente N. sacerdote diácono, subdiácono; ou N. marido, ou mulher de N. ou viúvo, ou viúva de N., ou filho, ou filha de N., do lugar de N., freguês desta, ou ele tal Igreja, ou forasteiro, de idade ele tantos anos, (se comodamente se puder saber) com todos, ou tal sacramento, ou sem eles: foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas missas por sua alma, e que se fizessem, tantos ofícios; ou morreu ab intestado, ou era notoriamente pobre, e portanto se fez o enterro sem se lhe levar esmola<sup>27</sup>.

Os dados registrados, todavia, dependiam do sacerdote que fazia o registro e, em muitas situações, principalmente com as crianças, normalmente não se registrava o falecimento. Assim, a peculiaridade dessa fonte são os sub-registros, especialmente no que tange às crianças devido à alta taxa de fecundidade do período em foco<sup>28</sup>. Os livros de óbitos utilizados foram 17 da freguesia de Nossa Senhora do Pilar com um total de 20.775 registros; destes, 3.483 eram de livres de cor. Essa fonte é essencial para “indicar com exatidão o fim da vida de uma pessoa, e por isso fundamental para o estudo do ciclo familiar”<sup>29</sup>.

Para encontrar as mais diversas formas de família dos livres de cor, utilizaram-se os registros de casamentos. Para localizar os livres de cor, utilizou-se de algumas estratégias. A primeira foi selecionar os registros de casamentos que mencionavam a qualidade, a condição e a origem dos indivíduos. Nos registros de casamento, foram separados os casais livres de cor, excetuando os duplicados e a ausência do nome, uma vez que nos bancos de dados dos registros de casamento da freguesia de

---

<sup>27</sup> VIDE, 2007, p. 29.

<sup>28</sup> NADALIN, 2004, p. 45.

<sup>29</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986. TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A fonte para uma história da família. *Métis: história & cultura*, v. 3, n. 5, p. 129-141, jan./jun. 2004. p. 133.

Nossa Senhora do Pilar há duplicações de registros. Tais duplicações podem ser explicadas pelo fato de os casamentos terem sido realizados nas capelas, anotados em um livro rascunho e depois encaminhados para a Matriz, onde eram novamente lançados pelo coadjutor, como recomendavam as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Para a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, foram transcritos 13 livros com 8.528 registros; destes, 1.365 são de livres de cor. Desses registros de casamentos, 29 foram duplicados, quatro sem nome devido às condições de leitura do documento e 108 traziam apenas um nome, dificultando a percepção da família que constituiu. A partir dessa opção metodológica, pode-se chegar ao total de 1.243 casamentos. Destes, 1.005 eram de homens e mulheres livres, 105 de casais em que o homem era escravo e a mulher livre, nove casais cujo marido era de Portugal, 122 casais em que a mulher tinha sua condição e cor mencionadas e os homens não, e 124 casamentos localizados com os cruzamentos de dados. Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, foram utilizados três livros com 1.106 registros de casamento, sendo 55 de livres de cor; destes, nove são de registros com um nome e seis com pai escravo e mãe livre. Para a freguesia de Nossa Senhora de Monserrate, foram transcritos seis livros de casamentos com um total de 4.514 de casamentos e 237 de livres de cor; destes, 28 casais possuíam apenas um nome, 26 eram de registros de casamento de pai escravo com mãe livre de cor e 27 registros de mãe escrava e pai livre.

Os registros de casamento são usados para a reconstituição das famílias e para apreender a “formação das famílias em si mesmas, mas também de poder traçar características dos nubentes, das testemunhas e dos pais dos noivos, além da população como um todo”<sup>30</sup>. O registro do casamento devia seguir o padrão do Concílio de Trento, exposto pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* conforme o seguinte:

---

<sup>30</sup> TEIXEIRA, 2004, p. 135.

Aos tantos de tal mês, de tal ano, pela manhã, ou de tarde em tal Igreja de tal cidade, vila, lugar, ou freguesia, feitas as denunciaçãoes na forma do Sagrado Concílio o Tridentino nesta Igreja, onde os contraentes são naturais, e moradores, ou nesta, e tal, e tais Igrejas, onde N. contraente é natural, ou foi, ou é assistente, ou morador, sem se descobrir impedimento, ou tendo sentença de dispensação no impedimento, que lhe saiu, como consta da certidão, ou certidões dos banhos, que ficam em meu poder, e sentença que me apresentaram, ou sendo dispensados nas denunciaçãoes, ou diferidas para depois do Matrimônio por licença do Senhor Arcebispo, em presença de mim N. Vigário, Capelão, ou coadjutor da dita Igreja, ou em presença de N. de licença minha, ou do Senhor Arcebispo, ou do Provisor N., e sendo presentes por testemunhas N, e N" pessoas conhecidas, (nomeando duas, ou três das que se acham presentes se casam em face da solenemente por palavras N. filho de N e de N., natural e morador de tal parte, e freguês de tal igreja, com N. filha de N" ou viúva que ficou de N. natural, e morador de tal parte, e freguesia desta, ou de tal paróquia: (e se logo lhe der as bênçãos acrescentará) e logo lhe dei as bênçãos conforme aos ritos, e cerimônias da Santa Madre Igreja do que tudo fiz este assento no mesmo dia, que por ser verdade assigne<sup>31</sup>.

Para os oitocentos, os registros de casamentos seguem as regras apresentadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e as fixadas pela Lei provincial de 1836. Esta recomenda que os registros de casamento deveriam conter a assinatura das testemunhas, o nome e a idade dos contraentes, o nome dos pais, a ocupação do marido e qualquer impedimento ou oposição ao enlace. Porém, não ocorreu uma mudança significativa na forma de registrar os matrimônios como pode se observar no registro de casamento de Francisco de Paula Cloak e Inácia Antônia de Mesquita:

Aos 21 de agosto de 1852 nesta Matriz de Nossa Senhora do Pilar da cidade de São João del-Rei feitos os proclamas e mais diligências não

---

<sup>31</sup> VIDE, 2007, p. 130.

resultando outro impedimento além do dispensado por S. Exa. Reverendíssima de serem os contraentes primos irmãos. O reverendo Bernardino de Sousa Caldas de licença em sua presença se [...] matrimônio por palavras de presente Francisco de Paula Cloak filho natural de Rita Antônia de Mesquita e Inácia Antônia de Mesquita filha legítima de Manoel Lourenço de Mesquita e Ana Paula já falecidos, ambos contraentes nascidos e batizados nesta freguesia. Foram testemunhas José Dias de Oliveira e Sabino de Almeida Magalhaes casados, desta freguesia. E logo lhes conferiu as bênçãos na forma do ritual Romano. *Era ut supra*<sup>32</sup>.

O casamento era regulamentado pelas Ordenações Filipinas no que tange à divisão dos bens, sendo aceitas duas formas: a primeira em que os

casados, por palavras de presente à porta da igreja, ou por licença do prelado fora dela, havendo cópula carnal; e (a segunda em que) o homem e a mulher provarem estarem ‘em casa teúda e manteúda, ou em casa do seu pai, ou em outra, em pública voz e fama de marido e mulher por tanto tempo...’<sup>33</sup>.

Na América portuguesa, o casamento era regido pelas leis do Reino<sup>34</sup> e pela doutrina do Concílio Tridentino. A primeira reconhecia os laços conjugais pelos esponsais, à porta da igreja e presumido. Os esponsais eram um rito assistido pelos familiares e por testemunhas com uma troca de presentes entre os nubentes e de promessas, que posteriormente passaram a ser escritas.<sup>35</sup> O segundo era o rito no qual os

---

<sup>32</sup> Casamento de Francisco de Paula Cloak e Inácia Antônia de Mesquita. Livro de Casamentos 1831, nov. 1867, ago. fl. 233v.2. Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-G47K-8?wc=M5FF-DPN%3A369991501%2C369991502%2C370880701&cc=217275>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>33</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1984. p. 110.

<sup>34</sup> A leis que regiam Portugal foram sucessivamente as Ordenações Afonsinas, as Ordenações Manuelinas e as Ordenações Filipinas. Estas eram conhecidas como Ordenações do Reino e regeram a Metrópole e a América portuguesa no período colonial e durante o período monárquico brasileiro.

<sup>35</sup> LOTT, 2008, p. 68-70.

noivos casavam-se “por palavras de presente à porta da igreja, ou por licença do prelado fora dela, havendo cópula carnal...”<sup>36</sup>. O casamento à porta da igreja ou de “por palavra de presente” realizava-se depois dos Banhos<sup>37</sup> e acontecia nas matrizes, nas capelas ou nas ermidas diante do presbítero, das testemunhas e de outras pessoas. Porém, na cerimônia do casamento, o presbítero explica e conduz os sinais, mas quem faz o rito segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, são “os mesmos contraentes”, que “declaram o consentimento mútuo de sua aceitação”<sup>38</sup>. A terceira forma de casamento era quando o “homem e a mulher provavam estarem em casa ‘teúda e manteúda’, ou em casa do seu pai, ou em outra, em pública voz e fama de marido e mulher por tanto tempo...”<sup>39</sup>.

O casamento possui três aspectos: o cerimonial (o enlace em si), o religioso (sacramento) e o jurídico<sup>40</sup>. A cerimônia confirmava o consentimento mútuo do casal perante a igreja e a sociedade na qual estava inserido. O aspecto sacramental ocorria, porque o contrato tinha “vínculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem e a mulher se entregam um ao outro” significando a união entre Jesus e a sua Igreja.<sup>41</sup> O caráter jurídico era regulamentado pelas “Leis do Reino”, no que tange à divisão dos bens, à legitimidade da prole<sup>42</sup> e à herança dos cônjuges. A herança normatizada pelas “Leis do Reino” considerava que, com o casamento, os contraentes tornavam-se meeiros nos bens adquiridos<sup>43</sup>. Todavia, anteriormente ao enlace, havia também os acordos de palavras

---

<sup>36</sup> SILVA, 1984, p. 110.

<sup>37</sup> Banhos de casamento. Pregão em que o pároco lança na estação, para ver se há quem ponha impedimento ao casamento. Chama-se pregão, porque se apregoa. Esses banhos são três em três dias santos. Nesse sentido, Banho se deriva de *Bann*; em língua alemã, quer dizer publicação. BLUTEAU, 1728. v. 2. p. 35.

<sup>38</sup> VIDE, 2007, p. 107.

<sup>39</sup> SILVA, 1984, p.110-112.

<sup>40</sup> LOTT, Miriam Moreira. *Na forma do ritual romano: Casamento e família, Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 69.

<sup>41</sup> VIDE, 2007, p. 107.

<sup>42</sup> LOTT, 2008, p. 69.

<sup>43</sup> SILVA, 1984, p. 100.

(dotes) e os contratos de arras, que definiam o sistema de casamento e a herança (Anexo 1).

Os *Censos ou Mapas de população* são fragmentos de censos demográficos e socioeconômicos do período protoestatístico<sup>44</sup>. Em Minas Gerais (1830), foram recenseado cerca de ½ milhão de indivíduos (60% a 65% da população). Essa documentação foi transcrita e organizada em base de dados pelo CEDEPLAR, disponibilizado no *site* <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Nessa base de dados, há três formas de busca: a consulta aos dados na forma estatística, a consulta antroponímica/casos selecionados e a consulta às listas nominativas originais. Esses mapas de população desempenhavam o papel de censo demográfico e de censo econômico, pois “os fogos conciliavam os papéis de grupo de parentesco e de grupo de trabalho”<sup>45</sup>. Essa ferramenta é muito útil para analisar as freguesias no aspecto estatístico e/ou nominais, pois detém uma série<sup>46</sup> quantitativa com informações relevantes sobre sexo, idade, profissão e qualidade. Além disso, no decorrer desta pesquisa, localizaram-se mais três listas nominativas inéditas referentes às Vertentes do Rio Preto e Cabeceiras do Rio Grande (1833), à de Santa Ana de Guapera (1833) e à de Alagoa (1833), disponível para consulta no arquivo da Casa de Cultura Filomena na cidade de Baependi<sup>47</sup>.

As famílias constituídas a partir do laço espiritual e por afinidade são perceptíveis nos *inventários e testamentos*. Os testamentos, além das disposições jurídicas – dispor os bens, reconhecer filhos ilegítimos, nomear tutores, testamentários etc. –,

---

<sup>44</sup> A divisão dos períodos empreendidas por Maria Luíza Marcílio compreende a pré-estatística (1500-1750), a proto-estatística (1750-1872) e a estatística a partir de 1872. RODARTE, Mário Marcos Sampaio. Publicação crítica de censo sociodemográfico e econômico para a província de Minas Gerais, 1830. In: Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros, 2010, Brasília. *Anais do Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros*. Brasília: BRASA, 2010.

<sup>45</sup> RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 150.

<sup>46</sup> NADALIN, 2004, p. 47-53.

<sup>47</sup> Agradeço ao professor Mário Marcos Rodarte a disponibilidade em orientar a formação do banco de dados no padrão do CEDEPLAR.

também eram espirituais, destinados a expor o modo de sepultamento, as suas devoções ou celebrações de missas em sufrágio de suas almas ou de terceiros<sup>48</sup>. Os livres de cor que amealharam bens para se libertar e lutar pela sobrevivência deixaram bens passíveis de serem testados e doados à sua família afetiva e à consanguínea. O produto desse esforço é encontrado nos testamentos e inventários dos livres de cor, que trazem em seu âmago a essência da vida dos indivíduos e as relações com a parentela espiritual e com a família por afinidade. Por isso, os testamentos são definidos por Mattoso como pequenas autobiografias<sup>49</sup>. Aqueles que possuíam algum bem e queriam testar podiam redigir testamentos públicos, cerrados ou místicos, ológrafos ou particulares, nuncupativos e de mão-comum, que podiam ser revogados, substituídos ou modificados por meio das *cartas de consciência* e dos *codicilos*<sup>50</sup>. Nas freguesias em análise, os testamentos como autobiografia são os dos setecentos. Os dos oitocentos são sucintos, trazendo apenas o nome, a filiação, o estado (casado, solteiro ou viúvo; se casado, nomeia o cônjuge e a família consanguínea), os testamenteiros, o ritual do enterro e a irmandade na qual é filiado, os donativos, a nomeação do herdeiro, a data, o local e a assinatura de quem escreveu e do testador (normalmente uma cruz). (Anexo 2).

Os inventários não mudam a estrutura dos setecentos para a dos oitocentos. Possuem uma folha de abertura com o nome do inventariado e do inventariante, a data, o local, a petição para fazer o inventário, o auto de inventário, os louvados, os filhos, a descrição dos bens, as dívidas passivas e ativas, a cópia do testamento, e se não houver

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. Salvador: Corrupio, 1988.

<sup>49</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX*. Uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1979, p. 10.

<sup>50</sup> Segundo Oliveira (1988, p. 58): “O testamento público era lavrado por tabelião, em livro próprio, na presença de cinco testemunhas; o testamento cerrado ou místico era redigido em carta sigilosa, pelo testador ou alguém de sua confiança, autenticado e lacrado pelo tabelião perante cinco testemunhas, e registrada nota de aprovação em livro notarial; o testamento ológrafo ou particular podia ser escrito pelo testador ou a seu pedido, diante de cinco testemunhas que deviam tomar conhecimento de seu conteúdo e assiná-lo; o testamento oral ou nuncupativo, realizado perante seis testemunhas; o testamento de mão-comum, feito por marido e mulher, com instituição recíproca, era reconhecido só pelo costume”.

nenhum embargo ou órfãos, o auto de partilha (monte-mor, custas/dívidas, líquido, terça do testador, duas partes dos herdeiros e a legítima).

Os testamentos e inventários da vila de São João del-Rei, da vila de Santa Maria de Baependi e do Julgado/vila de Aiuruoca estão sob a guarda do AHET-II-IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Na base de catalogação do *corpus* documental da vila de São João del-Rei, existem 9.148 inventários (de 1715 a 1965), mas apenas 83 mencionam a qualidade dos livres de cor inventariados; e 2.441 testamentos (de 1730 a 1937), acondicionados em caixas; e, nestes, apenas 41 mencionam a qualidade dos livres de cor. Além desses dois catálogos, há testamentos registrados em livros. No índice de testamentos organizados pelo Iphan, constam os livros do primeiro ao décimo primeiro e do vigésimo primeiro ao quadragésimo. Destarte, ao manusear os livros, percebeu-se que era uma fonte serial sem lacuna alguma e com os testamentos de toda a Comarca do Rio das Mortes.

Ao realizar o cruzamento dos nomes dos livres de cor presentes no registro de batismo e nas listas nominativas da freguesia de São João del-Rei, foi possível mapear 144 inventários e 162 testamentos; destes, respectivamente, apenas 44 e 62 tiveram sua qualidade mencionada. A qualidade nos testamentos, presentes nos livros de óbitos, é mencionada no corpo do registro do falecimento, permitindo a identificação dos livres de cor. Na junção das quatro fontes, pode-se observar que 23 livres de cor possuíam testamentos nos livros de testamentos, nos livros de óbitos e acoplados ao inventário.

Entre os 306 livres de cor mapeados com o cruzamento de dados, 86 possuíam testamentos e inventários, 114 apenas testamentos e 106 apenas inventários. Porém, como a vila de São João del-Rei era a cabeça da Comarca, a documentação cartorária abrangia as freguesias de Queluz, Itaverava, Pouso Alto, Campanha e Tamanduá. Por isso, 61

testamentos e 23 inventários que mencionavam a qualidade dos livres de cor, mas pertenciam a regiões fora do recorte espacial, não serão utilizados nesta pesquisa.

Os arquivos civis da vila de Santa Maria de Baependi e do Julgado/vila de Aiuruoca estão desde o ano 2000 sob a guarda do escritório técnico do Iphan, mas não foram lançados em uma base de dados. O catálogo existente é o que acompanhou a documentação por ocasião do traslado. Assim, a consulta tem que ser basicamente folhear caixa por caixa, para encontrar os livres de cor. A documentação cartorária de Baependi é composta por 1.606 documentos (de 1728 a 1976), entre inventários e arrolamentos; e, para Aiuruoca, há 90 caixas de inventários (de 1797 a 1944). Com o cruzamento de dados das atas de batismo com as listas nominativas, foi possível localizar, para Baependi, quatro testamentos e três inventários, e, para Aiuruoca, 26 testamentos e 44 inventários.

Os inventários e testamentos são fontes que permitem observar que as aquisições relatadas tinham um valor material e um valor simbólico; ou seja, simbolizavam o início da superação da mancha da escravidão, o *status* entre seus pares e a reconstrução de uma nova vida ou cultura em terras desconhecidas. Além disso, possibilitam perceber a dinâmica da herança entre os integrantes da família e as redes de relações estabelecidas no seu entorno. Por isso, este trabalho utilizará, em sua maioria, os testamentos e inventários da freguesia de Nossa Senhora do Pilar da vila de São João del-Rei.

Para além da ascendência econômica, um dos documentos que permite apreender a mobilidade social são as *Cartas Patentes e Nobramentos*, presentes no Arquivo Público Mineiro e na Câmara de São João del-Rei (na Biblioteca Baptista Caetano), que requerem títulos e mercês ao Rei ou, em alguns casos, ao governador de Minas Gerais por terem atuado com “desvelo” na defesa territorial. Essa fonte permite

pensar na diferenciação social presente naquela sociedade e como as mercês e as honras constituíram importante artifício de vinculação entre os integrantes da dinâmica local com o poder central. Essa forma de interligação remonta ao período colonial e manteve-se, em boa medida, intacta no decorrer dos oitocentos. Assim, eram estabelecidos graus de diferenciação a partir de critérios, como a posse da liberdade, a atribuição racial, o grau de instrução, a propriedade e os vínculos pessoais que os indivíduos eram forçados a manter, com o propósito de obter benesses e privilégios ou galgar degraus na hierarquia social<sup>51</sup>.

A mobilidade social pode ser percebida em outros documentos presentes na Biblioteca Municipal Baptista Caetano, como os documentos da Câmara de São João del-Rei, notadamente *os Acórdãos da Câmara e Cartas de Exame de Ofício*. No primeiro, os homens livres de cor assinam a Aclamação de D. Pedro I, donde se pode inferir a presença deles nos atos das câmaras e nas discussões acerca do processo de Independência do Brasil. As câmaras eram instituições representativas de parte daquela sociedade. Então, os debates políticos que ocorriam em seu interior relacionavam-se com a dinâmica produtiva e com os interesses locais. No que tange às *Cartas de Exame de Ofício*, seu conteúdo permite analisar os ofícios desempenhados pelos homens livres de cor nas três freguesias em análise.

Para pensar o espaço geográfico, serão utilizados os *Mapas* da Comarca do Rio das Mortes e da Província de São Paulo presentes na Biblioteca Nacional, no Arquivo Ultramarino e no Arquivo Público Mineiro. A discussão envolvendo a divisão territorial entre as capitânicas de São Paulo e Minas Gerais será feita a partir da análise das cartas entre os envolvidos (notadamente, representantes dos governos dessas capitânicas, líderes religiosos e integrantes das câmaras locais) publicadas nos *Documentos Interessantes*

---

<sup>51</sup> NASCIMENTO, Helvécio. *Minas Gerais e o processo de independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. p. 35.

para a história e costumes de São Paulo. Outra forma de pensar os espaços é a partir dos relatos dos viajantes e das memórias municipais presentes na *Revista do Arquivo Público Mineiro*<sup>52</sup>. Nas *Efemérides de São João del-Rei*<sup>53</sup>, encontram-se relatos da atuação dos músicos, da nomeação de autoridades e dos compromissos festivos e religiosos realizados pelos componentes da Câmara da Vila de São João del-Rei.

A partir do banco de dados de batismos e de casamentos, propõe-se reconstruir as famílias dos livres de cor em uma ficha. Tal reconstituição “consiste [em] reagrupar sobre uma ficha nominal padronizada – a ficha de família – todas as referências individuais arroladas nos arquivos paroquiais ou cartorários”. Em sua metodologia de análise, Nadalin conjuga os dados presentes nos ciclos vitais do indivíduo, relacionando-os com os documentos produzidos, e permitindo, assim, acompanhar a trajetória de cada família<sup>54</sup>. Para aquelas famílias que possuem vários documentos (testamentos, inventários *post mortem*, lista nominativa e cartas patentes), a proposta é empreender um estudo prosopográfico. Por meio dessas fontes, é possível apreender a filiação e a origem dessas pessoas; as atividades que desenvolviam; o valor de suas riquezas; a posição social que ocupavam por meio dos títulos adquiridos; a posse de terras e de escravos; a posse de livros<sup>55</sup>; e a presença desses indivíduos no comércio local e interprovincial. Por meio

---

<sup>52</sup> Disponível no site do Arquivo Público Mineiro.

<sup>53</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. I. \_\_\_\_\_. *Efemérides de São João del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. II.

<sup>54</sup> NADALIN, 2004, p. 116.

<sup>55</sup> De acordo com Roger Chartier, nas sociedades tradicionais há situações e necessidades de leitura não redutíveis a uma competência de leitores como um mercado social, mas interligadas e “enraizadas nas experiências individuais ou comunitárias”. Ele considera que, desde o século XVI, as práticas profissionais de oficina se apoiavam em livros que serviam de “guias para o trabalho manual”. CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 238. Salientam Luiz Carlos Villalta e Christianni Cardoso Moraes que os inventários *post mortem* fornecem indícios acerca da circulação e posse de livros, porém não permitem avaliar as práticas de leitura, nem as apropriações feitas do material lido, ressalva, de resto, endossada por Chartier e pelos historiadores do livro e da leitura em geral. VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006; MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar*, Vila e Termo de São João

dessa documentação e da utilização da demografia histórica, é possível a reconstituição da vida familiar das freguesias relacionadas.

Para além da reconstituição das famílias, o banco de dados dos batismos e dos casamentos permite a análise demográfica histórica, que articula os “processos populacionais como indicadores das relações sociais”, pautando a discussão numa perspectiva macro; ou seja, no tempo histórico da longa duração<sup>56</sup>. Esta permite análise dentro de um período longo, que “consiste em um esforço de superação do evento e de seus corolários: a história contínua, progressiva e irreversível”<sup>57</sup>. A longa duração associada à demografia histórica<sup>58</sup> possibilita pensar a natalidade, a nupcialidade e a mortalidade dos livres de cor ampliando as discussões sobre esse grupo. Os tipos de famílias, conjugados com os índices demográficos, permitem apreender a formação das relações humanas a partir da constituição da família, da amizade, do parentesco espiritual e, principalmente, das redes de relações que apontem para uma mobilidade social nas referidas freguesias.

Os laços de compadrio entre pessoas de grupos sociais distintos desenvolviam redes sociais capazes de angariar prestígio, que podem ser mensuradas pela metodologia da Análise de Redes Sociais (ARS) e pela metodologia da micro-história. Nessa perspectiva, a análise das redes sociais constitui-se em importante ferramenta para vislumbrar a interação entre as pessoas, pois, a partir de uma abstração inicial, observa-se “a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade”<sup>59</sup>. A abordagem das redes sociais utiliza duas unidades de análise: as *ego-*

---

del-Rei, Minas Gerais (1750-1850). 20090. Tese (Doutorado)-Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

<sup>56</sup> NADALIN, 2004, p. 70-73.

<sup>57</sup> REIS, Jose Carlos. *Nouvelle Historie e o tempo histórico*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>58</sup> HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia*. Lisboa: Gradiva, 1988.

<sup>59</sup> BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 179.

*networks*, em que a rede parte de um indivíduo, e as redes sociais totais, com vários *ego-networks*<sup>60</sup>. Concomitante a isso, esta abordagem permite uma visualização dos padrões de relação entre os atores, pois os

grafos representam visualmente a arquitetura da rede, combinando conjuntos de vértices e linhas entre pares de vértices. Atores são representados por vértices, enquanto relações são representadas por linhas e arcos. Grafos podem ser *dirigidos (arcs)* ou *não dirigidos (edges)*, simétricos ou assimétricos. Os grafos podem representar as relações entre um conjunto de atores (*one-mode networks*) ou dois tipos de atores/eventos (*two-mode networks*)<sup>61</sup>.

A partir da tendência em analisar *ego-networks* na década de 1970, advém a miniaturização do objeto com um vocabulário conceitual e com metodologias mensuráveis<sup>62</sup>. Essa perspectiva aproxima-se da análise microscópica e da micro-história. Destarte, a utilização da análise de redes sociais na análise histórica é promissora como demonstram diversos trabalhos<sup>63</sup>. A importância desse método é, além de apresentar a existência da rede social, balizar a sua configuração, “quais são seus efeitos sobre a dinâmica das interações sociais e que padrões podemos observar em seus padrões de configuração”. Com realce para as primeiras relações e os atributos dos indivíduos como redefinidores de suas posições no interior das redes sociais, o objetivo central da análise

---

<sup>60</sup> BARNES, 2010, p. 179.

<sup>61</sup> MENDES, Fábio Faria. Família, história e redes sociais. In: BOTELHO, Tarcísio R.; VAN LEEUWEN, Marco H. D. *História social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012. p. 41-81.

<sup>62</sup> MENDES, 2012, p. 78.

<sup>63</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 2006. Tese (Doutorado em História)-Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. CARVALHO, Joaquim Ramos de; RIBEIRO, Ana Isabel. Using network analysis on parish registers: how spiritual kinship uncovers social structure. In: CARVALHO, Joaquim Ramos de (Ed.). *Bridging the gaps: sources, methodology and approaches to religion in Europe*. Pisa: Edizioni Plus, 2008. p. 171-186.

de redes sociais “é identificar e interpretar configurações de vínculos e contatos sociais entre os atores”<sup>64</sup>.

É possível decompor a rede social em vários níveis. Contudo, foi feita a opção em utilizar neste trabalho apenas duas estruturas de dados, quais sejam: as *redes* compostas de linhas e vértices e as *partições* que dividem os vértices em classes<sup>65</sup>. No caso das famílias dos livres de cor, será utilizada a Análise de Redes Sociais (ARS) em dois momentos específicos: na análise das redes estabelecidas pelo parentesco espiritual com o batismo e das redes estabelecidas na mobilidade social.

Por esse prisma, são necessárias pesquisas regionalizadas, a fim de comparar a formação da família em uma região geograficamente extensa e economicamente diferente, observando suas semelhanças e suas discrepâncias acerca da manutenção e da recriação dos costumes africanos. Os africanos trouxeram consigo uma tradição, muitas vezes obscura, mas paulatinamente passada para os seus filhos, para os companheiros de cativeiros, para a rede de parentela e para os seus malungos<sup>66</sup>. Os mancípios formavam comunidades urbanas e rurais estabelecendo solidariedades, irmandades, famílias e laços de compadrio.

Além de cotidianamente amealhar bens e constituir pequenas riquezas, perceptíveis nos inventários e testamentos, pelos registros de batismos, de casamentos e de óbitos, vislumbra-se a escolha dos parentes espirituais e as redes sociais estabelecidas<sup>67</sup>. Para apreender a constituição da família e as redes sociais tecidas pelos livres de cor, é preciso fazer uma incursão pelas suas vidas. Ou seja, reconstituir o

---

<sup>64</sup> MENDES, 2012, p. 70.

<sup>65</sup> NOOY, Wouter de; MRVAR, Andrej; BATAGELJ, Vladimir. *Exploring social network analysis with Pajek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

<sup>66</sup> A questão malungos é desenvolvida por Slenes no artigo: SLENES, Robert. “Malungu, nagoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 12, dez./jan./fev. 1991-1992.

<sup>67</sup> Para Carvalho e Ribeiro (2008, p. 171-186), os registros de batismo permitem uma análise demográfica e das redes sociais criadas a partir do parentesco espiritual.

cotidiano desses indivíduos e seus afazeres mais corriqueiros, que envolvem a intrincada rede social à qual pertenciam, a forma de aquisição da alforria, a relação de compadrio, o casamento, o pertencimento à irmandades, a postura diante da morte, a origem, a ocupação e a posse de escravos. Nesse sentido, a proposta é analisar os registros de batismos e cruzá-los com outras fontes, como os censos disponíveis, os registros de casamento, os óbitos, os testamentos e os inventários, para apreender a composição familiar e a elasticidade das redes sociais.

A tese é constituída em cinco capítulos. No primeiro, é feita uma discussão sobre as origens das freguesias na Comarca do Rio das Mortes, as disputas territoriais com representação em mapas dos setecentos e a reconstituição da região estudada com mapas utilizando o ARCGIS. Será feita uma discussão acerca dos conceitos de Arraial, de Vila, de Julgado, de Curato, de Termo e de Freguesia. No capítulo dois, a discussão é sobre os conceitos de livre de cor e de família e as fontes para o seu estudo. No tocante às freguesias, a abordagem será feita tendo em vista seus aspectos econômicos, sociais, políticos e demográficos ao longo do período estudado com a análise de cada capela pertencente a elas. O capítulo três versa sobre a reconstituição das famílias dos livres de cor conjugando os registros de batismos, de casamentos e de óbitos, os testamentos e os inventários *post mortem*. No capítulo quatro, há uma análise das ocupações dos livres de cor por meio dos inventários e mapas de população com o intuito de perceber as atividades dessas famílias e sua aproximação ao conceito de domicílio formulado por Otto Brunner. E o capítulo cinco aborda a mobilidade social dos livres de cor por meio de um estudo prosopográfico dos membros das famílias estudadas, com o propósito de compreender seus anseios e as estratégias de mobilidade social por meio dos nobreamentos e da leitura, bem como as redes de compadrio dos livres de cor nas freguesias em foco, além do batismo e da constituição do parentesco espiritual entre a criança e os padrinhos.

## **Parte I**

### **Dos sertões proibidos à ocupação territorial: as “antigas” freguesias da Comarca do Rio das Mortes**

Reconheço, porém, a aura da montanha, e os patamares da montanha, de onde o mineiro enxerga. Porque, antes de mais, o mineiro é muito espectador. O mineiro é velhíssimo, é um ser reflexivo, com segundos propósitos e enrolada natureza. É uma gente imaginosa, pois que muito resistente à monotonia. E boa — porque considera este mundo como uma faisqueira, onde todos têm lugar para garimpar. (Guimarães Rosa)<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> ROSA, João Guimaraes. Aí está Minas: a mineiridade. Revista O Cruzeiro, 25 de agosto de 1957.

**Capítulo 1**  
**“As fumaças do ouro”:**  
**as freguesias da Comarca do Rio das Mortes**

*Mil bateias vão rodando  
sobre córregos escuros;  
terra vai sendo aberta  
por intermináveis sulcos;  
infinitas galerias  
penetram morros profundos<sup>69</sup>.*

As famílias dos livres de cor se constituíam a partir dos laços consanguíneos, das afinidades étnicas e pelas redes sociais do compadrio e da amizade. Todavia, a sua manutenção perpassava pela relação com a unidade produtiva, as formas de escoarem as produções e o espaço físico. Este é construído pelo olhar humano que o nomeia e o demarca. Nessa perspectiva, a concepção de espaço conjuga-se com a cultura, uma vez que a *physis* não limita a ação humana, apenas norteia o indivíduo. Os espaços são construídos a partir de definições do poder constituído que atrela as ações dos sujeitos a determinados espaços como freguesia, bispado, termo, vila, comarca e província. As divisões civis dos espaços se pautam, muitas das vezes, nas eclesiásticas. Entretanto, não se pode afirmar que são as mesmas divisões, já que os acidentes geográficos definem o acesso dominical à capela mais próxima para cumprir os preceitos religiosos.

Os acidentes geográficos conjugados com larga extensão territorial implicaram a presença de várias capelas, ermidas e oratórios que atendessem aos preceitos religiosos dos fiéis subjugados às freguesias de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca e de Nossa Senhora de Monserrate de

---

<sup>69</sup> MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. São Paulo: Global, 2012, p. 55.

Baependi<sup>70</sup>. Os espaços físicos dessas freguesias eram marcados por vários rios, riachos, morros, escarpas e montanhas. A imensidão da região foi descrita por cartógrafos, viajantes e naturalistas que a visitaram e mapearam. Nessa situação, insere-se o naturalista Saint-Hilaire na *Viagem às nascentes do rio São Francisco*, na qual descreve a visão da região com suas montanhas e seus campos. No cume da Mantiqueira, observa que “para qualquer lado que olhasse só via montanhas muito altas com suas encostas cobertas de mata densa e seus cumes coroados de arbustos”. Ao ultrapassar a Mantiqueira, a paisagem mudava para campos, que “a se perder de vista davam uma imagem bem menos imperfeita do infinito”. As paisagens dos campos são entrecortadas por várias serras e morros gerando inúmeras grotas onde se encontra a maioria das fazendas<sup>71</sup>. Além disso, a serra da Mantiqueira “divide as águas do Paraíba e do Rio Doce das do Grande que acaba por se transformar no Rio de la Plata”<sup>72</sup>.

Foi nessa região extensa margeada pela serra da Mantiqueira e vários outros picos que as famílias dos livres de cor se constituíram e encontraram recursos para subsistir. A região em estudo é constituída espacial e historicamente na Comarca do Rio das Mortes. Esse espaço físico foi sendo descoberto e definido pelas incursões dos paulistas na busca do ouro, das esmeraldas e dos nativos para prendê-los. As primeiras incursões foram pelas trilhas indígenas e depois por caminhos oficiais que permitiram a formação dos arraiais, das vilas e das comarcas. As freguesias em análise se situavam geograficamente à margem esquerda do Rio das Mortes e eram compostas por vilas que se estendiam de São João del-Rei até as divisas das Capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por ora, propõe-se compreender a formação de cada capela, ermida e oratório

---

<sup>70</sup> Para facilitar a escrita, serão adotadas neste trabalho as seguintes formas para se referir a essas freguesias: Freguesia do Pilar, Freguesia de Aiuruoca e Freguesia de Baependi.

<sup>71</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 112.

<sup>72</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 44-47.

que compõem as freguesias em estudo e as suas delimitações civis em julgado, termo, vila e comarca cunhadas pelo poder constituído.

### 1.1 Entre a fé e a lei

No início dos setecentos, nas Minas dos Cataguases (Mapa 1), surgiram as freguesias móveis, sendo substituídas pelas implantações fixas conjugadas com o surgimento dos sítios, das paragens e dos inúmeros arraiais e vilas que iriam compor a Comarca do Rio das Mortes. Paralelamente à busca por metais preciosos, surgiram locais ligados às atividades agropecuárias, onde o comércio e o povoamento formavam um binômio complementar<sup>73</sup>.

Nos aglomerados humanos sem o estatuto de vila, havia um “território de dinâmicas relações humanas [...] lugar de homens, mulheres e crianças em atividades cotidianas de vivência”<sup>74</sup>. Para poder controlar as descobertas auríferas, a estrutura administrativa da Coroa portuguesa utilizou tanto a divisão jurídica quanto a eclesiástica. A estrutura jurídica consistiu na criação da Capitania das Minas do Ouro subordinada ao Vice-Rei. No âmbito das capitanias, foram criados as comarcas, os julgados e os termos. As comarcas tinham a finalidade de estabelecer a ordem e a separação territorial e arrecadar o quinto<sup>75</sup>. As três primeiras foram: a do Rio das Mortes, a do Rio da Velhas e a de Vila Rica; por último, em 1720, foi criada a Comarca do Serro do Frio desmembrada da Comarca do Rio das Velhas<sup>76</sup> (Mapa II). O julgado era um arraial que “não tinha o

---

<sup>73</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas del-Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Ed. da UFMG: Belo Horizonte, 2011. p. 74.

<sup>74</sup> MENESES, 2011, p. 72.

<sup>75</sup> FONSECA, 2011, p. 143.

<sup>76</sup> A data da criação das comarcas é objeto de controversas. Alguns historiadores utilizam o ano de 1714, mas em 1711 os ouvidores já estavam chegando às comarcas. Estes foram nomeados em 03/02/1709. In: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922. p. 61. Diferentemente da data escolhida por Graça Filho, 2002, p. 31.

pelourinho, nem gozava dos privilégios de vila, mas [tinha] justiças e juizes...”<sup>77</sup>. Quanto aos termos, cabe ressaltar que nesses locais havia a presença da “câmara municipal, composta de vereadores, que eram eleitos anualmente, do governo econômico e administrativo do município e funções judiciárias quando presididas pelos juizes de fora ou ordinários”<sup>78</sup>.

A vila de São João del-Rei, até o final dos setecentos, era responsável juridicamente por todos os arraiais e povoações situados à margem esquerda do Rio das Mortes, enquanto que os da margem direita ficavam sob a jurisdição da vila de São José del-Rei. Ao longo dos setecentos, a Comarca do Rio das Mortes englobava uma grande extensão territorial<sup>79</sup>, um dos fatores que levou à criação dos julgados de Aiuruoca, Campanha, Itajubá, Jacuí e Sapucaí<sup>80</sup>. Dentro da lógica administrativa portuguesa, que se manteve na organização do Império brasileiro, pertencia à Comarca do Rio das Mortes até 1830 os termos das vilas de São João del-Rei, de São José del-Rei, de Barbacena, de São Bento do Tamanduá, de Campanha da Princesa da Beira, de Santa Maria de Baependi e de São Carlos de Jacuí (Anexo 3).

A divisão jurídica da Comarca do Rio das Mortes passou por várias modificações desde a elevação da vila de São João del-Rei como cabeça de Comarca até as primeiras décadas dos oitocentos (Anexo 4). Essa Comarca e seus termos mantiveram-se coesos até o desmembramento de 1833, ficando na sua jurisdição apenas as vilas de São João del-Rei, São José del-Rei, Lavras do Funil e Tamanduá. Nessa data, foram criadas as comarcas do Rio Paraibuna, composta pelas vilas de Barbacena, Baependi e Pomba, e a Comarca do Rio Sapucaí, composta pelas vilas de Campanha, Jacuí e Pouso

---

<sup>77</sup> BLUTEAU, 1728. v. 4, p.221.

<sup>78</sup> CARVALHO, 1922, p. 20.

<sup>79</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. La démesure et les excès: espaces et sociétés coloniales américaines. LABOIRE, Jean-Claude. *Excessives Amériques: Héritage et Transfert culturel*. Paris: Desjonquères, 2011. p. 47-63.

<sup>80</sup> CARVALHO, 1922, p. 64.

Alegre<sup>81</sup>. Entretanto, o maior desmembramento ocorreu em 1850, momento quando a antiga região da Comarca nos setecentos foi dividida em várias outras comarcas.

No tocante à divisão eclesiástica da região que compunha a Comarca do Rio das Mortes, cabe ressaltar que esta acompanhava os moldes da Coroa portuguesa, que tinha como característica o padroado régio<sup>82</sup>. Nesse sistema, o Rei de Portugal (Mestre das Ordens de Cristo, de Santiago e de Avis<sup>83</sup>), desde a Bula *Inter cetera* de 1456, sancionada pelo Papa Calixto III, tinha “domínio e jurisdição espiritual e perpétua sobre os espaços Ultramarinos portugueses”<sup>84</sup>. Dessa forma, o Rei detinha o poder de nomear o Bispo para a diocese e, como Mestre da Ordem de Cristo, apresentar o clero do cabido e das paróquias, cujo processo deveria ser confirmado pela Mesa de Consciência e Ordem. Além das nomeações eclesiásticas, possuía também a prerrogativa de arrecadar o dízimo, edificar e manter os templos e pagar aos clérigos as cômguas<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> CARVALHO, 1922, p. 122.

<sup>82</sup> Padroado é “o direito que o padroeiro, fundador de uma igreja ou benefício, se tem observado no ato da sua fundação. Consiste este direito em poder nomear ou apresentar ao benefício que fundou sujeitos idôneos; em ter sepultura e outras honoríficas prerrogativas na igreja que edificou”. BLUTEAU, 1728. v. 6, p. 178. NEOFITI, Marina Cavalcanti S. O padroado em Portugal: perspectivas historiográficas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308153374\\_ARQUIVO\\_anpuhtexto.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308153374_ARQUIVO_anpuhtexto.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2015.

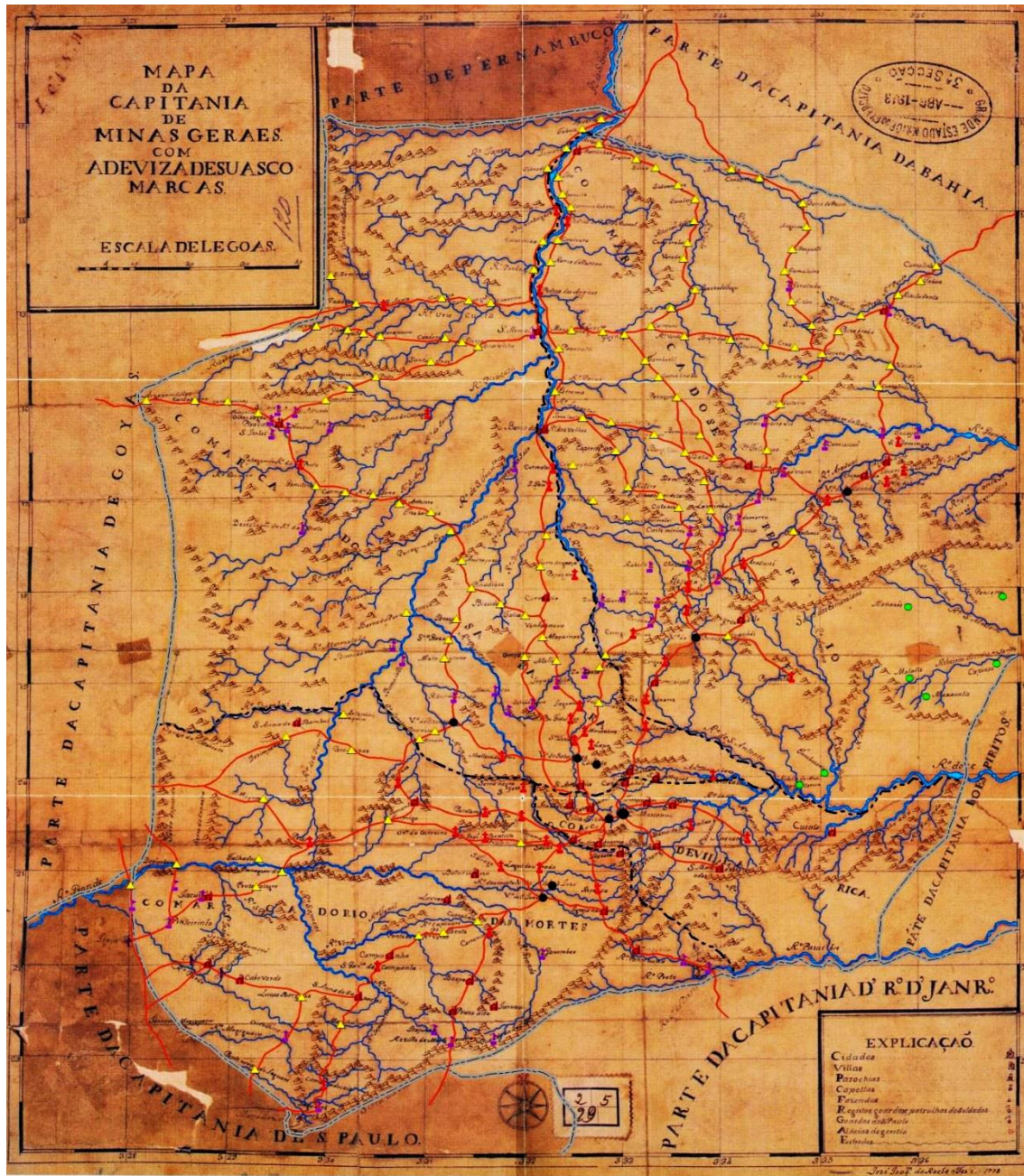
<sup>83</sup> Ordens militares anexadas à Coroa portuguesa pela Bula *Praeclara Charissimi* em 1551 pelo Papa Júlio III. In: RODRIGUES, Carlos Adair. *Poder eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismo de promoção social*. 2012. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 23.

<sup>84</sup> RODRIGUES, 2012, p. 22.

<sup>85</sup> Cômguas: “remuneração anual paga pela Coroa ao clero secular com cargos colados (confirmados), para seu sustento, em virtude do regime de padroado, pelo qual a Coroa recolhe em seu favor os dízimos eclesiásticos e, em troca, arca com as despesas com os sacerdotes e o culto divino”. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A.; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). *Códice Costa Matoso*, v. 2, p. 88. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

## Mapa 1

Mapa da Capitania de Minas Geraes com a divisa de suas comarcas,  
José Joaquim da Rocha, 1778.



● Cidades	⌚ Registros, guardas e patrulha de soldados	--- Limite de Comarca
● Vilas	† Guardas de São Paulo	— Serras
⌚ Paróquias	● Aldeias de gentio	— Rios
⌚ Capelas	— Estradas	
▲ Fazendas	— Limite de Capitania	

0 50 100 150 200 km

FONTE: FJP (1995); modificado de Castro et al. (2006).  
CARTOGRAFIA: José Flávio Moraes Castro, 2011.

Fonte: Vetorização do Mapa da Capitania de Minas Geraes com a divisa de suas comarcas, 1778. In: CASTRO, José Flávio. Organização espacial da capitania de Minas Geraes no século XVIII. IV Seminário luso-brasileiro de cartografia histórica. Porto: 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/8.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

Nessa perspectiva, foram criados no Ultramar os Bispados da Bahia (1551), do Rio de Janeiro (1676), de Recife e Olinda (1676), do Maranhão (1677), de São Paulo (1745) e de Mariana (1745). A jurisdição eclesiástica responsável pela região onde ocorreram as descobertas auríferas (Minas dos Cataguás) era a diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. As primeiras capelas e freguesias foram erigidas sob a autorização dos bispos dessa diocese com o aval do Rei e da Mesa de Consciência e Ordens, que permitiam a construção das capelas, a criação das freguesias e todas as provisões para nomear os párocos e manter o culto<sup>86</sup>. Na Monarquia portuguesa, o direito régio do padroado interligava os poderes temporal e espiritual, em que a conversão tinha duplo sentido, o de cristianização e o de controle dos territórios pelas autoridades, uma vez que a instituição de “sedes paroquiais supunha a existência de um núcleo de povoamento estável”<sup>87</sup>. No tocante à estruturação do poder eclesiástico, era necessária a iniciativa dos moradores, que solicitavam à Coroa a permissão para a instituição de uma capela.

Os fatores políticos influenciavam na classificação dos lugares em termos, freguesias e capelas curadas que podiam acompanhar ou substituir o arraial<sup>88</sup>. A paróquia e freguesia “designava o templo [Matriz] – bem como uma povoação que a continha [arraial] ou conjuntos de fregueses, e por fim o território paroquial que incluía a povoação sede, áreas rurais e, por vezes, sertões residuais”<sup>89</sup>. Essas paróquias pertenciam à Coroa portuguesa. Entretanto, a maioria dos párocos nomeados pelo bispo do Rio de Janeiro era encomendada, tendo a população de pagar as conhecenças<sup>90</sup>. Somente em 1724, D. João

---

<sup>86</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 26-60, 69.

<sup>87</sup> FONSECA, 2011, p. 74.

<sup>88</sup> FONSECA, 2011, p. 84.

<sup>89</sup> FONSECA, 2011, p. 74.

<sup>90</sup> Conhecenças: “Dizimo pessoal do fiel a seu respectivo pároco pelo serviço pastoral. É aplicado sobre todos os seus ganhos, em função de qualquer negócio, serviço ou ofício, mesmo fora da respectiva paróquia, por ocasião da desobriga pascal. Destinadas formalmente ao sustento dos párocos encomendados, que não têm direito às côngruas, na prática também os párocos colados recebem as conhecenças”. FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999, v. 2, p. 88.

V decidiu assumir o financiamento dos párocos por meio das cômguas, criando oficialmente as 20 primeiras freguesias coladas. Uma paróquia/freguesia colativa significa a presença de um vigário colado, que era o sacerdote provido pelo Rei após ser sabatinado pelo bispo e provido perpetuamente para uma vigararia, à qual se tornava inamovível (ficava “colado”). Esse benefício implicava o direito de receber o pagamento régio (cômgrua)<sup>91</sup>.

Na época da colação dessas freguesias, já “existiam então pelo menos 31 paróquias encomendadas”<sup>92</sup>. Após a criação do Bispado de Mariana, a Coroa instituiu, em 1752, novas freguesias coladas<sup>93</sup>. A Comarca do Rio das Mortes possuía grande extensão territorial (Mapa 2), com a presença de várias freguesias coladas, o que gerou, por sua vez, enorme número de fregueses e, por conseguinte, vários registros com os fatos vitais dos indivíduos. Por isso, foi feita a opção de apreender a constituição das famílias, o parentesco espiritual e as redes sociais dos livres de cor de somente três freguesias pertencentes à referida Comarca, situadas em sua maioria à margem esquerda do Rio das Mortes, que têm limites territoriais em comum. Dentre as três freguesias em foco, a primeira a ser autorizada foi a de Nossa Senhora do Pilar, em 1711, e depois as outras duas, a de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, em 1718, e a de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi, em 1723. As duas últimas se situavam nas zonas de litígio entre as capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

---

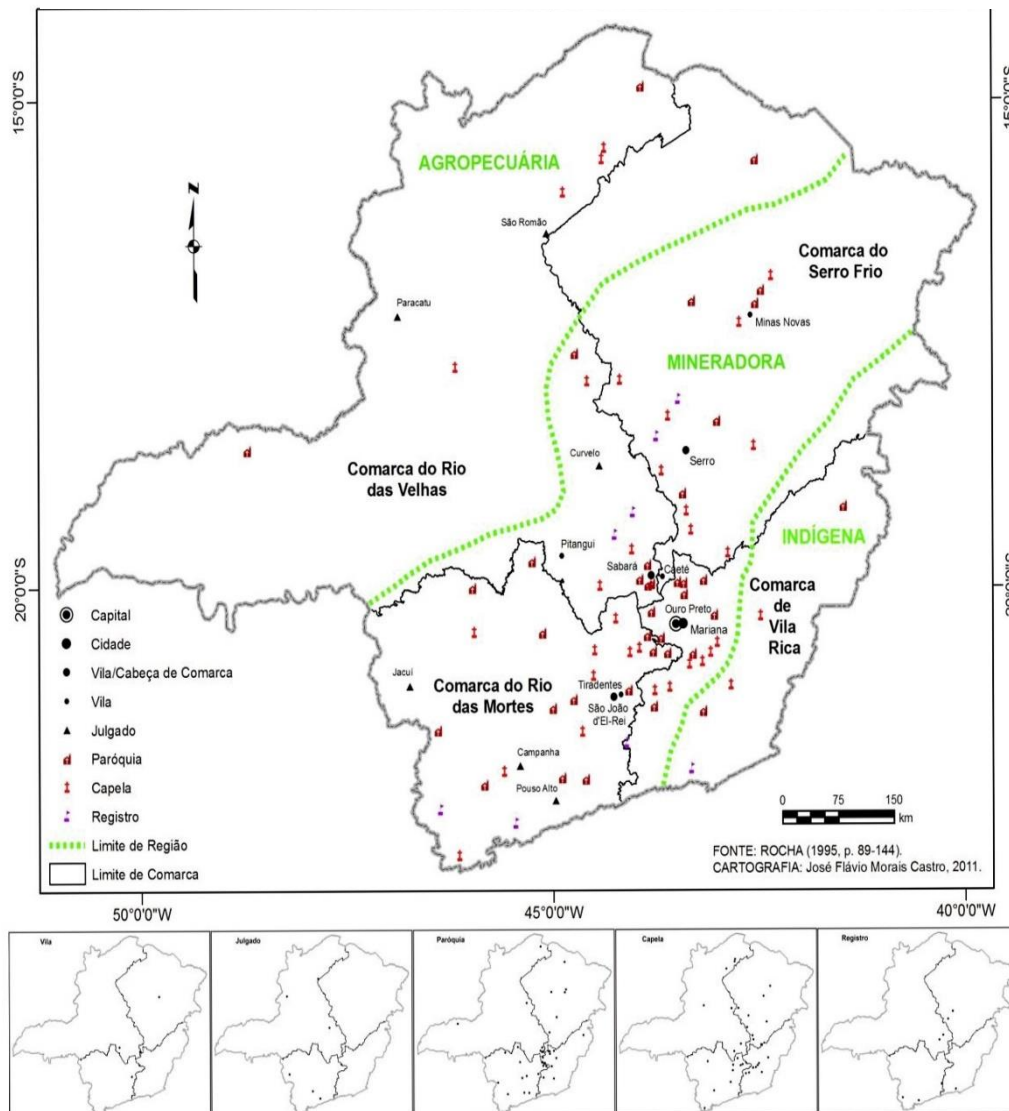
<sup>91</sup> FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999, p. 87, 127.

<sup>92</sup> FONSECA, 2011, p. 100.

<sup>93</sup> FONSECA, 2011, p. 104.

## Mapa 2

*Grandes espaços regionais do Estado de Minas Gerais,  
Baseado na descrição de José Joaquim da Rocha, 1778.*



Fonte: *Grandes espaços regionais do Estado de Minas Gerais, com base na descrição de José Joaquim da Rocha, em 1778*<sup>94</sup>. In: CASTRO, José Flávio. IV Seminário luso-brasileiro de cartografia histórica. Porto: 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/8.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

<sup>94</sup> A escolha desse mapa ocorre por permitir a visualização das comarcas e especificamente a do Rio das Mortes a partir do mapa de José Joaquim Rocha com a demarcação atual do estado de Minas Gerais. Segundo Castro, os limites regionais definidos por Rocha em agropecuária, mineração e indígena partem “[...] da organização espacial dos fenômenos administrativos e eclesiásticos da capitania de Minas Gerais no século XVIII, [e] podem ser associados às características naturais do Estado de Minas Gerais”. In: CASTRO, José Flávio. *Organização espacial da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. IV Seminário luso-brasileiro de cartografia histórica. Porto: 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/8.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

Os contornos das comarcas, das vilas e seus termos, dos arraiais, dos julgados, das freguesias, capelas curadas, ermidas e oratórios foram tomando forma nos setecentos e passando por uma imbricada disputa pelas zonas periféricas onde as “circunscrições civis e eclesiásticas eram instituídas de forma paralela e independente e seus limites não evoluíram no mesmo ritmo”<sup>95</sup>. A forma utilizada para garantir a posse de um local era a instituição de julgados e registros que funcionavam como “barreiras militares e alfandegárias, colocadas em pontos estratégicos das zonas confinantes”. Já a instituição de capelas e “os tradicionais ‘ritos possessórios’ [...] consistiam em cerimônias civis e religiosas que eram devidamente descritas e registradas nos livros camarários, a fim de servirem como provas da ‘antiguidade da posse’ em caso de litígios territoriais com vilas vizinhas”<sup>96</sup>.

As disputas eclesiásticas para dominar espiritualmente as capelas nas regiões limítrofes das capitâneas respaldavam a divisão civil. Para defender a divisão do Bispado de Mariana, Frei Manuel da Cruz trocou cartas com o Bispo de São Paulo, D. Antônio Luiz de Sousa, mencionando as dúvidas sobre as demarcações civis. A melhor forma de dissolver qualquer dúvida era seguir as prescrições dos limites presentes na Bula *Candor Lucis Aeternae*, de 6 de dezembro de 1745<sup>97</sup>, que criou o Bispado de Mariana. No entanto, os equívocos não cessaram, as discussões continuaram ferrenhas e, para defender as delimitações das capitâneas e dos bispados, as autoridades utilizaram mapas<sup>98</sup> com o

---

<sup>95</sup> FONSECA, 2011, p. 273.

<sup>96</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Retóricas cartográficas: as vilas e seus territórios nas Minas setecentistas*. In: 3º Simpósio Ibero-americano de História da Cartografia Agendas para História da Cartografia Ibero-americana São Paulo, abr. 2010. Disponível em: <[https://3siahc.wordpress.com/memorias/#Cláudia\\_Damasceno\\_Fonseca](https://3siahc.wordpress.com/memorias/#Cláudia_Damasceno_Fonseca)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>97</sup> SILVA, J. Trindade da Fonseca e. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948. v. 1, p. 112-123.

<sup>98</sup> “Os mapas não são inocentes [...] representam aspectos significativos da carga mnemônica de seu produtor. São objetos sociais e, portanto, dimensão da existência dos grupos que os constituíam”. CAVENAGHI, Airton Jose. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 14, n. 1. jan./jun. 2006. p. 195.

objetivo de “ver com toda evidência os cursos dos rios, a situação das povoações, a direção das picadas [e] o rumo das serras”<sup>99</sup>.

### Mapa 3

*Mapa da capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados para Minas Gerais..., século XVIII.*



Fonte: BN. Cart1033415. Mapa da capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados para Minas Gerais..., século XVIII. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1033415.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg)>. Acesso em: 20 jan. 2015. Em destaque circular a região de estudo e também um dos focos de disputas entre as Capitânicas das Minas Gerais e de São Paulo. *Grifo meu.*

<sup>99</sup> *Documentos Interessantes: Para a história e costumes de São Paulo.* v. 73, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 185. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. p. 98. Acesso em: 14 mar. 2015.

Nesse contexto, têm-se os mapas do engenheiro e militar Francisco Tosi Columbina<sup>100</sup> para São Paulo (Mapa 3), do século XVIII mas sem ano definido, e o de Aroeira para Minas Gerais (Mapa 4), datado de 1766. O primeiro atuou no serviço da Coroa portuguesa na confecção de mapas que representavam a Capitania de São Paulo e “seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados para Minas Gerais, como também o caminho de Goiás, com todos os seus pousos e passagens”<sup>101</sup>. No tocante ao segundo, não há muitas informações sobre sua atuação, porém o mapa de Minas Gerais tem como título original: “Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, mostra a verdadeira situação dos lugares por onde fizeram as sete principais divisões do seu governo com o de Minas Gerais”<sup>102</sup>. O avanço dos limites entre capitanias e bispados ocorreu pautado em discussões entre os governadores e bispos envolvidos, inseridos em um processo de definição de fronteiras com as regiões periféricas da colônia que confrontavam com as possessões espanholas<sup>103</sup>.

Em meio a essas discussões, o Governador de São Paulo, Morgado de Mateus, enviou para o Conde de Oeiras um relatório transcrevendo as cartas trocadas entre bispos e governadores envolvidos na contenda, os atestados de posse dos novos descobertos e as dúvidas sobre a divisão das capitanias<sup>104</sup>. Nesse contexto de disputas territoriais, reuniu-

---

<sup>100</sup> SOUZA, Stephanie Laila Pires. *Francisco Tosi Colombina e o legado da engenharia militar: erudição e tradição na cartografia setecentista*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4850141/Francisco\\_Tosi\\_Colombina\\_e\\_o\\_Legado\\_da\\_Engenharia\\_Militar\\_na\\_cartografia\\_setecentista](https://www.academia.edu/4850141/Francisco_Tosi_Colombina_e_o_Legado_da_Engenharia_Militar_na_cartografia_setecentista)>. Acesso em: 21 ago. 2015.

<sup>101</sup> Mapa da capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados para Minas Gerais, como também o caminho de Goiás, com todos os seus pousos e passagens. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1033415.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

<sup>102</sup> APM. Carta Corográfica dos limites do Estado de Minas Gerais com o de São Paulo, 1766, SI – 003 (01).

<sup>103</sup> Foi também uma política ampla de controle territorial capitaneada por Gomes Freire de Andrade, que administrou por mais de 20 anos não somente Minas Gerais como parte das capitanias do centro-sul. FONSECA, Claudia Damasceno. *Retóricas cartográficas: as vilas e seus territórios nas Minas setecentistas*. Disponível em: <<https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/claudia-damasceno-3siach-2010.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

<sup>104</sup> Demarcações para as capitanias de São Paulo e Minas Gerais. *Documentos Interessantes: Para a história e costumes de São Paulo*. v. 73, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 177. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. p. 98. Acesso em: 14 mar. 2015.

se, na Capitania do Rio de Janeiro, uma Junta convocada pelo Conde da Cunha para determinar as demarcações. Essa Junta chegou à conclusão de que “a divisão mais perdurável e incontestável era a que se fazia por rios permanentes”<sup>105</sup>.

#### Mapa 4

*Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, em que mostra a verdadeira situação dos lugares por onde fizeram as setes principais divisões do seu governo com o de Minas Gerais, 1766.*



Fonte: AROEIRA, 1766. Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, em que mostra a verdadeira situação dos lugares por onde fizeram as setes principais divisões do seu governo com o de Minas Gerais, APM, SI-003 (01). Em destaque circular, a circunscrição das freguesias em estudo: Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca e Nossa Senhora de Monserrate de Baependi.

<sup>105</sup> “A divisão dos dois governos se devia fazer pelo rio chamado Sapucaí, o qual se forma de dois rios principais, que ambos têm o nascimento na Serra da Mantiqueira, um que vem da parte do poente chamado Sapucaí-mirim e outro que vem da nascente chamada Sapucaí-guassú [...]. O rio corre em forma de forquilha, a divisão deve ser oito ou dez léguas da referida forquilha até o alto da Serra da Mantiqueira. A vertente do Sapucaí-mirim pertencendo a São Paulo e Sapucaí-guassú a Minas Gerais. E da forquilha abaixo até chegar ao Rio Grande, a margem oriental as Minas Gerais e a Ocidental a São Paulo”. Assento da Junta do Rio de Janeiro de 1765. *Documentos Interessantes: Para a história e costumes de São Paulo*. v. 52, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 185. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. p. 216. Acesso em: 14 mar. 2015.

Em seis de abril de 1714, D. Braz Balthazar da Silveira convocou os representantes das câmaras das vilas de Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Vila Real do Sabará e vila de São João del-Rei para definir a jurisdição de cada uma. Por essa ocasião, ficou definido que o território da Comarca do Rio das Mortes se iniciaria no “ribeiro das Congonhas junto do qual está um sítio chamado Casa Branca” dividindo com a Comarca de Vila Rica e “vai até a vila do mesmo nome, a qual só dividirá com a vila de Guaratinguetá pela serra da Mantiqueira...”<sup>106</sup>. Ignorando essas recomendações, com a criação da Capitania das Minas do Ouro, São Paulo adentrou para o território da Comarca do Rio das Mortes. A partir dessas “incursões” e possessões paulistas, houve várias discussões acerca dos limites entre as capitanias<sup>107</sup> e os bispados de Minas e São Paulo. As câmaras das vilas de Guaratinguetá e do Rio das Mortes lavraram a divisão e colocaram um marco de pedra em Baependi no morro do Caxambu, até que

[...] a do rio das Mortes como o mais poderoso e com aquelas fumaças que produz o ouro o foram quebrar e puseram outro na Serra da Mantiqueira, a vista de Guaratinguetá distante dez léguas e daí para São João del-Rei ou Rio das Mortes, quarenta, e esses camaristas como pobres assim ficaram por não poder em forças, cabedais competir com aqueles<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> DERBY, Orville A. A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. Crônicas dos tempos colônias. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1899-1900. v. 5, p. 195.

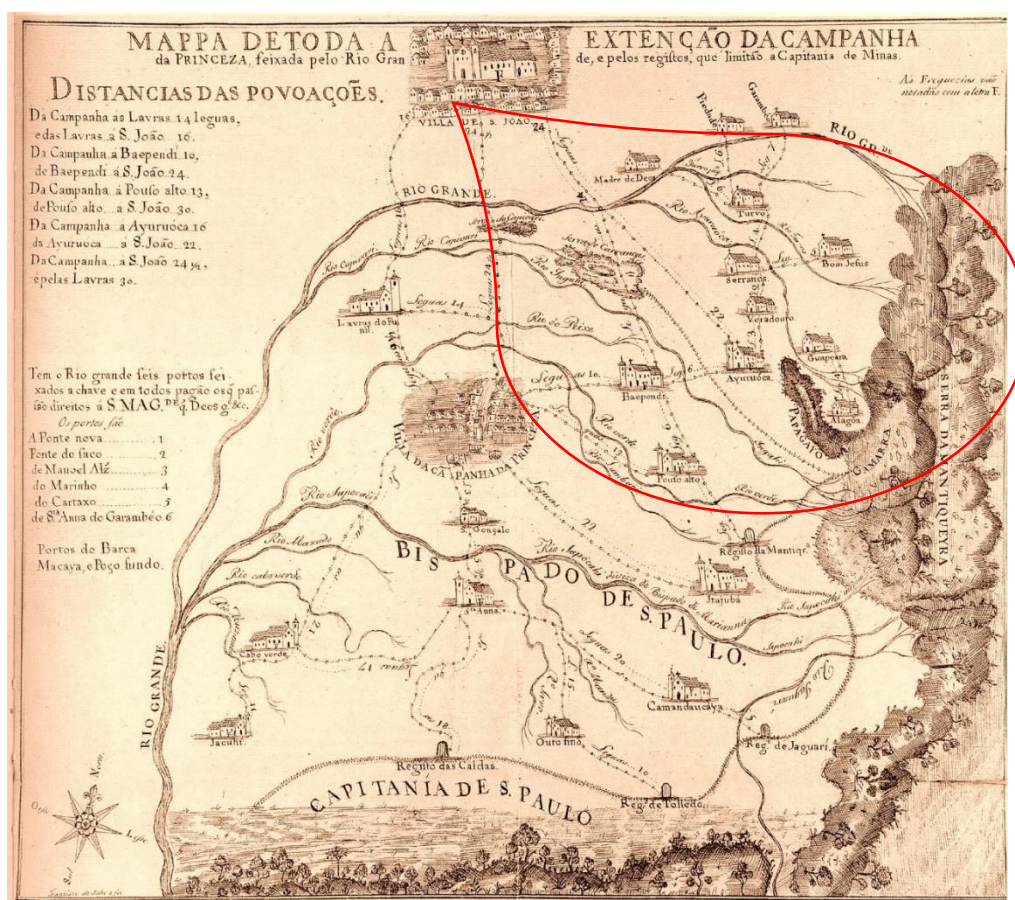
<sup>107</sup> Os debates sobre a divisão entre as capitanias se estendem até o século XX, quando realmente as divisas foram estabelecidas. No século XIX, Azeredo Coutinho mobilizou os argumentos setecentistas para definir as demarcações entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais. In: CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza, 1839. *Informação sobre os limites da Província de S. Paulo com as suas limitrophes*. Impressa por deliberação da Assembleia Provincial de S. Paulo em 1846. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1846. p. 13. Ver CAVENAGHI, Airton Jose. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2006. p. 195.

<sup>108</sup> Carta de Joao Rodrigues de Amorim ao Reverendo Dr. Gaspar de Sousa Leal, vigário da vara da Comarca de Guaratinguetá, 1747. *Documentos Interessantes: Para a história e costumes de São Paulo*. v. 52, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 185. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. p. 187. Acesso em: 14 mar. 2015.

Devido às “fumaças do ouro” e aos pesados impostos sobre a Capitania de Minas Gerais, as autoridades locais, com aquiescência do Rei, não permitiram que seus territórios diminuíssem e as câmaras perdessem seus termos. Para além do aumento da extensão territorial, havia a perspectiva de novos descobrimentos auríferos, da expansão da fronteira agrícola e do aumento das receitas régias<sup>109</sup>.

## Mapa 5

*Mapa do Termo da vila de Campanha da Princesa, c. 1800.*



Fonte: anônimo (c. 1800). Mapa do Termo da Vila de Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes de Minas Gerais, que só serve para mostrar a extensão do mesmo Termo, os lugares mais notáveis, distâncias entre eles, estradas principais que o atravessam, 30 x 34,5 cm, manuscrito e aquarela, APM, MC 02.04. Em destaque, a circunscrição das freguesias em estudo: do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi.

<sup>109</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. *Retóricas cartográficas: as vilas e seus territórios nas Minas setecentistas*. Disponível em: <<https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/claudia-damasceno-3siahc-2010.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

Todavia, a Câmara da vila de São João del-Rei perdeu territórios da sua jurisdição no final dos setecentos com a criação da vila de Barbacena e da vila de Campanha. Visando a aumentar sua jurisdição, a vila de Campanha apresentou ao Conselho Ultramarino um pedido para redefinir suas fronteiras com base em um mapa que demonstrava as distâncias de determinados locais da Vila de São João del-Rei (Mapa 5). Os camaristas dessa Vila se opuseram a essa solicitação campanhense e apresentaram uma carta que justificava a manutenção de sua jurisdição, colocando em evidência a extensão territorial das paróquias, por meio “do uso de cores diferenciadas para cada circunscrição”<sup>110</sup>, possibilitando identificar as freguesias em análise (Mapa 6).

Além das identificações presentes no mapa, há também o silêncio referente às partes proibidas da Comarca do Rio das Mortes, particularmente os sertões da Mantiqueira e da Pena Branca. As margens do primeiro localizavam-se na freguesia de Aiuruoca e do segundo na freguesia de Baependi, ambas com poucos habitantes descendentes dos bandeirantes dedicados à agricultura em meados dos setecentos.

No final dos setecentos e início dos oitocentos, os sertões, as matas gerais e as serras eram “terra de ninguém”, um local marcado pela violência armada e pela intimidação física<sup>111</sup>. As freguesias de Nossa Senhora de Aiuruoca e de Santa Maria de Baependi delimitavam com os sertões e com o Caminho Velho. Já a freguesia do Pilar constituía-se em local de intensa movimentação de tropeiros, de viajantes e de representantes da justiça e da ordem, e como ligação do Caminho Velho com o Novo. Essas freguesias possuíam muitas capelas curadas. Nas freguesias muito extensas e populosas, como as que estão em foco, os párocos necessitavam de auxiliares chamados de coadjutores, que eram remunerados com a receita do seu benefício. Os capelães

---

<sup>110</sup> FONSECA, 2011.

<sup>111</sup> ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

poderiam ser sustentados pelo pároco colado ou pela população e, quando em fazendas particulares, eram mantidos pelo proprietário (Mapa 7).

### Mapa 6

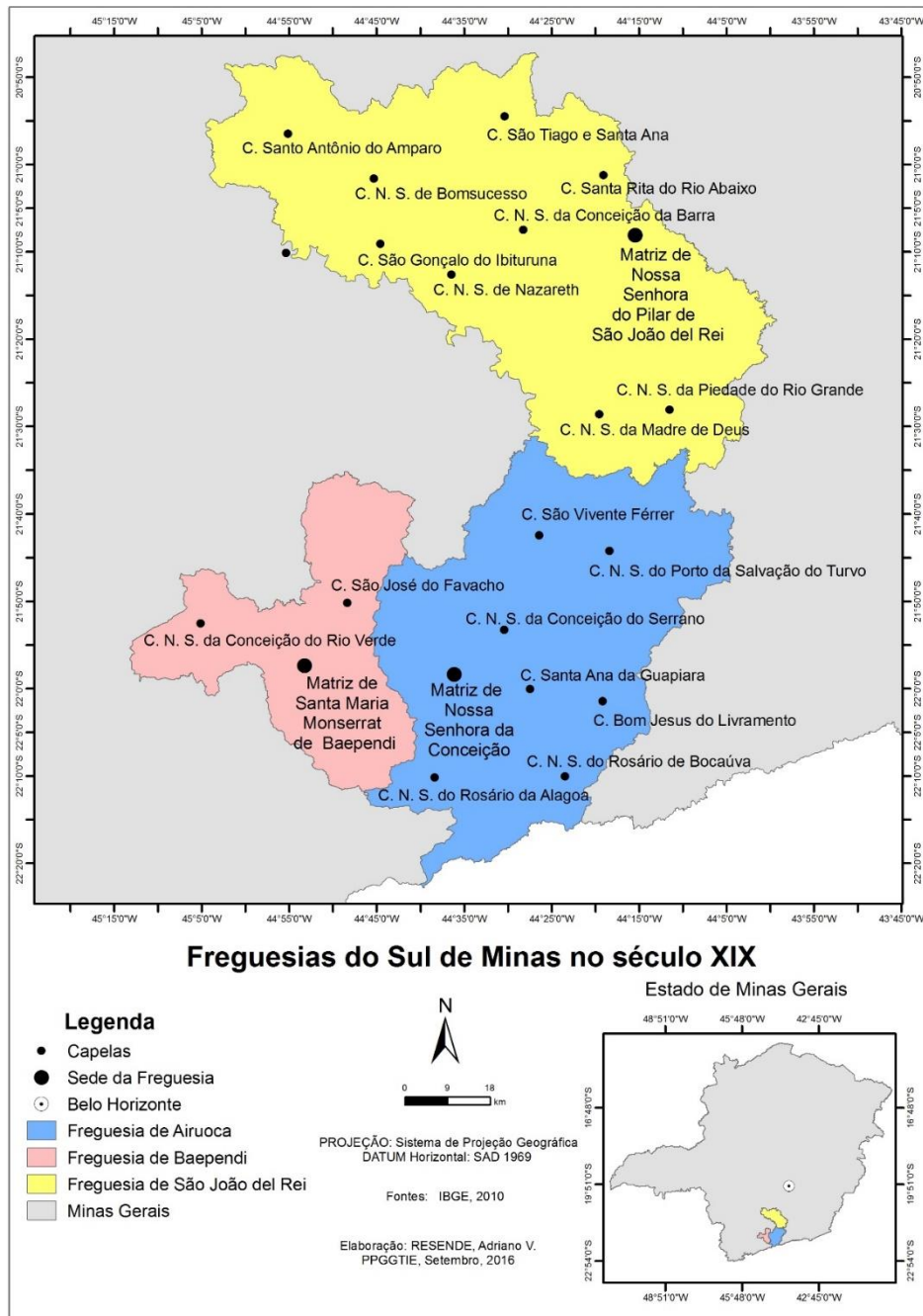
Mapa do Termo da vila de São João del-Rei antes da criação da vila de Campanha, c. 1803.



Fonte: anônimo (c. 1803). Novo Mapa Topográfico orientado e geograficamente exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de São João del-Rei antes da criação da Vila de Campanha com os julgados nele compreendidos, dos quais a Câmara daquela Vila de São João percebia e administrava as respectivas rendas, 61 x 54 cm, aquarela, MI (reproduzido em Adonias, 1993, Fonseca 2011). Nos campos rosado (letra A), a freguesia do Pilar; verde (letra C), a freguesia de Aiuruoca; e rosado (letra D), a freguesia de Baependi.

## Mapa 7

*Principais capelas das freguesias no sul de Minas, primeiro quartel do século XIX*



A década de 1830 marcou o aumento das divisões jurídicas e eclesiásticas na região da Comarca do Rio das Mortes. A primeira já foi explicitada e a segunda aconteceu após a visita Pastoral do Frei da Santíssima Trindade a partir do relatório solicitado pelo Presidente de Província. Nele, constavam os números dos presbíteros, das igrejas

paroquiais e das capelas filiais curadas e não curadas da diocese de Mariana. Além disso, havia ainda as paróquias que iriam deixar de existir ou incorporar seu “território a outra freguesia, e as paróquias que deverão criar [...]”<sup>112</sup>. A justificativa de tal ação respaldava-se no fato de algumas freguesias terem uma “população pouco considerável e que pela pobreza mal sustentam os seus párocos, os quais não subsistiriam senão tivessem a Cômrua”<sup>113</sup>.

Na freguesia de Baependi, havia duas capelas curadas: a de São José do Favacho e a de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde. Esta foi desmembrada e elevada a paróquia com 1.853 almas e 713 fogos em 1831. O argumento para tal se baseou no fato de o sacerdote ter que morar no arraial, pois os curas “não para[vam] nela”.

Por sua vez, para não prejudicar a extensão territorial das capelas e freguesias vizinhas, o Bispo Santíssima Trindade determinou que o círculo dessa nova paróquia ficaria abrangendo desde a embocadura do Rio Verde do Lambari até a embocadura do Rio Verde, na “confrontação com o Lambari, partindo para o norte até encontrar com a freguesia de Carrancas, pelo sul com Pouso Alto e pelo poente com a Vila de Campanha”<sup>114</sup>.

Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, foram criadas as paróquias de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, do Bom Jesus do Livramento e de Nossa Senhora do Rosário da Alagoa. A primeira freguesia possuiria 10 léguas<sup>115</sup> de diâmetro, confrontando ao norte com as capelas de Nossa da Piedade do Rio Grande e de Madre de Deus; ao sul com as capelas de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Serranos e

---

<sup>112</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, Frei José da. A diocese de Mariana em 1831. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 4. 1899. p. 136.

<sup>113</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1899, p. 136.

<sup>114</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1899, p. 144.

<sup>115</sup> Uma légua no século XVIII correspondia a 6 km e 600 metros. A conversão da medida de léguas para metros consta no Anuário Brasileiro de Pesos e Medidas, Moedas e Tabelas Meteorológicas de 1888. Agradeço ao Prof. Dr. Afonso Alencastro pelas indicações de fontes para entender essa conversão da légua em metros no séc. XVIII.

de Nossa Senhora Santana do Garambéu e com a Ermida do Bom Jardim pertencentes à freguesia de Ibitipoca; a oeste, confrontava com a Ermida de São Vicente Férrer; a sudeste, com as serras do Paracatu, fazendas limítrofes, e com a capela de Senhor Bom Jesus do Livramento.

O embasamento de Frei da Santíssima Trindade para desmembrar a freguesia de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação foi o “número de almas que tem pelo estabelecimento dos habitantes e pela sua posição geográfica incorporando-se-lhe a Ermida de São Vicente”, que possuía 1.276 almas em 144 fogos, que somados teriam 5.295 almas. Além disso, salienta em seu relatório que a criação dessa freguesia foi permitida pela Mesa de Consciência e Ordens em 30 de abril de 1828<sup>116</sup>.

A segunda freguesia (Bom Jesus do Livramento) tinha a extensão de oito léguas, divisando ao norte com a capela de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, com a serra do Paracatu e fazendas limitrofes; ao sul, com o Ribeirão da Piedade e Martins, que separa a Ermida de Nossa Senhora do Rosário da Bocaina; a leste, com o Rio Preto e os curatos de São Joaquim e São Luis Beltrão pertencentes ao Bispado do Rio de Janeiro; e a oeste, com a fazenda dos Macacos, o rio Francês e a capela de Serranos.

A explicação para sua criação era a “posição hidrográfica que lhe veda com facilidade o socorro espiritual pela Matriz atual, pelos sertões da Mantiqueira que assás se vão aumentando”. À nova paróquia, seria incorporada a capela de Nossa Senhora do Rosário da Bocaina e a ermida do Bom Jardim<sup>117</sup>, que pertenciam à freguesia de Ibitipoca. A justificativa para pertencer à nova freguesia é por ter a “maior parte das ovelhas que

---

<sup>116</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1899, p. 143.

<sup>117</sup> De acordo com o relatório de Trindade, a ermida de Bom Jardim foi edificada no terreno da freguesia de Aiuruoca. Contudo, estava subordinada à freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo e posteriormente à freguesia de Santa Rita de Ibitipoca, como atestam os donos “da fazenda denominada Lacerda e pelas matrículas de desobrigas e assentamento de batismo dos filhos dos primeiros habitantes [...] na era de 1748”. SANTÍSSIMA TRINDADE, 1899, p. 144.

hoje ocupa o solar contíguo à Mantiqueira e por aí a sua entrada”<sup>118</sup>, estando, portanto, distante da matriz em que eram fregueses.

A terceira freguesia (Nossa Senhora do Rosário da Lagoa) localizava-se ao sul da matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aiuruoca. A sua dimensão era de oito ou dez léguas, divisando ao norte com o ribeirão do Tripuí e dos Botelhos e com a capela de Nossa Senhora do Rosário da Grupiara; ao sul, com as serras do Piuí, do Monte Belo e do Lages e com a capela de Capivarí pertencente à freguesia de Pouso Alto; a leste, com o Rio Preto e com a freguesia da Vila de Resende (Bispado do Rio de Janeiro); a oeste, com os ribeirões do Gamara e de Piracicaba e com a ermida de Santo Antônio de Piracicaba; e a nordeste, com as serras do Torto e do Paiol e com a ermida de Nossa Senhora da Bocaina. A justificativa para a criação dessa freguesia se pautava na presença do “sertão de matas que tem nas vertentes da Mantiqueira e margens do Rio Preto que se vão povoando muito, por ser o seu local que é extenso entrecortado de grandes ribeirões e de ramas da Mantiqueira”, que dificultava o acesso à Matriz a que pertenciam. A nova freguesia contaria com a presença de aproximadamente 2.320 almas<sup>119</sup>.

---

<sup>118</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1899, p. 144.

<sup>119</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1899, p. 144-145.

## Mapa 8

### *Freguesias no sul de Minas, primeiro quartel do século XIX*



Na freguesia do Pilar, também houve demembramentos, sendo criadas as paróquias de Nossa Senhora do Bonsucesso, de São Miguel do Cajuru e de Nossa Senhora da Conceição da Barra. A primeira foi criada em 1825 e as suas capelas curadas eram as

de São Tiago e Santo Antônio do Amparo<sup>120</sup>. A segunda de São Miguel Arcângelo do Cajuru<sup>121</sup>, que foi elevada a freguesia em 1833. O primeiro vigário encomendado dessa freguesia foi o padre Isidoro Correia de Carvalho e a região sob sua responsabilidade abrangia as capelas de Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Madre de Deus, Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno e São Francisco do Onça<sup>122</sup>. A terceira, de Nossa Senhora da Conceição da Barra, abarcava as capelas de Nossa Senhora de Nazareth e de São Gonçalo do Ibituruna.

A partir dos desmembramentos que aconteceram nas freguesias do Pilar da vila de São João del-Rei, de Baependi e de Aiuruoca, foi feita a opção de manter a circunscrição espacial das freguesias, independente dos seus desmembramentos e alterações ao longo do tempo, ultrapassando as divisões jurídicas e eclesiásticas. Para representar esse espaço, foram utilizados mapas confeccionados nos setecentos e foi feita a opção por utilizar os “recursos da comunicação cartográfica e da cartografia digital” para representar a região estudada (Mapa 8).

Nesse contexto de disputas jurídicas e eclesiásticas mobilizadas por interesses diversos, não raras vezes envolvendo os potentados locais e regionais, tem-se a formação de núcleos familiares dos livres de cor, que tinham suas vidas permeadas por conflitos políticos, interesses econômicos e reorganização do espaço produtivo. Ilustra isso o desenvolvimento de atividades produtivas ligadas à mineração, à agropecuária, ao comércio e ao tropeirismo, que, em linhas gerais, constituíam as ocupações das famílias estudadas nesta pesquisa.

---

<sup>120</sup> O estudo das divisões eclesiásticas da vila de São João del-Rei no decorrer do século XVIII se encontra em: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade* (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p. 43.

<sup>121</sup> Fora “instituída canonicamente por provisão episcopal de 7 de agosto de 1833”. In: TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945. p. 71.

<sup>122</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 35.

## 1.2 A fênix da Comarca do Rio das Mortes: a freguesia de Nossa Senhora do Pilar

A definição da toponímia do rio das Mortes antecede a Guerra dos Emboabas<sup>123</sup>. Nos relatos sertanistas, percebe-se que o outro rio navegável “distante quatro ou cinco léguas do rio Grande” é o rio das Mortes, um dos obstáculos para se chegar às minas de “Sabaroasu”<sup>124</sup>. O topônimo do rio existia antes mesmo das primeiras povoações. Segundo Antonil, recebeu esse nome “por morrerem nele uns homens que passaram nadando, e outros que se mataram a pelouradas, brigando entre si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do sertão”<sup>125</sup>.

Às margens do rio das Mortes, há notícia de uma travessia controlada por Tomé Portes del-Rei, posteriormente nomeado guarda-mor do Porto da Passagem, por viver “de fabricar mantimentos para vender aos mineiros, que passavam para as minas, ou voltavam para os povoados, fazendo neste negócio altíssimas fortunas”<sup>126</sup>. Na segunda metade dos seiscentos, Tomé Portes del-Rei já realizava incursões nos sertões do vale do Paraíba e da Mantiqueira juntamente com seu cunhado Bartolomeu da Cunha Gago e seus genros Miguel Garcia Velho e Antônio Garcia da Cunha. Na região do rio das Mortes, parece que ele estava acompanhado de seus genros, juntamente com suas esposas, filhos e outros parentes, pois, na crise da escassez de alimentos mencionada por Antonil<sup>127</sup>, já

---

<sup>123</sup> ROMEIRO, Adriana. A guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História das Minas Gerais: As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 529-548.

<sup>124</sup> BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 37.

<sup>125</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 165. Essa explicação é plausível, uma vez que, antes da bandeira de Fernão Dias Pais, esse itinerário já era conhecido por Glimmer e por seguir as trilhas indígenas. BARREIROS, 1979. p. 31.

<sup>126</sup> TAUNAY, Afonso de. *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Itatiaia 1981, p. 46.

<sup>127</sup> ANTONIL, 1976, p. 170.

estavam afazendados no local antes da passagem do século, onde Tomé Portes plantou grandes roças que abasteciam os migrantes em trânsito por aquele caminho<sup>128</sup>.

Nas proximidades do Porto da Passagem, em 1702, Tomé Portes del-Rei, com João Siqueira Afonso, seu hóspede, encontrou um riacho com ouro, afluente do rio das Mortes. Essa descoberta consta na notícia prática que deu o Reverendo Pe. Diogo Soares ao Sargento-mor José Matol:

no ano de 1702, pouco mais ou menos, descobriu Tomé Portos del Rey junto ao sítio, um que hoje está a vila de São José, um ribeiro [...] onde formaram todo um arraial, ao qual deram o nome de Santo Antônio, levantando uma capela com invocação ao mesmo santo e nesta teve o princípio deste distrito<sup>129</sup>.

A abundância de ouro no rio das Mortes e seus afluentes – ribeiros e córregos – foi relatada por Antonil, afirmando que o local onde estava situado o arraial Ponta do Morro era um lugar alegre em que poderia ter-se uma morada estável. O único problema era localizar-se longe do mar<sup>130</sup>. Devido à fartura do ouro nas proximidades do rio das Mortes, foram edificadas dois arraiais, o da Ponta do Morro e o de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde, respectivamente, vila de São José del-Rei e vila de São João del-Rei<sup>131</sup>. O ouro fora encontrado na vila de São João del-Rei por Antônio Garcia Cunha, genro de Tomé Portes del-Rei, no ano de 1704:

---

<sup>128</sup> ORTIZ, José Bernardo. *São Francisco das Chagas de Taubaté*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1988.

<sup>129</sup> Códice CXVI-fl-15, folhas 147 a 152, da Biblioteca de Évora *apud* VELLOSO, Herculano. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José: nos tempos coloniais*. Belo Horizonte, 1955. p. 23.

<sup>130</sup> ANTONIL, 1976, p. 183.

<sup>131</sup> Há uma discussão sobre a possibilidade de Tomé Portes del-Rei ter sido o fundador da vila de São João del-Rei. Essa temática é abordada nas obras de BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955; e BRÜGGER, 2007.

este descobriu um ribeirão que corre detrás dos morros desta vila para a parte noroeste. E Manoel José Barcelos descobriu ouro bom fora dos ribeiros, ou seja, nos morros próximos ao local onde fundou-se o arraial com o nome de Nossa Senhora do Pilar<sup>132</sup>.

A primeira capela com a invocação de Nossa Senhora do Pilar foi ereta antes do ano de 1711<sup>133</sup> e construída a princípio de madeira e queimada com o desenrolar da Guerra dos Emboabas. A nova capela foi construída toda em pedra, em local diferente do primeiro e alcançou o título de Matriz em 1721<sup>134</sup>, tornando-se colativa por meio do Alvará Régio de 16 de fevereiro de 1724.<sup>135</sup> Em torno desta, formou-se o Arraial Novo, que deu origem à primeira vila do Rio das Mortes com o nome de São João del-Rei, alcançando o foral de vila em 1712, sendo elevada a essa categoria em 8 de dezembro de 1713 e à categoria de cidade em 1838<sup>136</sup>. A freguesia de Nossa Senhora do Pilar já existia antes da sua elevação a vila e fora escolhida pela Coroa portuguesa para tornar-se administrativamente a cabeça da Comarca do Rio das Mortes e centro do distrito eleitoral em 1714.

A vila de São João del-Rei nos setecentos passou por um processo intenso de urbanização, principalmente pelos veios auríferos na região e por ser um entreposto comercial ligando os Caminhos Novo e Velho. Com esse processo, foram erigidas várias capelas ligadas às irmandades sob a tutela da matriz de Nossa Senhora do Pilar. O viajante Jonh Luccok, em 1817, ao alcançar o morro do Bonfim, muito escarpado, descreve a vista panorâmica da vila:

---

<sup>132</sup> VELOSO, 1955, p. 4-5.

<sup>133</sup> ARAÚJO PIZARRO, 1822, p. 125.

<sup>134</sup> SAINT-ADOPHE, J. C. R. Millet de. *Dicionário Geographico, histórico e descriptivo do Império do Brasil*. Paris: J.P. Aillaud, 1845.

<sup>135</sup> TRINDADE, 1945, p. 291.

<sup>136</sup> GRAÇA FILHO, 2002, p. 33.

a mistura de numerosas igrejas com as casas, de telhas vermelhas e ainda não enegrecidas pelo fumo, de telhados não deformados pela intromissão das chaminés, de paredes feitas e limpas e alvas pela aplicação de argamassa e caiação, do calçamento cor-de-cinza das ruas, das areias amareladas do rio e do verde dos jardins, formava um quadro pitoresco interessante<sup>137</sup>.

Por volta de 1820, Saint-Hilaire salienta que as ruas já eram, em geral, “calçadas e largas, predominando na arquitetura as casas baixas, mas com ocorrências de muitos sobrados, entre os quais se salientavam as casas do Ouvidor e da Intendência”. As casas e os prédios eram vistosos e bem cuidados, “caiados, com as portas, janelas e esquadrias pintadas de verde, cinza ou imitação de mármore”. Assim, a “posição da vila é muito agradável”, uma vez que a sua localização fica “ao pé dos morros do Lenheiro e do Senhor do Bonfim, estendendo-se em declive suave, formando um triângulo cuja ponta começa abaixo das montanhas e o lado maior é o paralelo do vale”. As montanhas que acompanham o vale são arenosas e cobertas com uma grama rasa e as opostas são escarpadas e os rochedos pardacentos<sup>138</sup>.

Ao perambular pelas ruas da vila, Luccock observa a presença de 887 casas presentes na parte urbana. Relaciona a aparência de São João del-Rei com todas as vilas portuguesas da mesma categoria, com as casas baixas caiadas de branco, com janelas de rótulas com vidraças ou venezianas pintadas, “que empresta[m] uma alegria e graça à cidade”<sup>139</sup>. As ruas da vila são “estreitas, torcidas, longe de uniformes e muito escorregadias, sendo pavimentadas com grandes lajes lisas e azuis, com um canal no meio”, e as casas são coladas umas às outras e seguem o contorno sinuoso dos

---

<sup>137</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 301.

<sup>138</sup> SAINT-HILAIRE, 1974, p. 109.

<sup>139</sup> LUCCOCK, 1975, p. 302.

logradouros<sup>140</sup>. Para Spix e Martius, o aspecto da vila é romântico ao ser rodeada por montanhas com numerosas casas “de um branco deslumbrante e o pequeno Rio Tijuco, muitas vezes quase seco que a corta ao meio...”<sup>141</sup>. Neste, tem uma “ponte sólida” sobre o mencionado rio e “liga a parte da cidadezinha, edificada na ladeira com a outra maior, na planície.<sup>142</sup>” Luccock assinala que no meio da vila corria um “rio largo e raso” com duas “excelentes” pontes de pedra, descritas pelo Monsenhor Pizarro como “majestosas, e assentadas sobre três arcadas de pedra mármore”<sup>143</sup>.

A curiosidade de Luccock ao chegar a vila era conhecer o tão afamado comércio e as pessoas que comerciavam e produziam os gêneros secos e molhados. Entretanto, na sua primeira excursão pela vila, ressalta a inexistência de mercado público e “as casas de comércio são geralmente acanhadas e escuras, sem janelas como as do Rio e, na sua maioria, bem fornidas de gêneros”<sup>144</sup>. Já Spix e Martius afirmam que, ao chegar a vila, o estrangeiro depara-se com uma cidade comercial, com “ruas calçadas, belas igrejas guarnecidas com pinturas de artistas nacionais, lojas fornecidas de todos artigos de luxo e comércio europeu, muitas oficinas”. Esse panorama indica “a riqueza do lugar que, por suas transações com o sertão, é considerado entre os mais animados do Brasil”. Apesar da aridez, das montanhas e dos poucos povoados visíveis, nas grotas e fundo dos vales, há muitas “fazendas espalhadas, que fornecem o necessário em milho, mandioca,

---

<sup>140</sup> Essa descrição de Luccock se materializa na rua Santo Antônio. Na época da visita do naturalista, era designada como rua Direita. Anexo 6.

<sup>141</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 171.

<sup>142</sup> SPIX; MARTIUS, 1976, p. 171.

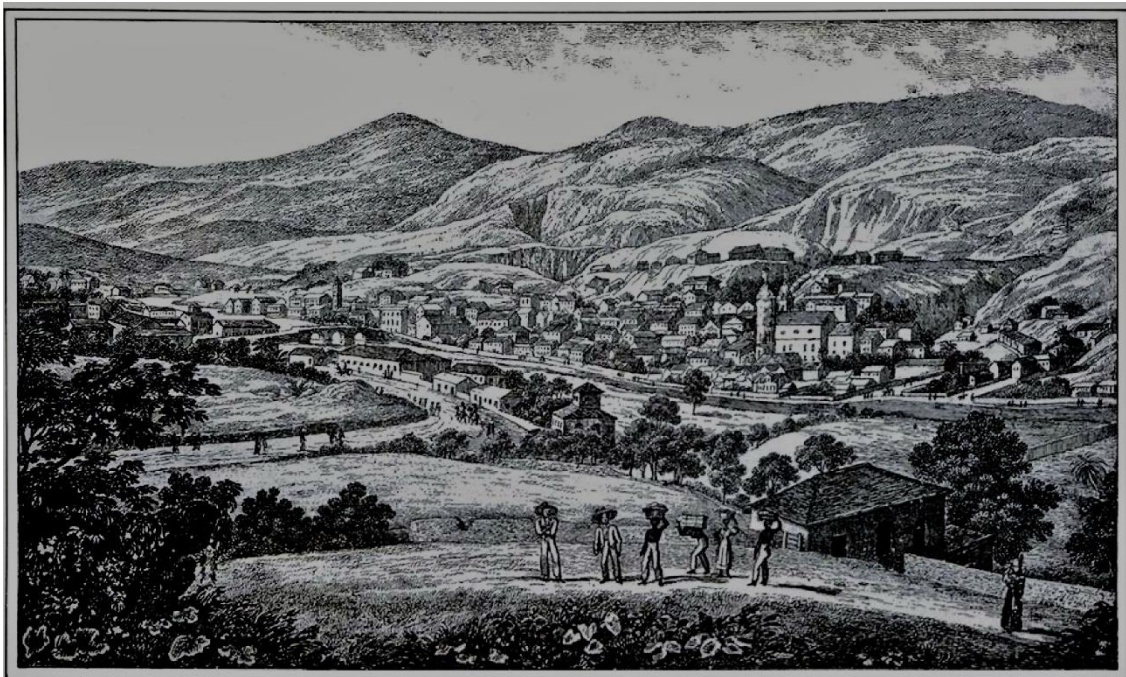
<sup>143</sup> Entretanto, em 1820, o Monsenhor Pizarro nomeou as capelas curadas da freguesia do Pilar de São João del-Rei como as de São Gonçalo do Brumado; de Santo Antônio do Rio das Mortes; de Santa Rita; a de São Sebastião do Rio Abaixo (por cuja deterioração serve a de N. Sra. do Rosário do mesmo sítio); de Nossa Senhora da Conceição da Barra; de Nossa Senhora de Nazareth; de São Gonçalo de Ibituruna; de Nossa Senhora do Bonsucesso; de Nossa Senhora da Madre de Deus; de Nossa Senhora da Piedade; de São Miguel de Cajuru; de São Francisco da Onça; de São Tiago e Santa Ana; e de Santo Antônio do Amparo. In: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822. v. 3, p. 121.

<sup>144</sup> LUCCOCK, 1975.

feijão, laranjas, fumo, como também algum açúcar e algodão, sobretudo queijos, muito gado vacum, porcos, mulas”<sup>145</sup>.

### Imagem 1

Vista da serra do Lenheiro e da vila de São João del-Rei, 1829



View of the Serra and city of S. João Del Rey. Fonte: WALSH. *Notícias do Brasil* (1828-1829). Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

Por ocasião da visita dos naturalistas Spix e Martius, a vila possuía 6.000 habitantes, sendo um terço de brancos. Na sua estrutura administrativa, um ouvidor, a Casa da Câmara, a Casa de Fundação; além disso, contava com uma escola de latim, a Santa Casa de Misericórdia, uma casa de correção, diversas capelas e quatro igrejas. O naturalista Saint-Hilaire alega que na vila havia dez igrejas e já Luccock assevera a presença de 13 igrejas e uma que fazia as vezes de metropolitana. A descrição da chamada de metropolitana coaduna-se com a Matriz do Pilar, que, segundo o naturalista, estava

---

<sup>145</sup> SPIX; MARTIUS, 1976, p. 171.

situada na rua principal, era construída de taipa<sup>146</sup>, com aparência simples, mas no interior possui “ornamentos extraordinários”, que são os seis altares laterais, o altar-mor e o teto pintado. O naturalista Saint-Hilaire também assinala a simplicidade do frontispício da Matriz, mas menciona a “quantidade de dourados que ornaram os seis altares laterais e sobretudo a capela-mor”<sup>147</sup>. Nesta, estavam abrigadas as irmandades “dos Passos, do Sacramento, da Boa Morte, de São Miguel e Almas e de Santa Cecília”<sup>148</sup>.

Em São João del-Rei, além da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Frei José da Santíssima Trindade, em 1825, e Richard Burton, em 1868, visitaram e descreveram outras igrejas construídas pelas irmandades leigas com seus capelães sob a tutela do pároco colado da Matriz ou das ordens a que estavam filiadas. Na Santa Casa de Misericórdia, encontrava-se a capela de Nossa Senhora das Dores com um altar e com o Santíssimo Sacramento. Quase defronte à mesma, ao lado da Casa de Fundação e Intendência, estava a capela de São Gonçalo Garcia, que, em 1825, já estava acabada com “boas imagens e ornamentos”<sup>149</sup>. Estava vinculada à Confraria Episcopal de São Francisco e São Gonçalo, que, por sua vez, pertencia ao Convento de Santo Antônio do Rio Janeiro. A capela de São Gonçalo foi edificada pela confraria de homens de “todas as cores e de todas as classes”, porém escravos não eram aceitos nessa irmandade<sup>150</sup>.

A igreja de São Francisco de Assis, por seu turno, pertencia à Ordem Terceira Franciscana e era também vinculada ao Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Distingua-se das demais por ser composta por um adro. Sua construção, além de um “bom risco”, era baseada em pedra e, em seu interior, havia “cinco altares de boa talha

---

<sup>146</sup> Taipa é a “parede de barro. Fazem-se as paredes de taipa com terra pisada entre tábuas e algumas vezes pela boa qualidade da terra e por bem feitas duram estas paredes quase tanto como as de pedra” (BLUTUEAU, 1728. v. 8. p. 17).

<sup>147</sup> SAINT-HILAIRE, 1974, p. 110.

<sup>148</sup> BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte, 1976. p. 123.

<sup>149</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, Frei Jose da. *Visitas Pastorais ... (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 237.

<sup>150</sup> BURTON, 1976, p. 115.

por pintar”<sup>151</sup>. Burton observa que, em 1868, sua edificação estava concluída e sua arquitetura distinguia-se das demais igrejas devido aos seus “riscados” curvilíneos e por deter um frontispício riscado por Antônio Francisco Lisboa.

Frei da Santíssima Trindade informa ainda a existência de “pequenas ermidas” localizadas a uma pequena distância da Matriz, como as capelas do Senhor do Bonfim, do Senhor do Monte, de São Caetano e de Santo Antônio. Um pouco mais afastada e em um “agradável arraial de chácaras”, estava localizada a capela do Senhor de Matozinhos “com muita decência e devoção”<sup>152</sup>.

O naturalista Richard Burton menciona que a capela do Senhor do Bonfim era modesta e dela se tinha uma bela vista de São João del-Rei. Ao continuar seu caminho para a parte norte da cidade passou pela rua da Prata, onde observou a presença de ermidas ou oratórios e as ruínas da igreja de São Caetano, que desmoronou em 1864<sup>153</sup>. Na rua Direita, localizava-se a capela de Nossa Senhora do Rosário, que detinha três altares “acabados e dourados”, onde funcionava a Irmandade de mesmo nome, que congregava homens negros e crioulos<sup>154</sup>.

Ainda na rua Direita, tinha-se a matriz de Nossa Senhora do Pilar e a capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo com os “ornamentos da fachada, de esteatita cortada, com iniciais caprichosas e os querubins do Aleijadinho, as torres redondas-quadradas...”. No morro atrás da Matriz do Pilar, localizava-se a capela de Nossa Senhora das Mercês, construída pela confraria “de negros e índios”<sup>155</sup>, que, em 1824, estava com seus três altares para se “acabar com decência”<sup>156</sup>. Havia também a capela em forma de ermida ou oratório em honra a Nossa Senhora da Piedade e Bom Despacho construída

---

<sup>151</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 237.

<sup>152</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 237. Essa igreja foi demolida em 1970, para a construção da atual.

<sup>153</sup> BURTON, 1976, p. 122.

<sup>154</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 237.

<sup>155</sup> BURTON, 1976, p. 123-124.

<sup>156</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 236.

por devotos para que os presos pudessem “ouvir a missa nos dias de preceito”<sup>157</sup>. O patrimônio da sobredita foi composto pela Câmara com doação anual de seis mil réis.

Por determinação da Provisão de 1771, baseada nas Cartas Régias expedidas pelo Conselho Ultramarino de 1704, de 1753 e de 1755 e por Provisão da Mesa Consciência e Ordens de 1758, a Matriz do Pilar era responsável por nomear e remunerar os capelães das capelas subordinadas à freguesia<sup>158</sup>. No caso da capela de Nossa Senhora de Nazaré, o valor do vencimento deveria ser dividido entre os “de São João e Carrancas por parte [...] dos aplicados de cada freguesia”, e na capela de Nossa Senhora da Madre de Deus, “a qual deve pagar os párocos das freguesias de São João del-Rei, Carrancas e Aiuruoca...”<sup>159</sup>.

Dessa forma, a Matriz do Pilar, além das capelas na zona urbana, atendia a 13 capelas curadas, como a de Conceição da Barra; São Gonçalo do Brumado; Madre de Deus; São Miguel do Cajuru; Nossa Senhora de Nazaré; São Gonçalo do Ibituruna; Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno; Santa Rita do Rio Abaixo; São Tiago; Nossa Senhora da Piedade; São Francisco do Onça; e Nossa Senhora do Bonsucesso com a capela de Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio do Amparo<sup>160</sup>. As solicitações de instituição das capelas são várias e algumas se perderam, mas o objetivo é tentar conhecer as capelas e, conseqüentemente, seus aplicados.

O arraial de Conceição da Barra surgiu com a mineração no rio das Mortes e, por ser um entroncamento do Caminho Velho para a vila de São João del-Rei, era local

---

<sup>157</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx.41, D.71. Representação dos oficiais da Câmara da Vila de São João del-Rei, solicitando a construção de uma capela destinada aos presos lhes seja concedida confirmação régia do patrimônio de 6.000 réis anuais dos bens do dito concelho, na forma das Constituições do Bispado. CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. 1, p. 160.

<sup>158</sup> ARAÚJO, 1822. p. 126.

<sup>159</sup> AHU\_ACL\_CU\_005. Cx. 136. D. 41. 1749. Requerimento do juiz e mais oficiais da Confraria de Nossa Senhora do Bom Sucesso e moradores da freguesia de São João del-Rei, solicitando a doação e patrimônio necessário para ereção da nova capela da referida Confraria.

<sup>160</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 236.

de passagem para as Minas dos Cataguases. Saint-Hilaire observa que as lavras estavam esgotadas e que “os mais abastados foram se estabelecer-se em outra parte. Os que veem em Conceição são quase todos de cor, os quais com a passagem regular das tropas de burro impedem que morram de fome”. O arraial foi construído no alto de um morro e suas casas eram “muito pequenas, baixas e quase quadradas, algumas cobertas de telha, outras em palha e na maioria isoladas uma das outras”. Já a capela de Nossa Senhora da Conceição era uma igreja grande para o tamanho do lugar e muito bem cuidada tanto do lado interno quanto do lado exterior. A parte interna era clara e “cheia de ornamentos não só de douraduras, mas também pinturas muito superiores às das nossas igrejas rurais da época”<sup>161</sup>.

Na visita de 1824, Frei da Santíssima Trindade ressalta que o arraial de Nossa Senhora da Conceição da Barra não era grande, mas com o toque do sino havia a presença de 700 crentes e a capela atendia a 1.856 almas com 221 fogos. No tocante à capela, aponta que era fabricada de taipa, com frontispício com duas torres de pedra, duas sacristias, três altares, a capela-mor pintada e o sacrário com Santíssimo Sacramento e com todas as alfaias decentes. Havia também no arraial a capela de Nossa Senhora do Rosário com três altares e um sem retábulo com as alfaias muito pobres. As duas capelas eram atendidas por um capelão e um padre que ficava na sua fazenda<sup>162</sup>.

A capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra foi erigida por provisão episcopal de 28 de setembro de 1765 e tornou-se freguesia por alvará imperial de 29 de agosto de 1825. O primeiro vigário dessa localidade foi o padre João de Castro Guimarães. Em 1841, a sede da freguesia da Conceição foi transferida para o arraial de Nossa Senhora de Nazaré, mas, em 1843, a sede voltou a ser em Conceição da Barra. Em 1844, a sede novamente foi transferida para Nazaré e, dois anos depois, voltou para

---

<sup>161</sup> SAINT-HILAIRE, 1976, p. 81- 82.

<sup>162</sup> Santíssima Trindade, 1998, p. 237.

Conceição. Essas mudanças ocorriam devido às disputas políticas entre os potentados locais<sup>163</sup>.

A capela de São Gonçalo do Brumado localizava-se no arraial com mesmo nome e foi elevada à categoria de freguesia em 1876.<sup>164</sup> Acerca dessa capela, há poucas informações, apenas que, em 1736, já funcionavam a Irmandade de São Gonçalo do Amarante e, em 1756, a Irmandade do Rosário de Brumado no arraial com esse nome<sup>165</sup>.

A capela em homenagem a Nossa Senhora Madre de Deus se situava no Caminho Velho nas imediações do rio Grande, que, segundo Saint-Hilaire, era “construído sob uma elevação e ao todo possuía uma dezena de casas reunidas à volta da capela”<sup>166</sup>. Na passagem desse naturalista, todas as casas estavam fechadas e eram ocupadas apenas quando um pároco comparecia para as celebrações. Como os autos do levantamento da capela se perderam, tem-se apenas a informação de que seu patrimônio fora doado por Antônio Rosa em 1753<sup>167</sup> e o primeiro registro de batismo é de fevereiro de 1763. Por ocasião da visitação de Frei da Santíssima Trindade, a capela possuía 240 almas de confissão e mais 250 que pertenciam à freguesia de Aiuruoca<sup>168</sup>.

As informações da capela de São Miguel do Cajuru são escassas e o primeiro registro de batismo é de 1736<sup>169</sup>. Por ocasião da visita do Frei da Santíssima Trindade, a capela possuía 540 almas e o responsável era o Capitão João Lourenço Pinto, mencionado como antagonista de todos os capelães<sup>170</sup>. Em 1833, a capela de São Miguel do Cajuru

---

<sup>163</sup> BARBOSA, 1995, p. 84.

<sup>164</sup> BARBOSA, 1995, p. 62.

<sup>165</sup> AEMNSP/SJDR. Irmandade de São Gonçalo do Brumado, cx. 01, nº 1, 1736-1768; Irmandade do Rosário de São Gonçalo do Brumado, cx. 01, 1756-1833. Hoje, a região é distrito de São João del-Rei com o nome de Caburu. In: BARBOSA, 1995, p. 62.

<sup>166</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 61.

<sup>167</sup> BARBOSA, 1995, p. 192.

<sup>168</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 237.

<sup>169</sup> Sebastião de Oliveira Cintra considera que a fazenda denominada Engenho de São Miguel, cujo proprietário era o vigário da vara Manoel Cabral Camelo, seria a origem da capela de São Miguel do Cajuru (CINTRA, 1982. v. 1, p. 288. Essa fazenda possuía uma capela que pertencia ao reverendo e a Antônio Coelho de Carvalho e foi comprada por Francisco Ribeiro como consta no seu testamento. AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Ribeiro, 1763, cx. 363.

<sup>170</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 236.

foi transformada em freguesia e o presbítero colado foi Isidoro Correa Carvalho, que possuía, em sociedade com o irmão João Duarte de Carvalho, uma fazenda no curato do Cajuru<sup>171</sup>. A nova freguesia ficou responsável pelas capelas de Madre de Deus, Nossa Senhora da Piedade, São Francisco do Onça e Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno.

Já a capela de Nossa Senhora do Nazaré foi fundada em nove de março de 1734 por provisão do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio de Guadalupe, na paragem Ribeiro Fundo<sup>172</sup>, a pedido de Manoel de Seixas Pinto. Nessa mesma localidade, havia uma sesmaria doada, em 1725, ao referido Manoel Seixas, a Manoel Alvares da Fonseca e a Manoel Bernardes<sup>173</sup>. Pode-se afirmar que na fazenda destes foi erigida a capela, pois, em 1802, os aplicados da capela de Nossa Senhora de Nazaré enviaram um pedido ao rei para “edificar e levantar arraial no terreno ocupado pela igreja na dita aplicação”. Na súplica, alegam que as fazendas e as lavras são distantes e sofriam o desgosto de não terem onde “mudar o vestuário para decentemente assistir no templo” aos ofícios de fé, pelo fato de a igreja situar em terras de terceiro, “o qual não consente se façam casas, cômodos ou ranchos”<sup>174</sup>.

A capela de São Gonçalo de Ibituruna foi criada em 1728 como consta na provisão e licença aos moradores do sítio de Ibituruna, cujo significado, oriundo do tupi-guarani, é nuvem negra ou serra negra<sup>175</sup>. No final dos seiscentos, essa região foi mencionada na bandeira de Fernão Dias Pais, que, ao ultrapassar o rio Grande, encontrou “uma aldeia de indígenas e abundância de mantimentos”, na qual ficou um mês para

---

<sup>171</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Isidoro Correa Carvalho, 1841, cx. 408.

<sup>172</sup> TRINDADE, 1945, p. 210.

<sup>173</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 23. D 64. Requerimento de Manuel de Seixas Pinto, Manuel Alvares da Fonseca e Manuel Bernardes, moradores na vila de São João del-Rei, solicitando a D. João V a mercê de ordenar que se lhe passe carta de confirmação de sesmaria de umas terras que possuem em Ibituruna.

<sup>174</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 162. D 9. Requerimento dos habitantes aplicados da capela de Nossa Senhora de Nazaré, freguesia da Vila de São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes, pedindo faculdade para edificar e levantar um arraial no terreno ocupado pela igreja na dita Aplicação, sendo medido e demarcado com os seus respectivos logradouros.

<sup>175</sup> BARBOSA, 1995, p. 150.

refazer as provisões e continuarem a marcha em busca das esmeraldas e ouro<sup>176</sup>. Por ser um local de passagem do Caminho Velho, possuía plantações para abastecer os viandantes. Certamente, a capela já funcionava antes da provisão de sua criação. Entretanto, o primeiro registro de batismo é de 1738.

A documentação referente às capelas se perdeu ao longo do tempo, mas os fregueses das capelas em foco eram numerosos. Em 1749, os aplicados das capelas de Nossa Senhora de Nazaré, de Nossa Senhora da Conceição da Barra, de São Gonçalo do Ibituruna e de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno haviam formulado uma petição alegando estarem muito distantes da Matriz do Pilar, que já pagavam o reverendo pároco e não poderiam pagar os capelães. Por essa situação, muitos fiéis não podiam ir a matriz para receber os sacramentos e muitos morriam sem “estes”<sup>177</sup>. Por isso, solicitavam ao Rei a mercê de se criar uma freguesia na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra. Como não foram atendidos nessa solicitação, formularam em 1774 um novo pedido acompanhado de várias certidões. Em uma das certidões, havia o número de habitantes presentes no Rol dos Confessados da freguesia do Pilar, de 1772, com 14.121 paroquianos, sendo nas capelas de Nossa Senhora da Conceição da Barra 1.400 almas, de Nossa Senhora de Nazaré 1.200 almas e na de São Gonçalo do Ibituruna 1.300 almas. No corpo da solicitação, alegam que estão muito distantes da Matriz do Pilar e que os caminhos são perigosos com “despenhadeiro, matas, ribeirões”, e “no tempo das águas” ponderam que o risco é ainda maior. Por último, salientam que os moradores do arraial

---

<sup>176</sup> BARREIROS, 1979, p. 37.

<sup>177</sup> AHU\_ACL\_CU\_005\_ Cx.54, D. 31. Representação dos devotos das capelas de Nossa Senhora da Conceição da Barra, São Gonçalo do Ibituruna, Nossa Senhora de Nazaré, São Gonçalo do Brumado e Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno solicitando ao rei a mercê de lhes construir paróquia na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, a fim de serem melhor servidos.

de Conceição possuem “abundantes bens que estão prontos e sempre estiveram a fazer corpo da igreja em Matriz”<sup>178</sup>.

A provisão para a criação da capela de Santo Antônio das Mortes Pequeno não foi localizada, mas o compromisso da Irmandade é de 1722, cujo capitão responsável era Pedro da Silva<sup>179</sup>. O seu primeiro registro de batismo é de 1737. Na visita pastoral de Frei da Santíssima Trindade, esse local possuía mais ou menos 600 almas<sup>180</sup>, o que indica que a capela já estava benzida e em condições de celebrar os sacramentos. Nessa situação, inserem-se também as capelas de Santa Rita do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Abaixo. Os vestígios do funcionamento dessas capelas se encontram nos registros de batismo, que são, respectivamente, de 1736 e 1737. A capela de São Sebastião do Rio Abaixo, segundo o Monsenhor Araújo Pizarro, estava, em 1820, deteriorada e seria substituída pela do Rosário no mesmo sítio<sup>181</sup>. Um dado curioso acerca dessa capela é que Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) foi batizado nela, indicando sua localização geográfica no entorno da Fazenda do Pombal, seguindo o curso do rio das Mortes.

A provisão da capela de São Tiago Maior e Santana é de 10 de junho de 1761, atendendo à solicitação dos moradores dos rios Peixe e Jacaré para criarem uma capela na serra do Ibituruna<sup>182</sup>. Juridicamente, a capela pertencia à vila de São José e, eclesiasticamente, à matriz de Nossa Senhora do Pilar. O primeiro batismo é de 1765. Na

---

<sup>178</sup> AHU\_ACL\_CU\_005\_Cx.106, D.27. Requerimento de Manuel Ferreira de Oliveira, Manuel do Espírito Santo e outros aplicados das três capelas de São Gonçalo da Ibituruna, Nossa Senhora de Nazaré e da Conceição da Barra, termo da Vila de São João del-Rei solicitando a nomeação do reverendo Manuel Ferreira Godinho como pároco da nova freguesia a ser criada na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra. 07/05/1774.

<sup>179</sup> Inventário de fontes do acervo de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno – Distrito de São João del-Rei – Séculos XVIII–XX. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/labdoc/pequenoriiodasmortes.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>180</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 238.

<sup>181</sup> ARAÚJO, 1822, p. 136.

<sup>182</sup> BARBOSA, 1995, p. 330.

visita pastoral de Frei da Santíssima Trindade, havia 741 almas e “ermida pública na fazenda das Laranjeiras”<sup>183</sup>.

As capelas de Nossa Senhora da Piedade e de São Francisco do Onça e a ermida do Pouso Real ficavam no entremeio dos braços do Caminho Novo, que ligava São João del-Rei e São José del-Rei a Rio Preto, passando por Santo Antônio da Ibertioga. Segundo Walsh, essa estrada fora concluída em 1810<sup>184</sup>. Entretanto, pelas datas das capelas e das sesmarias, denota-se que essa região já era conhecida e povoada com roças, pastagens e um caminho utilizado, quiçá, para o contrabando.

A capela de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande foi construída na sesmaria de Salvador Lourenço de Oliveira e sua mulher Dona Inácia Lemos de Godoy<sup>185</sup>. A confirmação da sesmaria é de 1749<sup>186</sup>. Todavia, o primeiro registro de batismo é de 1743, o que confirma o funcionamento dessa capela já nessa data. A família de Salvador e Inácia era numerosa<sup>187</sup>, o que justificaria a criação da capela. Por ocasião do falecimento de Inácia, em 1805, na fazenda do Jardim, aplicação da Piedade, ela possuía um montemor de 1:107\$825<sup>188</sup> e suas terras faziam limites com as sesmarias de Luís Coelho Borges e de Manoel Alves Pedrosa no sítio Ponte Alta<sup>189</sup>. A população do distrito parecia ficar em sua maioria nas fazendas, pois na visita pastoral de Santíssima Trindade havia 487 almas e três ermidas edificadas nos oitocentos. A primeira ermida ficava na fazenda da Vargem e pertencia a Justino Fagundes do Nascimento, casado com Maria Batista Teixeira; a segunda ermida ficava na Campanha do Rio Grande, que pertencia a Mariana

---

<sup>183</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 238.

<sup>184</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. p. 50.

<sup>185</sup> BARBOSA, 1995, p. 251.

<sup>186</sup> Sesmaria de Salvador Lourenço de Oliveira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17. p. 679-747, 1912.

<sup>187</sup> A genealogia da família está disponível em:

<<http://www.projetocompartilhar.org/Familia/cap02InaciaLemosdeGodoy.htm>>. Acesso em: 21 out. 2016.

<sup>188</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Inácia Lemos de Godoi, 1805, cx. 97.

<sup>189</sup> AHET-II-IPHAN, Sesmaria de Antônio Fernandes, 1753, cx. 28. Sesmaria de Manoel Alves Pedrosa, 1761, cx. 25. Sesmaria de Luís Coelho Borges, 1761. cx. 25.

Garcia de Souza, casada com o Alferes Francisco Vieira da Fonseca; e a terceira ficava na Fazenda do Ribeirão, de propriedade de Antônio José Monteiro, casado com Inácia Bernardina Teixeira<sup>190</sup>. No tocante à capela de São Francisco do Onça, esta foi erigida em 13 de janeiro de 1727 e benzida em 1728 pelo reverendo Manoel Rosa Coutinho<sup>191</sup>. O primeiro registro de batismo dessa capela é de 1738 e, conforme a visita pastoral de 1825, havia a presença de 487 almas.

A capela de Nossa Senhora do Bonsucesso foi elevada à condição de freguesia em 1825 por meio de Alvará Régio, até então um antigo arraial da Campanha do Rio Grande, localizada detrás da Serra do Ibituruna. Jerônimo Dias Camelo de Vasconcelos foi, em 1754, nomeado por uma provisão da Câmara da vila de São José, tabelião, para aprovar testamentos nessa freguesia, e sua matriz foi iniciada em 1810. De acordo com o relatório do padre José Lopes Cansado, a “Capela-mor e o corpo da Igreja com alicerces e paredes de taipa se acham levantados já coberta a Igreja sem emboque; o frontispício e as torres de pedras estão até a altura do coro”<sup>192</sup>.

Devido aos vários acidentes geográficos, como rios caudalosos, despenhadeiros e matas, e a distância das capelas curadas e da Matriz, muitos crentes possuíam nas fazendas ermidas<sup>193</sup> e oratórios<sup>194</sup>. Ocasionalmente, onde se encontrava uma ermida ou oratório, havia um membro da família que era presbítero e muitos celebravam a missa em casa como relata Saint-Hilaire. Em São João del-Rei, ao ser convidado a ir à missa pelo pároco, julgou que iriam para a igreja paroquial, “mas o cura disse-me que não sairíamos de casa. Efetivamente, ali rezou a missa. Eu e os seus negros

---

<sup>190</sup> CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, Ana Emília de (Org.). *Histórias que a Cecília contava*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011. p. 199.

<sup>191</sup> Barbosa, 1995, p. 123.

<sup>192</sup> BARBOSA, 1995, p. 55.

<sup>193</sup> Ermida é uma capela pequena que não tem jurisdição paroquial. BLUTEAU, 1728. v. 4. p. 23.

<sup>194</sup> Oratório é uma espécie de ermida ou capela pública que não se pode erigir sem licença do Bispo. BLUTEAU, 1728. v. 9. p. 94.

fomos os únicos ouvintes”<sup>195</sup>. Dentre as ermidas presentes nos registros de batismos e casamentos, e nos inventários, pode-se elencar a do Pouso Real, de Nossa Senhora do Rosário das Laranjeiras, do Porto Macaia, do Pombal<sup>196</sup>, de Joao Nepomuceno Ferreira Castro, do Capitão Joaquim Pinto, do Capitão Manoel Antunes Nogueira<sup>197</sup>, de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão, de Nossa Senhora das Dores, de Santo Antônio do Amparo<sup>198</sup>, de Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião, de Nossa Senhora do Carmo do Rio Grande, de Nossa Senhora do Rosário e de Gonçalo Correa Neto na fazenda da Paciência pertencente à Capela de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno<sup>199</sup>. Os oratórios ficavam nas fazendas do Caxambu, do Elvas, de Francisco de Paula Machado, de d. Maria Angélica Sá, do capitão-mor Matias Gonçalves Moinhos, de João Correa Carvalho, do Brumado do rio abaixo e de José Silva Braga. O proprietário do oratório da fazenda do Caxambu era Francisco Ribeiro, que, no seu testamento, o descreve como capela de “invocação [a] São Miguel com todos os preparos de pedra da casa, cálice de prata dourado por dentro, patena, corporais e mais os ornamentos de celebração”<sup>200</sup>. Destarte, as ermidas de Nossa Senhora das Dores do Pouso Real pertencia ao Capitão Domingos dos Reis e Silva na fazenda com o mesmo nome<sup>201</sup> e a de São Bernardo do Porto Macaia<sup>202</sup> ficavam na fazenda de Bernardo Gonçalves Chaves e figuram como capela nos registros de batismo da freguesia do Pilar.

---

<sup>195</sup> SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001. p. 47.

<sup>196</sup> ARAÚJO, 1822, p. 127.

<sup>197</sup> Era natural de Bastos, Arcebispo de Braga, e casado com d. Rita Vitória de Bustamante; possuía 47 escravos e um monte-mor de 59:368\$094, 1780. In: BRÜGGER, 2007. p. 221.

<sup>198</sup> Na visita de d. Frei da Santíssima Trindade, não menciona a capela, mas 1833 foi desmembrada de Bom Sucesso pelo decreto de 1832 e instituída canonicamente em 1832. TRINDADE, 1945, p.279.

<sup>199</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Gonçalo Correa Neto, 1791, cx. 373.

<sup>200</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Ribeiro, 1763, cx. 363.

<sup>201</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário do Capitão Domingos dos Reis e Silva, 1785, cx. 361.

<sup>202</sup> Seu proprietário era Bernardo Gonçalves Chaves, Alferes, que no ano de 1787 possuía 70 escravos, e os dotes dos filhos giravam em torno de 2:000\$000 (dois contos de réis) cada um. AHET-II-IPHAN, Inventário do Alferes Bernardo Gonçalves Chaves, 1787, cx. 293.

### 1.3 “A toca do papagaio”: a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca

*“Qual no fértil Sertão da Ajuruoca/ Vaga nuvem de verdes Papagaios, /Que encobre a luz do Sol, e que em seus gritos / É semelhante a um povo amotinado:/ assim vão as Notícias, e estas vozes/ Pelos campos entre os rústicos semeiam” (Alvarenga Peixoto)<sup>203</sup>.*

Nas brenhas do sertão da Mantiqueira, nas proximidades do Caminho Velho e do Caminho Novo, nas divisas das capitânicas, depois províncias, de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, surgiu o arraial da Aiuruoca. Nos relatos sertanistas do padre João Faria Fialho, seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna, o Capitão Manoel da Borba e Pedro de Avos mencionam que, partindo de Guaratinguetá no caminho do sertão em dez dias de viagens ultrapassando a Mantiqueira, encontraram-se muitos ribeiros com aspectos de ouro. Apontam que, após transpor o rio Sapucaí com cinco dias de viagens, chega-se às campinas da Mantiqueira na “estrada também geral do sertão”. Na trilha do mesmo caminho, chega-se à serra da Boa Vista, onde se iniciam “os campos gerais” até a Bahia.

No trajeto sertanista, em continuidade da Mantiqueira, encontra-se um conjunto de serras denominada Aiuruoca, onde localiza-se a cabeceira da nascente do rio Grande. É uma região recortada de rios e montes como se observa no relato do padre Faria, que apontava a presença de várias serras até o rio “Guanhanhas” e o monte da Ibitipoca. Nas planícies entrecortadas de serras, os sertanistas encontraram “safiras nativas [em] vieiros de pedras cavacadas”<sup>204</sup>. A presença dessas pedras sem muito valor impulsionou a busca do ouro para além das ditas planícies e serras.

---

<sup>203</sup> ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor: poema herói-cômico*. Campinas: Unicamp, 2010. p. 97.

<sup>204</sup> DERBY, 1899-1900, p. 269.

A partir dos relatos sertanistas que apontavam apenas a presença da safira<sup>205</sup>, demorou-se um pouco a se terem registros das primeiras lavras de ouro na região. Entretanto, por permear os caminhos, havia a presença de sítios com ranchos para abastecer os viandantes. Em final dos seiscentos, já há registros de doações de sesmarias entre as Minas do Rio das Mortes e as de Aiuruoca<sup>206</sup>, o que aponta para determinado processo de ocupação dessa região. Contudo, as descobertas das lavras em 1705 vão ser creditadas a João de Siqueira Afonso, bandeirante de Taubaté, depois de tê-las descoberto em Sumidouro, em Guarapiranga e no arraial Ponta do Morro (Vila de São José del-Rei)<sup>207</sup>.

A outra peculiaridade da região mencionada no relato sertanista do padre Faria era a possibilidade de que pela serra de Aiuruoca podia-se chegar ao Rio de Janeiro<sup>208</sup>. Mas, por estar à margem das fraldas da Mantiqueira, um lugar proibido, há uma intervenção da Coroa para controlar a justiça e a posse nessa região. Em 1708, no desenrolar da guerra dos Emboabas, o Governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro nomeou Melchior Felix com a patente de Capitão-mor e Superintendente das Minas de Aiuruoca e Ibitipoca por “achar nele com roças e negros causa porque mais facilmente se conseguirá o bom efeito dos tais descobrimentos e para a boa arrecadação das datas e quintos reais”<sup>209</sup>. Assim, os primeiros descobertos de ouro foram permeados pela presença do Estado para inibir o contrabando e o avanço de São Paulo em terras mineiras. Essa presença se concretizou com ações possessórias, criação de capelas, doação de sesmarias, criação de ordenanças e doação de patentes.

---

<sup>205</sup> A safira é uma “pedra preciosa de cor azul pura, como o céu terreno tem a mistura de algum vermelho que diferencia da ametista [...] não tem grande valor [...]”. Para alguns, “as safiras têm uns pontinhos de ouro”, mas o que não se confirma no período estudado. BLUTEAU, 1728. v. 7, p. 427.

<sup>206</sup> *Documentos Interessantes*: Para a história e costumes de São Paulo. v. 52, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 99. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

<sup>207</sup> BARBOSA, 1995, p. 19-20.

<sup>208</sup> DERBY, 1899-1900, p. 270.

<sup>209</sup> *Documentos Interessantes*: Para a história e costumes de São Paulo. v. 52, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 108. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

Na região em foco, rumores e denúncias de caminhos e picadas que davam acesso ao Rio de Janeiro pela serra de Aiuruoca foram constantes. Em 1749, a Câmara da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá enviou uma denúncia ao Governador de Minas Gerais alegando que “Antônio Gonçalves de Carvalho com outros sócios [...] abriram um caminho das ditas minas, com tenção de saírem no distrito do Rio de Janeiro e Costa do mar”<sup>210</sup>. As denúncias e os rumores de contrabando pela Mantiqueira motivaram em 1764 a visita do Governador de Minas Gerais Luiz Diogo Lobo Silva e seu secretário Claudio Manoel da Costa. Visitaram desde Pouso Alto até Aiuruoca. No trajeto, foram até Embaú (São Paulo), passando por Santana do Capivari, Alagoa, Guapiara e na entrada de Aiuruoca. Retornando pelo Caminho Velho, passaram de novo em Santana do Capivari, Pouso Alto e Baependi. E “na Encruzilhada”, foram para Aiuruoca, passando por várias fazendas. Em Aiuruoca, onde permaneceu por cinco dias, o governador nomeou “os homens bons” pessoas com patentes e criou várias ordenanças, como as do Pé dos Homens Pardos. Em meados dos setecentos, a freguesia de Aiuruoca possuía “seis Ordenanças de Pé (1708, 1726, 1736, duas em 1764 e dos pardos em 1766) e três Cavalarias (1715, 1736 e 1765), somando um total de 540 militares”<sup>211</sup>.

Pelas constantes denúncias e demora para aplicar a justiça, em Alvará Régio de 1758, de D. José I, foi criado o Juiz Ordinário de Aiuruoca para “melhor se poderem atalhar as mortes e outras insolências, que são contínuas naquele sítio...”<sup>212</sup>. A Câmara da vila de São João del-Rei, com autorização real, criou, em 1757, um julgado com a presença de “almotacéis, oficiais de vintena, e pessoa para aprovar testamentos”<sup>213</sup> e também a nomeação de um Juiz Ordinário<sup>214</sup>.

---

<sup>210</sup> APM, SC-6, Livro de 1738-1747, Registro de Cartas e Ordens Régias, f.71v e 72.

<sup>211</sup> MACIEL, José Mauro. *Aiuruoca nos setecentos: Nossa terra, nosso ouro, nossa gente*. Aparecida: Gráfica Santuário, s/d. p. 30.

<sup>212</sup> APM, SC-113, Livro de 1754-1758, Registros de Ordens e Avisos Régios, f. 19.

<sup>213</sup> APM, SC-109, Livro de 1753-1757, Registro de Ordens Régias, f. 29.

<sup>214</sup> APM, SC-124, Livro de 1758-1760, Registro das Provisões e Cartas do governador, f. 184.

Com a criação da vila da Campanha da Princesa, em 1798, o julgado de Aiuruoca passou a pertencer juridicamente à nova vila e foi determinada a extinção do julgado. Destarte, houve muita resistência por parte dos moradores para a extinção do julgado, que pode ser resumida na justificativa do Juiz Ordinário e de Órfãos de Aiuruoca, Manoel Ferreira Carvalho. Este, em súplica ao Governador para a manutenção do julgado, expõe os três motivos da desobediência à ordem do Juiz da vila da Campanha. O primeiro motivo diz respeito à quebra de hierarquia, uma vez que a ordem da extinção do julgado partiu da vila de Campanha, e não da Coroa. O segundo motivo é a distância até a vila de Campanha, cujo caminho é “esquisito e por uma travessia infestada de calhambolas e malfeitores [...] preciso passar o caudaloso rio Verde sem pontes”. E o terceiro motivo é o alto custo dos oficiais de justiça<sup>215</sup>.

Com criação da vila de Santa Maria de Baependi, em 1814, o julgado foi extinto e passou a pertencer juridicamente a essa nova vila. O arraial de Aiuruoca, no entanto, alcançou o seu foral de vila em 14 de agosto de 1834 por ato da Assembleia Legislativa Provincial sancionado pelo Presidente da Província de Minas Gerais Antônio Limpo de Abreu em 15 de março de 1835. Por essa lei, seu termo passou a compreender “a freguesia do mesmo nome, a do Turvo e distrito de Bom Jardim [...]. A parte da Freguesia do Turvo incorporada ao curato de Madre de Deus continuará a pertencer ao termo de São João del-Rei”<sup>216</sup>. A vila passou a integrar a Comarca do Rio Paraibuna. Posteriormente, foi elevada a cidade pela Lei 1.510, de 20 de julho de 1868<sup>217</sup>.

A freguesia que deu origem ao arraial, à vila e à cidade originou-se às margens do rio Aiuruoca e debaixo da serra do Papagaio, que, segundo Saint-Hilaire, é uma

---

<sup>215</sup> APM, Cx. 48, Doc. 44. 29/05/1800. Informação de serviço passada pelo juiz ordinário dos Órfãos ao governador, expondo as causas e razões que o conduziu a não seguir as ordens do desembargador José Joaquim Cordeiro de Miranda e Costa, com relação à extinção do Julgado da Aiuruoca.

<sup>216</sup> APM, LM – 0006. Lei de nº 6, de março de 1835. Coleção leis mineiras (1835-1889).

<sup>217</sup> APM, LM – 1871. Lei de nº 1.510, de julho de 1868. Coleção leis mineiras (1835-1889).

“montanha muito alta, que do lado da cidade parece inacessível e apresenta quatro cumes arredondados...”<sup>218</sup>. Do alto de um dos picos do conjunto de serras, ressalta que a visão que descortina é

austera e selvagem; têm-se as altas montanhas da Mantiqueira ante os olhos. São profundos vales, cumes escarpados, florestas majestosas no meio das quais três belas cabeceiras espadanam obliquamente num lençol prateado, contrastando com as cores escuras das árvores que as cercam<sup>219</sup>.

A toponímia Aiuruoca passou por várias grafias como *Iuruoca*, *Juruoca*, *Jeruoca*, *Ieruoca*, *Iuruoca*, *Ajuruoca* e *Juruoca*<sup>220</sup>, que significa, em tupi, “papagaio na pedra ou pedra do papagaio”<sup>221</sup> em referência “a um penhasco redondo e elevado aos ares, sobre um dos mais altos montes daquele lugar, em que os papagaios faziam morada<sup>222</sup>”. Sob a sombra da serra de Aiuruoca, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição foi instituída em 16 de janeiro de 1718 e elevada à categoria de colativa em 1758<sup>223</sup>. De acordo com Saint-Hilaire, o arraial foi edificado às margens direita do rio Aiuruoca, entre montanhas e matas, e quando da sua visita contava com cerca de 80 casas distribuídas em três ruas, “cuja principal é bastante larga e paralela ao rio”<sup>224</sup>. Nesse arraial, a igreja matriz ergue-se na extremidade mais elevada da rua principal defronte para a capela do Rosário. Por ocasião dessa visita, o arraial parecia pouco habitado, mas possuía “algumas lojas bem regularmente sortidas, vendas e até mesmo uma farmácia”<sup>225</sup>. Já na visita pastoral de

---

<sup>218</sup> SAINT-HILAIRE, 2011, p. 60.

<sup>219</sup> SAINT-HILAIRE, 2011, p. 62.

<sup>220</sup> CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a palavra e o chão: memória toponímica da estrada real*. 2012. Tese (Doutorado)-Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

<sup>221</sup> ARAÚJO, 1822, p. 230.

<sup>222</sup> TAUNAY, de E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 43.

<sup>223</sup> TRINDADE, 1945, p. 42.

<sup>224</sup> SAINT-HILAIRE, 2011, p. 57.

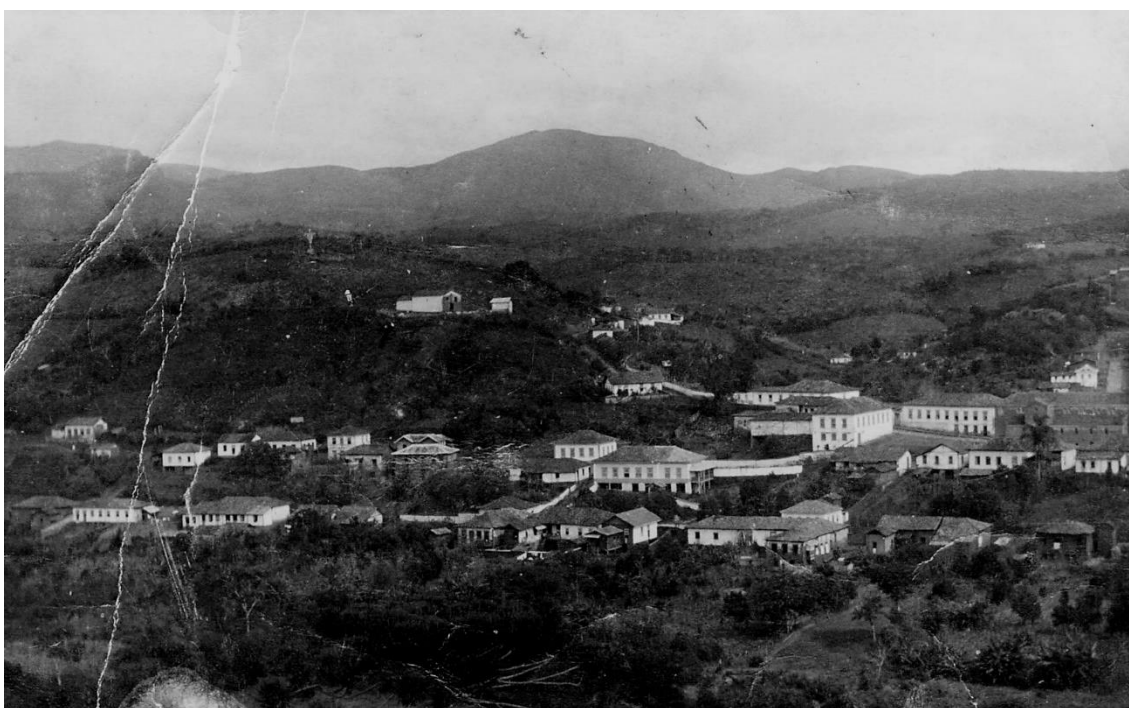
<sup>225</sup> SAINT-HILAIRE, 2011, p. 57.

Frei da Santíssima Trindade, a igreja matriz atendia a 1.950 pessoas e 324 menores, e a freguesia possuía 11.484 almas e o rendimento das cômguas de 1:700\$000. Materialmente, a matriz estava provida de sete altares, sendo cinco dourados e pintados com todos os paramentos e alfaias.

Em 1822, Saint-Hilaire também assinala que havia a presença de apenas duas lavras entre São João del-Rei e Aiuruoca e que a ocupação da população era com a criação de porcos e gado e a produção de queijos. As culturas do café e do algodão não prosperavam devido às geadas oriundas das altas altitudes. Observou ainda a pouca presença da mandioca, pois havia preferência pelo milho utilizado para fazer a farinha “mais nutritiva e de melhor paladar” e como “alimento de porcos, burros, cavalos e galinhas”.

## **Imagem 2**

Vista panorâmica de Aiuruoca, 1912



Vista Panorâmica de Aiuruoca em 1912. Fonte: Disponível em: <<http://museomunicipaldrjuliosanderson.blogspot.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Ao comparar os registros do Monsenhor Araújo Pizarro<sup>226</sup>, do Frei Santíssima Trindade<sup>227</sup> e do Cônego Trindade<sup>228</sup> com os livros de batismos da freguesia de Nossa Senhora de Aiuruoca, observa-se que a freguesia abarcava as capelas curadas de Nossa Senhora da Conceição do Porto da Salvação do Turvo, Nossa Senhora da Conceição do Serrano ou Bonsucesso do Serrano, Nossa Senhora da Conceição do Varadouro, Santa Ana da Guapiara, Nossa Senhora do Rosário da Alagoa, São Vicente Férrer, Bom Jesus do Livramento e Nossa Senhora do Rosário de Bocaúva (Bocaina).

A capela de Nossa Senhora da Conceição do Porto da Salvação do Turvo foi autorizada por Frei Manuel da Cruz, erigida em 1752 e benzida em 1755 pelo padre Francisco de Cerqueira Campos. O patrimônio da capela foi doado por André Silveira e sua mulher Maria do Livramento, e Manoel Caetano da Costa no lugar denominado Turvo Grande e Pequeno. A doação do terreno para construção da capela pode ser atestada pelo inventário de Manoel Caetano da Costa, que possuía nas imediações da capela a fazenda Timbó Grande, composta de casas de vivenda de sobrado, que de um lado partem com “o Rio Turvo Pequeno”<sup>229</sup>.

Em sua visita pastoral, em 1822, Frei Santíssima Trindade afirmou que a igreja tinha condições de se tornar uma freguesia, pois possuía 3.000 almas aplicadas e era “uma capela toda de pedra e com o adro fechado”. Possuía cinco altares com os retábulos pintados e dourados, alfaias nas quatro cores e a pia batismal de pedra. Estava localizada em um “agradável arraial entre o rio Turvo Pequeno, que lhe passa em muita pequena distância e por trás da mesma capela [...] o rio Turvo Grande”<sup>230</sup>. Por decreto regencial, a capela foi elevada a freguesia em 1832, responsável pelas capelas filiais de

---

<sup>226</sup> ARAÚJO, 1822, p. 230.

<sup>227</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 203.

<sup>228</sup> TRINDADE, 1945, p. 45.

<sup>229</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário Manoel Caetano da Costa, 1775, cx. 551.

<sup>230</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 203.

Serranos e de São Vicente Férrer; e, em 1864, pelo Alvará Régio, tornou-se vila com o nome de Vila Bela do Turvo, e cidade em 1868<sup>231</sup>.

A capela de Nossa Senhora da Conceição do Serrano, ou Bonsucesso do Serrano, em 1822, possuía 1.800 almas. A capela era toda “de pedra sobre um alto com boa vista, mas pequeno arraial”. Na região, há o registro da criação de três capelas em honra a Nossa Senhora do Bonsucesso, mas não há menção de demolição de uma para a construção de outra. Acredita-se que houve uma ampliação da primitiva capela. A primeira capela foi construída em 1725, com a permissão do Bispado do Rio de Janeiro, em louvor ao Menino Deus e a Nossa Senhora do Bonsucesso. A autorização e a construção foram às expensas de Antônio de Oliveira [Gago ou Leitão]<sup>232</sup> e foi benzida no mesmo ano pelo Frei Francisco de Santa Rosa, sob a autorização do vigário colado de Taubaté. Em 1734, devido ao grande número de fregueses, o Reverendo Visitador Alexandre Nunes Cardoso permitiu reedificar a segunda capela. No interstício das duas últimas construções, tornou-se curada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca pelo Alvará Régio de 1750. A terceira capela foi construída em 1753 sob a autorização do Bispo de Mariana D. Frei Manuel da Cruz e tornou-se freguesia somente em 3 de abril de 1840. Não obstante, em 1781, por intermédio do capelão e dos aplicados, conseguiram do Papa Pio VI o Breve que concedia a “indulgência plenária aos que [visitassem] a igreja no dia da festa de Nossa Senhora do Bonsucesso”<sup>233</sup>.

A capela de Nossa Senhora da Conceição do Varadouro possui poucos registros. Conforme Trindade, foi erigida por provisão régia de 1748. Nessa situação, insere-se a capela de Santa Ana da Guapiara, que foi fundada em 1749 e confirmada em

---

<sup>231</sup> BARBOSA, 1995, p. 25.

<sup>232</sup> Na genealogia, discutem-se os sobrenomes das famílias sul-mineiras e paulistas, podendo encontrar a grafia Gago, Leitão e Leite. Disponível em: <[http://www.genealogiabrasileira.com/titulos\\_perdidos/cantagalo\\_ptolileitoes.htm](http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptolileitoes.htm)>. Acesso em: 21 out. 2016.

<sup>233</sup> BARBOSA, 1995, p. 340.

1752<sup>234</sup>. Na época da visita pastoral de Santíssima Trindade, era “uma capela pequena, de taipa, com um altar, ereta pelos mineiros às margens do rio Aiuruoca” e possuía 453 almas<sup>235</sup>.

A capela de Nossa Senhora do Rosário da Alagoa é um topônimo que remete à junção da fé e do fenômeno físico. A fé diz respeito à criação de uma capela por escravos em honra a Nossa Senhora do Rosário, em 1730, e elevada a curato em 1758. Em 1752, a partir da ruína da primeira capela, foi construída outra grande de taipa com um altar<sup>236</sup>. Já o nome Alagoa refere-se “[à] existência de uma grande lagoa que foi esvaziada pelos bandeirantes” para explorar pedras preciosas e ouro. Os bandeirantes, nesse caso, são Simão da Cunha Gago<sup>237</sup> e padre Joaquim Mendes de Carvalho, que conheciam um caminho que interligava o Rio de Janeiro com a região mineradora passando pela serra da Mantiqueira<sup>238</sup>. Há denúncias de contrabandistas de ouro que utilizavam essa rota para driblar o Registro de Capivari. Por isso, em 1731, fora ordenado ao Capitão-mor Manuel Garcia de Oliveira “tapar as picadas que serviam para a cobrança do ouro em pó e prender os passadores”<sup>239</sup>. Na visita pastoral de Frei da Santíssima Trindade, havia 1.010 almas e, no abaixo-assinado, em que os moradores solicitam a elevação de curato a freguesia, havia “4.000 habitantes, mais de 50 casas no arraial e justificavam o pedido com a distância da matriz de Aiuruoca”<sup>240</sup>. Destarte, só foi elevada a freguesia em 1855<sup>241</sup>.

---

<sup>234</sup> BARBOSA, 1995, p. 144.

<sup>235</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 204.

<sup>236</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 204. BARBOSA, 1995, p. 340.

<sup>237</sup> Simão da Cunha Gago foi casado com Catarina Portes del-Rei, irmã de Tomé Portes del-Rei, responsável pela passagem do Rio das Mortes nas imediações do Arraial Velho (Tiradentes) e Arraial Ponta do Morro. In: LEME, Silva. *Genealogia Paulistana*. Disponível em: <[https://archive.org/stream/GenealogiaPaulistana/Genealogia\\_paulistana\\_V#page/n183/mode/2up](https://archive.org/stream/GenealogiaPaulistana/Genealogia_paulistana_V#page/n183/mode/2up)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

<sup>238</sup> CARVALHO, 2012, p. 189.

<sup>239</sup> LEFORT, Mons. José do Patrocínio. *A diocese de Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1993. p. 44.

<sup>240</sup> BARBOSA, 1995, p. 20.

<sup>241</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. Lei n. 728, de 18 de maio de 1855. Ouro Preto: Tipografia Bom Senso, 1855. p. 46-47.

Com relação à capela de São Vicente Férrer, na visitação de Santíssima Trindade, este aponta que ela foi erigida em 1797 com provisão do ordinário e beneplácito régio em 17 de fevereiro de 1814. Na ocasião da visita do prelado, era uma capela pequena construída de madeira, com um altar e atendia a 656 almas<sup>242</sup>. Todavia, Trindade assinala a presença de uma capela na fazenda do Prazer, em homenagem ao mesmo orago, a pedido de Vicente Ferreira da Silva<sup>243</sup>.

A capela de Bom Jesus do Livramento surgiu juntamente com a irmandade, que, em maio de 1785, solicitava à Rainha a permissão para edificar a capela<sup>244</sup>. Em outubro de 1784, requereram à Coroa a permissão para benzê-la e licença para compor o patrimônio de conservação<sup>245</sup>. Entretanto, em 1825, Santíssima Trindade menciona que a capela foi “fundada em 1773 por provisão ordinária” e “obteve beneplácito régio em 1814, que se perdeu na Câmara Episcopal”. Era uma capela grande de adobe com três altares e, na ocasião da visita pastoral, possuía 1.500 almas<sup>246</sup>.

A capela de Nossa Senhora do Rosário de Bocaúva (Bocaina) fica na divisa de Minas com São Paulo, mas não há menção quanto à data da sua criação. A capela, segundo a visita pastoral de Santíssima Trindade, era da provisão de 1822, com uma pequena “ermida de madeira e só tem feita a capela-mor”, e atendia a 604 pessoas. A freguesia foi criada em 14 de maio de 1858, quando fazia parte do município de Aiuruoca<sup>247</sup>.

---

<sup>242</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 204.

<sup>243</sup> TRINDADE, 1945, p. 301.

<sup>244</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 123.D.45. Requerimento dos aplicados da Capela do Senhor do Bom Jesus do Livramento, filial da Matriz de Aiuruoca, solicitando à Rainha a mercê de lhes permitir a edificação de uma capela.

<sup>245</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 128.D.38. Requerimento dos irmãos e devotos do Senhor Bom Jesus do Livramento, solicitando à Rainha a mercê de lhes conceder licença para benzerem a sua capela sita na freguesia de Aiuruoca.

<sup>246</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 204.

<sup>247</sup> BARBOSA, 1995, p. 51.

A freguesia de Aiuruoca atendia a várias capelas e demorou-se a elevar a vila, porém no entorno da Matriz o poder constituído lançou bases para controlar “o povo grosseiro” nas brenhas da Mantiqueira, quer pela criação do julgado, quer pela criação de várias ordenanças nas suas capelas em áreas limítrofes com o Rio de Janeiro e São Paulo para coibir os crimes, os vícios e o contrabando.

#### **1.4 Um “Pouso Alegre”: a freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi**

A freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi é também de uma antiga instituição canônica desde 1723 e com o título de colativa em 1752, autorizada pelo Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens e assinada por D. José, que criava a nova vigaria colada pelo fato de a população não ter “pastores próprios que com amor e caridade possam cuidar do bem espiritual de suas almas, cujos prejuízos são tão graves”.<sup>248</sup> Todavia, no final dos seiscentos, a região que engloba a freguesia já era mencionada nos relatos sertanistas por estar às margens do caminho que levava às Minas dos Cataguás. Pela denominação etimológica do rio Baependi que corta a freguesia, percebe-se que os primeiros sertanistas a passarem pela região foram Antônio Delgado da Veiga, seu filho João da Veiga e Miguel Garcia, que partiram de Taubaté e buscavam índios e ouro. Ao pé da Mantiqueira, encontraram uma tribo indígena, que informou a existência de ouro além da dita serra. Transpondo a Mantiqueira, foram dormir em cima de um morro, próximo a um aldeamento indígena, ao qual deram o nome de Pouso Alto. Seguindo o Rio Verde, encontraram um outro rio que desaguava neste e um índio cataguá

---

<sup>248</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 59, D. 38. Alvará de D. José-I, ordenando a criação e ereção da nova vigaria colada à Igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi, Bispado de Mariana, com a cômputa de 200 mil réis anualmente pagas pela sua Fazenda.

na margem oposta, a quem o intérprete perguntou: *Bae pendi* (“*quid tibi vis*”)? que significava *que nação é a sua, que gente é a tua ou ainda sois de que nação?* O nome agradou à comitiva, que nomeou o rio como Baependi<sup>249</sup>. O topônimo Baependi, de origem tupi, nos documentos oficiais, é grafado como *Baependi*, *Baependy*, *Mapendi*, *Maipendi* e *Mbaipendi*, que pode ser traduzido do tupi como “o limpo, a clareira”, em alusão a uma clareira na mata que margeava o rio Grande, “facilitando a passagem do caminho dos descobridores de Minas Gerais”<sup>250</sup>. A última definição é a que se vai utilizar neste trabalho.

Nos relatos dos sertanistas da expedição de Pe. João Faria Fialho, seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna, o Capitão Manoel da Borba e Pedro de Avos mencionam que depois da vila de Guaratinguetá encontra-se “o real do sertão, dez dias de jornada para a parte do norte sobre o monte de Mantiqueira, cordilheira do mesmo Sapucaí” e acharam-se “vários ribeiros com pintas de Ouro de muita conta”<sup>251</sup>. Pela descrição, percebe-se que é a região de Baependi. No entanto, em um outro relato, mencionam a presença de muitos “montes escavados pelos campos e muitos rios, e em um destes montes que se chama o Baependi se suspeita haver metal”. Afirmam que a região com vários campos e capões, regada “de muitos rios, uns grandes outros pequenos” e os campos são “fertilíssimos de caça e frutas agrestes”<sup>252</sup>.

O monte e o rio Baependi eram conhecidos dos sertanistas, uma vez que margeavam o chamado Caminho Velho<sup>253</sup>, que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais.

---

<sup>249</sup> PELÚCIO, J. A. Esboços chorographicos: Baependy (1692-1822). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 4, p. 215-237, 1899.

<sup>250</sup> CARVALHO, Francisco Assis. Baependi: investigação toponímica, diacrônica etimológica. *Cadernos do CNLF*, v. 16, n. 4, t. 1 – *Anais do XVI CNLF*, p. 388-389. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xvi\\_cnlf/tomo\\_1/033.pdf](http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/033.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2016.

<sup>251</sup> DERBY, Orville A. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. Crônicas dos tempos colônias. Typografia do Diário Oficial: São Paulo, v. 5, 1899-1900, p. 269.

<sup>252</sup> DERBY, 1899-1900, p. 270.

<sup>253</sup> O termo Caminho Velho já era utilizado em 1727. CARVALHO, 2016, p. 383.

De Guaratinguetá, ultrapassava a garganta do Embaú, passagem da Mantiqueira; depois, passava-se por “Maypendi, Pedro Paulo, Engay, Fravitua, Carrancas, Rio Grande, Tojuca, Rio das Mortes Pequeno” e chegava ao rio das Mortes e às Minas Gerais<sup>254</sup>.

Todavia, Antonil<sup>255</sup>, em 1703, ao dissertar sobre o “Roteiro do Caminho Velho da cidade do Rio de Janeiro para as Minas dos Cataguás”, não menciona Baependi, apenas a estalagem “do Rio Verde [...] [que] tem muitas roças, e vendas de coisas comestíveis, sem lhe faltar o regalo de doces. [...] com muito palmito, que se come, e mel de pão, medicinal, e gostoíó [*sic*]”. Além dos alimentos, a região “tem este Campo, seus altos e baixos, porém moderados: e por ele se caminha com alegria porque tem os olhos, que ver, e contemplar na prospectiva do Monte Caxambú, que se levanta às nuvens com admirável altura”<sup>256</sup>.

O relato da viagem de D. Pedro de Almeida Portugal, Governador da Capitania de Minas e São Paulo, em 1717, não menciona Baependi; apenas que, depois de ultrapassar a serra da Mantiqueira, hospedou-se num sítio chamado Rio Verde, que é de Antonio Albuquerque. Depois de um dia de viagem, perto da noite, chegou a Boa Vista (provavelmente Pouso Alto) e hospedou-se com magnificência na casa de Manoel Pinto. E, por último, chegou a “tempo de jantar na casa de ilhéu Tomas Rodrigues que o hospedou com magnificência”<sup>257</sup>. Esse local era denominado Engenho e pertencia a Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, natural da ilha da Madeira, e sua esposa Maria Nogueira Leme,

---

<sup>254</sup> BRITO, Francisco Tavares. *Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro*. Sevilha: Oficina de Antônio da Silva, 1782. p. 536.

<sup>255</sup> É preciso considerar que André João Antonil talvez fosse o pseudônimo de um padre italiano chamado Andreoni, que viveu na Bahia, mas nunca esteve em Minas Gerais, e seus relatos foram baseados em descrições de terceiros. GUIMARÃES, André Resende. O caminho velho das Minas: a descrição de Antonil, os mapas coevos e a cartografia moderna. Passado e presente para o futuro: III Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/guimaraes\\_o-caminho-velho-das-minas.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/guimaraes_o-caminho-velho-das-minas.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2016.

<sup>256</sup> ANTONIL, 1976, p. 179-180.

<sup>257</sup> Diário da jornada, que fez o Exm<sup>o</sup>. senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas no ano de 1717. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 312, 1939.

que, depois da hospedagem de D. Pedro, recebeu a patente de Sargento-mor da região de Baependi<sup>258</sup>. A capela da referida fazenda foi erigida em homenagem a Nossa Senhora de Monserrate de Baependi. Já em 1723, o dito Tomé Rodrigues Nogueira do Ó enviou uma solicitação às autoridades eclesiásticas, em nome dos moradores do Caminho Velho das Minas, para que o reverendo provincial Frei Baltasar do Monte Carmelo desse assistência à capela, porque “a dita igreja [está] no meu sítio e eu dela [sou] protetor”<sup>259</sup>. No seu testamento, consta a afirmação que queria ser sepultado no altar-mor da capela de Nossa Senhora de Monserrate por ser seu “protetor e fundador”<sup>260</sup>.

### Imagem 3

Vista de Baependi, c.1870

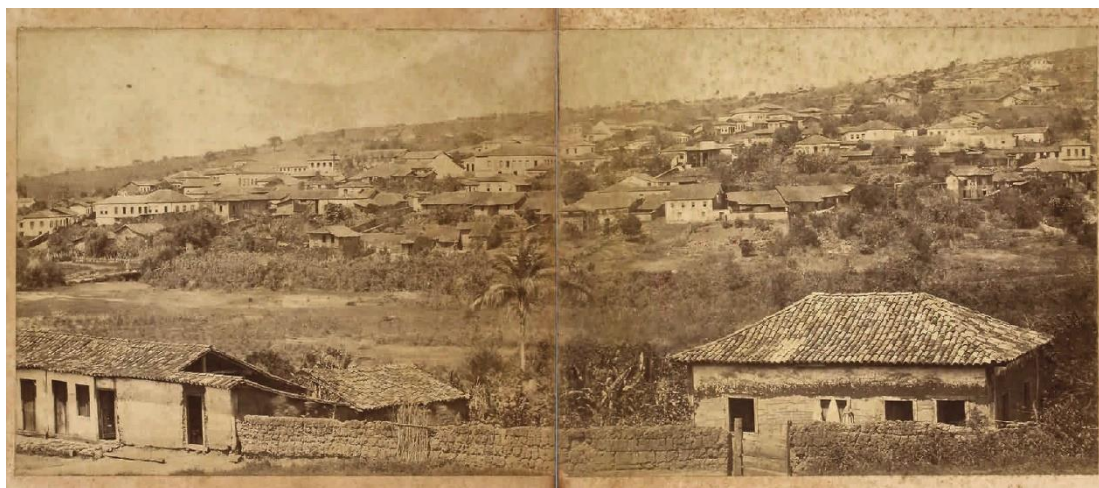


Foto de Baependi. Fonte: APM, NCS-P. Sem autoria, data provável 1870.

<sup>258</sup> Tomé Rodrigues Nogueira do Ó. Disponível em: <<https://capitaodomingos.com/tome-rodrigues-nogueira-do-o-outras-notas/>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

<sup>259</sup> Solicitação dos moradores de Baependi de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para a permanência de Frei Baltazar do Monte Carmelo. Baependi, 04/02/1823. AESP, 88-2-22. In: ANDRADE, Elias Alves. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX*: edições fac-similar e semidiplomática. 2007. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>260</sup> Testamento de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó. Disponível em: <<http://www.genealogia.villasboas.nom.br/Inv-Test/TomeRodriguesNogueiraDoO.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Com o passar do tempo, a capela deteriorou e a filha de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, D. Maria Nogueira do Prado, e seu marido Luís Pereira Dias, natural da Ilha Terceira, em 1754, doaram o patrimônio e o terreno à margem esquerda do rio Baependi para edificar a Igreja Matriz e o arraial livre e franco<sup>261</sup> em homenagem a Nossa Senhora de Monserrate, conhecida como a Virgem Morena (Anexo 5). A freguesia de Nossa Senhora de Monserrate teve como seu primeiro vigário colado, em 1753, o Padre Antônio Batista. Tudo indica que até esse período a família responsável em mantê-la funcionando foram os descendentes de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó. Posteriormente, a matriz de Nossa Senhora de Monserrate foi elevada à “classe das perpétuas<sup>262</sup> pelo Alvará de 23 de janeiro de 1816, que tem por tutela Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora de Monserrate”<sup>263</sup>, e, em 1826, de marquesado<sup>264</sup> “a favor de Manoel Jacinto Nogueira da Gama<sup>265</sup>, que já era visconde de Baependi desde 1825”<sup>266</sup>.

As vilas de Santa Maria de Baependi e de São Carlos de Jacuí foram as últimas criadas em Minas Gerais no período colonial: ambas tiveram seu foral no dia 27 de novembro de 1814<sup>267</sup>, e estavam, até então, como julgados subjugada à vila da Campanha da Princesa. A justificativa para ereção da nova vila, segundo o príncipe regente d. João, se pautava na imensidão do território da vila da Campanha da Princesa de

---

<sup>261</sup> BARBOSA, 1995, p. 39.

<sup>262</sup> Classe de perpétuas são aquelas igrejas em que há “oração (litúrgica e silenciosa), dia e noite diante do Santíssimo exposto no Altar”. LEMAÎTRE, Nicole *et al.* (Org.). *Dicionário cultural do Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 30.

<sup>263</sup> ARAÚJO, 1822, p. 223.

<sup>264</sup> Marquesado significa “estado ou terra de um marquês”. BLUTEAU, 1728. v. 5, p. 341.

<sup>265</sup> Neto de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, filho de Nicolau Antônio Nogueira e de Ana Josefa de Almeida e Gama, nasceu em São João del-Rei em 8 de setembro de 1765 e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 1847. Ocupou vários cargos no Império e recebeu os títulos de: Visconde com grandeza por Decreto de 12 de outubro de 1824; Condado por Decreto Imperial de 2 de dezembro de 1825; e de Marquesado por Decreto de 12 de outubro de 1826. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/19406/catalogo-processos-nobreza-brasileira.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

<sup>266</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da província de Minas Gerais*, 1837. vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. p. 122.

<sup>267</sup> APM, SG – Cx. 92, Doc. 39. Informação de serviço que faz o ouvidor da comarca do Rio das Mortes referente à criação da vila de Santa Maria do Baependi, no dia 23/10/1814, e comunicando a remessa dos autos de criação e levantamento do pelouro, os quais não estão anexos.

quase 80 léguas e 11 freguesias. Uma vez que na administração da Coroa era preciso ter em “consideração a maior comodidade dos povos para a decisão das suas dependências na administração da justiça, a pronta administração dela nos negócios do meu real serviço” os territórios não podiam ser muito extensos e era “estranhável [a] extensão que se perdia para o termo de uma vila”. A discussão no Conselho Ultramarino e na Mesa do Desembargo do Paço iniciou-se em uma diligência de 1799, solicitada pelo príncipe para se designar o território para se criar um lugar de Letras na vila da Campanha. A partir da resposta do governador da Capitania sobre a região, foi autorizado primeiramente pelo Conselho Ultramarino e pelo príncipe diminuir os termos e readequá-los. Segundo o príncipe regente, antes da criação das duas vilas, foram feitas “as diligências necessárias, ouvidas as Câmaras, e as representações dos povos dos julgados que tinham sido extintos”<sup>268</sup>. A partir dessas diligências é que foram enviados ao Conselho Ultramarino os mapas confeccionados pelas câmaras das vilas de Campanha e de São João del-Rei (Mapas 4, 5 e 6).

No requerimento dos moradores das freguesias de Pouso Alto, Aiuruoca e Baependi para criação da vila, redigido pelo representante Manoel Pereira Pinto, foram mobilizados os argumentos da extensão territorial com regiões remotas onde ocorrem os crimes e vícios; da fertilidade das terras na produção de víveres e criação de gado para suprirem a população; das minas de ouro; do crescimento populacional e da presença de “povo e nobreza que podem ocupar os cargos da república e por este meio se acautelarem os crimes e insultos...”. A escolha da freguesia de Baependi para tornar-se vila se baseia no fato de que o terreno é “mais aprazível e formoso, sadio e estar no centro das ditas

---

<sup>268</sup>APM, SG – Cx. 91, doc. 18. Alvará Régio determina os limites da Vila da Campanha da Princesa, cria a vila de Santa Maria de Baependi, assim como a de São Carlos do Jacuí etc. (documento impresso).

[freguesia de Aiuruoca e de Pouso Alto], cuja reunião já existe no que respeita a administração da justiça eclesiástica”<sup>269</sup>.

Após a criação da vila, “o povo e nobreza” não concordaram em fazer parte da nova comarca a ser criada na vila de Campanha. Os argumentos se pautam nos “vexames que sofria na execução da justiça daquela vila [Campanha]”; na distância dita vila de “15 léguas”, sendo a mesma distância para a vila de São João del-Rei; no atendimento judicial insuficiente por não se encontrarem homens “letrados e formados para as decisões de suas dúvidas, o que não acontece na presente comarca”; e por que na “vila de São João del-Rei é o lugar onde a maior parte do povo deste termo vai dispor os efeitos das suas lavouras” e poderiam tratar de suas questões judiciais<sup>270</sup>. Pela informação dos vereadores, em setembro de 1816, o comércio não se restringia apenas para Corte do Rio de Janeiro, para onde escoava produtos como o “tabaco, gado grosso e miúdo, toucinho, queijos, cujos gêneros, com exceção do gado, são exportados em bestas muars”<sup>271</sup>, mas também para a praça mercantil da vila de São João del-Rei.

Na cerimônia do Auto de Levantamento da Vila em 23 de outubro de 1814, estavam presentes Dr. Manoel Inácio de Melo Sousa, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Desembargador e Ouvidor Geral da Comarca do Rio das Mortes, “clero, nobreza e povo” do arraial de Baependi, dos arraiais vizinhos das freguesias de Aiuruoca e Pouso Alto<sup>272</sup>. Durante a cerimônia de criação da vila, foi reafirmado<sup>273</sup> “que de nenhuma forma

---

<sup>269</sup> APM, SG – Cx. 91, Doc. 23. Carta de Manuel Pereira Pinto à sua alteza real, pedindo que lhe mande passar por certidão o teor de qualquer dos requerimentos que fizeram os moradores de Baependi, no qual pediam a elevação do arraial a vila.

<sup>270</sup> Memórias Municipais: Campanha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. 3, n. 1, 1896. p. 556-557.

<sup>271</sup> Memórias Municipais: Baependi. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 2 n. 2, p. 244-256, 1897. p. 251.

<sup>272</sup> Baependy – Autos de criação da vila de Santa Maria de Baependy em 23/10/1814. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano 1, n. 3, p. 427-441. jul./set. 1896. p. 427.

<sup>273</sup> Por ocasião da elevação da vila da Campanha da Princesa da Beira, foi oferecido pelos moradores, para manifestar sua gratidão e fidelidade, “uma contribuição voluntária anual para os alfinetes da sereníssima princesa nossa senhora”. Memórias Municipais de Campanha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano 1, n. 3, jul./set. 1896. p. 480. No Alvará Régio de 06/11/1800, Palácio de Mafra, que “a mesma terça parte se remetesse ao Erário Régio (hoje Tesouro Nacional) em cofre separado,

será prejudicado o donativo oferecido pelos povos à Princesa nossa senhora na conformidade da aceitação feita pela Carta Régia de 6 de novembro de 1800, antes este donativo será arrecadado no distrito da mesma vila...”<sup>274</sup> O mesmo auto de criação definia que o território da nova vila compreendia a freguesia de Baependi, a de Pouso Alto e a de Aiuruoca, criando, conseqüentemente, os “Juizes Ordinários, um Juiz de Órfãos<sup>275</sup> e os Oficiais necessários”, e extinguiu o julgado de Aiuruoca<sup>276</sup>.

As minas encontradas na região dessa freguesia foram consideradas minas de ouro de lavagem, mas em pouca quantidade, por isso não chamou muita atenção dos mineradores<sup>277</sup>. O arraial, mais tarde Vila de Santa Maria de Baependi, teve sua origem no início da descoberta das primeiras Minas dos Cataguases. Entretanto, a maior presença populacional nessa região ocorreu após a crise da mineração, na chamada acomodação evolutiva, com atividades voltadas para a subsistência e para a produção do tabaco, pois a maior ocupação das “áreas virgens que mediavam Minas e o litoral” foi a partir do movimento centrífugo da população após a mineração<sup>278</sup>.

Em 1825, a Câmara de Baependi organizou um relatório a pedido do Governo Provincial apontando vários “quesitos” como população, produção, exportação de gêneros, importação de gêneros, abertura de estradas, terras devolutas, fábricas, reclamações e instrução pública. O relato dos camaristas refere-se à vila e seu termo, apontando o número de habitantes e que a sua produção é voltada para o cultivo do milho,

---

a fim de ser logo e imediatamente entregue à princesa...” In: Araújo Pizarro, 1822. p. 205. Também, foi regulado pelo Alvará de 19 de julho de 1814, que, reformando a Provisão de 25 de abril de 1799, expedida pelo Conselho Ultramarino e a Resolução de 4 de agosto de 1807, deu-lhes o termo os territórios da freguesia da mesma vila (Campanha da Princesa) da freguesia de Itajubá e os pertencentes às freguesias de Sapucaí, Camanducaia e Ouro Fino [...] até confinar com os distritos da Comarca de São Paulo”. Memórias Municipais de Campanha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano 1, n. 3, jul./set. 1896. p. 486.

<sup>274</sup> Memórias Municipais: Baependi. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 244-256, 1897. p. 428.

<sup>275</sup> CARVALHO, 1922, p. 19.

<sup>276</sup> ARAÚJO, 1822, p. 223.

<sup>277</sup> BARBOSA, 1995, p. 38.

<sup>278</sup> LENHARO, 1979, p. 61.

feijão, arroz, tabaco, trigo, centeio, cana-de-açúcar e pouco café. Devido à larga produção de tabaco, faz-se necessária a importação dos mesmos gêneros, pois “os moradores do termo, ocupados mais na cultura do tabaco, apenas colhem com que subsistam mui parcamente e não lhes restando para suprir as povoações”<sup>279</sup>. No relatório, consta que os animais criados no termo são “gado grosso e miúdo (égua, bestas muares, porcos e galinhas)” e essas produções, juntamente com o queijo e toucinho, são conduzidas para a Corte do Rio de Janeiro em bestas muares. O problema enfrentado para as exportações desses gêneros são a abertura de estradas, cujo obstáculo é a Serra da Mantiqueira na divisa das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo e suas áreas proibidas e devolutas. Além da produção de gêneros de primeira necessidade, existia também no termo fábrica de chapéus de lã e algodão grosso e a presença de 47 escolas de Primeiras letras e 22 de Gramática latina. Uma das reclamações era acerca do dízimo eclesiástico, que, “além de uma excessiva conta do fabriqueiro da Matriz, aquém deve pagar os enterros de escravos [...] pagar o vigário as conhecenças, as encomendações e os direitos paroquiais”<sup>280</sup>.

Alguns viajantes que passaram pela região descrevem-na. No relato de Aires Casal, a vila de Santa Maria de Baependi aparece como sendo “ainda pequena; a matriz, que a orna, dedicada a N. Senhora da Conceição; a riqueza de seus habitantes tabaco, para o qual o território é mui apropriado”<sup>281</sup>. Ao passar pela vila, Saint-Hilaire descreve que, ao “atravessar numa ponte de madeira, avistamos a cidade. Fica situada à encosta de uma colina pouco elevada e compõe-se de várias ruas desiguais e irregulares. As casas que as margeiam são em geral muito pequenas e estão longe de atestar opulência. A igreja, construída numa praça pública, nada tem de notável”<sup>282</sup>.

---

<sup>279</sup> Memórias Municipais: Baependi. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 244-256, 1897. p. 246.

<sup>280</sup> Memórias Municipais: Baependi. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 244-256, 1897. p. 246.

<sup>281</sup> CASAL, Aires. *Corografia brasílica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p. 173.

<sup>282</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 115-116.

Pelo olhar do viajante, a igreja “nada tem de notável”. Todavia, por ocasião da visita de Frei da Santíssima Trindade, em 1825, ela possuía cinco altares: “altar e retábulo do altar-mor é todo em talha com pintura branca” e estava próximo de dourar e com todos os paramentos, artigos e acessórios religiosos<sup>283</sup>. No provimento do visitador, as recomendações para a freguesia de Nossa Senhora de Monserrate são as que seguem: agilizar o douramento do altar-mor da matriz, construir um campanário decente, que os senhores levem seus escravos à missa uma vez por mês, que as capelas sem capelães serão interditas e que ocorra as transcrições dos batismos, dos óbitos e dos casamentos de três em três meses.

As capelas visitadas na freguesia por Santíssima Trindade foram: a capela de São José do Favacho, a capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde e a Ermida de Santo Antônio de Piracicaba. A freguesia possuía 7.560 almas com 1.896 fogos, sendo a matriz de Nossa Senhora de Monserrate com 2.395 almas, na capela de São José do Favacho 800 almas, na capela de Santo Antônio de Piracicaba 500 almas e na capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde 1.500 almas.

A capela de São José do Favacho<sup>284</sup> situava-se na fazenda com o mesmo nome e ficava na convergência do Caminho Velho vindo de Baependi e do Caminho de Fernão Dias saindo de Campanha. Juntamente com a fazenda e as benfeitorias, havia uma capela separada da propriedade, que fora benta em 1761<sup>285</sup>. O Capitão e mais tarde Coronel José Vieira de Almeida, em 1773, solicitava à Coroa uma sesmaria de umas terras que estava cultivando composta de “terras de plantas, capoeiras, campos chamada Favacho e

---

<sup>283</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 206.

<sup>284</sup> A capela de São José do Favacho pertence ao município de Cruzília, que surgiu com o nome de Encruzilhada por estar na convergência do Caminho Velho e uma picada que ligava ao Caminho Novo.

<sup>285</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. sér. v. 12. p. 91-128, jan./dez. 2004.

Ingai”<sup>286</sup>. As duas fazendas foram adquiridas por compra de José Francisco Nunes, que em 1761 era Capitão da Companhia da Ordenança de Pé do distrito de Baependi<sup>287</sup>. Em abril de 1774, a Coroa confirmou a sesmaria ao Coronel José Vieira Almeida, que faleceu em 02/11/1782, na Fazenda do Favacho, com seu testamento, no qual “declara ser natural da Freguesia de São Francisco da vila de Taubaté, Bispado de São Paulo, filho legítimo de João Vieira de Almeida e a sua mulher Maria Rodrigues de Godoy, já falecidos, e é casado com Dona Ana Maria de Oliveira, de cujo matrimônio não lhe ficaram filhos”. No seu inventário, solicita que durante um ano fossem celebradas missas “na Capela de São José ereta na minha própria fazenda”. Em uma das cláusulas do testamento, deixa um conto de réis para “reformular os paramentos, vasos sagrados, reparos e obras em aumento da dita Capela de São José da referida minha fazenda”<sup>288</sup>.

A fazenda do Favacho foi adquirida por João Francisco Junqueira, falecido em 1816<sup>289</sup> e um dos confrontantes da sesmaria confirmada pela Coroa, e pertence à família Junqueira até os dias atuais. O último proprietário, nos setecentos, é considerado o patriarca da família Junqueira, natural de São Simão da Junqueira, Termo de Barcellos, Arcebispado de Braga, filho legítimo de João Manoel Junqueira e Ana Francisca do Valle, já falecidos à época também, e casado com Elena Maria do Espírito Santo, já falecida<sup>290</sup>.

A outra capela que pertence à freguesia de Baependi é a capela ou ermida de Santo Antônio de Piracicaba. Há poucas informações sobre ela. Na visita pastoral de 1825, Santíssima Trindade descreve a capela com

---

<sup>286</sup>AHU. Cx.105. Doc. 48. Requerimento do Capitão José Vieira de Almeida pedindo confirmação de sesmaria de duas léguas de terras que possui na freguesia de Baependi e Carrancas.

<sup>287</sup>AHU, 005. Cx. 79. Doc. 52. Requerimento de José Francisco Nunes, capitão da Companhia da Ordenança de Pé do distrito de Baependi, Comarca de São João del-Rei, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.

<sup>288</sup> AHET-II-IPHAN de São João del-Rei. Inventário de José Vieira de Almeida. Cx. C-49, 1782.

<sup>289</sup> A constituição da fortuna e os laços matrimoniais dessa família são analisados no capítulo 4 de Andrade, 2008, p. 205-252.

<sup>290</sup> AHET-II-IPHAN de São João del-Rei. Testamento de João Francisco Junqueira. Cx. 70.1816.

sua capela-mor forrada por cima, com o presbitério também assoalhado de tábuas, com seu arco cruzeiro perfeito de madeira e grades divisórias, com seu altar de comprimento de 9 palmos e 3 de largura, fora a banquetta, tudo em branco, ornado com frontais, um de branco e encarnado, outro de roxo e verde, com três degraus para o trono, onde está a imagem de Santo Antônio, padroeiro, de 3 palmos de alto e perfeita, com um altar colateral onde estão duas imagens: uma de Santana, outra da Conceição, e em ambos estes altares as imagens de Cristo Crucificado...<sup>291</sup>

A última capela pertencente à freguesia era a de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde, localizada no Caminho Velho às margens do Rio Verde, que teve, em 1732, como primeiro habitante Inácio Carlos de Silveira. A doação para o patrimônio da capela foi de Damião Rodrigues Gomes e sua esposa Isabel Maria de Jesus. Em 1839, foi elevada à categoria de freguesia<sup>292</sup>.

Em torno de cada matriz e das capelas, ermidas e oratórios das freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi organizaram-se famílias dos livres de cor, que, em suas relações comerciais, de compadrio e consanguíneas e redes sociais foram residir nas paragens, nos arraiais e nas vilas. A ocupação por meio da fé com a ereção de capelas, ermidas e oratórios permitiu que o poder civil garantisse o território do sertão da Mantiqueira, onde estabeleciam uma relação dinâmica de sobrevivência com o meio físico e criavam e reestruturavam uma cultura oriunda das suas opções de relações com o poder instituído, com a crença religiosa e, principalmente, pelo parentesco espiritual.

---

<sup>291</sup> SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 209.

<sup>292</sup> BARBOSA, 1995, p. 93.

## Capítulo 2

### Famílias dos livres de cor: os números entrelaçados com as vidas costumeiras

uma morada de casas de vivenda nesta mesma Fazenda da Lagoa Verde, térreas com cozinha e senzalas cobertas de telha, paiol, ranchos de carros cobertos de capim, com curral e quintal cercado de pedras<sup>293</sup>.

uma morada de casas cobertas de telhas, assoalhadas, parte forrada de esteira ou madeira, com um telheiro místico que servem de tenda de ferrador, com seu quintal e com suas árvores de espinho e partem para cima situada na rua do Tejuco<sup>294</sup>.

uma morada de casas na rua do retiro com seu quintal/ benfeitorias e uma parte nas casas na rua das flores na vila de Aiuruoca; uma morada de casas com moinho, monjolo e mais benfeitorias na fazenda Guapiara<sup>295</sup>.

parte de umas casas de ferreiro, cozinha e tudo coberto de telha; parte nas casas no arraial do turvo e parte de 19 alqueires e quarta de terras que compõem capoeiras no turvo pequeno<sup>296</sup>.

A morada de casas do tenente Joaquim José de Barros ficava na sua fazenda Lagoa Verde, pertencente à Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, e a do Capitão José Alves Preto, na rua do Tejuco na Vila de São João del-Rei, pertencentes à freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Já a morada de casas de Inácio Correa Arnaut ficava na vila e freguesia de Aiuruoca. A morada de casas de Ana Beralda ficava no Arraial do Turvo pertencente ao termo de Baependi. O elo entre essas pessoas, em locais de diferentes na Comarca do Rio das Mortes, é por serem livres de cor e por constituírem

---

<sup>293</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário do Tenente Joaquim José de Barros, São João del-Rei 1832, Cx. 496.

<sup>294</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário do Capitão José Alves Preto, São João del-Rei, 1808, Cx. C-47.

<sup>295</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Inácio Correa Arnaut, Aiuruoca, 1848, 2 ° Ofício, Cx. C16. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>296</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Ana Beralda, Santa Maria de Baependi, 1821, 2 ° Ofício. Cx. C-47. Doc.5. Fundo documental de Baependi

famílias e bens que variava de 285\$373 a 48:806\$300. Para apreender o cotidiano dessas famílias torna-se imperativo definir o grupo que se enquadra no conceito de livres de cor, discutir que tipo de família foi constituída nessas unidades produtivas, situar essa população no tempo marcado pelas estruturas econômicas, sociais e populacionais presentes nas freguesias de Aiuruoca, de Baependi e do Pilar pertencentes à Comarca do Rio das Mortes.

## 2.1. Quem és tu?

O conceito *livre de cor* constitui-se numa estratégia metodológica para identificar, quantificar e analisar um grupo classificado de forma diversa na documentação (negro forro, preto mina, preto, crioulo, crioulo livre, crioulo forro, cabra, cabra livre, cabra forro, pardo, pardo forro, pardo livre). Tal conceituação permite apreender tanto a condição de forro quanto a condição daqueles que nasceram de ventre livre. Além disso, abarca a população de livres de maneira mais adequada do que os termos forro e egresso do cativo, uma vez que faz “referência a ambos grupos, sem distinção de condição no momento do nascimento”<sup>297</sup>.

A escravidão esteve presente na América portuguesa desde a opção pela colonização nos moldes das capitânias hereditárias, instituição que os portugueses conheciam devido ao contato com os mouros na Península Ibérica<sup>298</sup>. A entrada de escravos originários da região *Albin sudam* foi uma constante na história do Brasil, uma

---

<sup>297</sup> LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. e KLEIN, Hebert S. (Orgs.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 463.

<sup>298</sup> PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

vez que os números são em ordem crescente até o fim do tráfico transatlântico em 1850<sup>299</sup>. Na região das Minas dos Cataguases, com a abundância de ouro, delineou-se uma economia comercial que propiciou o aparecimento de uma sociedade urbana, atraindo grandes fluxos populacionais e permitindo o crescimento dos setores médios e dos desclassificados<sup>300</sup>. Em uma sociedade economicamente ativa e urbana, observa-se a presença de um grande número de escravos e, por conseguinte, a prática consuetudinária da alforria<sup>301</sup>, pois não havia na América portuguesa uma legislação específica sobre a escravidão e a manumissão<sup>302</sup>. A prática da alforria teve como consequência a formação de uma população livre mesclada entre portugueses, negros e índios, denominados cabras, crioulos ou pardos. As mesclas oriundas do processo de mestiçagem são objetos de análise da historiografia, com o intuito de definir cada vocábulo, impingindo ao nome um

---

<sup>299</sup> Os números relativos ao Brasil podem ser vistos em: ELTIS, David and RICHARDSON, David. A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade. In: ELTIS, David and RICHARDSON, David. (eds.) *Extending the Frontiers. Essays on the new Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven: Yale University Press, 2008, p. 1-60 (49-50). Disponível em <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>>. Acesso dia 21/12/2004.

<sup>300</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 25.

<sup>301</sup> Sobre as alforrias em Minas Gerais, ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de Resistência através dos Testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. HIGGINS, Kathleen. *Licentious Liberty' in a Brazilian Gold-Mining Region: Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabara, Minas Gerais*. Art Ellipsis, 1999. MONTI, Carlo Guimarães. Por amor a Deus: O processo de alforria dos escravos de Mariana (1750-1759). *Revista do Centro Universitário Barão de Mauá*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan/jun 2001. LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “Reconstruindo a liberdade – alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850”, *Varia História* 30, julho 2003. p.112-151; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. Tese apresentada ao concurso público para Professor Titular, UFF, 2004. SILVEIRA, Marco Antônio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*. n. 158, 1º Semestre, 2008. p.131-156. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19077>>. Acessado dia 02/05/2015. SILVA, Elisa Vignolo. *Alforriados e fujões: a relação senhor-escravo na região de São João Del Rei (1820-1840)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em História do Instituto Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009. GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática da alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. LIMA, Douglas. *A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. SILVA, 2017. ARANTES, Sirleia Maria. “Por minha agência e trabalho”: os libertos nas Minas setecentistas, vilas de São José del-Rei e São João del-Rei (1736-1808). Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

<sup>302</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas Alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Revista Mexicana de Sociologia*, México, v.46, nº 2, p. 45-60, abr/jun.1984. p. 45.

conjunto de características capazes de identificar o indivíduo na sociedade. No entanto, cabe salientar que, anteriormente à fragmentação dos vocábulos em subgrupos sociais, há a primeira e maior diferenciação social, qual seja, a condição de livre ou de escravo. Em meio ao grupo dos livres, ocorrem qualificações para diferenciar e categorizar os agentes sociais inseridos na faina cotidiana. Com o propósito de restringir o grupo de análise nesse trabalho, faz-se necessário uma incursão na polissemia de significados atribuídos a cada grupo social incluso na condição de livres, assim como as interpretações historiográficas atribuídas a cada um na teia social.

Antes de arrestar os grupos, faz-se necessário entender a sociedade que agrupa e delimita a definição dos sujeitos, nomeando-os e qualificando-os, embutindo a cada indivíduo um papel social. A sociedade setecentista e oitocentista nas Minas se estruturava a partir do *modus vivendi* sintetizado nas matrizes originais dos atores sociais que a compunha.

A matriz social dessa sociedade é marcadamente originária do Antigo Regime, que no Novo Mundo se amalgama às outras formas sociais e a outros que no fazer cotidiano buscam se adequar e enfrentar os novos desafios do tecido social, construindo, assim, uma “nova” identidade. O empenho dos livres de cor, como qualquer vassalo, era no sentido de se nobilitarem e adquirirem cartas de patentes de “coronel, tenente-coronel, sargento-mor, capitães, ajudantes, tenentes e alferes”<sup>303</sup> ao ingressarem, por exemplo, nas milícias.

Em uma sociedade típica de Antigo Regime, as pessoas se envolviam em um conjunto de laços de sociabilidade em busca de cargos e honrarias. Ao serem agraciados, os indivíduos reafirmavam sua condição social, reiterando suas posições diante dos pares e se distinguindo da “massa” que compunha a sociedade. Nesse contexto, as relações de

---

<sup>303</sup> COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas Milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010. p. 42.

natureza jurídica confundiam-se com outras relações paralelas, que se pautavam em critérios como a amizade, a fidelidade, a honra e o serviço. Em diferentes momentos da experiência imperial portuguesa, a Coroa recorreu à estratégia de pactuação com o poder local, para, assim, garantir a defesa de seus interesses, como a taxaço e a legitimidade de seu domínio. Para garantir seus domínios, combater “quilombolas e índios” na América portuguesa foram criadas as Milícias ou *Terço dos homens pardos e libertos*<sup>304</sup>.

Nessa sociedade os atores sociais, via de regra, são nomeados, classificados e qualificados<sup>305</sup> segundo a ordem social à qual pertencem. Nos documentos oficiais ocorrem as qualificações de acordo com o quadro mental dos produtores, em que podiam estar associadas à tez da pele, à posição social e à posição econômica e cultural. A orientação da Coroa para classificar e qualificar não segue padrão rígido e não é apenas uma transposição do Reino para a América portuguesa, uma vez que o escrivo local estava suscetível “a apropriações e influências de hierarquias sociais locais”<sup>306</sup>. O universo social de atuação é o “de honra, prestígio, dignidade e nobilitação, em que o papel da família e das estratégias militares revela-se crucial”<sup>307</sup>. Nesse universo, as nomeações e as qualificações eram empregadas para que “os defeitos de alguns garantissem as qualidades positivas de outros”<sup>308</sup>.

A constituição de 1824 suprimiu a expressão “pureza de sangue” para os indivíduos descendentes de escravos, pois considerava cidadão “os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que

---

<sup>304</sup> COTTA, 2010, p. 70.

<sup>305</sup> PAIVA, 2015, pp 83-102.

<sup>306</sup> GUEDES, Roberto. Branco africano: notas de pesquisa sobre a escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino da Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII. p.20. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Dinâmica Imperial no antigo Regime Portugêses: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

<sup>307</sup> SAMARA, Eni Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru: Edusc, 2003. p. 28-36.

<sup>308</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil colônia: os cristãos novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 53.

este não resida por serviço de sua Nação”<sup>309</sup>. Por esse dispositivo era permitido aos livres de cor alçar cargos, pertencer a ordens religiosas e participarem das eleições primárias se tivessem renda de cem mil reis anuais<sup>310</sup>. A lei de 1828 permitia ainda aos livres de cor votarem e se candidatarem para os cargos de vereadores que compunham o poder local<sup>311</sup>. As formas sociais de identificação dos atores são permeadas pela mestiçagem presente na América portuguesa, onde a tez da pele não define a escravidão, pois “a correspondência entre cor e condição social não caminhava de modo direto, mas transversal, passando por zonas em que os dois aspectos se confundiam ou afastavam”<sup>312</sup>. Nessa sociedade marcada por uma complexa formação racial observa-se a polissemia de vocábulos para qualificar e classificar a população egressa do cativo e de ventre livre, como preto, crioulo, cabra e pardo.

O vocábulo “preto” em alguns casos era acompanhado do qualificativo da região de embarque, como preto da mina ou simplesmente preto, em referência à origem escrava do indivíduo<sup>313</sup>. Já o termo “negro”<sup>314</sup> refere-se a uma região geográfica, onde havia o comércio de escravos e não se refere apenas à tez da pele<sup>315</sup>. A palavra “crioulo” segundo os dicionaristas refere-se ao “preto escravo que nasce em casa de seu senhor”<sup>316</sup>, mais especificamente os nascidos no Brasil<sup>317</sup>. O termo “cabra” aparece nos dicionários da época com dois significados: o primeiro refere-se ao indivíduo nascido da união entre

---

<sup>309</sup>BRASIL. Constituição (1824), art.6º&1º. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso dia 14/06/2015.

<sup>310</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.30.

<sup>311</sup> BRASIL, Lei de 1º de outubro de 1828, art. 3º e 4º. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html)>. Acesso dia 14/06/2015.

<sup>312</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 131

<sup>313</sup> “Também se chama o escravo”. BLUTEAU, 1728, vol.5.p.727.

<sup>314</sup> BLUTEAU, 1728, vol.5.p.702.

<sup>315</sup> LARA, 2007, p. 133.

<sup>316</sup>SILVA,1789, vol.1. p. 496.

<sup>317</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 93-103.

mulatos e pretos, resultando no pardo amarelado<sup>318</sup>, enquanto o segundo designa o que os portugueses nomeavam como índios que ficam ruminando (como cabra) o capim Betel<sup>319</sup>. Cabe ponderar que no século XIX o termo cabra seria atribuído ao indivíduo proveniente da união entre pretos e ameríndios<sup>320</sup>. A partir destas definições e, em consonância com a historiografia sobre a população indígena, observa-se que esse vocábulo refere-se aos índios escravizados<sup>321</sup>.

Dentre estas definições, o termo “pardo” envolve algumas ambiguidades para os setecentos e oitocentos. Para o lexicógrafo setecentista, pardo “significa a cor entre preto e branco” e a expressão “homem pardo” correspondia ao que passou a ser denominado como “mulato” (filho de branca e negro ou vice-versa)<sup>322</sup>. Uma outra designação para a expressão “pardo” é a “cor entre branco e preto, mulato”<sup>323</sup>, possibilitando a interpretação que são tipos mestiços, em que o pardo seria o mulato mais claro. Este vocábulo carrega em si uma conotação pejorativa quando qualificado com “adjetivos tais como preguiçoso ou imprestável” e moralmente inferior ao pardo. Entre ser qualificado de mulato ou pardo, havia, entre os livres de cor, a opção pelo último.

---

<sup>318</sup> FREIREYS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Disponível em <[http://biblio.wdfiles.com/local--files/freireyss-1906-viagem/freireyss\\_1906\\_viagem.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/freireyss-1906-viagem/freireyss_1906_viagem.pdf)> Acesso dia 21/11/2016. SILVA, 1789, vol.1.p. 314.

<sup>319</sup> BLUTEAU, 1728, vol.2.p.28.

<sup>320</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da Terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. p. 40.

<sup>321</sup> “... os administradores procuraram dissimular a origem étnica dos índios, designando-os por meio de categorias mestiças (caboclo, curiboca, cabra da terra, entre tantos outros). Ao nomear os índios coloniais com tais categorias de mestiçagem (o que produziu uma “invisibilidade” dessas populações), aproveitavam a brecha na legislação que não impedia o cativo de mestiços e, com esse expediente, legitimavam a escravidão”. RESENDE, Maria Leônia Chaves de e LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*. Niterói, v.12. n. 23, jul.2007.

<sup>322</sup> BLUTEAU, 1728, vol.6.p.165.

<sup>323</sup> SILVA, 1789, vol.2 p.398. Pinto, 1832. s/p.

As discussões historiográficas<sup>324</sup> sobre o termo “pardo” apontam que seu significado refere-se à condição legal de livre com uma ascendência africana<sup>325</sup>. Além disso, era uma forma de destacar a condição social do indivíduo que trouxesse a marca de “ascendência africana – fosse mestiço ou não”<sup>326</sup>.

A multiplicidade de significados do termo pardo abarca desde a cor (tez da pele)<sup>327</sup> ao *status* social como “uma identidade reivindicada: gente que queria se diferenciar do universo da escravidão, cobrar privilégios e tratamento específico e, mesmo constituir-se em corpo social separado”<sup>328</sup>. Assim, de forma mais ampla a historiografia sobre a escravidão na América portuguesa aquiesce que “a designação da cor das pessoas tinha mais relação com a sua inserção social do que propriamente com a ascendência étnica”<sup>329</sup>.

Outra problemática relaciona-se ao fato de nos setecentos a “condição forro/liberto (tender) a desaparecer da documentação bem antes do ‘silenciamento das cores’ [...] quase uma regra após a Independência do Brasil”. Este quadro se consolidou na segunda metade dos setecentos, momento em que as fontes demonstram que a omissão da cor passou a ser um procedimento usual nos registros oficiais. Assim, tem-se na documentação exemplos “em que pais, mães, padrinhos, madrinhas e até mesmo senhores de escravos que em um momento eram arrolados como pardos, crioulos, cabras [...],

---

<sup>324</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007, LARA, 2007, GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008. MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. PRECIOSO, Daniel. Os “Bem Casados”: estratégias familiares de pardos forros e livres (Vila Rica, c. 1750 – c. 1808). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/>>. Acesso em: 15 abr. 2012. Paiva, 2015, pp.83-102.

<sup>325</sup> EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. p. 269-270.

<sup>326</sup> MATTOS, 1998, p. 30.

<sup>327</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 49.

<sup>328</sup> LARA, 2007, p. 142.

<sup>329</sup> MACHADO, 2008, p.133. ANDRADE, 2005, p. 82.

[aparecem], em outro momento, sem cor ou origem alguma”<sup>330</sup>. Esta constatação demonstra a fluidez dos termos utilizados para qualificar os livres de cor na sociedade escravista.

## 2.2. Qual família é a tua?

O verbete família, segundo os dicionários de Moraes e Silva e de Raphael Bluteau, respectivamente, significam “as pessoas que compõem a casa e mais propriamente as subordinadas aos chefes ou pais...” e “as pessoas de que se compõem uma casa, pais, filhos e domésticos”<sup>331</sup>. A palavra família se estende desde as relações consanguíneas àquelas que envolvem a subordinação ou ligação de variadas pessoas ao chefe da casa ou com seus membros. A partir da definição dos léxicos de relações, pode-se inferir nessa acepção as sociais, as econômicas, as políticas, as de compadrio e as de grupo de origem. Um núcleo familiar poderia agregar as mais diferentes relações, constituindo, pois, objeto de análise da antropologia e das ciências sociais<sup>332</sup>.

Com o propósito de compreender a constituição das famílias nas sociedades ocidentais pré-industriais, várias pesquisas foram desenvolvidas no decorrer dos séculos XX e XXI. A definição de família que embasa as novas pesquisas tem como aporte teórico inicial o trabalho de Le Play, para quem a família constitui uma unidade social menor, que possibilita empreender uma análise da sociedade na qual ela está inserida. Para elucidar sua proposta, esse autor desenvolveu “um método de observação direta quase

---

<sup>330</sup> LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 41- 63.

<sup>331</sup> BLUTEAU, 1728.vol.4.p.28. SILVA, 1798.vol.2.p.9.

<sup>332</sup> ROWLAND, Robert. *População, família e sociedade: Portugal, sécs. XIX-XX*. Oeiras: Celta, 1997. p. 3.

etnográfica e a análise comparativa de dezenas de famílias de trabalhadores”<sup>333</sup>. A partir do trabalho de campo, desenvolveu o conceito de *família troncal*, cujo modelo permite o bom funcionamento da sociedade com o entrelaçamento entre o “pão cotidiano” e a “prática moral”. A *família troncal* era estável e a sua distinção em relação à família patriarcal era apenas a composição, pois aquela é composta por “um único casal compreendendo os pais, os filhos celibatários e o herdeiro casado”<sup>334</sup>.

O conceito de família mobilizado por Le Play foi alvo de muitas críticas, que possibilitaram novas pesquisas com viés demográfico. Na França, o foco demográfico partiu das análises dos registros produzidos pela igreja católica, capitaneado por Louis Henry e Michel Fleury no *Instituto Nacional d'Études Démographiques*. Já na Inglaterra, a documentação utilizada foram os censos, em pesquisas encabeçadas por Peter Laslett, ligado ao *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*.

O papel da demografia, *stricto sensu*, é medir, calcular, projetar e formular leis matemáticas sobre as populações<sup>335</sup>. No caso da demografia histórica, há uma “adaptação de fontes e criações metodológicas para dar conta de uma documentação que não foi produzida para ser explorada de forma demográfica”<sup>336</sup>. Ilustra essa metodologia de trabalho a pesquisa de Louis Henry<sup>337</sup>, que reconstituiu as famílias utilizando os registros paroquiais de batismo, de óbito e de casamento usados para compor as “fichas de família”. A partir das pesquisas com essa metodologia, houve uma mudança da percepção da família no passado e foi possível apreender a dinâmica populacional da Europa.

---

<sup>333</sup> BOTELHO, Tarcísio R. A família na obra de Frédéric Le Play. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 516, 2002.

<sup>334</sup> BOTELHO, 2002, p. 527.

<sup>335</sup> SAUVY, Alfred. *Elementos da demografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 16.

<sup>336</sup> NADALIN, 2004, p. 71.

<sup>337</sup> HENRY, 1988.

Tendo em vista essa dinâmica populacional europeia, observou-se que a mulher se casava com pelo menos 25 anos de idade e o intervalo de um filho para outro era em média de 24 meses, o que implicava núcleos familiares compostos aproximadamente por seis ou oito filhos. Essas pesquisas identificaram ainda que 30% das crianças morriam antes de um ano, 20% não chegavam a idade adulta e havia muitos celibatários, o que aponta para uma sociedade estacionária em termos populacionais<sup>338</sup>.

A crítica a esse método é o limite da compreensão da família que se restringe à família biológica e à união legitimada pela igreja católica, deixando de lado as uniões consensuais e a ilegitimidade<sup>339</sup>. A partir dessas discussões, organizou-se o *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*<sup>340</sup>, liderado por Peter Laslett, que tem como base documental as listas nominativas inglesas. Para explorar essa documentação, foi elaborada uma metodologia específica para definir o grupo doméstico a partir de três critérios básicos: o geográfico, o funcional e o de parentesco. Essa metodologia criou uma tipificação dos domicílios (Quadro 1), que foi central na pesquisa e análise da sociedade em foco<sup>341</sup> com viés demográfico. Os resultados dessas pesquisas permitiram que Laslett criticasse a teoria de Le Play<sup>342</sup>, pois, na Inglaterra, Laslett observou o predomínio da família nuclear em comparação com a família extensa. Além disso, apontou a possibilidade de encontrar o sistema de herança característico da “família troncal” nas famílias do tipo nuclear.

As críticas às conclusões do *Group of Cambridge* foram muitas. Entretanto, neste trabalho, serão discutidas apenas as de Jean-Louis Flandrin, as de Allain Collomp,

---

<sup>338</sup> FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 245.

<sup>339</sup> VOLPI, Ana Scott. *A historiografia do Cambridge group: contribuições ao estudo da família e do grupo doméstico*. *Revista Estudos Amazônicos*. vol. IX, nº 1. 2013. p. 4.

<sup>340</sup> Disponível em: <<http://www.campop.geog.cam.ac.uk/>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

<sup>341</sup> VOLPI, 2013, p. 9.

<sup>342</sup> Para Le Play, a família nuclear moderna originou-se de uma evolução de famílias com estruturas mais complexas como a “família troncal”. BOTELHO, 2002, p. 516.

as de Lutz k. Berkner e as dos austríacos Mitterauer e Sider. Na esteira das restrições às proposições do *Group of Cambridge*, Flandrin aponta que o tamanho do domicílio não permite indicar a sua estrutura, e tais classificações estão sujeitas a variações. Nessa perspectiva, faz-se necessário acompanhar a evolução das estruturas familiares<sup>343</sup>.

A crítica de Alain Collomp a Laslet é que, ao medir os domicílios, foram descartados os aspectos econômicos e sociais. Para Collomp, a estrutura do sistema familiar vai desde o simples e nuclear ao complexo, cujas estruturas são definidas pelas práticas familiares, que, por sua vez, dependem da estrutura do grupo residencial. Dessa forma, as estratégias familiares “constituem respostas complexas a condições econômicas e materiais, culturais e ideológicas”<sup>344</sup> da família marcada pelo costume e pelo direito jurídico consuetudinário. Ao analisar a sociedade francesa, utiliza a denominação “família troncal”, que seria o sistema de cor-residência e de transmissão de patrimônio, chamada de “família estirpe” por Le Play. Essa estrutura familiar é um modo de assegurar a continuidade de pai para filho de um bem patrimonial, de um cargo e de terras. Todavia, segundo Collomp, as formas e estrutura da família estão interligadas com as formas de exploração da terra, com a divisão igualitária dos bens ou com *fils de famille* (herdeiro) e com a coesão no interior da linhagem marcada pela vida social e afetiva. Assevera que a família patriarcal que agrupa sob o mesmo teto numerosos indivíduos debaixo das ordens de *pater* é um “modelo mítico sem correspondência com nenhuma realidade tangível na Europa ocidental a partir do século XVI”<sup>345</sup>.

Ao trabalhar com o conceito de desenvolvimento familiar e analisar o ciclo de vida do chefe do domicílio, Berkner critica a afirmação de Laslet de que na Inglaterra

---

<sup>343</sup> FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles: parenté, Maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

<sup>344</sup> COLLOMP, Alain. Famílias. Habitações e coabitações. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.) *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 499.

<sup>345</sup> COLLOMP, 2009, p. 511.

havia o predomínio da família nuclear e raramente a “família troncal”. Afirmar que essa família não havia existido “como parte importante da estrutura social em muitos países da Europa Ocidental e que a família troncal não emergiria, necessariamente, de estudos estatísticos empíricos de demografia”<sup>346</sup>, mas seria uma fase da maioria dos domicílios. Assim, compreende que o domicílio devia ser estudado como unidade de transformação e que, para apreendê-lo, era necessário estudar as suas várias fases e as dinâmicas econômicas que não são demonstradas pelo censo<sup>347</sup>.

Dentre as críticas à tipologia de Laslet, as que mais tiveram repercussão analítica foram as dos austríacos Michael Mitterer e Reinhard Sieder, uma vez que o prefácio da edição em inglês da obra desses autores era assinado por Laslet, que posteriormente incorporou em parte as críticas constantes nessa obra. Para os austríacos, a tipologia de Laslet era datada e se referia mais ao presente do que ao passado. Além disso, salientam que Laslet mobilizou apenas os dados referentes ao grau de parentesco sem levar em consideração a função econômica das famílias, característica típica das sociedades pré-industriais<sup>348</sup>. Em suas pesquisas, perceberam que a família tinha uma forma plurifuncional (funções de parentesco, de procriação e produtiva)<sup>349</sup>. Ao incorporar as críticas dos austríacos, Laslet passou a perceber a natureza dual dos domicílios, em que “a procriação implica parentesco [...] e como a produção implica trabalho, família e domicílio eram, assim, nas sociedades tradicionais, grupos de trabalho e grupos de parentesco”<sup>350</sup>.

---

<sup>346</sup> VOLPI, 2013, p. 13.

<sup>347</sup> RODARTE, 2012, p. 36.

<sup>348</sup> VOLPI, 2013, p. 17.

<sup>349</sup> RODARTE, 2012, p. 49.

<sup>350</sup> LASLET, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: Comparações entre áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). *População e sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 137.

Para discutir a característica dual dos domicílios, Laslet mobilizou o conceito *das ganze Haus* de Otto de Brunner, em que a unidade domiciliar seria

composta por cinco ou dez pessoas, encabeçadas por um lavrador (ou um mestre-artesão) vivendo com sua esposa e filhos, empregados domésticos (aprendizes e jornaleiros), dirigidos em base cooperativa, cultivando os campos, criando animais ou fabricando objetos para o consumo ou uso no lar ou para o mercado. Todas elas são atividades produtivas dos membros do domicílio; estes não trabalham fora do lar mediante salários<sup>351</sup>.

A partir dessa compreensão de domicílio, Laslet afirma que, para apreender a família com sua característica dual de procriação e produção, o conceito *das ganze Haus* precisa incluir “um mercado de produtos e um mercado de pessoas”<sup>352</sup>. O primeiro se insere no fato de o domicílio precisar vender boa parte da produção e o segundo existe devido à troca constante de trabalhadores, lavradores e aprendizes. Diante do exposto, faz-se necessário abordar o conceito *das ganze Haus* elaborado por Otto Brunner.

A família *das ganze Haus* é baseada na “economia” grega de Xenofonte e Aristóteles, que envolve toda a atividade de uma casa, a totalidade das relações humanas (entre homem-mulher, pai-filho, senhor-servo) e as atividades de produção no cumprimento das tarefas da economia doméstica e agrária<sup>353</sup>. A família *das ganze Haus* é a antiga economia europeia, em que não se conhecia a separação entre a casa e as tarefas,

---

<sup>351</sup> LASLLET, 1984, p. 139.

<sup>352</sup> LASLLET, 1984, p. 140.

<sup>353</sup> BRUNNER, 1976, p. 211. Para Aristóteles, “uma cidade é como uma associação, e que qualquer associação é formada tendo em vista um bem. [...] deve-se primeiro unir em dupla os seres que, como o homem e a mulher, não têm existência individual devido à reprodução. A dupla união entre o homem e a mulher, o senhor e o escravo, forma, antes de mais nada, a família. Afirmou Hesíodo, com razão, que a primeira família foi constituída pela mulher e pelo boi próprio para a lavoura. Efetivamente, o boi é o escravo dos pobres. Desse modo, a sociedade formada para atender às necessidades diárias é a família, constituída por aqueles que Carondas denomina de ‘*homo pyens*’ (tirando o pão da mesma arca) e que Emíenides de Creta chama ‘*homo capiens*’ (que comem na mesma manjedoura). A primeira sociedade constituída de muitas famílias, visando à utilidade comum, porém não diária, é o pequeno burgo; este parece ser, de modo natural, algo assim como uma colônia da família [...]. ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 11-13.

pois os aprendizes de artesãos e os servidores do comércio viviam na casa do seu patrão sobre pilares semelhantes aos das relações de campesinato que permaneceram com o advento das formas capitalistas de produção. Essa estrutura familiar existia em meio às circunstâncias agrárias, uma vez que a forma de vida estava organizada a partir de uma economia de campesinato ampliada. Em um domicílio, podia haver variadas formas de organização abarcando características relativas ao grupo consanguíneo e à produção econômica do domicílio<sup>354</sup>.

No Brasil, as discussões sobre a família foram influenciadas pelas concepções de família patriarcal de Gilberto Freyre e as metodologias de Louis Henry e do *Group of Cambridge*. As discussões sobre esse tema se intensificaram a partir dos anos 1950 e 1960, com enfoque na estrutura, na organização e no papel da mulher na família “não apenas sob a abordagem da exclusão e submissão, mas nas formas de interação com a sociedade e com a própria família”<sup>355</sup>. Porém, novos estudos sobre o conceito de família foram realizados na década de 1970, ancorados na demografia histórica que passou a medir as unidades domiciliares<sup>356</sup>. As novas pesquisas deram “ênfase nas metodologias da demografia histórica” pautadas nos métodos do *Group of Cambridge* e na metodologia francesa, principalmente a de Louis Henry no tocante à reconstituição das famílias<sup>357</sup>.

Na década de 1980, a análise demográfica conjugada com a história social foi fecunda nas investigações sobre a família com enfoque “na condição feminina, na criança, na ilegitimidade, no casamento, no concubinato, na transmissão de fortunas”<sup>358</sup>, na família escrava<sup>359</sup> e na família livre<sup>360</sup>, utilizando uma gama de fontes documentais e

---

<sup>354</sup> RODARTE, 2009, p. 48-54.

<sup>355</sup> SAMARA, 2003, p. 19.

<sup>356</sup> CASEY, James. *A História da Família*. São Paulo: Ática, 1999. p. 15.

<sup>357</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. p. 17.

<sup>358</sup> Scott, 2009. p. 19.

<sup>359</sup> SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>360</sup> MATTOS, 1998.

trazendo à tona novas possibilidades de análise e compreensão sobre a família<sup>361</sup>. Nesse período, houve uma profícua discussão sobre o patriarcalismo<sup>362</sup>, quando grupos de pesquisadores defendiam a aplicação conceitual de família patriarcal de Gilberto Freyre e outros defendiam a necessidade de avançar metodologicamente em relação a esse conceito, uma vez que as pesquisas vinham demonstrando que a realidade no tocante à constituição de famílias no Brasil era mais complexa. Portanto, a mobilização de apenas um conceito (família patriarcal) revelou-se insuficiente para apreender tal complexidade<sup>363</sup>.

Dentre os debates historiográficos sobre o conceito família, alguns apontam que o olhar dos viajantes estrangeiros do século XIX influenciou na definição deste por conceber a família nuclear como “um grupo constituído de pai, mãe, filhos legítimos ou não, vivendo em caráter privado e permanente”, sinônimo de uma família “burguesa feliz”<sup>364</sup>. No entanto, uma análise mais acurada sobre o olhar desses viajantes permite identificar no cativo a existência da família nuclear e como os escravos e seus descendentes recriavam seus costumes africanos em terras brasileiras, denotando, assim, a existência da “flor na senzala”<sup>365</sup>.

A análise sobre a família escrava aponta sua existência, estabilidade, longevidade e seu papel dentro da vida dos escravos e da história de seus descendentes<sup>366</sup>.

---

<sup>361</sup> Sobre a constituição da família, ver Marcílio, 1986. QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001. Brügger, 2007. Hameister, 2006. Samara, 2003.

<sup>362</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. SOUZA, Candice Vidal e. Modelo nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, p. 414-432, 2º sem. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200006/8851>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

<sup>363</sup> SCOTT, 2009, p. 21.

<sup>364</sup> GUEDES, 2008, p. 147.

<sup>365</sup> SLENES, 1999.

<sup>366</sup> Para análises sobre a constituição da família escrava, ver: GOLDSCHIMIDT, Eliana Maria Rea. Matrimônio em São Paulo colonial: dificuldades e solidariedades. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza e.

Tais pesquisas permitem “compreender as articulações entre família enquanto unidade de reprodução biológica e social e o cativo enquanto espaço moldado pela lógica da exploração econômica do trabalho”<sup>367</sup>. No tocante à dinâmica da formação da família de forros em Mariana nos setecentos, por exemplo, percebe-se que a família constituiu-se em um empreendimento a partir das vantagens econômicas e na esperança do aumento da riqueza<sup>368</sup>. Ainda sobre o casamento dos pardos em Vila Rica, os dados corroboram as pesquisas anteriores para Mariana, pois identificam-se a presença de laços de endogamia e a busca de vínculos que facilitassem a constituição de novas famílias<sup>369</sup>.

Já para a região de Salvador, observa-se que a motivação básica para o casamento não foi a legalização da prole, e, sim, o auxílio mútuo; por isso, a união matrimonial foi importante para a população forra de origem africana, que encontrou nesses laços o apoio para a constituição de uma identidade de grupo. Além do apoio mútuo, havia a endogamia étnica presente tanto nas uniões legais como nas consensuais, nas quais os forros buscaram nos parceiros uma identificação étnica que permitisse a continuidade de suas tradições<sup>370</sup>.

Em sua análise sobre a formação da família e da fortuna em Campos dos Goitacazes, Sheila de Castro Faria, além de discutir o conceito de família patriarcal, desenvolve uma análise acerca da formação familiar da elite e dos forros nessa região. No tocante ao segundo grupo, percebeu, por meio dos registros paroquiais, a grande

---

*Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 59. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SLENES, 1999. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. BÓTELHO, Tarcísio R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, M. E. Lage de; VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 454-476.

<sup>367</sup> BÓTELHO, Tarcísio R. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre e trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 195-222.

<sup>368</sup> LEWKOWICZ, Ida. Herança e Relações Familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do Século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, set. 1988/fev. 1989.

<sup>369</sup> PRECIOSO, 2011, pp-1-17.

<sup>370</sup> OLIVEIRA, 1988. p. 69.

mobilidade como “exercício da liberdade”. Além disso, salienta que a dinâmica dos casamentos entre os forros era resultado de estratégias no sentido de se fazer um negócio lucrativo para os contraentes do matrimônio ao agregarem mão de obra e recursos em um mesmo fogo. Assim, os “andarilhos da sobrevivência sozinhos ou com família” atuavam em busca de mobilidade espacial, pois era a única alternativa que tinham em uma terra marcada pelo estigma da escravidão<sup>371</sup>.

Nessa linha de raciocínio, Silvia Brügger identifica a presença do patriarcalismo em Minas Gerais, especificamente na Vila de São João del-Rei, ao considera-lo como “um conjunto de valores e de práticas que coloca no centro da ação social a família”<sup>372</sup>. Em sua análise, observa um alto índice de relações pautadas no concubinato devido ao elevado número de filhos ilegítimos, o que não constitui uma peculiaridade da vila são-joanense, pois em outras regiões de Minas também ocorreram expressivos índices de ilegitimidade, notadamente de filhos de mulheres forras.

Ao tratar da mobilidade social dos egressos do cativo em Porto Feliz, Roberto Guedes utiliza uma gama de documentos para demonstrar as estratégias estabelecidas por esse grupo por meio de alianças e redes que ratificavam a “diferenciação social em meio a iguais” não apenas por meio do enriquecimento, mas pelo trânsito entre a escravidão e a liberdade. A mobilidade social dos egressos do cativo, nessa perspectiva, contribuía para a manutenção das “hierarquias sociais [e] das regras”, reforçando, assim, a deferência e a assimetria em uma sociedade rural e escravocrata. Em meio à complexa discussão sobre o patriarcalismo, esse autor mobilizou o conceito de diversidade para pensar as famílias dos egressos do cativo<sup>373</sup>.

---

<sup>371</sup> FARIA, 1998. p. 100-162.

<sup>372</sup> BRÜGGER, 2007. p. 63, 76 e 343.

<sup>373</sup> GUEDES, 2008.

Já Martha Hameister, ao analisar as redes de compadrio no Rio Grande, mobiliza o conceito de família nuclear ou extensa a partir do *oikos* proposto por Aristóteles, que define família como as “pessoas que viviam sob o mando e proteção de um mesmo senhor”. Essa forma de análise é uma opção mais razoável em relação à “ideia de uma família nuclear, formada por um casal e seus rebentos”<sup>374</sup>. Essa elasticidade do conceito de família foi adotada para abarcar os laços da família consanguínea e do parentesco espiritual, “cujos tentáculos [...] mais abrangentes explicam muito mais o funcionamento da sociedade e [as] possibilidades de mobilidade social do que o enfoque rígido no núcleo familiar”<sup>375</sup>. Para apreender a família em São José dos Pinhais, Cacilda Machado<sup>376</sup> afirma que a compreensão do patriarcalismo como definição não abarca as relações familiares; por isso, optou por identificar o caráter patriarcal nas relações dos livres de cor em uma sociedade na qual predominava o trabalho familiar<sup>377</sup>.

A discussão sobre a constituição da família no Brasil, ancorada na ideia de patriarcalismo ou na obsolescência do termo, está implícita nessas análises. Ao retomar as discussões sobre o patriarcalismo, Ronaldo Vainfas aponta que o cerne da discussão é conceitual, oriunda da confusão entre família patriarcal e família extensa. Sua crítica pauta-se no suposto estereótipo da família extensa (composta pelo núcleo conjugal, filhos, criados, parentes, agregados e escravos submetidos ao poder quase absoluto do chefe da casa) como sendo a família patriarcal de Freyre<sup>378</sup>. Para apreender essa contradição, Barickman compreende que o conflito surge a partir de definições diferentes de família, como um grupo de parentesco e como um grupo doméstico; por isso, propõe que Freyre

---

<sup>374</sup> HAMEISTER, 2006, p. 39.

<sup>375</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Padrinhos de pretos no extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/6768657/Padrinhos\\_de\\_pretos\\_no\\_extremo-sul\\_do\\_Estado\\_do\\_Brasil\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XVIII](https://www.academia.edu/6768657/Padrinhos_de_pretos_no_extremo-sul_do_Estado_do_Brasil_no_s%C3%A9culo_XVIII)>. Acesso em: 25 ago. 2015.

<sup>376</sup> MACHADO, 2008.

<sup>377</sup> BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, v. 29/30, p. 79-132, 2003.

<sup>378</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 149.

poderia ter utilizado o termo patriarcalismo para definir “um grupo doméstico que compartilhava a mesma habitação e, ao mesmo tempo, como uma rede de parentesco com mais de uma unidade doméstica”<sup>379</sup>. Respalhada por esses debates, Ana Silva Volpi Scott compreende que a análise da estrutura familiar não se pode limitar apenas ao aspecto demográfico, uma vez que as relações tecidas pela família ultrapassam “os vínculos biológicos primários e da convivência sob o mesmo teto”<sup>380</sup>.

Ao ultrapassar os vínculos biológicos, é preciso considerar a matriz africana que influenciou a constituição das famílias dos escravos e dos libertos no Brasil. É consensual na historiografia que, ao pesquisar grupos que não pertencem à elite, é necessário considerar a “escassez de informações sobre tais grupos, até mesmo em suas atividades públicas, o que dirá de sua vida doméstica privada [...]”, e as informações “fragmentadas que chegam a impedir qualquer pesquisa sobre um período extenso”<sup>381</sup>. Em muitos casos, observa-se que os “sistemas de valores e as crenças desta maioria permanecem em grande parte especulativa”<sup>382</sup> a não ser por duas pesquisas de fôlego: a de Russel-Wood e a de Robert Slenes.

A fim de apreender as relações familiares dos libertos e escravos, Russel-Wood busca os significados da matriz africana presentes nas famílias norte-americanas para compará-las com as das Américas portuguesa, francesa e espanhola. Com intuito de compará-las, utilizou as pesquisas de Gutman, que se valeu das correspondências de escravos, de libertos, dos censos, dos “registros do Exército da União e do Freedmen’s Bureau”<sup>383</sup>.

---

<sup>379</sup> SCOTT, 2009, p. 24.

<sup>380</sup> SCOTT, 2009, p. 24.

<sup>381</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 236.

<sup>382</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 236.

<sup>383</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 239.

Ao mobilizar essa gama de documentos, Gutman observou a formação e a manutenção da família entre os negros livres, e entre os escravos a presença de “crenças e de valores que orientavam o comportamento doméstico, os padrões de namoro, de aliança sexual e do acasalamento”<sup>384</sup>, que apontam para a formação e conservação da família. Outro indício da manutenção de uma cultura afro-americana foi a escolha de nomes com o objetivo de “fortalecer laços entre a família imediata e os agrupamentos ampliados de parentesco”. Concomitante a isso, a escolha do nome e do sobrenome diferentes de seus donos emergia da necessidade de demonstrar suas crenças, pois “buscavam conscientemente preservar os laços com a família de origem ou reafirmar uma identidade independente da família de seu senhor”<sup>385</sup>. Na prática da escolha dos nomes, estabeleciam vínculos entre as gerações e a parentela estendida, constituída a partir de laços consanguíneos e matrimoniais, opções que demonstram uma autonomia de ação pautada numa cultura afro-americana cumulativa.

Ao pensar essa cultura afro-americana cumulativa, Russel-Wood elenca os questionamentos acerca da sobrevivência dos traços culturais da África Ocidental. A organização e a manutenção em solo americano de tais traços se devem em boa medida ao processo de migração vivenciado por esses grupos que preservaram suas crenças e valores. Entretanto, as considerações sobre os escravos e libertos dos Estados Unidos não podem ser estendidas para toda a América, uma vez que precisa aumentar o “estudo sistemático das famílias em que um dos parceiros ou ambos tinham ascendência africana na América portuguesa e espanhola”<sup>386</sup>. Cabe ressaltar ainda as diferenças nas legislações sobre o casamento e a manutenção das famílias escravas nas Américas. Na portuguesa, por exemplo, não havia leis específicas para regular os casamentos dos escravos, o que

---

<sup>384</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 237.

<sup>385</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 240.

<sup>386</sup> Russel-Wood, 2005, p. 249-282.

propiciou a estes recorrer aos arranjos costumeiros. Nas Américas espanhola, francesa e portuguesa, os escravos eram agredidos física e psicologicamente e, em alguns casos, a destruição das famílias escravas era uma prerrogativa senhorial. Nessa acepção, a fuga para as comunidades quilombolas seria também uma busca de estabilidade familiar.

Nas Américas, o escravo também agia de forma consciente e independente de seus senhores, porém a dificuldade é definir os parâmetros dessa atuação na formação de uma cultura afro-americana. Além da definição do parâmetro, é difícil para o historiador perceber a manutenção e a interligação do cotidiano dos escravos com a herança africana. Cabe, todavia, ressaltar que, no caso da América portuguesa, há indícios de que a compra da liberdade, as relações de compadrio e o pertencimento às irmandades são balizas que envolvem a família, que detém em seu *modus operandi* traços da cultura afro-americana. Assim, é razoável ponderar que os vínculos da comunidade negra na América portuguesa teriam origens nos laços familiares de matriz africana e sua complexidade étnica. A constituição de família nas Américas portuguesa e espanhola era uma forma de proteção ao escravo ou ao liberto. As pesquisas mais recentes confirmam que os livres de cor utilizavam estratégias para se libertar e constituir família, o que provavelmente tem origem na África ou em “precedentes africanos, enquanto outras [formas de ação] foram criações do Novo Mundo”<sup>387</sup>.

Nessa linha de raciocínio, Robert Slenes, a partir das anotações de Rugendas, procurou apreender a grande variedade étnica africana<sup>388</sup> presente nas escravarias do centro-sul, particularmente em Campinas. Em suas análises, esse autor demonstrou que os escravos de São Paulo e do Rio de Janeiro<sup>389</sup> eram, na primeira metade do século XIX,

---

<sup>387</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 281.

<sup>388</sup> SLENES, R. W. *Malungu nagoma vem! África coberta e descoberta do Brasil*. São Paulo: Usp, 1995. p. 59.

<sup>389</sup> Slenes pondera que os escravos presentes no “sul-mineiro”, especialmente os das freguesias de São João del-Rei, Baependi e Aiuruoca, também são oriundos da África Centro-ocidental. SLENES, 1995, p. 55.

oriundos da região da África Centro-ocidental; portanto, compartilhavam “uma herança cultural e um patrimônio linguístico bantu”<sup>390</sup>. Havia também a presença de pequenos grupos provenientes do *kongo*, *mbundu* e *ovimbundu*, que detinham uma proximidade na língua, na cosmologia e nas práticas religiosas<sup>391</sup>.

Com o propósito de perceber a continuidade cultural entre a África Centro-ocidental e o sudeste escravista, Slenes analisa a família escrava partindo do olhar dos viajantes sobre a composição desta. Também utiliza as técnicas demográficas visando apontar a longevidade da família e, principalmente, a flor na senzala, que carrega em seu seio o simbolismo da matriz africana. Nesse sentido, a família extensa é importante para as sociedades africanas enquanto unidade domiciliar e centro da atividade doméstica, além das relações consanguíneas de procriação e criação dos filhos<sup>392</sup>.

Para a população oriunda dessa região da África, a família se organiza pela *linhagem*; ou seja, “como um grupo de parentes que traça sua origem a partir de ancestrais comuns”. O parentesco na área do Congo-Zaire, particularmente entre as várias etnias transportadas para o Brasil, é ancorado no conceito de linhagem como princípio cultural e sua configuração envolve diferentes estruturas como a matrilinear, a patrilinear e a bilateral. Os escravos que chegaram ao Brasil reorganizaram suas vidas no cativeiro de “acordo com a gramática [profunda] da família-linhagem”, formando famílias extensas e grupos de parentesco<sup>393</sup>. Considera ainda que na senzala foram estabelecidos elos entre africanos, ladinos e crioulos<sup>394</sup>, marcados “pelas vivências semelhantes, razões

---

<sup>390</sup> SLENES, 2006, p. 279. SLENES, 1999, p. 142.

<sup>391</sup> SLENES, 2006, p. 280.

<sup>392</sup> SLENES, 1999, p. 149.

<sup>393</sup> SLENES, 1999, p. 143-149.

<sup>394</sup> Nessa perspectiva, contrapõe Hebe de MATTOS, que afirma que os crioulos se aproximaram mais dos livres de cor quando na senzala havia uma constante tensão. MATTOS, 1998.

compartilhadas para opor-se aos senhores e heranças culturais em comum...”<sup>395</sup>, permitindo que a figueira de *nsanda*<sup>396</sup> fosse transplantada metaforicamente para o Brasil.

Tomando como referência a produção historiográfica baseada na constituição das famílias nas sociedades pré-industriais na Europa, o conceito de família patriarcal mobilizado no Brasil e a linhagem com ênfase nas lembranças africanas, tem-se o questionamento acerca do modelo de família presente na vida dos livres de cor nas freguesias de São João del-Rei, Aiuruoca e Baependi.

Para empreender a análise das famílias dos livres de cor, é preciso considerar que o objeto de pesquisa não pode ser enquadrado em um modelo, pois corre-se o risco de perder sua complexidade. Concomitante a isso, o modelo demográfico tende a apenas quantificar os domicílios dentro de padrões preestabelecidos, o que inviabiliza a análise sobre a dinâmica do cotidiano das pessoas. Tendo em vista essas peculiaridades e a concepção de que os “livres de cor” são todos aqueles que têm em comum a ascendência africana, permanece o questionamento acerca da especificidade da “família” que constituíram.

A família nas freguesias estudadas traz em sua organização mesclas dos modelos característicos das sociedades pré-industriais europeias, da “família troncal”, da família nuclear, da família patriarcal (Gilberto Freyre) e da família de linhagem africana marcada pela conservação das tradições. Assim, as famílias dos livres de cor não podem ser pensadas a partir de um modelo fixo, mas como uma mescla que conjuga diferentes

---

<sup>395</sup> SLENES, 2006, p. 280.

<sup>396</sup> A figueira de *Nsada* é espécie da África Centro-ocidental, a qual traz em seus galhos um complexo de crenças e instituições fundamentais para o *kongo* e o *mbundu*, que a consideravam sagrada, era símbolo da autoridade real, das chefaturas locais, ligada a matrilineagens e às fecundidade agrícola e humana. In: SLENES, Robert W. A Árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo* – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

formas de organização familiar, como a patrilinear e a matrilinear com ou sem ligação consanguínea, todas marcadas pela tradição.

A tradição, segundo os lexicógrafos, significa “uma coisa que se sabe de pais em filhos, foi comunicada de viva voz, ou por escrito...”<sup>397</sup>. O termo tradição não tem uma definição única, uma vez que as “tradições” podem ser “inventadas” ou “formalmente institucionalizadas”. Cabe salientar ainda que as “tradições” podem surgir num determinado período e rapidamente deixarem de existir. Já o termo “tradição inventada” refere-se a um “conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica”, que tem por objetivo transmitir valores e normas de comportamento por meio da “repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”<sup>398</sup>.

Para apreender as famílias inseridas em seu cotidiano, é necessário considerar que ela carrega em si uma carga existencial para a sua época, pertencendo a uma tradição. Tradição, para Heidegger, se traduz em herança imbuída de existência do ser-aí<sup>399</sup>. Nesse aspecto, a tradição não é apenas a transmissão de valores, objetos, práticas de geração para geração. Traz em seu bojo um conflito interno entre os princípios transmitidos de uma geração a outra, assim como a forma de aplicá-los. É possível que a fachada da tradição, tal como é compreendida, mascare a inovação que os indivíduos fazem com o conhecimento adquirido com seus antepassados e com a sociedade em seu entorno.

Para Burke, a tradição traz em si muitas ambiguidades: “é praticamente impossível escrever história cultural sem tradição. Contudo, está mais do que na hora de se abandonar o que se pode chamar de noção tradicional de tradição, modificando-a para levar em consideração a adaptação”<sup>400</sup>.

---

<sup>397</sup> BLUTEAU, 1728, vol.8. p.233. SILVA, 1798, vol.2.p.793.

<sup>398</sup> GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Tradução Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.8.

<sup>399</sup> Gadamer, 1998, p. 44.

<sup>400</sup> BURKE, Peter. *Variedades da História Cultural*. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 241.

Nessa perspectiva, a tradição está entrelaçada com a cultura e com o costume, ambos embasados na alteridade que marca as relações humanas. Um dos papéis da história cultural é uma tradução da linguagem do passado para o presente; ou seja, tornar a alteridade do passado ao mesmo tempo visível e inteligível<sup>401</sup>. Para tal, é necessário ultrapassar a ideia de oposição entre o eu e o outro, pois o ser tem uma relação de pertencimento à tradição dentro de um projeto existencial. Nesse sentido, a análise perpassa pelo viés existencial do ser-aí permitindo um novo olhar sobre a hermenêutica nas ciências sociais, que se pauta na valorização ontológica do problema posto pela estrutura da compreensão histórica fundada sobre a existência humana orientada para o futuro<sup>402</sup>. Assim, a compreensão como operação significativa do ser-aí é a estrutura que se encontra na base das ciências humanas, pois os vínculos entre moral e tradição, as condições concretas e as possibilidades futuras, impulsionam essa ação. A compreensão da tradição histórica carrega consigo a marcha dessa estrutura existencial do ser-aí.

Com a alteridade, pode-se trabalhar com o passado através do olhar de que as famílias dos livres de cor, objetos deste estudo, são diferentes e, no entanto, trazem em si a humanidade, o projeto existencial de um ser lançado, o que nos une através dela.<sup>403</sup> A tradição é herdada pelos indivíduos; por isso, ela tem ressonância sobre eles, sendo um fenômeno de apropriação espontânea e produtiva de conteúdos transmitidos<sup>404</sup>. Os africanos trouxeram consigo uma tradição, muitas vezes obscura; contudo, sendo paulatinamente passada para os seus filhos, os companheiros de cativeiros e os malungos<sup>405</sup>. Os escravos e os livres de cor formaram comunidades urbanas, rurais ou até

---

<sup>401</sup> BURKE, 2000, p. 245.

<sup>402</sup> GADAMER, 1998, pp. 44-49.

<sup>403</sup> BURKE, 1992, p. 246.

<sup>404</sup> GADAMER, 1998, p. 45.

<sup>405</sup> A questão malungos é desenvolvida por Slenes no artigo “Malungu, nagoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil de 1995.

mesmo quilombos, estabelecendo solidariedades, irmandades, famílias e laços de compadrios.

Nessa dinâmica, é possível observar a existência de mais de uma tradição. Nesta, estão inseridos os costumes que são constantemente reelaborados por aqueles que receberam a herança cultural, legada pelos seus companheiros de existência em uma determinada sociedade. A análise que ora se apresenta tem como foco as sociedades nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi, a fim de apreender as relações cotidianas estabelecidas pelos livres de cor, que, por meio da tradição, transmitiam os ofícios, as crenças e as estratégias de organização e manutenção dos domicílios.

Ao analisar que para as sociedades africanas o grupo doméstico considerava importante a união para a procriação e também como produção, pode-se inferir que o conceito *dans ganze Hauss* de Otto Brunner suscitado por Laslett permite apreender parte da complexidade da constituição das famílias dos livres de cor em Minas Gerais nos setecentos e oitocentos. Além disso, permite pensar na forma como foram estabelecidas as redes de relações entre os integrantes dessas famílias. Cabe ponderar que a família poderia ser constituída no cativo e perdurar no *status* de livre ou ser formada a partir da liberdade dos cônjuges. Na primeira assertiva, os empreendimentos visavam a estratégias para aquisição da liberdade para si e para seus familiares. Já na segunda ou em ambas, os livres de cor teciam redes sociais, notadamente pelo parentesco espiritual, como uma estratégia de inserção social.

Tem-se que a família dos livres de cor é uma mescla dos modelos descritos pela historiografia e pode se manifestar pelas formações extensa, nuclear, patrilinear e matrilinear marcadas pela tradição, pelas redes sociais e pelo parentesco espiritual. O conceito de família mobilizado é o que mescla a unidade familiar enquanto unidade

produtiva *das ganze Haus*<sup>406</sup> sintetizada pelo conceito de linhagem, de tradição, e das relações tecidas para além dos laços consanguíneos e dos imperativos da procriação estabelecidos pelos laços de matrimônio, pelo concubinato e pelas redes de compadrio e de amizade. A partir do conceito de Otto Bruner, citado por Peter Laslett, *das ganze Haus* e da documentação das listas nominativas para Minas Gerais, Mario Marcos Sampaio Rodarte define esses agrupamentos como Fogo. O fogo só poderia existir nas sociedades pré-industriais em que o mercado de trabalho não estava constituído, portanto pré-capitalista. Assim, as moradas de casa (agrupamentos) que mesclavam as relações de produção material para sobrevivência conjugadas com as relações de consanguinidade são chamados de fogo<sup>407</sup>.

Como já foi salientado anteriormente, a família formada no âmbito do cativo pautou-se em relações estáveis e constituiu-se em estratégia de distinção social no âmbito do sistema escravista, paralela à obtenção de bens materiais e da liberdade<sup>408</sup>. As famílias poderiam estabelecer alianças matrimoniais no cativo que possibilitassem a mobilidade social e econômica da família. Como também poderiam escolher seus parentes espirituais que ensinassem um ofício aos membros da família ou indicassem caminhos para ganhos cotidianos para a sobrevivência. Assim, as populações livres de cor constituíram famílias e estabeleceram as mais diversas teias sociais, quer como pai, mãe ou padrinhos e laços matrimoniais.

---

<sup>406</sup> BRUNNER, Otto. *Novos caminhos da História Social e Constitucional*. Buenos Aires: Alfa. 1976. 211p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58474770/Brunner-Otto-Nuevos-Caminos-de-La-Historia-Social-y-Constitucional>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

<sup>407</sup> Para referir-se as famílias dos livres de cor nesse trabalho será utilizado a palavra Fogo dentro da definição de RODARTE, 2012, p.145-152.

<sup>408</sup> MATTOS, 1998, p.137.

### 2.3 Os números entrelaçados com o cotidiano

Na Comarca do Rio das Mortes as mudanças demográficas acompanham as mudanças sociais e econômicas, particularmente nas freguesias em estudo. Por isso, a escolha cronológica para analisar as famílias dos livres de cor inicia-se na década de 1770 e finda em 1850. O marco inicial é a crise da mineração e a chamada acomodação evolutiva rumo à economia de abastecimento<sup>409</sup>, que transformou a Comarca do Rio das Mortes na principal fornecedora de gêneros alimentícios para a Corte do Rio de Janeiro<sup>410</sup>. Próximo a 1770 houve o primeiro censo para Capitania de Minas Gerais, no período proto-estatístico.

As freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi são áreas antigas de mineração conjugada com a produção ativa dos gêneros alimentícios<sup>411</sup>. Constituiu-se uma região dinâmica, tanto no auge da mineração quanto na chamada ‘decadência’ econômica, por se localizar geograficamente nas proximidades dos caminhos que interligavam o litoral com a região mineradora, denominados caminhos Novo e Velho. A ‘decadência’ econômica da área mineradora corresponde à fase de maior diversificação comercial e à consolidação de atividades agropecuárias para o abastecimento interno. Muitos produtores rurais se estabeleciam nos “centros urbanos e ao longo dos principais caminhos que levavam as zonas mineradoras”<sup>412</sup> abastecendo-as com os gêneros agropecuários.

---

<sup>409</sup> ALMEIDA, 1995, p.100.

<sup>410</sup> GRAÇA FILHO, 2002.

<sup>411</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia L. e VILLALTA, Luís Carlos. *História de Minas: A província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. pp. 295-316.

<sup>412</sup> CHAVES, Claudia M. das Graças. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999.

O dinamismo econômico da Comarca é atestado pelo crescimento populacional<sup>413</sup> e pela ampliação de suas relações comerciais, pois a vila de São João del-Rei se constituía em importante polo comercial, que centralizava o fluxo de mercadorias e de crédito de diversas regiões da Capitania mineira para o Rio de Janeiro<sup>414</sup>.

O sustentáculo da economia da capitania e depois província de Minas Gerais, no século XIX, foi marcadamente a agricultura mercantil de subsistência com a produção de gêneros alimentícios para o autoconsumo ou para o mercado interno<sup>415</sup>. Nessa trama comercial destacam-se o tropeiro, o comboieiro, o atravessador, o mascate, a negra de tabuleiro... comerciantes que transportavam e vendiam suas mercadorias pelos caminhos. Havia também os que comerciavam suas mercadorias em estabelecimentos fixos, denominados tenda fechada. Tais relações mercantis propiciaram o desenvolvimento de um capital mercantil interno desvinculado do capital internacional<sup>416</sup>.

O comércio de abastecimento do Rio de Janeiro fortaleceu-se a partir de 1808, transformando a Comarca do Rio das Mortes, particularmente a vila de São João del-Rei, em grande abastecedora da Corte. Com o processo de emancipação política do Brasil,<sup>417</sup> não houve introdução de novas instituições e sim um processo lento de mudança econômica e social, que culminou em 1850 com fim do tráfico transatlântico, com a modernização da legislação comercial e com a lei de Terras<sup>418</sup>. A partir dessa data o Brasil passa por “uma situação institucional caracterizada por escravos baratos e numerosos para outra caracterizada por preços altos e uma crescente escassez”<sup>419</sup>. Até 1850, o contexto

---

<sup>413</sup> BERGARD, Laird W. *Escravidão e História econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: Edusc, 2004. pp. 145-196. ANDRADE, 2005. p. 34.

<sup>414</sup> LENHARO, 1979. A vila de Campanha da Princesa, depois de elevada à condição de vila, se empenhou para estabelecer relações comerciais com a praça mercantil do Rio de Janeiro sem a intermediação da vila de São João del-Rei. ANDRADE, 2005, p. 28-56.

<sup>415</sup> LIBBY, 1988, p. 350.

<sup>416</sup> CHAVES, 1999, p.41-49.

<sup>417</sup> HABER, H. Stephen e KLEIN, S. Herbert. As consequências econômicas da independência brasileira. *Novos Estudos CEPRAP*: São Paulo, n. 3, julho de 1992, p. 236-248.

<sup>418</sup> FRANK, 2012, p. 25.

<sup>419</sup> FRANK, 2012, p.23.

econômico favoreceu os livres de cor em adquirir escravos baratos e alcançar a mobilidade social ascendente.

As mudanças institucionais econômicas e sociais no império eram necessárias para suplantar a economia agrária colonial e acompanhar uma constituição imperial de cunho ‘liberal’. Destarte, nesse período o Brasil não desenvolveu uma política monetária e comercial independente<sup>420</sup> e a composição social permaneceu a mesma no decorrer da primeira metade dos oitocentos. Uma vez que as “estruturas sociais evoluem lentamente, mesmo diante de grandes mudanças institucionais econômicas e tecnológicas (...) mas evoluem”<sup>421</sup>.

As grandes mudanças das estruturas econômicas e sociais se caracterizaram na segunda metade dos oitocentos, por isso a análise das famílias, do parentesco espiritual, das redes e da mobilidade social dos livres de cor circunscreve-se temporalmente entre as últimas décadas dos setecentos até 1850. Para apreender essa população nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi, parte-se dos censos, realizados no período denominado período proto-estatístico<sup>422</sup> para Minas Gerais, e dos registros de batismo.

Analisar as mudanças demográficas anuais para a região em estudo tem algumas limitações, como a ausência de mapas populacionais de todos os distritos para cada ano; alguns mapas populacionais não separam a população livre da escrava e a não nomeiam as qualidades dos recenseados, aglutinando-os em almas.

O primeiro censo da capitania que se tem notícia é o de 1768, onde o recenseamento foi realizado por comarca. Já nos oitocentos tem-se mais mapas populacionais, como o elaborado por Eschwege, alguns paroquiais, o de Cunha Matos e

---

<sup>420</sup> HABER E KLEIN, 1992, p. 237.

<sup>421</sup> FRANK, 2012, p.26.

<sup>422</sup> A divisão dos períodos empreendidas por Maria Luíza Marcílio compreende a pré-estatística (1500-1750); a proto-estatística (1750-1872); e a estatística a partir de 1872. RODARTE, 2010,

o de 1830 que nomeia o recenseado, traz a condição, a idade, a qualidade, o estado civil e a profissão<sup>423</sup>, mas não contempla toda região estudada. Esses censos dificultam a análise do crescimento populacional por não abordar de forma sistemática todos os distritos existentes em Minas Gerais e não serem interligados de modo a gerar uma série estatística. Os mapas populacionais até 1830 eram realizados pelo pároco de cada freguesia, e a ausência de alguns mapas para todas as capelas das freguesias dificulta a contagem. As listas nominativas de 1830, no governo provincial de Manoel Inácio de Melo e Souza, elaboradas pelos juízes de Paz, resolveram em parte esse problema<sup>424</sup>.

Diante das limitações para compreender a dinâmica populacional dos livres de cor, optou-se por partir do censo de 1776 e ater-se aos dados do barão Eschwege e de Cunha Matos que nomeiam as qualidades dos recenseados em comparação com os números apresentados por Santíssima Trindade na Visita Pastoral de 1824/1825. E o de 1830 será analisado em outro momento de forma fragmentada para as capelas em estudo. Na Comarca do Rio das Mortes houve um constante crescimento da população livres de cor nos fins dos setecentos até 1850<sup>425</sup>. De todas comarcas da Capitania de Minas Gerais, o maior crescimento populacional foi na do Rio das Mortes num ritmo anual de 2% entre 1776 a 1808 e 3,3% entre 1808 e 1821<sup>426</sup>.

---

<sup>423</sup> Sobre estes mapas populacionais da década de 1830 tem-se o banco de dados do CEDEPLAR. Disponível em: < [ww.nphed.cedeplar.ufmg.br](http://ww.nphed.cedeplar.ufmg.br) > Acesso em 15/01/2016.

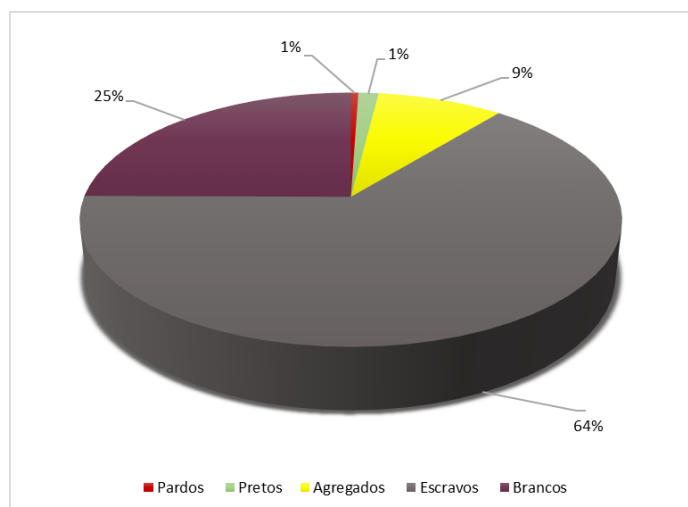
<sup>424</sup> PAIVA, Clotilde Andrade e RODARTE, Mario Márcio. Dinâmica demográfica e econômica 91830-1872). In: RESENDE, Maria Efigênia L. e VILLALTA, Luís Carlos. *História de Minas: A província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. pp. 271-294.

<sup>425</sup> BRÜGGER, 2007, p.23.

<sup>426</sup> BERGAD, W. Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru: Edusc, 2004. p. 166.

Gráfico 1

População segundo a cor e condição, Comarca do Rio das Morte, 1768.



Fonte: Mapa estatístico sobre demografia [...] da Provedoria de Minas, 1768. In: AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 93, D. 58.

Em 1768, a comarca possuía 49.485 almas distribuída em 7.584 fogos. Nesse balanço da Provedoria de Minas, na governança de Luís Diogo da Silva, o censo não aborda os distritos, apenas a comarca na sua totalidade. Entretanto, sabe-se que até esse período a maior parte das freguesias de Baependi e Aiuruoca estão dentro das zonas proibidas da Mantiqueira e da Pena Branca, sendo portanto menos povoada. Outra problemática do referido censo é o número de livres de cor, muito inexpressivo, pelo ritmo da política da alforria, particularmente nas vilas de São João del-Rei e São José del-Rei<sup>427</sup>, que para o período são constantes. A explicação para esse número reduzido de livres de cor pode ser deduzida pela variável definida como agregado que poderia ter mesclado os pobres livres e os livres de cor, ou somente o último. (Gráfico 1).

No mapa populacional de 1776, elaborado pelo governador d. Antônio de Noronha, não há a separação entre livres e escravos, apenas entre mulheres/homens e as qualidades branco, pardo/cabra, preto e índios que não sabiam a idade. Esse censo utilizou a variável de qualidade permitindo visualizar a população livre de cor, mas dificulta

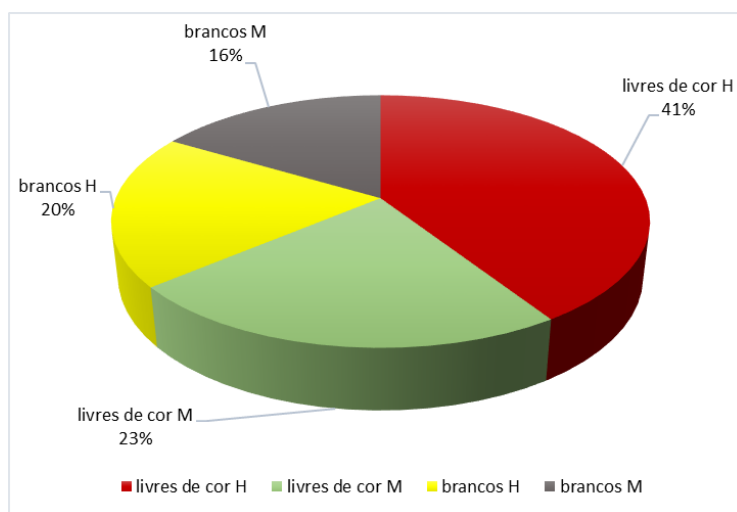
<sup>427</sup> LIBBY e GRAÇA FILHO, 2003. FARIA, 2004. ARANTES, 2017. SILVA, 2009. SILVA, 2017.

visualizar a população por condição. A partir desse mapa da população, observa-se que entre as qualidades estão também os escravos, demonstrando a maior presença dessa população quer entre livres e escravos. (Gráfico 2).

As mudanças econômicas do final dos setecentos e no primeiro quartel dos oitocentos propiciaram as migrações para as zonas denominadas proibidas da Comarca do Rio das Mortes, aumentando de forma significativa a sua população. As zonas proibidas da Serra da Mantiqueira e da Pena Branca, limítrofes com o Rio de Janeiro e São Paulo, foram objetos de denúncia do contrabando de ouro e de restrição de acesso.

Gráfico 2

População segundo qualidade e sexo, Comarca do Rio das Mortes, 1776



Fonte: Mapa da população da Capitania de Minas Gerais, 1776.

In: AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 110, D. 59. Respectivamente

H corresponde a homem e M a mulher.

Na década de 1780, o governador de Minas Gerais elaborou um relatório para Martinho de Melo e Castro expondo os motivos de se “fazer repartição das terras minerais

e agrícolas na Serra da Mantiqueira suposta terem estado como proibidas”<sup>428</sup>. Mesmo debaixo da pecha de ‘sertão proibido’, devido às várias veredas que possibilitavam os descaminhos do ouro, a região foi sendo ocupada por vários moradores de forma oficial ou clandestina como consta no relatório. Para evitar o contrabando do ouro e garantir a manutenção do território da capitania era necessário, segundo o governador de Minas, “conduzir homens de toda parte para as povoarem e para se extrair ouro, para se conhecer a sua corografia e evitarem [os] descaminhos”<sup>429</sup>.

A conjugação da política da Coroa com a crise da mineração possibilitou o aumento populacional dessas áreas. Portanto, a cabeça da comarca não perdeu, em ritmo desenfreado, a população. A manutenção dos habitantes na vila de São João del-Rei perpassa pela dinâmica mercantil e pelas atividades agropastoris combinadas com a mineração. Para cada uma das freguesias foi encontrado um mapa populacional simplificado que traz apenas a qualidade, o sexo, a condição, o estado civil. O mapa populacional de 1820 para a vila de Santa Maria de Baependi foi elaborado por Manuel Pereira Pinto, abarcando as freguesias de Pouso Alto<sup>430</sup> e de Aiuruoca pertencentes a mesma vila.

A população da freguesia de Conceição de Aiuruoca, particularmente das capelas de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação e do Bonsucesso de Serranos em franco crescimento, principalmente entre os livres de cor. Mas, um dado do mapa populacional não conflui é no item dos casados. Uma hipótese é a ausência dos maridos, principalmente entre os livres, explicada pelo ofício de chefiar tropas para corte. Já que, nessas capelas há uma profusão de pequenos proprietários que produzem e conduzem seus bens ao mercado no Rio Janeiro. Porém, há também algumas grandes propriedades

---

<sup>428</sup>APM, SC-224, Livro de Registros de Ofícios do governador a Secretária de estado, 1780-1782, f. 29-48.

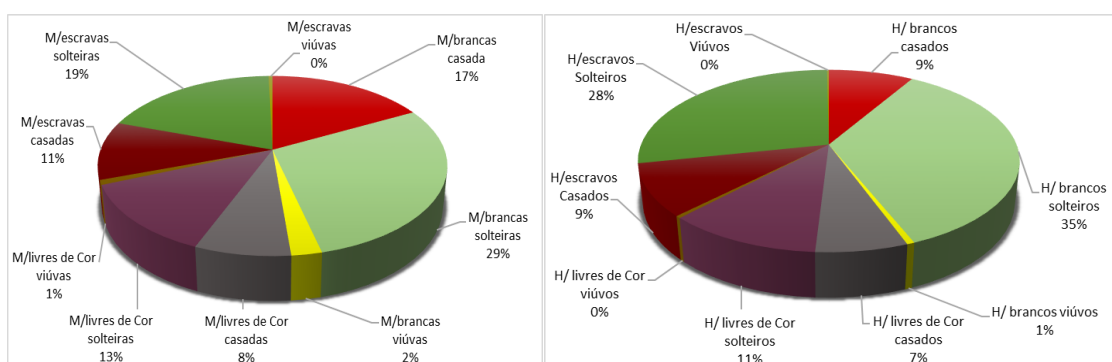
<sup>429</sup>APM, SC-224, Livro de Registros de Ofícios do governador a Secretária de estado, 1780-1782, f. 29-4/8.

<sup>430</sup> A freguesia de Pouso Alto não faz parte desse trabalho.

ligadas à produção do tabaco e outros gêneros que exigiam um maior número da mão de obra escrava. A presença dos escravos aponta para a prosperidade da região, pois o poder aquisitivo indica o crescimento econômico da região, quer dos com poucos escravos ou com maior número em suas fazendas. (Gráfico 3).

Gráfico 3

População segundo “qualidade”, condição social e sexo, Aiuruoca, 1820



Fonte: APM, CC, Cx. 160, R. 549, Carta de Manuel Pereira Pinto ao [governador] Dom Manuel de Portugal e Castro sobre o envio do mapa da população do termo da vila de Santa Maria do Baependi do ano de 1820. Respectivamente H corresponde a homem e M a mulher.

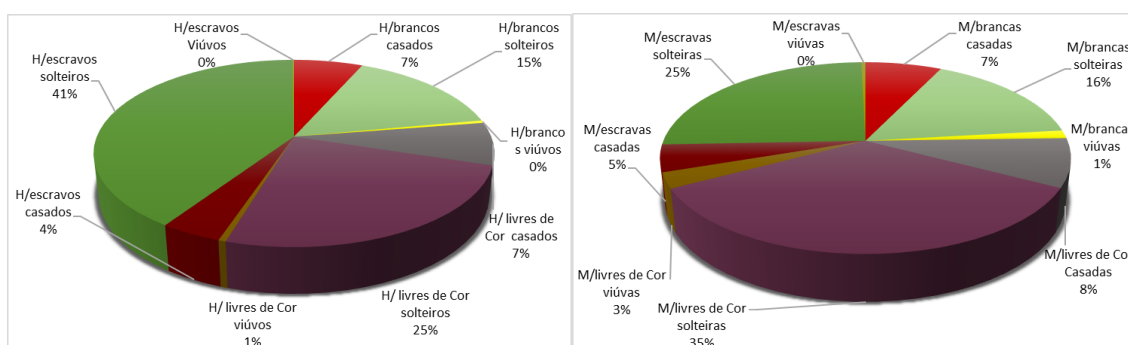
Pelo Mapa populacional de Manuel Pereira Pinto a vila de Santa Maria de Baependi, em 1820, possuía 1798 fogos e 6.848 habitantes livres e 2.404 escravos. O mapa elaborado por Pereira Pinto é peculiar por trazer o sexo, a condição, a quantificação em separado. Esse mapa permite apenas visualizar a população como um todo e o índice de nupcialidade da mesma. Em uma região agrária e produtora de tabaco, para alimentar o tráfico internacional, como se era de esperar, há presença de um maior número de escravos solteiros. Outro dado que depreende-se desses números são de livres de cor, que é baixíssimo, devido às grandes propriedades de terra e escravos produtoras de fumo que alimentavam o tráfico transatlântico<sup>431</sup>. Esses dados corroboram a assertiva que em

<sup>431</sup>BERGAD, 2004, p.166-167.

regiões menos urbanizadas e com a produção marcadamente monocultora, a política da alforria era em menor número. Na freguesia do Pilar há um número relativamente maior de pretos, indicando para a alta taxa de compra de alforrias<sup>432</sup> e para uma descendência de filhos que nasceram já com estatuto de livres. Em uma comparação entre as regiões de Campanha e Sabará, observa-se esse mesmo padrão, ou seja, na primeira há uma presença maior de brancos e menor de pretos em relação à região aurífera com a incidência maior de alforrias<sup>433</sup>.

Gráfico 4

População segundo “qualidade”, condição social e sexo, Baependi, 1820



Fonte: APM, CC, Cx. 160, R. 549, Carta de Manuel Pereira Pinto ao [governador] Dom Manuel de Portugal e Castro sobre o envio do mapa da população do termo da vila de Santa Maria de Baependi do ano de 1820. Respectivamente H corresponde a homem e M a mulher.

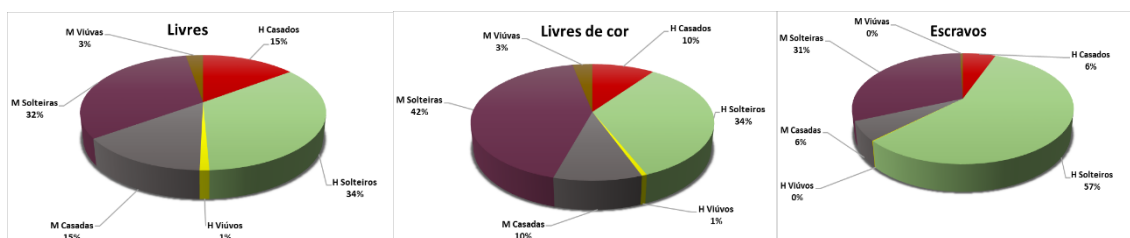
Para a Vila de São João del-Rei não se tem o mesmo modelo de mapa populacional para 1820 e sim dois simplificados em anos consecutivos (1814 e 1815), permitindo observar a dinâmica do crescimento populacional. Entretanto, esses mapas permitem apenas uma visualização do crescimento da população a partir da qualidade e da condição. (Gráfico 5 e 6).

<sup>432</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao concurso público para Professor Titular, UFF, 2004.

<sup>433</sup> KLEIN, H. S; PAIVA, Clotilde A. Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 309-335, 1997.

Gráfico 5

População segundo a condição social, sexo e estado conjugal, São João del-Rei, c.1814

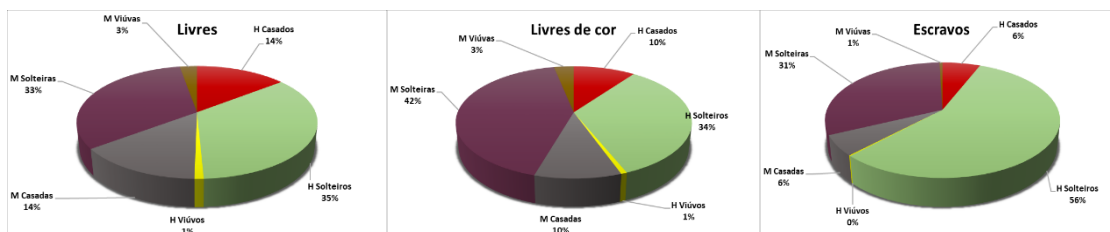


Fonte: APM, SG-Cx.92, Doc.64. Mapa da população do termo da Vila de São João del Rei no ano 1814. Respectivamente H corresponde a homem e M a mulher.

Ao analisar os dois mapas populacionais, simplificados, observa-se um pequeno crescimento da nupcialidade entre os livres. Assim como o crescimento da mesma porcentagem entre os solteiros indicando os nascimentos na vila. Já entre os livres de cor e entre os escravos os números se mantêm inalterados, apenas decresce um por cento entre os solteiros escravos, mas não há acréscimos entre as outras situações, indicando para o possível óbito. Esses fragmentos estatísticos permitem vislumbrar o movimento populacional de um ano para outro, que com uma longa série poderia desvendar os números dessas freguesias. Na ausência das longas séries utiliza-se outros fragmentos que possibilitam mensurar a dinâmica da população nas três freguesias.

Gráfico 6

População segundo a condição social, sexo e estado conjugal, São João del-Rei, c.1815

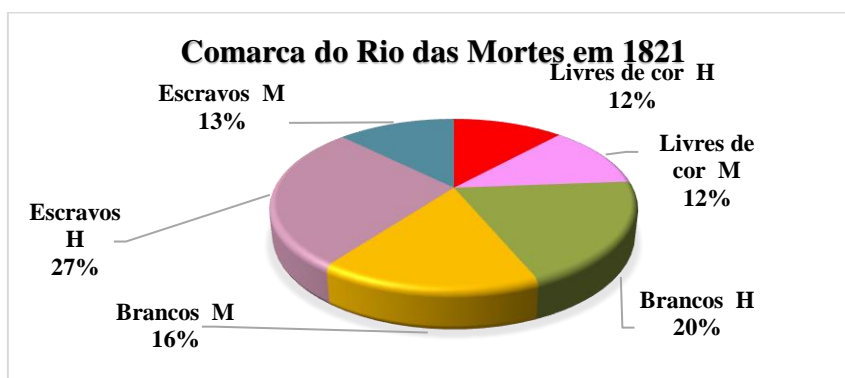


Fonte: APM, SG-Cx.95, Doc.71. Mapa da população do termo da Vila de São João del Rei referente a Maio de 1815. Respectivamente H corresponde a homem e M a mulher.

Em 1821, segundo Eschewege, a comarca do Rio das Mortes possuía uma população de 213.617 pessoas distribuídas em 65 pessoas para cada légua quadrada. Entretanto nesse censo não há separação por vilas, simplesmente o levantamento total da comarca<sup>434</sup>. (Gráfico 7).

Gráfico 7

População segundo sexo, condição social, Comarca do Rio das Mortes, 1821.



Fonte: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17. p. 737- 762, 1899. Respectivamente H corresponde a homem e M a mulher.

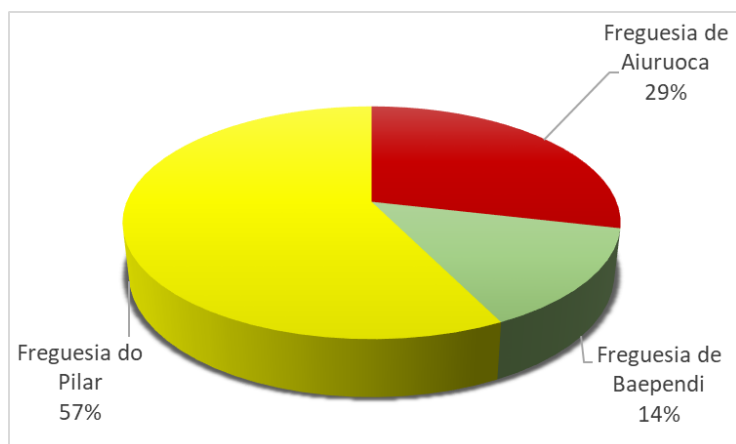
O dinamismo da população na Comarca do Rio das Mortes, e consequentemente das três freguesias, pode ser atestado também pelo número de almas crismadas ou de comunhão levantado na visita pastoral de Frei da Santíssima Trindade entre 1824/25. Nesse levantamento não há menção da qualidade e da condição dos indivíduos, o que impede perceber a presença da população dos livres de cor, mas abrange todas as capelas que compunham as três freguesias. Ao apresentar os números dos fiéis que receberam os sacramentos, o visitador deixou explícito que esses números diferem do censo de 1819/1822. O censo era utilizado para receber o dizimo e a cônica,

<sup>434</sup> ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17. p. 737-762, 1899.

permitindo que os números apresentados fossem próximo da realidade. Destarte, é preciso considerar que nem toda população pagava as esportulas da igreja. (Gráfico 8).

Gráfico 8

População por freguesia, Comarca do Rio das Mortes, 1824/1825.



Fonte: SANTÍSSIMA TRINDADE, Frei Jose da. *Visitas Pastorais...* (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 236.

Os dados de Cunha Matos segundo Bergad, foram baseados em diversos censos anuais entre 1812 e 1820 organizados pelo secretário do governo de Minas Gerais Luiz Maria da Silva Pinto<sup>435</sup>. Nos três mapas populacionais observa-se o crescimento das três freguesias, principalmente a do Pilar. Esta, por ser uma antiga área de mineração, teve migrações para outras freguesias, particularmente para Aiuruoca e Baependi, mas sua população manteve-se em constante crescimento. As informações de Cunha Matos são detalhadas no que diz respeito a cada um dos distritos que pertenciam aos termos de Baependi e de São João del-Rei, podendo-se fragmentar os dados e manter apenas as capelas que pertenciam a cada uma das freguesias. As informações apontam para maior presença de fogos na freguesia do Pilar, apontando para os domicílios com um casal ou

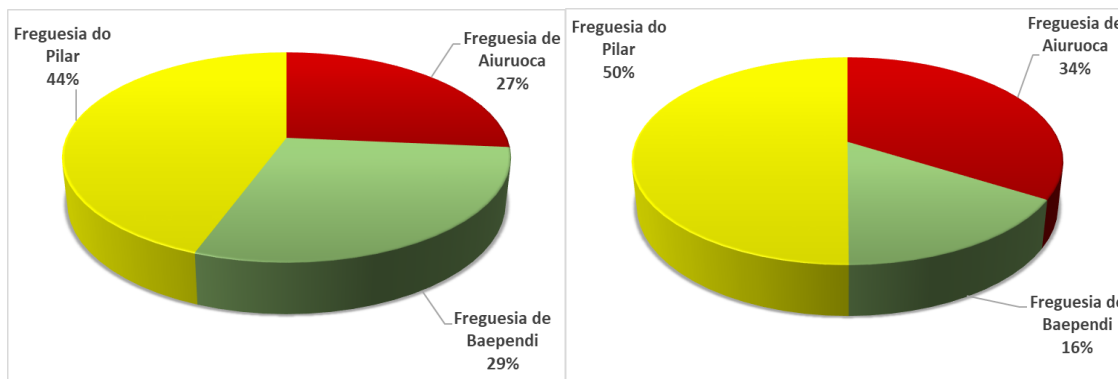
---

<sup>435</sup> Bergard, 2004, p.154.

de apenas um indivíduo. Já nas freguesias de Aiuruoca e de Baependi há maior número de pessoas em poucos fogos. (Gráfico 9).

Gráfico 9

Fogos e Almas das Freguesias da Comarca do Rio das Mortes, 1820



Fonte: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da província de Minas Gerais, 1837*. vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.p.87-129.

A partir da análise estatística do mapa populacional de 1830 observa-se a população da vila de São João del-Rei mantém-se e ocorre um crescimento populacional na freguesia de Aiuruoca, particularmente nas suas duas capelas mais populosas, a de Bonsucesso de Serranos e a de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação do Turvo. Essas capelas situam-se em regiões cuja produção insere-se na cultura de subsistência como gado, couro, queijo, carne, toucinho, tabaco e outros produtos<sup>436</sup>. (Anexo 11). O tabaco é um produto que se desponta nas exportações no sul de Minas<sup>437</sup> abrangendo parte da freguesia de Aiuruoca, Baependi e São João del-Rei. (Gráfico 10). O crescimento populacional da capela de Bonsucesso e da ermida de Santo Antônio do Amparo das Laranjeiras são consequência do crescimento da produção de subsistência na região que

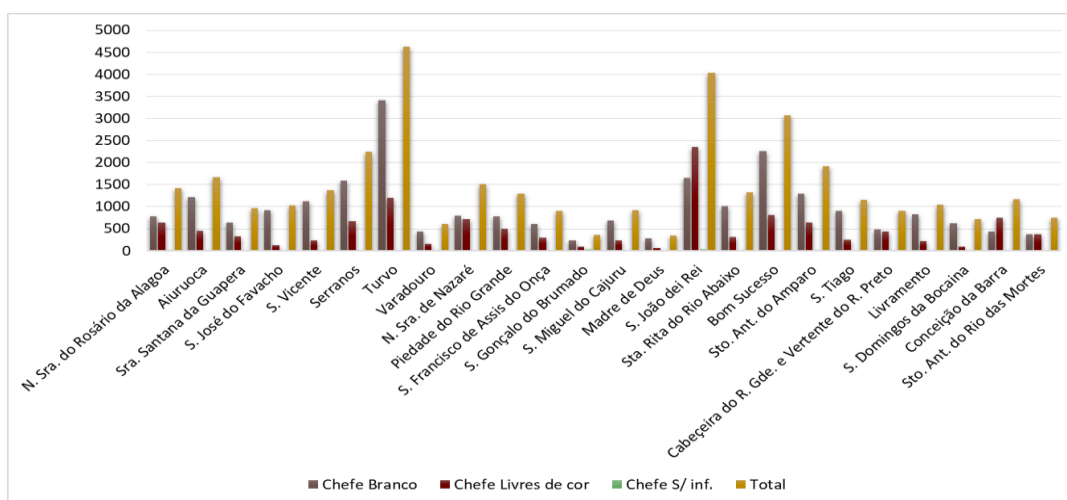
<sup>436</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1996. Mapa 6 e 7. RODARTE, 2013, p. 67.

<sup>437</sup> BERGARD, 2004, p.94.

ocorreu entre 1820 e 1830. Porém, a grande presença de chefes de domicílios livres de cor na região explica-se por ser um local de antiga ocupação mineradora e rota do caminho dos sertões. Em todas as capelas há um crescimento, ou maior presença, dos fogos chefiados pelos livres de cor, essa assertiva explica-se em primeiro pela qualidade da fonte e em segundo pelo crescimento populacional da segunda e terceira geração de livres.

Gráfico 10

Chefes dos fogos, freguesias do Pilar, Aiuruoca e Baependi, década de 1830



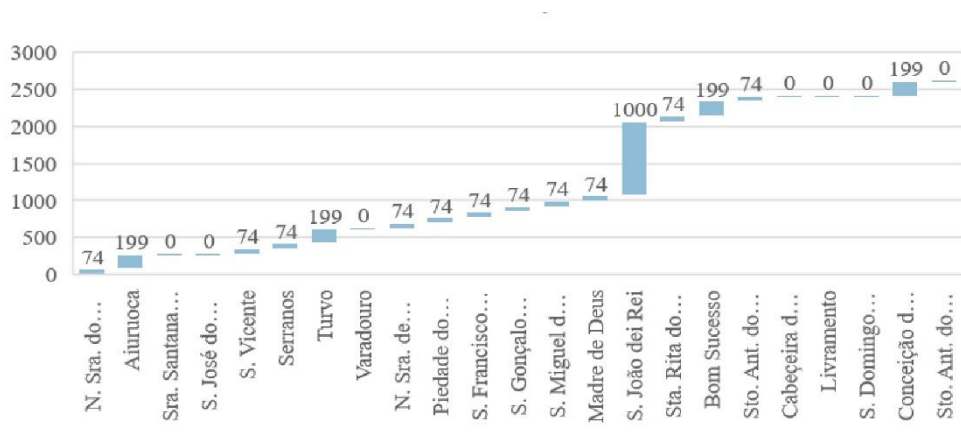
Fonte: Lista nominativa da década de 1830, capelas das freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi. Disponível em: < <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>> Acesso em 21/10/2013.

No censo de 1830, não há separação dos fogos das fazendas e das áreas urbanizadas das vilas e dos arraiais. Estes se misturam, dificultando observar a separação entre a zona rural e a zona urbana. Ao conjugar as listas nominativas com os dados de Matos e de Silva Pinto, Rodarte analisou o “nível de urbanização de 287 distritos e povoados e estudar por meio da lista nominativas, as diferenciações entre campo e cidade

de 213 distritos” para Minas Gerais.<sup>438</sup> Os arraiais, as capelas de cada freguesia, possuem um crescimento populacional diferenciado e aquelas que alcançam um maior número de fregueses são elevadas ao título de freguesia na década de 1830. No censo de 1830 observa-se nitidamente esse crescimento pelo número de fogos nos núcleos urbanos. Para definir se uma região é urbana ou rural utiliza-se “o número de habitantes nos aglomerados, disponibilidade de serviços, estrutura ocupacional dos moradores, densidade demográfica”<sup>439</sup>, porém para montar as variáveis, utilizadas nesse trabalho, Rodarte adotou como urbano a população que residia nos povoados e rural nos fogos fora do povoado. Essas definições são elásticas por exemplo, o mapa de população da capela de São Jose do Favacho não traz a menção a núcleo urbano, não por que o recenseador fora relapso e sim por que inexistia, uma vez que a capela situava-se na zona considerada rural dentro da fazenda dos Junqueira. (Quadro 1).

Quadro 1

Tamanho do núcleo urbano segundo mapa populacional, década de 1830



Fonte: Lista nominativa da década de 1831, termos das vilas de São João del Rei e Santa Maria Baependi. Disponível em: < <https://ti.eng.ufmg.br/pop30>> Acesso em 21/10/2013. Onde se lê 0 corresponde as capelas que não se tem informação; as capelas com 199 correspondem ao total, podendo variar entre 75 e 199.

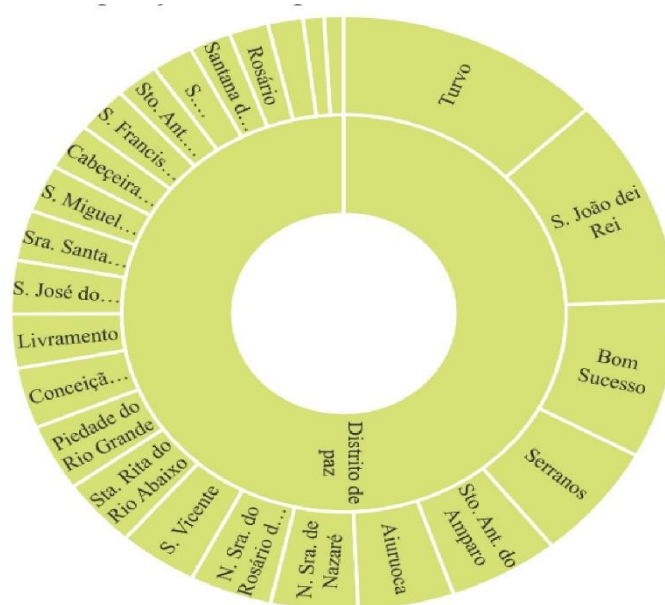
A formação urbana dos arraiais se dava também no entorno da matriz ou das capelas. Nas imediações de cada capela havia muitos fogos, não necessariamente arraiais.

<sup>438</sup> RODARTE, 2012, p. 125-216.

<sup>439</sup> RODARTE, 2015, p. 132.

Por exemplo a capela de São José do Favacho ficava na fazenda com o mesmo nome; não houve a criação do arraial, apenas a capela atendendo aos demais fieis das fazendas e pequenas propriedades no entorno da mesma. Talvez, nessa situação inserem-se as capelas sem informação sobre a sua situação urbana ou rural, como Senhora Santana da Guapera, Varadouro, Cabeceira do Rio Grande e São Domingos Bocaina, Santo Antônio do Rio Mortes. Há uma possibilidade desses arraiais terem poucos fogos urbanos ou serem ocupados apenas nos domingos e dias de festas do orago padroeiro. (Gráfico 11).

Gráfico 11  
População nas capelas e matrizes, década de 1830



Fonte: Lista nominativa da década de 1831, termos das vilas de São João del Rei e Santa Maria de Baependi. Disponível em: < <https://ti.eng.ufmg.br/pop30> > Acesso em 21/10/2013.

A lista nominativa de São João del-Rei é incompleta pois não traz a condição e a profissão para os recenseados, mas apresenta os quarteirões da vila com seus respectivos limites. O núcleo urbano da vila seguiu os ditames do ouro e manteve-se compacto como passar dos séculos. (Mapa 9 e Anexo 10). Pelo censo de 1830 percebe-se que os primeiros quarteirões são os do entorno da matriz, da Câmara, da cadeia e do

pelourinho, e os outros cinco nos subúrbios como Matozinhos, Elvas, Goiabeiras e São Gonçalo do Brumado<sup>440</sup>. Com as informações do mapa populacional e as da Décima Urbana de 1823<sup>441</sup>, que nomeia o proprietário, a rua e as condições dos imóveis, permitem mensurar a questão urbana da vila de São João del-Rei. Nesse documento, a vila de São João possuía 828 casas, sendo 21 consideradas inabitáveis, sete devolutas, 13 demolidas, três arruinadas e duas “não existem”. Em 1840, o número de fogos passou para 990 nos quatro bairros dentro da vila. A partir dessas informações confirma-se como a maior vila urbanizada da Comarca do Rio das Mortes, que lhe conferia o título de cabeça da mesma e uma praça mercantil e onde havia a possibilidade de conseguir crédito<sup>442</sup>, centralizando os negócios com a sertão e com a praça do Rio de Janeiro.

A constituição da população das três freguesias em foco foi dinâmica, uma vez que a mineração, particularmente nas freguesias de Aiuruoca e Baependi, não foi tão volumosa como na freguesia de São João del-Rei. Para apreender o cotidiano dessa massa populacional, é preciso adentrar nos fogos dos livres de cor para conceber o seu cotidiano apresentado pelos testamentos e inventários e pelos números constituídos a partir dos laços matrimoniais, dos laços de compadrio conjugados com o censo, particularmente o de 1830, compondo a demografia histórica dessas freguesias.

---

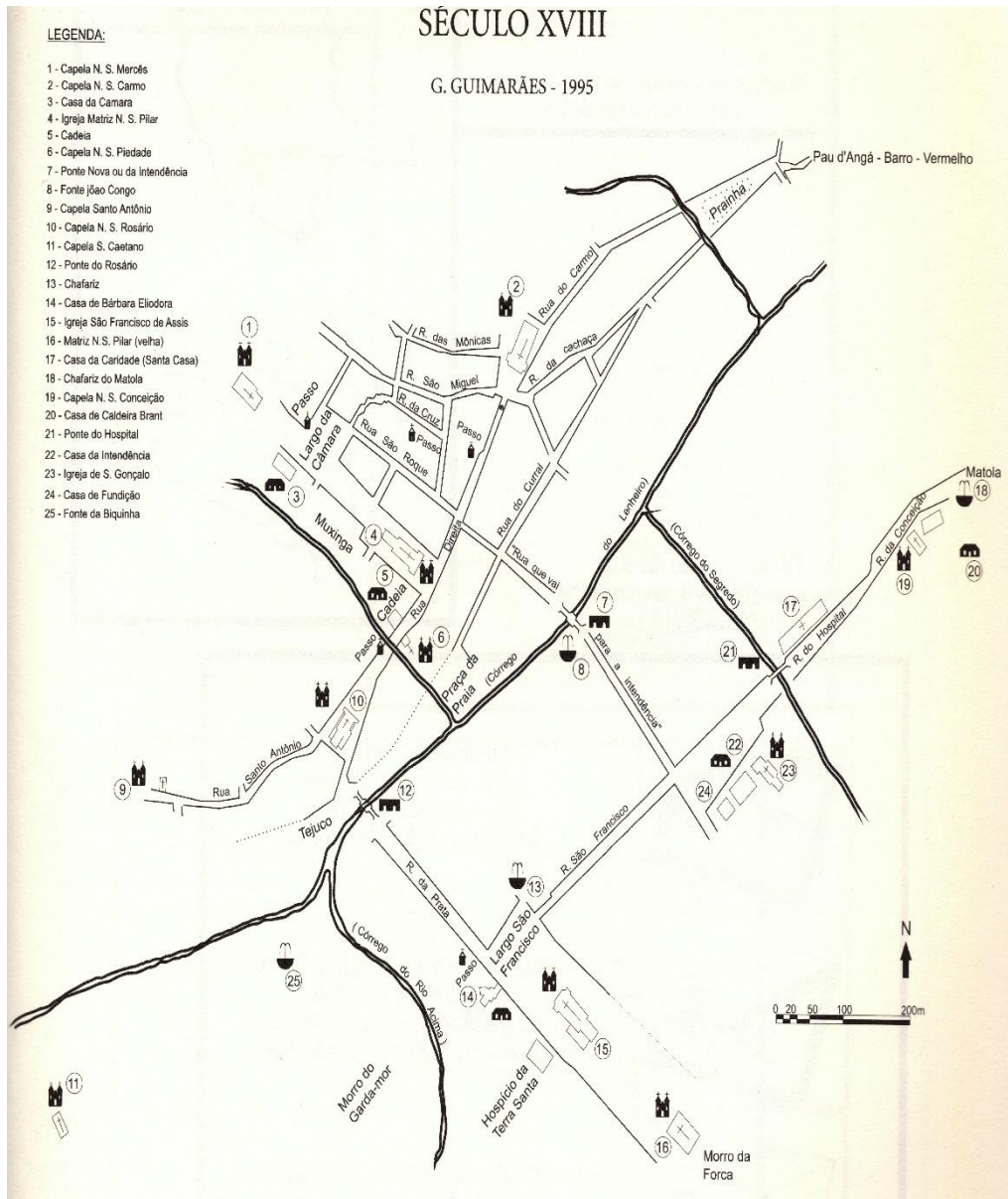
<sup>440</sup> APM. MP-CX.06-DOC.12. Mapas de população de São João del-Rei, 1840.

<sup>441</sup> AHET-II-IPHAN. Décima urbana de 1823.

<sup>442</sup> GRAÇA FILHO, 2002.

## Mapa 9

### Espaço urbano de São João del-Rei



Fonte: GUIMARAES In: DANGELO, André G. D. *Origens Históricas de São João del-Rei*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2006. p.9.

## 2. 4 Quem é teu compadre?

As relações de compadrio advinham do ato do batismo, formando a família para além dos laços consanguíneos. Para adentrar nos fogos e perceber as relações que

descortinam no cotidiano dos livres de cor far-se-á uma incursão pelos documentos onde estas famílias se descortinam, como as atas de batismos, de casamentos e de óbitos, os testamentos e os inventários das freguesias de São João del-Rei, Aiuruoca e Baependi.

Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos foram regulamentados pelo Concílio de Trento, e para a América portuguesa as *Constituições Primeiras da Bahia*, que organizaram e divulgaram o rito e também fixaram as regras para executá-los e registrá-los. As atas paroquiais são documentos seriais com uma grande cobertura, têm um caráter individual e coletivo em que o indivíduo é registrado em um momento vital da sua existência e o caráter nominativo que permite identificar as famílias.<sup>443</sup> As atas paroquiais são utilizadas pela história demográfica e social, para a análise de gênero discursivo e para a compreensão das redes de sociabilidades estabelecidas pelo parentesco espiritual. Para tal, é necessário considerar algumas de suas limitações no que tange à composição dos nomes e à economia no registro pelo pároco.

A partir dos livros de batismo foram montados três bancos de dados, iniciando em 1770 e terminando em 1850, um para cada freguesia. Na freguesia do Pilar, o banco de dados original possuía 43.945 registros de batismo, com o recorte cronológico foi reduzida a 36.929 mas, somados aos novos bancos, completou um total de 37.934 atas de batismos. Na freguesia de Baependi o banco ficou com 12.824 registros de batismo, e na freguesia de Aiuruoca com 9.224 registros de batismo. Para constituir os bancos de dados foram selecionados os batismos dos livres de cor legítimos e ilegítimos, ficando para a freguesia do Pilar 5.838 registros, para a de Aiuruoca 256 registros, e para a de Baependi 424 atas de batismo. Nesses registros considerou-se apenas os que possuíam nome e sobrenome que possibilitassem cruzar as diferentes fontes para perceber a família e o parentesco espiritual. Os registros com apenas um nome ou documentos ilegíveis não

---

<sup>443</sup> MARCÍLIO, 2004, p.18.

foram considerados; estes chegam ao total de 975 para São João del Rei, 131 para Baependi e 117 para Aiuruoca.

Os registros de batismos permitem pensar as uniões legítimas e as denominadas ilegítimas que não foram consagradas pela Igreja, mas que cotidianamente se organizavam como núcleo familiar. Os registros de batismo dos livres de cor permitem acompanhar a trajetória da família, assim como suas redes sociais. O parentesco espiritual, diferentemente do consanguíneo, se configura a partir de escolhas feitas pelo indivíduo ou por pessoas do seu círculo de vivência.

No rito do sacramento de batismo, há a necessidade da presença dos padrinhos, considerados “pais espirituais” dos batizados. Em muitos batizados o padrinho ou a madrinha poderiam ser representados por um procurador que tocava a criança no seu lugar. Mesmo assim, o rito fortalecia os laços parentais entre a criança, os pais e os padrinhos. O parentesco espiritual contraído pelo ato do batismo não se circunscreve apenas ao âmbito religioso, pois, para boa parte dos estudos<sup>444</sup> que tratam dessa temática, o ato de apadrinhar reforça os laços de solidariedade, as relações sociais e a troca de favores.

---

<sup>444</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.33-59. NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. IN: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L. (Orgs.) *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *LOCUS: Revista de História, Juiz de Fora*, vol. 3, nº 1. 1997. p.108-115. LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus, Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. Belo Horizonte, *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 69-96, 2004. RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 41-68, 2004. VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p.273-294, 2006. BRÜGGER, 2007. CARVALHO; RIBEIRO, 2008, p.171-186. BACELLAR, Carlos de A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013. p.19-50.

A urbanização da vila de São João del-Rei remete conseqüentemente ao seu fluxo populacional. Assim, a comparação desses mapas populacionais com atas batismais permite uma cristalização dos números das freguesias em análise. Uma vez que as freguesias de Baependi, de Aiuruoca e do Pilar são de antigas criações canônica e em suas atas batismais pode-se ter uma demonstração do dinamismo da sua população. Os números dos registros de batismo condizem com a dimensão física e econômica de cada uma das freguesias em foco. (Gráfico 12).

A maioria das atas batismais não trazem a condição do indivíduo, por isso foram imputados a condição de livres. Assim, os registros de batismos foram separados em livres (aqueles sem qualificação nenhuma), expostos, escravos e os livres de cor. Nas freguesias de Aiuruoca e Baependi algumas atas batismais de escravos ou livres trazem a menção de ‘negro da terra’, ‘gentio da terra’, ‘filho da terra’, ‘homem da terra’ e ‘adulto do mato’<sup>445</sup>. Essa qualificação pode ser de indígena, uma vez que as freguesias de Baependi e Aiuruoca ficam na região limítrofe com a Serra da Mantiqueira onde havia o contato com os vales dos Rios Paraíba, Pomba e Muriaé<sup>446</sup>. Juntamente com a questão geográfica há o registro de batismo de três escravos adultos, maioria no século XIX, que não tiveram sua adscrição mencionada.

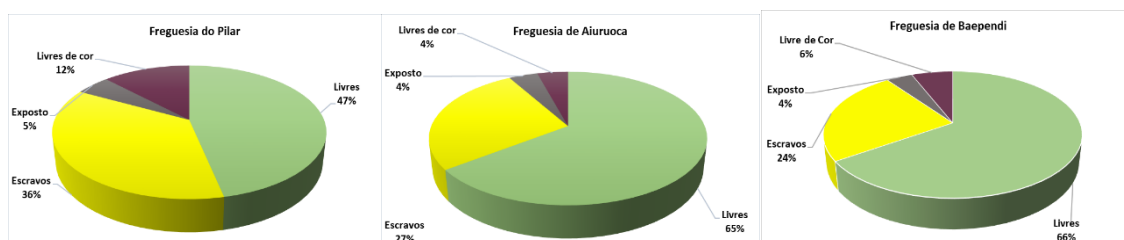
---

<sup>445</sup>Administrado eram aqueles pertencentes ao aldeamento previsto pela Lei do Diretório dos Índios de 1757. In: FREIRE, Jonis e CARRARA, Ângelo Alves. Família, Compadrio e demografia na freguesia do Mártir São Manoel do Rio do Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato (1767-1819). LIBBY, Douglas Cole *et al* (Org.). *História da Família no Brasil, séculos XVIII, XIX e XX: novas análise e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. Sobre a escravização de indígenas ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negro da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>446</sup> Região marcadamente com presença de indígenas croatos, cropós e botocudos. In: LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2013, p.150-151. (Tese de Doutorado em História). PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

## Gráfico 12

Batismos segundo a condição social, nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e Baependi, 1736-1850



Fonte: Livros de Batismos da freguesia de Nossa Senhora do Pilar (1736-1850). In: Brügger, 2007. Livro de Batismos de Aiuruoca (1760-1829). Livro de Batismo de Baependi (1770-1850).

A partir dos registros de batismos foi possível perceber que na freguesia de Baependi numericamente a população livre era maior, seguida pela população escrava e pela população livre de cor. A presença de grande índice de escravos na região devia-se a economia voltada para o plantio do café e do tabaco, este último alimentava o tráfico transatlântico<sup>447</sup>. A referida freguesia, principalmente a capela do Favacho, fica no entorno de grandes fazendas pertencentes a elite sul mineira<sup>448</sup>. Em uma análise para o termo da vila de Santa Maria de Baependi já havia sido ressaltado o alto índice de nupcialidade da população forra<sup>449</sup>. Essa situação é corroborada com os registros de batismos, com maior número de filhos legítimos. Parece que essa análise pode se estender para a vila de Santa Maria e para a capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde. Na freguesia de Baependi o índice de alforria, de uma forma geral, parece ter sido em menor número. Esse reflexo se estende às alforrias na pia. A maioria das alforrias na pia eram compradas pelos pais, padrinhos ou por terceiros, indicando a dificuldade de acesso

<sup>447</sup> LIBBY, Douglas Cole. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et.al (Orgs.) *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001, p. 289.

<sup>448</sup> ANDRADE, 2005.

<sup>449</sup> GUERZONI FILHO, Gilberto; ROBERTO NETTO, Luís. Minas Gerais: índices de casamentos da população livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, 1988.

a alforria. A política da alforria em uma freguesia mais agrária era diferente de uma freguesia mais urbana e dinâmica como a do Pilar, em que as redes de contatos e alianças dos escravos abriam um leque de possibilidade de se libertar<sup>450</sup>.

A dimensão geográfica da freguesia de Aiuruoca era maior, e conseqüentemente também a sua população. Pelo fragmento das atas batismais da freguesia de Aiuruoca entre 1760 a 1829, os dados são semelhantes aos da freguesia de Baependi, no que tange a pouca presença de livres de cor e a alta taxa de legitimidade entre escravos, livres e livres de cor. Outra assertiva sobre a população da freguesia de Aiuruoca é a amostragem dos registros de batismos não abarcarem o mesmo período da freguesia de Baependi e do Pilar podendo sofrer modificações no segundo quartel do século XIX, particularmente com a criação de novas freguesias desmembradas de Aiuruoca. Para a freguesia do Pilar já foi realizada uma análise exaustiva sobre as características dos registros de batismo, dos índices de legitimidade dos filhos de livres e escravos<sup>451</sup>.

---

<sup>450</sup> Sobre as alforrias na pia para a freguesia de São João del-Rei ver: SILVA, 2017, p.96.

<sup>451</sup> Ver: BRUGER, 2007.

## Parte II

### **Entre liames, teares, rodas de fiar, agulhas e pontos: as teias das famílias dos livres de cor no lado esquerdo do Rio das Mortes**

“No sítio do Quebra-carro nas brincadeiras de criança, um tombo, um dedo torcido e o choro doloroso e desconsolado. A “vozinha” Terezinha chama enérgica:

- Venha cá, deixa eu coser. Pegava um retalho, uma agulha e colocava em cima do dedo machucado começava a costurar. E dizendo:

- Vou perguntando e você respondendo. “O que eu Coso?”

A criança respondia:

- “Carne quebrada, osso rendido, nervo torto”.

O procedimento era repetido três vezes e a dor passava como mágica”<sup>452</sup>. (Sirleia Maria Arantes)

---

<sup>452</sup> Essas são minhas lembranças de infância. Numa das disciplinas do mestrado ministrada pela professora Maria Regina Celestino de Almeida, descobri que essa prática era comum entre os curandeiros quilombolas da Amazônia. A partir daí passei refletir como a matriz africana estava inserida no nosso cotidiano e que existiriam outras heranças como nós que interligam um imenso bordado.

### Capítulo 3

#### As famílias dos livres de cor no lado esquerdo do Rio das Mortes

“Numa região onde a pequena população se acha disseminada sobre um vasto território não é possível haver sociedade; cada um fica entregue a si mesmo; a vida fica concentrada, como disse um escritor filósofo, no círculo estreito da família, e os liames que unem filhos aos pais são, esses mesmos, *muitos fracos*; isto porque os filhos sabem que deixando a casa paterna encontrarão em toda parte terras onde se estabelecerem e materiais para construir uma cabana”<sup>453</sup> (grifo nosso).

Na *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, Auguste Saint-Hilaire, ao chegar às proximidades da vila de São João del-Rei, fez a reflexão acima e considerou ser necessário criar um bispado na vila, para que a população não caísse “na mais completa barbárie”, uma vez que a educação moral viria dos sacerdotes. Muitos clérigos também participavam, segundo o naturalista, da corrupção, e a forma de fiscalizá-los e chamá-los aos seus deveres seria com a diminuição territorial do bispado de Mariana, criando um novo. Tais considerações foram tecidas pelo francês na sua primeira viagem a São João del-Rei ao se deparar com as grandes distâncias entre os núcleos populacionais. Ele observou que a imensidão territorial se mesclava com a solidão e provocava o distanciamento social da população. Ao passar por Aiuruoca, Saint-Hilaire observou também a ausência da população e afirmou que, “como quase todas as aglomerações de Minas, parece muito pouca habitada nos dias úteis, mas torna-se provavelmente muito mais movimentada nos domingos e feriados”<sup>454</sup>.

---

<sup>453</sup> SAINT-HILAIRE, 1974, p. 108.

<sup>454</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 100-102.

A ausência da população e de habitações próximas às vilas, particularmente à vila de São João del-Rei, passou despercebida ao olhar de Saint-Hilaire, mas foi salientada por John Luccock entre 1808 e 1818. Este assevera que a primeira impressão que se tem da vila é que em seu entorno têm-se poucas habitações, mas, ao “enfronhar” na região, observam-se as “numerossíssimas casas isoladas disseminadas em quase todos os vales, das quais ligadas a fazendas consideráveis”<sup>455</sup>.

A população que habitava as inúmeras moradas de casas enfronhadas nas grotas, longe do olhar dos viandantes, era também dos livres de cor. Os inúmeros caminhos, veredas e sendas que interligavam esses fogos não eram apenas físicos; consistiam em uma imbricada rede de relações sociais entre seus pares e com a sociedade circundante. Com olhar cuidadoso, pode-se “re-descobrir” a família dos livres de cor, que, na faina cotidiana, quebrava o isolamento. Os encontros com maior sociabilidade ocorriam nos arraiais e nas capelas por ocasião dos dias festivos, dos dias santos e aos domingos para acompanharem os ofícios religiosos. Ao passar por Aiuruoca, Saint-Hilaire corrobora a premissa afirmando que, “nos domingos e dias de festas, torna-se um lugar de reunião para todos cultivadores da Comarca”<sup>456</sup>. Para além dos preceitos religiosos, era também o local por excelência de encontro das famílias, dos vizinhos, dos compadres, dos amigos e dos afilhados, fortalecendo e ampliando as redes sociais.

Pelos fragmentos da vida dos livres de cor, nota-se, diferentemente do olhar de Saint-Hilaire, que os liames sociais das relações familiares, de compadrio e por afinidade não eram frágeis e não foram engolidos pela solidão e pela imensidão territorial. A solidão e as distâncias foram encurtadas pela formação das mais variadas formas de família, desde a constituída por laços consanguíneos (família legítima e ilegítima), por

---

<sup>455</sup> LUCCOCK, 1975, p. 316.

<sup>456</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 102.

afinidade e pelo parentesco espiritual<sup>457</sup>, mesclando as matrizes portuguesas, africanas e indígenas. Os fragmentos dessas famílias podem ser “re-descobertos” nos registros de batismos, casamentos, testamentos, inventários e censos, que trazem algumas lembranças da tradição africana nas sublinhas. Estas sobreviveram conjugadas com as formas costumeiras de casamento do Reino que chegaram a terras americanas.

### **3.1 As famílias legítimas dos livres de cor**

Os primeiros fragmentos da família, reorganizada ou estabelecida, nas freguesias do Pilar, de Baependi e de Aiuruoca se desvelam pelas relações consanguíneas concebidas pelo ritual do matrimônio e pela constituição material de uma morada de casas. O ato do casamento assegurava a legitimidade da prole observada no registro de batismo e no *status* de herdeiro dos bens amealhados pela família. O local por excelência onde as relações se travavam e determinavam as escolhas relacionais dos indivíduos era na “morada de casa”; ou seja, no fogo. Para conhecê-las, basta se “enfronhar” pelos assentos de batismos, casamentos, censos, testamentos e inventários dos livres de cor, que guiarão o indivíduo pelas grotas, sendas e veredas, a fim de adentrar nas casas de morada. Para poder entrar nesses fogos e observar seus aspectos físicos, parte-se das descrições dos naturalistas e das descrições dos inventários e testamentos. O viajante Saint-Hilaire descreve uma fazenda na região do Rio Grande permitindo visualizar a composição material e espacial do fogo. Nessa perspectiva, as fazendas, e conseqüentemente as casas

---

<sup>457</sup> Afinidade, para os lexicólogos, significa “parentesco contraído por casamento ou por ilícito ajuntamento”, “parentesco contraído entre os parentes dos cônjuges, e o marido e a mulher cada um em respeito dos parentes do consorte. Parentesco entre padrinho e madrinha com os pais do afilhado [...] homens com costumes semelhantes” e “parentesco entre os parentes dos casados. Conformidade, conexão, relação, semelhança”. Respectivamente: BLUTEAU, 1728, v. 1. p. 154. SILVA, 1789, v. 1. p. 54. PINTO, 1832, s/p.

de morada, eram muito simples, começando com a chegada, com a porteira composta de dois paus e o pátio circundado por

um muro de pedras rústicas, mais ou menos da altura de um homem [...] no fundo do qual enfileiram as choças dos escravos, os galpões para beneficiamento ou depósito dos produtos agrícolas, e a casa-grande. Esta, de pau-a-pique, é coberta de telhas, [...] construída ao rés-do-chão. A sala é a primeira peça que se encontra ao entrar, e seu mobiliário consiste unicamente de uma mesa, um par de bancos, e uma ou duas camas desarmadas. Dificilmente deixa de haver, distribuídos ao redor da sala, vários porta-chapéus onde se pendura também as selas, rédeas, chicotes etc.”<sup>458</sup>.

Ao arrolar os bens no inventário do marido, Juliana Maria Pereira descreve a morada de casas na Fazenda da Ponte Alta na capela de Nossa Senhora da Piedade, composta de “uma morada de casas de vivenda com cozinha, paiol, moinho, casa de tenda e outra de despejo, tudo coberto de telhas com monjolo, rancho de tropa, coberta de carros e senzalas cobertas de capim com rego d’água, currais e quintal cercado de adobes e madeira”<sup>459</sup>. Na capela de Nossa da Conceição da Barra, Maria Inácia, ao arrolar os bens do marido, também descreve a “morada de casas de vivenda com cozinha, paiol, moinho, casa de tenda de ferreiro, engenho de cana de moer, tudo coberto de telha, monjolo e senzalas cobertas de capim com quintal cercado de madeira, com curral cercado de pedra e rego d’água”<sup>460</sup>. No arraial de Aiuruoca, Maria Mendes cita, entre os bens do marido, além do rabeção, dos oito escravos, “uma morada de casas de sobrado cobertas de telhas com seu quintal e mais pertences”<sup>461</sup>. Para a capela de Nossa Senhora do Bonsucesso de Serranos, João Evangelino da Silva Cintra arrola, no inventário do pai, uma fazenda

---

<sup>458</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 56.

<sup>459</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Joaquim Rodrigues Teixeira, 1832, cx. 274.

<sup>460</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Marcelino José de Siqueira, 1837, cx. C-18.

<sup>461</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário e testamento de Antônio Ribeiro da Silva, 1825. Cartório do 1º Ofício. Cx. 6B. doc. 03. Fundo documental de Aiuruoca.

chamada Lagoinha e, nesta, “uma morada de casas com terreiro, engenho de socar, moinho, monjolo e paiol”<sup>462</sup>. Essas descrições, presentes nos inventários, coadunam com as descrições de Saint-Hilaire, as quais apontam que as casas de morada eram normalmente compostas de um único pavimento, sem caiação, sem muito luxo e que todas as casas e fazendas da Comarca se assemelhavam. A rusticidade das habitações, segundo o olhar do viajante, era reflexo do trabalho dos seus moradores, que “trabalham lado a lado com os escravos, passando a maior parte do tempo nas plantações e em contato com os animais. [...]”. Já os que se dedicam a extração do ouro “têm por único encargo supervisionar o trabalho dos escravos”<sup>463</sup>. As famílias dos livres de cor encontram-se nas zonas rurais e na zona urbana dos arraiais e vilas. Na zona rural, muitas casas de morada encontram-se nas fazendas descritas por Saint-Hilaire ou simplesmente uma casa de capim nas terras de terceiro. As casas de morada nas vilas e arraiais se enquadram nas descrições dos viajantes ou nas descritas nos testamentos e inventários.

Para se ter a dimensão das famílias que habitavam essas casas de moradas, optou-se por reconstituí-las em fichas de família<sup>464</sup>, partindo dos registros de batismo e depois cruzando-os com as demais fontes. Para reconstituí-las, foi adotado o seguinte procedimento: primeiramente, excetuar os registros com apenas um nome, os de difícil leitura, padronizar a grafia e pensar os possíveis nomes no documento original<sup>465</sup>. O próximo passo foi considerar o nome e o sobrenome dos pais dos batizados. Ao partir desse princípio, pode-se observar que, em alguns casos, há incidência de registrar apenas

---

<sup>462</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário e testamento de Antônio da Silva Cintra, 1862. Cartório do 2º Ofício. Cx. 23. doc. 11. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>463</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54.

<sup>464</sup> Anexo 6. Modelo de ficha de família elaborada por Louis Henry. In: HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 104. Presente também nas análises historiográficas de Nadalin, 2004, p. 117.

<sup>465</sup> Os registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora do Pilar foram transcritos por bolsistas da professora Silvia Brügger. Muitos bolsistas eram iniciantes na leitura de documentos do século XVIII e XIX, permitindo que ocorressem algumas trocas de grafias na hora da leitura e transcrição dos registros como Pinto no lugar de Porto, Cerqueira no lugar de Siqueira, Jorge no lugar de José e Fernando no lugar de Fernandes.

um sobrenome, que, conjugando os diversos documentos, chega-se ao nome da família, percebendo a linhagem e as heranças material e imaterial. Para montar as fichas, excluem-se os registros de batismos que possuíam apenas um nome: para a freguesia do Pilar, foram 215 assentos de batismos de filhos legítimos e 613 de filhos naturais; para a freguesia de Aiuruoca, foram 22 assentos de batismos de filhos legítimos e 75 de filhos naturais; e para a freguesia de Baependi, foram 50 assentos de batismos de filhos legítimos e 92 de filhos naturais. Tais registros dificultaram perceber que se tratava da mesma pessoa para compor a ficha de família.

A partir desse critério, foi possível mapear 1.103 famílias livres de cor, na freguesia de São João del-Rei, com suas ramificações e alianças matrimoniais. Para a freguesia de Baependi, foram 230 famílias com suas ramificações e alianças matrimoniais, e 78 para a freguesia de Aiuruoca. Na reconstituição das famílias, partiu-se do nome, o ponto convergente das linhas que compõem a “teia de malha fina [que] dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”<sup>466</sup>. O nome é o fio condutor que permite vislumbrar o sujeito ou os grupos nos diferentes contextos sociais. A escolha dos nomes e sobrenomes pelos livres de cor traz em si as marcas do cativo, assim como as relações estabelecidas, a identidade construída e os legados materiais e imateriais. A escolha do nome e sobrenome perpassa pela opção de eleger como quer ser identificado e, conseqüentemente, construir ou manter a linhagem à qual passou a pertencer em terras americanas. Essas escolhas revelam “os valores, prioridades e desejos, como um africano ou afro-brasileiro, escravo, alforriado ou nascido livre via a si mesmo e como era a identidade que desejava que os outros reconhecessem”<sup>467</sup>.

---

<sup>466</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 175.

<sup>467</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 344.

A discussão historiográfica aponta que a escolha dos nomes e dos sobrenomes feitos pelos escravos ou ex-escravos passava pelas relações de gratidão, pela promessa da alforria ou pelos estreitamentos de laços de ajuda mútua com os senhores, demonstrando sua submissão<sup>468</sup>. Na maioria dos casos, herda-se o nome e sobrenome dos ex-senhores. Entretanto, essa relação não é apenas de submissão, e sim de laços afetivos substitutos dos laços da família consanguínea. Para se afastar da pecha da submissão e do fardo da gratidão, os livres de cor que compraram sua alforria são incisivos na redação dos testamentos afirmando que a liberdade fora comprada, e não gratuita, e que seus bens foram adquiridos por sua “indústria e trabalho”, e não herdados. Acredita-se que com essa afirmação afasta-se “a gratidão” e cria-se uma identidade autônoma e longe da escravidão, pois, enquanto escravo, o indivíduo era propriedade do seu senhor, ocorrendo “a subordinação de sua identidade à do seu senhor, de quem dependia sua posição...”<sup>469</sup> e seu ofício. Na América do Norte, observou-se no Sul, a partir de 1720, que os escravos adotaram sobrenomes diferentes dos de seus senhores, apontando que “buscavam conscientemente preservar os laços com a família de origem ou reafirmar uma identidade diferente da família do seu senhor”. Essa independência demonstra que os escravos agiam de forma autônoma dos seus senhores “de acordo com as normas de comportamento de uma cultura afro-americana cumulativa”<sup>470</sup>.

Os laços por afinidade étnica pelas lembranças culturais e pelo mesmo tronco linguístico são sólidos, e herdar um sobrenome é importante para forjar uma identidade em terras estranhas. Inserido nesse contexto, o casal Jose Braz da Silva e Teresa Moura, ambos da Costa da Mina, libertou seus escravos Quitéria, da Costa da Mina, e seu filho Bartolomeu, crioulo. O marido Braz libertou Quitéria em testamento, na parte de sua

---

<sup>468</sup> GUEDES, 2008, p. 297.

<sup>469</sup> LOVEJOY, Paul. *Escravidão na África: Uma História de Suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 34.

<sup>470</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 240-241.

terça, e a sua mulher o fez posteriormente. Por ocasião da morte de Jose Braz da Silva, o casal possuía três moradas de casas na rua São Miguel: uma foi doada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e as outras duas foram arroladas como herança do casal<sup>471</sup>. Mesmo com a posse de uma casa de morada, ao ditar o testamento, Teresa encontrava-se morando na casa de Bartolomeu com sua mãe e irmã. No estado de viúva, Teresa forrou e contraiu núpcias com Antônio Oliveira dos Santos, da Costa da Mina, e foi abandonada pelo marido<sup>472</sup>, que, segundo ela, “não trouxe bens alguns para o meu casal, antes sim destruiu uma grande parte dos que eu possuía com seu mau viver”. Para demonstrar a confiança e gratidão, institui Bartolomeu Braz da Silva, sua irmã Ana e sua mãe Quitéria Braz da Silva como universais herdeiros, uma vez que

todos foram meus cativos e há muitos anos lhes dei liberdade por cartas dela e a dita herança repartirão entre si igual parte amigavelmente sem [que] para isso seja necessário inventário ou partilha judicial maiormente por viverem todos juntos com boa união em uma mesma casa donde ao presente também me acho em companhia deles [...]<sup>473</sup>.

No testamento de Teresa, ambos são nomeados como Quitéria Braz da Silva e Bartolomeu Braz da Silva; ou seja, herdaram o nome e sobrenome do primeiro marido de Teresa. Por ocasião da redação do testamento, Teresa, sem o apoio do marido, vivia na casa da rua São Miguel com seus ex-escravos e recebeu amparo e cuidados na velhice. A aprendizagem dessas relações de ajuda mútua fez com que Bartolomeu alforriasse gratuitamente Felizarda, mina. No fim de sua vida, ele a nomeou como sua testamenteira e herdeira. Na condição de livre, passou a ser Felizarda Braz da Silva, herdando a casa do

---

<sup>471</sup>AHET-II-IPHAN, Inventário e Testamento de José Braz, 1764, cx. 609.

<sup>472</sup> Contra o seu segundo marido, Teresa afirma que “que há anos vive separado de mim” e que havia um pleito de sevícias no Juízo Superior de Mariana. Sevícias, segundo Raphael Bluteau, era um “termo da prática forense com a sentença de três anos de separação por má vida, que o marido dá a mulher. Dar sevícias é dar a dita sentença. BLUTEAU, 1728, v. 7, p. 629.

<sup>473</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento e Inventário de Jose Braz da Silva, 1764, cx. 609. Testamento de Teresa de Moura, 1777, Livro de Testamento nº 2, fl. 186. Testamento de Bartolomeu Braz da Silva, 1823, cx. 299. AEMNSP/SJDR. Testamento de Quitéria Braz, Livro de Óbitos, 1804, Tomo III, fl. 281.

lado direito da rua São Miguel. Sua posse pode ser atestada pela Décima Urbana de 1826, na qual figura como proprietária e moradora<sup>474</sup>. Muito além dos bens materiais, essa linhagem herdou o prestígio dos seus antepassados junto à sociedade em que estavam inseridos, particularmente na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na qual Jose e Teresa serviram como rei e rainha e deixaram várias doações para a referida Irmandade, inclusive a melhor casa na rua São Miguel. Das três casas que possuíam por ocasião do inventário, a melhor era onde moravam e fora doada à Irmandade do Rosário. Esta era “assoalhada e coberta de telha e feita de pedra” no valor de 700\$000 e as outras duas, na mesma, rua foram avaliadas, respectivamente, em 400\$000 e 240\$000.

As relações de Quitéria Braz e do filho foram alargadas com pessoas oriundas da Costa da Mina, pois, em 1787, Luis Matol, da Costa da Mina, os nomeou como seus testamenteiros, e a afilhada Quitéria juntamente com seu filho Silvestre Matol tornaram-se herdeiros dos seus bens<sup>475</sup>. A primeira característica do fio que interliga o sobrenome dessa família é a sua origem na África com o mesmo etnônimo: Costa da Mina. Os indivíduos portadores de semelhanças culturais tendiam a reconstruir, na América portuguesa, suas bases culturais comuns “através da língua, da religião, da forma de cuidar das crianças...”<sup>476</sup>. As outras duas características são as casas de morada e a Irmandade do Rosário, local onde puderam receber ajuda mútua e expressar sua religiosidade. Observa-se que Bartolomeu, crioulo, carrega as referências culturais da sua família consanguínea e por afinidade, pois repete a mesma ação dos ex-senhores ao alforriar sua escrava da Costa da Mina e torná-la sua herdeira.

Na construção das fichas de família, observou-se que a escolha dos sobrenomes de cada família podia estar ligada à sua ascendência escrava na primeira

---

<sup>474</sup> AHET-II-IPHAN, Décima Urbana de 1826.

<sup>475</sup> AEMNSP/SJDR. Testamento de Luis Matol, Livro de Óbitos 1792-1796. Tomo IV, fl. 422.

<sup>476</sup> SWEET, James H. *Recriar a África*. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007. p. 67.

geração e continuava presente nas futuras gerações. Há as exceções, como na família de Joaquim Rodrigues Teixeira e Juliana Maria Pereira, que conjugam os sobrenomes nos oito filhos de forma diferente: o primogênito herda o Rodrigues do pai e aparece com um sobrenome novo – Aquino; o segundo herda o nome do avô materno tornando-se um homônimo; a terceira herda apenas o Teixeira; o quarto aparece com o nome Quinto Pereira herdando o sobrenome da mãe e transformando seu nome em um homônimo<sup>477</sup>; e os outros herdam o sobrenome do pai Rodrigues Teixeira. Os laços cunhados a partir de um sobrenome e a sua importância em manter a linhagem e a tradição se traduzem no empenho do neto de Joaquim (quarta geração), Hipólito Rodrigues Teixeira – nasceu depois do falecimento do avô paterno e morava no Retiro da Fazenda da Ponte Alta – na escolha do orago para capela a ser erigida no distrito do Paraíso, em 1902, próximo das fazendas dos seus familiares: elegeu como padroeiro São Sebastião<sup>478</sup>. A escolha contempla a origem do nome de família, pois na capela de São Sebastião do Rio Abaixo foram realizados os batizados de sua avó, o casamento dos avós (Joaquim e Juliana), os batizados de três tios e era onde seu bisavô Francisco Pereira Mendes morava na ocasião da redação do testamento<sup>479</sup>. O intrigante da mescla é a presença da linhagem matriarcal de origem portuguesa, pois Francisco Pereira Mendes era filho legítimo de João Pereira e Senhorinha Mendes, batizado na freguesia de São Salvador, Arcebispado de Braga, e a patriarcal Rodrigues Teixeira, um livre de cor com ancestrais africanos.

A preponderância da matriz portuguesa está também presente na freguesia de Aiuruoca, situação exemplificada pelas famílias de Maria Correa Estrela e Jose Correa de Arnaut, cujos sobrenomes os afastam de sua ascendência escrava. O primeiro é Estrela,

---

<sup>477</sup> Não foi possível esclarecer esse homônimo pelo fato de o inventário estar indisponível para consulta no AHET-II-IPHAN, mas pode-se aventar que seja algum parente do avô materno.

<sup>478</sup> APNSP. Ata da criação da Capela de São Sebastião do Paraíso, 1902.

<sup>479</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento de Francisco Pereira Mendes, 1894, Livro de Testamento nº 10, fl. 362. Inventário do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, 1832, cx. 274.

sobrenome de Luís Correa, pai do cabo de esquadra Manoel Correa Estrela, da Ordenança de Pé do Distrito de Aiuruoca em 1765<sup>480</sup>. Ambos eram da freguesia da vila de São José del-Rei. Nos registros de batismo, observa-se que Maria Correa Estrela era filha natural de Catarina, escrava de Luís, fora alforriada na pia batismal e herdara o sobrenome dos ex-senhores. Em 1766, casou-se com o capitão Manoel Moreira da Costa, natural da freguesia de São Mamede de Negrelos, comarca da Cidade do Porto, Arcebispado de Braga. Os 12 filhos não utilizaram o sobrenome da mãe, que trazia a marca da escravidão, mas fizeram a opção pelo sobrenome paterno<sup>481</sup>. Na mesma situação, insere-se a escolha do sobrenome Arnault. A menção ocorre na segunda geração da família, porque não se localizou a primeira geração. Porém, Jose Correa de Arnault possuía um homônimo na família Piza e Toledo<sup>482</sup>. O homônimo foi identificado pelo fato de os dois possuírem testamentos e a diferença está na filiação de cada um. A profissão indica a diferença, pois o livre de cor era músico como seu pai Inácio Correa de Arnault. A qualidade é mencionada apenas no mapa populacional de 1831.

As escolhas dos nomes de família são importantes em uma sociedade na qual os compromissos são firmados pela “palavra” escrita ou falada<sup>483</sup>. Os usos da palavra nas relações creditícias eram comuns numa sociedade com escassez de moeda e as relações comerciais foram firmadas cotidianamente pelos acordos de troca de mercadoria. Nos testamentos dos livres de cor, há menção a dívidas com pessoas do caminho ou de outra freguesia. Mencionam que, se a pessoa comparecer cobrando, o testamenteiro deve pagar o valor que a pessoa disser.

---

<sup>480</sup> ACMSJDR. XMAT, 257. Oficiais e soldados – Pardos e libertos da Ordenança de Pé do Distrito de Aiuruoca. 1765.

<sup>481</sup> Família do capitão Manoel Moreira da Costa. Disponível em: <<http://www.projeto compartilhar.org/Familia/cap01ManoelMoreiradaCosta.htm>>. Acesso em: 24 set. 2017.

<sup>482</sup> Família de Francisco Félix Correa, sargento-mor. Disponível em: <<http://www.projeto compartilhar.org/Familia/FranciscoFelixCorrea.htm>>. Acesso em: 26 set. 2017.

<sup>483</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 99.

A partir dos nomes de família, foi possível perceber que os laços matrimoniais ocorriam por um consenso familiar ou de seu proprietário<sup>484</sup>. A escolha do(a) cônjuge perpassava pelo crivo do senhor, pai e mãe. No caso de Bernarda, a liberdade prometida pela sua senhora, a livre de cor, Ana Maria da Silva, foi motivo de pleito judicial, pois a condição da alforria era “se ela se procedesse bem, e menos fosse que cassasse com marido do [seu] gosto e eleição, mas como ela casou contra minha vontade e fugindo para esse fim”<sup>485</sup>. O casamento de Bernarda e Mateus, por ter acontecido sem o consentimento e apoio da senhora, custou-lhes a liberdade dela e das de seus filhos. Então, os poucos bens amealhados seriam usados para comprovarem ou comparem a liberdade. Os casamentos poderiam ocorrer como o desse casal ou serem negociados e avaliados os ganhos sociais oferecidos pelas famílias envolvidas no enlace, seja pelos ofícios desempenhados ou pelo dote a ser oferecido.

Com os nomes de família, foi possível compor as fichas de família. A partir destas, objetivava-se analisar a idade dos nubentes, a longevidade dos consórcios, o índice de fecundidade das mulheres e outras características da demografia histórica. Porém, com o término da composição das fichas de família, observou-se que a maioria é aberta,<sup>486</sup> dificultando a análise demográfica. Nos registros de casamento para as três freguesias, as informações são incompletas desde a qualidade, a condição e a idade. As fichas de família, como propôs Louis Henry, podem ser abertas e fechadas, porém não têm como determinar se o casamento ou o batizado foi feito em outras freguesias da comarca ou da província. Assim, neste trabalho, serão utilizadas também as fichas abertas para se entender a grande presença da população livre de cor nas freguesias por meio da análise qualitativa dos fragmentos dessas famílias; e as fichas fechadas para se entenderem o

---

<sup>484</sup> BOTELHO, 2007, p. 403.

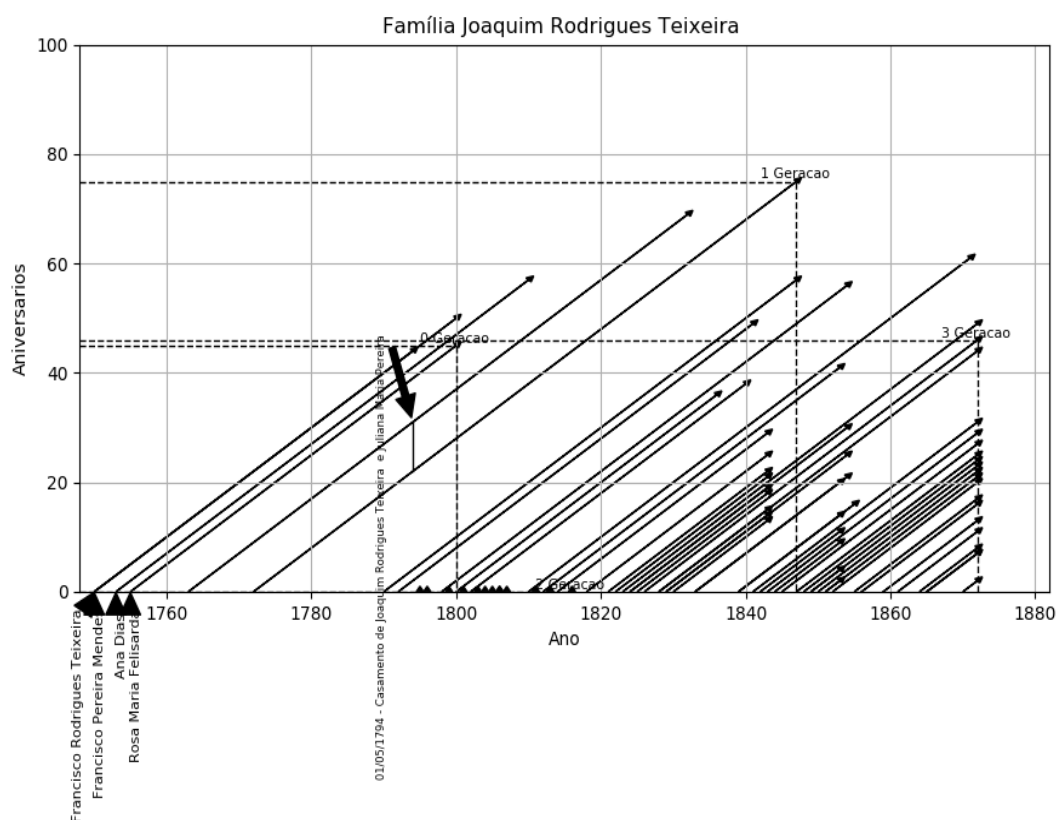
<sup>485</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento de Ana Maria Silva, 1792. Livro de Testamento n. 10. fl. 232.

<sup>486</sup> Para Louis Henry as fichas com “uma data de fim de observação chamam-se F (fechadas); as outras são A(abertas)”. HENRY, 1988, p. 99.

tamanho do domicílio, o número de filhos, a durabilidade dos consórcios e outros aspectos demográficos, principalmente o ciclo vital, já que há famílias com uma massa documental maior, sendo possível acompanhar os ciclos vitais delas (Gráfico 13);

**Gráfico 13**

Ciclo vital da família de Joaquim Rodrigues Teixeira, 1750-1871

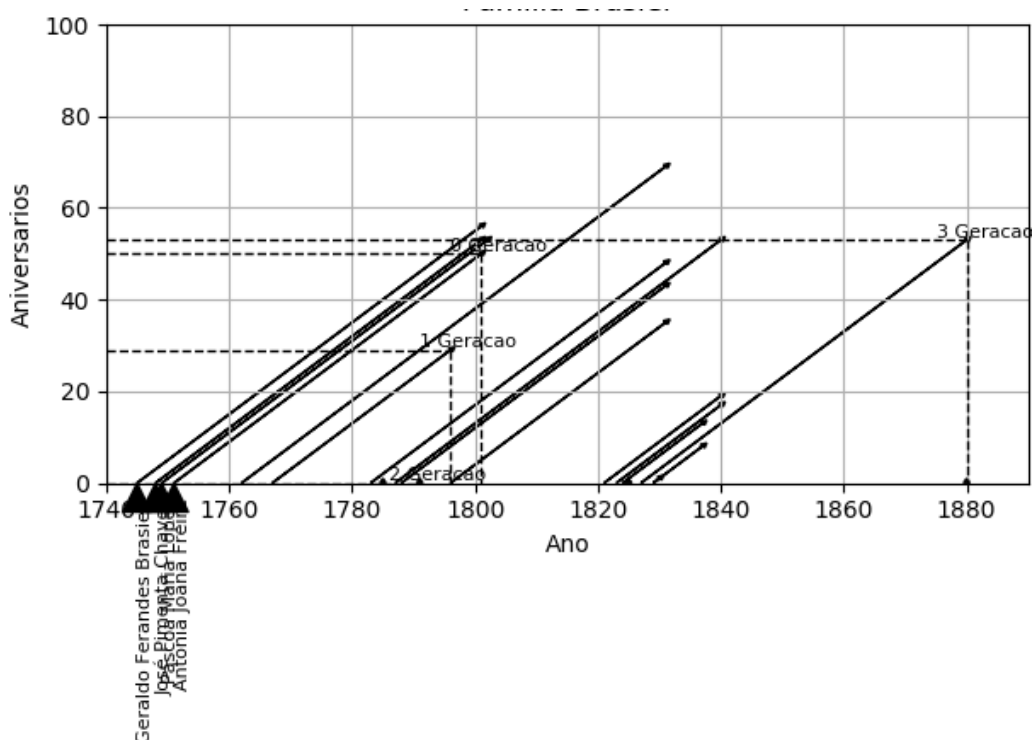


A análise do ciclo vital é proposta por Nadalin. O Gráfico 13 possui dois eixos, um com a marcação do tempo e outro com aniversários de cada um dos componentes da família na primeira, segunda e terceira gerações. No caso da família Teixeira, a primeira geração inicia-se com o casamento de Joaquim e Juliana, e a observação fecha-se com a morte do último filho do casal, Inácio, em 1871. A partir da ausência dos filhos do casal no inventário e no censo de 1831, entendeu-se a possibilidade de eles terem morrido na primeira infância. As representações transversais são do início

e do fim de cada ciclo vital dos membros dessa família<sup>487</sup>. Daqueles membros da família que não possuíam testamentos, inventários ou óbitos, utilizou-se o último documento que foi mencionado como baliza para fechar a análise. Essa opção pode ser observada na família do músico e alferes Lourenço José Fernandes Brasiel, cujo casamento não foi localizado, como também todos os óbitos dos membros da segunda e da terceira gerações. Apenas um óbito da terceira geração da década de 1880, de José Pimenta Brasiel<sup>488</sup>, também músico, foi localizado, permitindo fechar o ciclo de análise da família Brasiel (Gráfico 14).

**Gráfico 14**

Ciclo vital da família do alferes Lourenço José Fernandes Brasiel, 1740-1880



O ciclo vital da família de Maria Correa Estrela é muito extenso devido ao grande número de filhos e netos. A maioria dos filhos ficou morando na capela de Nossa

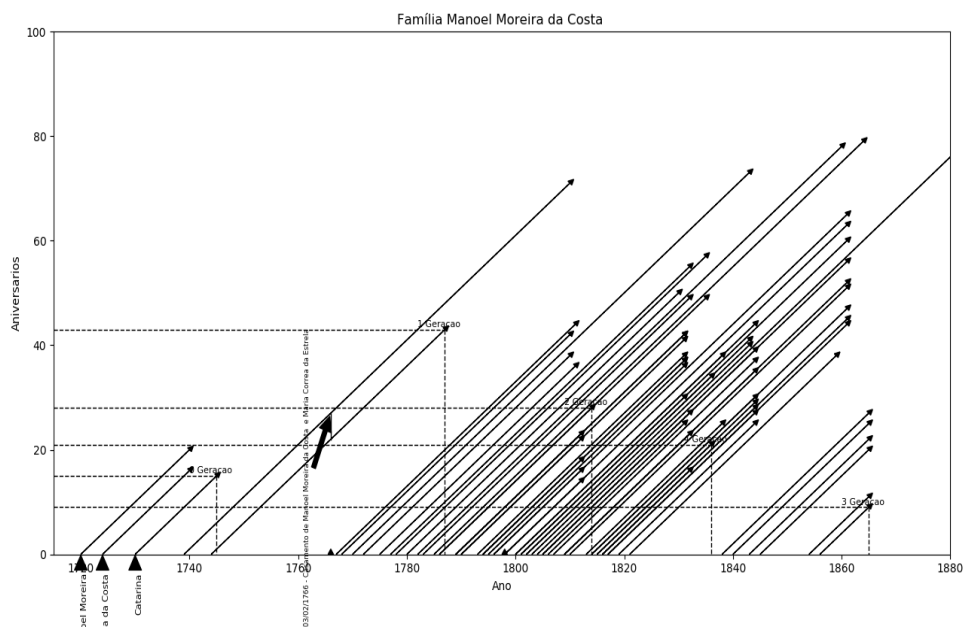
<sup>487</sup> NADALIN, 2004, p. 37-39.

<sup>488</sup> CINTRA, 1982, 2 v, p. 469.

Senhora de Bonsucesso de Serranos. Já com relação aos membros da família da terceira geração, não foi possível localizá-los no mapa populacional de 1831 para Serranos e Turvo, uma vez que alguns membros mudaram para a província do Rio do Janeiro; ou seja, do outro lado da serra da Mantiqueira. Para mensurar o ciclo vital dessa família, utilizaram-se os registros de batismos, inventários e testamentos e o mapa populacional de 1831.

### Gráfico 15

Ciclo vital da família de Maria Correa Estrela, 1729-1860.



Os ciclos vitais das famílias de Joaquim Rodrigues Teixeira, Lourenço Fernandes Brasil e Maria Correa Estrela apontam que, mesmo com escolhas de sobrenome que os afastassem da escravidão, o vínculo com ela não se apaga. Os filhos de Maria Correa Estrela adotaram o sobrenome do pai, mas, nas listas nominativas de 1831, na capela de Nossa Senhora do Bonsucesso de Serranos, são nomeados pardos livres. As fichas de família fechadas permitem mensurar a durabilidade do casamento, como o do

casal Joaquim Rodrigues Teixeira e o de Maria Correa Estrela. O primeiro consórcio durou 38 anos, findou com o falecimento do esposo e Juliana não contraiu novas núpcias. Já o segundo enlace durou apenas 20 anos, fechando o ciclo com a morte de Maria Correa.

A ficha de família permite acompanhar as relações legítimas contraídas pelo matrimônio. A partir dos batismos conjugados com as outras fontes, pode-se mensurar o tamanho da família pelo número de filhos no mesmo núcleo ou em fogos independentes<sup>489</sup>. Para se pensar a família pelo tamanho da prole, amparou-se em dois filtros. O primeiro filtro foi utilizar as definições de geração. Segundo os dicionários, geração “se diz das famílias da genealogia e do nascimento dos filhos do mesmo tronco”<sup>490</sup>. Assim, a primeira geração é daqueles casais que tiveram o etnônimo de porto de embarque mencionados, a segunda geração dos casais com a adscrição de crioulos ou cabras e a terceira e quarta gerações, os pardos.

Para constituir a geração, optou-se em utilizar apenas a qualificação do indivíduo, pois a condição, principalmente a grafia “forro”, utilizada no registro do batismo, define também a condição do indivíduo que já nasceu livre. Nos registros de batismos, todos são enquadrados como forros independentes de terem nascidos de ventre livre. A questão legal da alforria é discutida nas Ordenações do Reino<sup>491</sup>, nas quais os estatutos humanos são divididos em três categorias: os escravos, os forros e os livres. A condição jurídica do escravo mudava para a categoria de forro quando aquele adquiria a liberdade<sup>492</sup>. Particularmente nos registros de batismo, muitos pardos, cujos pais eram forros, são nomeados como forros, e não como livres. Os filhos de Joaquim Rodrigues Teixeira e Juliana Maria Pereira nasceram com *status* de livres, porém nas atas de batismo

---

<sup>489</sup> A tipificação do domicílio como local de relações consanguíneas e de trabalho será abordada no capítulo 4.

<sup>490</sup> BLUTEAU, 1728. v. 4, p. 63.

<sup>491</sup> PAES, Mariana Armond Dias. O tratamento jurídico dos escravos nas Ordenações Manuelinas e Filipinas. *Anais do V Congresso brasileiro de história do direito*. Curitiba: IBHD, 2013. p. 523.

<sup>492</sup> LIMA, 2014, p. 34.

da neta Joaquina, em 1818, a filha Rosa Maria Teixeira foi nomeada parda forra. Já em 1825, no registro de batismo de Maria, a qualificação, a condição e o sobrenome Teixeira desaparecem. Ambos os batismos foram realizados pelo mesmo padre Manoel Coelho Sousa na capela de Nossa Senhora da Piedade.

Na família de Isidoro Jose Santana, aconteceu a mesma situação; ou seja, os filhos nasceram com *status* de livres e foram nomeados como pardos forros. Essa situação fica nítida nos registros de batismos dos 17 netos, filhos de Manoel Lourenço Mesquita, qualificado como pardo forro. Entretanto, a neta Lídia Antônia Mesquita, no batizado dos seus filhos, foi nomeada como dona e seu marido como pardo livre. Já para o irmão de Manoel, Antônio Desiderio Santana, nos registros de batismo dos filhos, não foram mencionadas sua qualidade e sua condição. Na capela de Nossa Senhora do Bonsucesso de Serranos, há 12 filhos de Maria Correa Estrela. Em dez batizados localizados, não se encontra a menção de qualidade ou condição dos batizados. Todavia, na lista nominativa de 1831, nos sete fogos da mesma família, todos recebem a qualificação de pardos e a condição de livres. Para Aiuruoca, o juiz de Paz utilizou duas condições, livre e forro, para se referir aos livres de cor e, para São Jose do Favaxo, pertencente a Baependi, utilizou forro, livre e sem informação.

O segundo filtro foi distribuir os filhos de um a dez conforme a geração de cada casal dentro da sua qualidade. Nessa assertiva, a primeira geração corresponde à qualificação de preto e os etnônimos dos portos de embarque, a segunda geração são os qualificados como crioulos e negros da terra e a terceira geração os qualificados como pardos e cabras. A maioria das famílias na freguesia do Pilar é da terceira e quarta gerações, seguidas da segunda e da primeira gerações. A maioria das famílias, independente da geração, teve apenas um filho. Os livres de cor, na primeira geração, tiveram menos filhos. Um dos motivos pode ser a demora para adquirir a liberdade ou os

casamentos tardios. Os casais da segunda geração tiveram mais filhos do que os da primeira geração. Entretanto, as famílias mais numerosas encontram-se nos casais da terceira e quarta gerações. É preciso ressaltar que o número de filhos diz respeito apenas ao batismo complementado pelos nomes presentes nos testamentos e inventários dos pais. Como os óbitos de recém-nascidos muitas vezes não eram registrados, não dá para quantificar a mortalidade infantil dos livres de cor. Mas, ao compor as fichas de família, conjugando os batismos com outras fontes, pode-se acompanhar a trajetória de uma família ao longo do tempo, vislumbrando-se o índice de mortalidade. Por exemplo, o casal Joaquim Rodrigues Teixeira e Juliana Maria Pereira, na capela de Nossa Senhora da Piedade, tiveram 21 filhos, porém chegaram à vida adulta apenas oito. Juliana batizou dois filhos na capela de São Sebastião do Rio Abaixo, onde sua mãe e seu pai moravam, antes de contrair núpcias com Joaquim. O primeiro registro de batismo é o de Marcelino, com *status* de legítimo, porém o nascimento da criança ocorreu dois anos antes do casamento, o que indica a relação consensual. Pode-se inferir que as relações de Joaquim com os pais de Juliana eram sólidas e próximas, pois, antes da união marital, Joaquim foi nomeado testamenteiro do seu pai. Neste, Francisco reconhece a paternidade de Juliana, Ana e Anastácio, filhos de Ana Dias, parda forra. A partir desses dados e das idades mencionadas nos mapas populacionais e nos óbitos, provavelmente Juliana nasceu em 1777 e a primeira gravidez ocorreu em 1790, quando ela tinha mais ou menos 13 anos, e a última em 1816 aos 39 anos de idade (Árvore Genealógica 1.4).

A partir das fichas de família de Joaquim Rodrigues Teixeira e Juliana Maria Pereira e das outras famílias, observou-se que os batizados não ocorriam de forma uniforme na capela onde o indivíduo era freguês, mas em várias capelas. Pode-se notar que os limites físicos das capelas eram móveis e dependiam das redes de relações estabelecidas entre os indivíduos. Os motivos poderiam ser vários. No caso do casal

Teixeira e Pereira, na ocasião do nascimento dos dois primeiros filhos, eles não eram casados, o que indica a possibilidade de a esposa habitar com a mãe. Porém, Joaquim tinha sólidas relações na capela de São Sebastião do Rio Abaixo, principalmente com o pai da sua futura esposa, pois foi nomeado seu testamenteiro. Ademais, percebeu-se que o batizado do filho primogênito ocorria na capela onde a avó materna era filiada e os outros na capela onde os pais moravam.

Nas freguesias de Aiuruoca e Baependi, a maior família encontrada nos registros de batismos qualificados de livre de cor é composta de três filhos e enquadrada na terceira geração, com exceção da família de Maria Correa Estrela. Mas, como se sabe, no registro de batismo seus filhos não têm qualificação alguma. O casal com prole numerosa é recorrente na terceira geração, mas poderia ocorrer na segunda geração, particularmente na freguesia do Pilar, com mais de dez filhos, como as: do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, do tenente Joaquim José Barros, de Jose Gonçalves Santana, de Jose Garcia Ferreira, de Joaquim Pinto de Sousa, Isidoro José Santana e de Manoel Lourenço Mesquita (Árvores Genealógicas).

A família legítima poderia começar no cativo, como a de Cipriano Gonçalves e Inácia de Melo, que se casaram em maio de 1760, quando eram escravos de João Gonçalves Melo, na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra. No período do cativo, foi possível encontrar dois batizados, o de Luciana e o de Luís, e três na condição de forro (Antônio, Bonifácia e Maria). A alforria parece ter sido conquistada entre o batizado de Luís, escravo em 1771, e de Antônio, forro em 1773. Entretanto, a família desse casal não se resumiu apenas a esses filhos. Por meio das fichas de família, pode-se perceber a presença de mais dois filhos: Gregório da Silva e Anacleto Silva. O primeiro casou-se com Maria Teodósia, filha de crioulos forros, e o segundo, com Rita do Rosário, filha de Miguel Costa, mina, e Lusia Costa, angola. Por ocasião do casamento

dos pais de Rita, Miguel era escravo de Joao Costa Guimaraes e a mãe era viúva de Manoel, preto. Infelizmente, não foram localizados os dados das gerações subsequentes para se observarem as alianças. Nota-se que as alianças matrimoniais desses casais foram realizadas na mesma freguesia sem ultrapassar os limites naturais e, principalmente, entre iguais.

Já para as freguesias de Monserrate e Aiuruoca, os casamentos realizados no cativeiro eram possíveis. No entanto, um pouco difícil de acompanhar devido a algumas lacunas documentais e, particularmente, pelo fato de muitos livres de cor não adotarem um sobrenome. Nas fichas de família da freguesia de Aiuruoca, foram localizadas somente 15 famílias em que o pai era forro e a mãe escrava. E para a freguesia de Baependi, foram localizadas 29 famílias nessa situação; destes casais, apenas Tomé Pedro de Oliveira, casado com Genoveva, escrava de Joao Baltazar dos Santos, conseguiu comprar a liberdade de um filho na pia, mas o mesmo não aconteceu, dois anos mais tarde, com a outra filha. No cativeiro, nasceram os quatro filhos do livre de cor Adão Ribeiro, casado com Custódia, escrava de d. Francisca Maria de Souza. Na ausência de outros documentos, não se tem muita informação dessa família e se conseguiram comprar a liberdade da mãe e dos filhos.

O número de famílias reconstituídas para a freguesia do Pilar é superior à documentação (inventários, testamentos e mapa de população). Porém, com os fragmentos de alguns desses documentos, é possível reconstituir uma família até a quinta geração. Todavia, com os testamentos e inventários, descortinam-se os bens materiais, os ofícios, assim como as redes de relações e os dotes.

Na freguesia do Pilar, dentre os 138 casais que deixaram seus testamentos ou inventários, apenas 26 tiveram seus registros de casamento localizados. Pelos inventários e testamentos, nota-se que os pais, no ato do casamento dos filhos, os dotavam ou

permitiam que continuassem habitando no fogo até constituir o próprio<sup>493</sup>. O ato de dotar, oriundo da legislação portuguesa, é um expediente utilizado pelas famílias consanguíneas para amparar financeiramente os membros. Nas freguesias em foco, a necessidade de assegurar a separação dos bens do casal era feita com a escritura de Arras, em que cada um declarava os bens que possuía e quais ficariam com a morte de um dos cônjuges<sup>494</sup>. Esse modelo de escritura de dote e arras “equivalia a uma separação de bens entre os cônjuges, cada um conservando os que proviessem de suas respectivas famílias, por dote ou doação...”<sup>495</sup>. Esse contrato antenupcial era característico da nobreza no Antigo Regime, porém também usual entre os livres de cor que desejavam garantir a separação dos bens de cada um dos esposais. Com esse objetivo, o casal de livres de cor Florência Oliveira e Manoel Cardoso fez e registrou, no cartório da vila de São João del-Rei, em 1774, uma escritura de “contrato de arras” para poderem se casar. No contrato, ficou determinado que ambos não poderiam ter posse ou domínio algum sobre os bens declarados de cada um. Em uma cláusula, definia que Florência não poderia ficar sujeita às dívidas contraídas pelo futuro marido nem antes e nem depois do matrimônio. Se houvesse filhos do matrimônio, os bens pertenceriam a estes e a meação seria somente dos bens adquiridos durante o casamento de acordo com as leis do Reino. Os bens de Florência não eram muitos e incidiam em “uma morada de casas sita nesta vila, na rua da Cachaça [...] dois negros por nome Pedro e Antônio, ambos de nação angola, e duas negras de nomes Tereza de nação mina e Rosa de nação Moçambique [...]”<sup>496</sup>.

---

<sup>493</sup> Esse desmembramento dos fogos será abordado no próximo capítulo.

<sup>494</sup> “Arras propriamente quer dizer o que em contrato dotal o marido promete da sua fazenda e bens de raiz à sua mulher para depois dele falecido. Sobre Arras, determinarão as leis do Reino, que o marido as prometa em quantidade certa, que não as prometa em mais do que montar a terça parte do dote da mulher que tendo filhos legítimos do primeiro matrimônio não prometa em arras mais do que montar a sua terça ao tempo do contrato dotal, para que os ditos filhos não fiquem fraudados de suas legítimas, e finalmente as arras da mulher não possam ser obrigadas pela fiança do marido, nem sujeitas à consignação pelo crime da consignação do dito marido”. BLUTEAU, 1728. v. 1, p. 547.

<sup>495</sup> SILVA, 1984, p. 99.

<sup>496</sup> AHET-II-IPHAN. Escritura de contrato de Arras que fizeram Florência Oliveira, preta da nação mina, e Manoel Cardoso, de nação angola, ambos forros. Livro de Notas 1774-1776, n. 1. Cx. 1.

Em 1781, na vila de São João del-Rei, Marcelino Moreira Duarte e Joaquina Rosa também registram uma escritura de arras, em que afirmam se acontecer de não terem filhos “do dito matrimônio e falecendo qualquer deles só fica cada um com os bens que no presente possuem” e a meação seria apenas dos bens adquiridos no tempo do consórcio<sup>497</sup>. O costume de registrarem escrituras de arras estava presente também no período imperial. Em 1824, Catarina da Silva, na freguesia do Pilar, fez seu testamento e indicou ter feito um contrato pré-nupcial com Joaquim José de Campos. No testamento, afirmava que, “quando casei, foi com a condição de que tudo quanto aumentasse o casal nos pertenceria a ambos, mas saindo cada um com que tivesse entrado e com efeito tem me desamparado e me não tem tratado, antes tem esbanjado”. Diante das cláusulas impostas pelo contrato, Catarina estabeleceu várias disposições no testamento, dentre as quais alforriou algumas escravas e deixou o remanescente dos bens – duas moradas de casas, um cavalo, um burro, algumas criações de porcos, joias de ouro, um escravo e mais pequenos objetos – a uma ex-escrava que havia criado como sua filha<sup>498</sup>.

Em 1830, na capela de Nossa Senhora da Piedade, o casal Venâncio José da Silva e Matilde Maria Jesuína lavrou e registrou uma escritura de arras que está inclusa no inventário dele. O motivo da escritura é que Matilde já tinha outros filhos, os quais “não entrarão em herança alguma dos bens do presente matrimônio”, e Venâncio tinha uma filha Joana, menor, e a perfilhava “por filha legítima” para entrar em “partilhas junto com os outros se houver do presente matrimônio com igual parte”. Na ocasião da escritura de arras, Matilde possuía uma casa coberta de capim e ele, “uma morada de casas cobertas de telhas, terras de campos e capoeiras”. O casamento foi muito vantajoso para ambos. Ele, com seu ofício de carpinteiro, venda (tenda fechada) e criação de animais, e ela

---

<sup>497</sup> AHET-II-IPHAN. Escritura de contrato de Arras que fizeram Marcelino Moreira Duarte e Joaquina Rosa, crioulos forros. Livro de Notas 1781 n. 3. Cx. 2.

<sup>498</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Catarina da Silva, 1824. Cx. 124.

auxiliando no trabalho cotidiano o fogo, abastecendo a venda com as quitandas e comidas, conseguiram adquirir dez escravos e vários alqueires de terra de cultura e campos de criar. O monte-mor do casal em 1868 era de 14:120\$230, dos quais os primeiros filhos de Matilde não tiveram direito de herança, apenas a filha natural e os nove filhos legítimos do casal<sup>499</sup>.

Na freguesia de Baependi, Teotônio Pereira Amaral, irmão de Nhá Chica, no seu testamento, menciona um contrato que fizera ao se casar com Heliadora Maria de Jesus, branca. O casamento de Teotônio foi tardio e com uma noiva bem mais nova do que ele. Nesse contrato, a sua esposa receberia, com sua morte, uma doação de dois contos de réis. No decorrer do testamento, faz uma ressalva: se “ela aparecer com 400\$000” refere-se a dinheiro da sua agência, e não dele, e “ela é incapaz de prejudicar aos meus parentes”. Além da confiança desenvolvida, Teotônio necessitou dos cuidados de Heliadora na enfermidade, por isso ele deixava casa de morada na rua do Comércio e toda a mobília “em remuneração aos seus bons, caridosos ofícios com que me tratou, especialmente na minha enfermidade”, ultrapassando as disposições do contrato<sup>500</sup>.

Em muitas situações, não havia a preocupação em registrar em escrituras de arras os dotes doados na negociação do casamento. Os pais procuravam ajudar os filhos no início de um novo fogo independente se a família era legítima ou ilegítima. Em 1830, na freguesia do Pilar, Maria Rosa de Azevedo, ao redigir seu testamento, afirma que sempre ajudou os oito filhos naturais dotando-os “com aquilo que lhes poderia caber, em especial meu filho João Antônio de Faria, que lhe dei 14\$400, quatro vacas, uma balança de pesar ouro, um caixão, um catre, uma caixa”<sup>501</sup>. Diferentemente de Maria Rosa, Luzia Moreira de Carvalho da Costa da Mina, solteira, preocupou-se em dotar apenas as três

---

<sup>499</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Venâncio José da Silva, 1768. Cx. 258.

<sup>500</sup> Testamento de Teotônio Pereira do Amaral. In: PASSARELLI, Gaetano. *Nhá Chica: Perfume de Rosa. Vida de Francisca de Paula de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 81-82.

<sup>501</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento Maria Rosa de Azevedo. Livro de Testamento n. 50, fl. 49.

filhas com um escravo cada uma, e não o filho Joaquim Martins<sup>502</sup>. Na capela de Bonsucesso de Serranos, Manoel Moreira da Costa dotou seus sete filhos com um escravo, um cavalo e uma sela<sup>503</sup>. Entretanto, dotar não tinha uma regra: poderia ser um dos filhos ou todos, como Rita Pereira do Prado, na freguesia de Aiuruoca, em que o único dote que entrou para a colação dos bens foi o escravo da herdeira Ana Caetana sem mencionar o dote da outra filha Rita Pereira. A quantidade de bens e como ocorria o contrato de arras ou o dote variavam conforme os bens dos pais ou das mães e também o conceito de propriedade privada mais valorizada nos séculos XVIII e XIX<sup>504</sup>.

### **3.2 Os casamentos sem filhos: opção ou imposição**

Os casamentos entre os livres de cor, principalmente os da primeira geração, ocorriam tardiamente e, em muitos casos, sem filhos. Essas relações não são perceptíveis nos registros de batismo, mas nos registros de casamento e nos censos. Porém, essas relações eram douradoras<sup>505</sup> e de ajuda mútua na composição dos bens e na sobrevivência cotidiana. O casamento dos livres de cor recém-chegados do continente africano acontecia tardiamente e, na maioria das vezes, sem filhos. Ao redigir o testamento em 1795, José de Souza Barbosa afirma que do seu “matrimonio não [houve] filho algum, que [pudesse] instituir por herdeiros dos [seus] bens”. Por isso, instituía como sua herdeira

---

<sup>502</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Luzia Moreira de Carvalho, 1819. Livro de Testamento n. 9, fl. 226.

<sup>503</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Manoel Moreira da Costa, 1843. Cartório do 2º Ofício. Cx. 12, doc. 5. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>504</sup> NAZARRI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. Mulheres, famílias e mudanças social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 156.

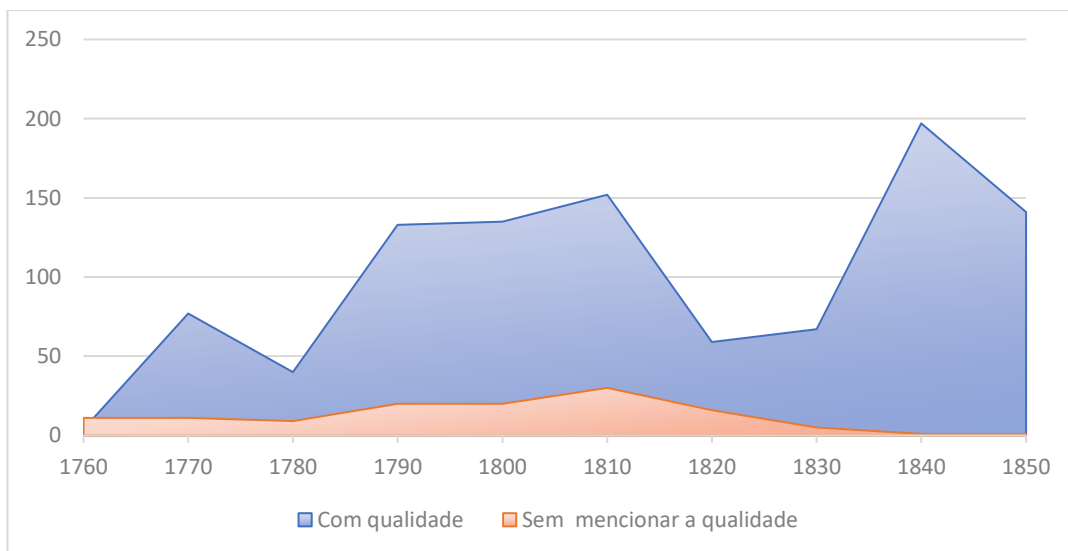
<sup>505</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. Salvador: Corrupio, 1988.

a mulher pelo “muito amor que lhe tenho e está sempre na minha companhia fazendo vida marital”<sup>506</sup>.

Para encontrar as mais diversas formas de família dos livres de cor nos registros de casamento, o primeiro passo foi selecionar os registros de casamentos que mencionavam a qualidade, a condição e a origem dos indivíduos. Após esse primeiro filtro, foi possível localizar os inventários e os testamentos do casal ou de um dos membros. A segunda estratégia foi trabalhar separadamente os registros de casamento e de batismo e os testamentos e os inventários, para finalmente reconstituir as famílias dos livres de cor e vislumbrar as famílias legítimas. Dessa forma, a análise inicia-se com as famílias por afinidade (malungos) legítimas, em que os casais não tiveram filhos

**Gráfico 16**

Casamentos dos livres de cor, freguesia do Pilar, 1760-1859



Fonte: registros de casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de 1754-1859.

Ao conjugar os registros de casamentos com os registros de batismo, testamentos e inventários, foi possível mapear mais 195 casais, mudando a configuração

<sup>506</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de José de Sousa Barbosa, 1795. Livro de Testamento n. 12, fl. 188.

inicial do Gráfico 16. Destes, foi possível mapear 124 casamentos com registros; ou seja, aos números iniciais acrescentam-se 71 casais que não tiveram suas qualidades mencionadas. Tais casais passariam despercebidos na simples análise dos casamentos em si ou se focaria a análise apenas na família legítima, uma vez que, nesse universo, 76 casais não tiveram filhos; portanto, ausentes dos registros de batismo. O enlace foi atestado pelo inventário ou testamento.

Ao analisar a dinâmica do casamento dos livres de cor na mesma condição, é preciso considerar que, para os setecentos, a maior presença dos concubinatos era justificada pelas dificuldades de pagar dos Banhos<sup>507</sup> e de localizar os documentos solicitados pela igreja, a fim de realizar as dispensas matrimoniais. Os altos índices de casamento se situam no período da chamada acomodação evolutiva, com a queda da mineração, até o primeiro quartel do século e no final do período em análise. No auge da mineração, a ausência dos casamentos pode ser explicada pelo desaparecimento de alguns tomos de casamentos, pois a série de livros da freguesia do Pilar é incompleta. E o aumento dos casamentos em meados da década de 1830 pode ser entendido pela linearidade nos registros de casamento e por um atributo da fonte que passa a nomear as qualidades dos indivíduos<sup>508</sup>. Destarte, o aumento dos enlaces nesse período não circunscreve apenas a existência dos registros. O aumento dos casamentos pode ser compreendido com o desenvolvimento econômico da região, da província e do país, o que possibilitava a aquisição de novos escravos, pois, mesmo com a proibição do tráfico transatlântico pela Lei de 1831, sabe-se que a dinâmica do tráfico manteve-se<sup>509</sup>. Assim, a Comarca do Rio das Mortes continuou recebendo um contingente de escravos novos<sup>510</sup>.

---

<sup>507</sup> FARIA, 1998. LUNA; VIDAL, 2009. FIGUEIREDO, 1993.

<sup>508</sup> APM. Exigência presente na Lei Provincial de Lei nº 46, de 18 de março de 1836. LM-0054, Tomo 2, Parte 1. Ouro Preto: Tipografia do Universal.

<sup>509</sup> FRANK, 2012, p. 25.

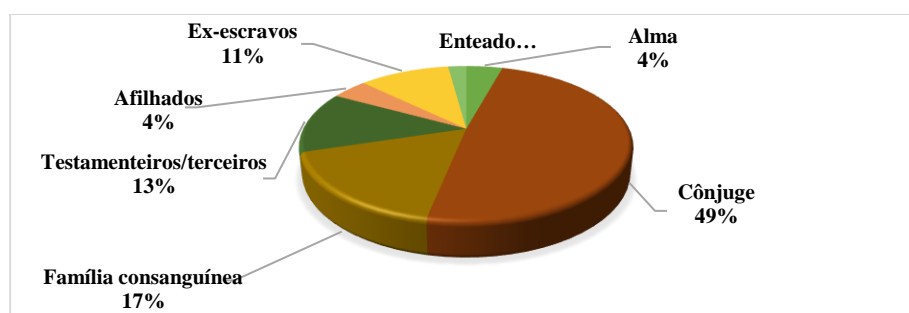
<sup>510</sup> MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX. 2010. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-

O comércio com as tropas para a Corte era uma forma de aquisição de bens, o que possibilitava a ascensão econômica e também a garantia de casamentos economicamente vantajosos.

Para se pensar a família de linhagem, é preciso considerar os casais que não tiveram filhos, os que tiveram filhos naturais antes do consórcio e, principalmente, os solteiros que constituíram uma família matrilinear, patrilinear, por afinidade étnica ou afetiva. Esses casais foram mapeados pelos seus testamentos ou inventários, já que, na maioria dos casos, não foram localizados nos registros de casamento. Os casais que deixaram registrada a sua última vontade em testamento chegam a 85. Esses casais não tiveram filhos, mas constituíram uma parentela afetiva, quer com seus cônjuges, com seus ex-escravos, com a família espiritual, com a família consanguínea (tias, irmãs e sobrinhas) e com seus malungos. As boas relações entre os membros familiares às vezes são nomeadas ou perceptíveis pela escolha de seus herdeiros. Estes são, na maioria, os seus cônjuges, seguidos pela família consanguínea, por terceiros/testamenteiros, pelos ex-cativos, por afilhados, pela alma e pelo enteado.

**Gráfico 17**

Herdeiros dos casais sem filhos, freguesia do Pilar, 1760-1860



Fonte: inventários e testamentos dos livres de cor, freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1760-1860.

As relações cotidianas eram diversas, podendo ser baseadas na produção no fogo, na vida “marital” ou simplesmente como gratidão. A partir dessas relações, ocorre a escolha dos herdeiros, dos bens remanescentes, depois de pagar as dívidas, os legados e as despesas com o funeral. Os testamentos elucidam o motivo da escolha dos herdeiros. Tais escolhas perpassam pelas relações tecidas cotidianamente e, pelos fragmentos dos testamentos, pode-se delinear o que acontecia “à porta adentro”. Os casais que legaram seus bens a um dos cônjuges abalizam que era pela boa convivência e que os bens adquiridos eram pela sua “agência e indústria”; ou seja, na produção econômica do fogo, e não herdados. A maioria dos herdeiros desses casais é um dos cônjuges e, na falta deste, respectivamente, a família consanguínea, os testamentários/herdeiros, os ex-escravos, a alma, o parente espiritual e o enteado.

A presença dos cônjuges como herdeiros aponta para o apoio mútuo na conquista da liberdade, na aquisição de bens, no companheirismo e nas enfermidades. A ausência de filhos nesses enlaces pode ser explicada pela demora em se casar, ultrapassando o período fértil das mulheres. O casamento pode ter sido uma escolha após o processo de aquisição da alforria, que poderia ser gratuita, mas com a condição de servir o senhor até a sua morte, ou onerosa (quartamento ou a vista), que demandava tempo para aquisição do pecúlio. O processo de conquistar a liberdade poderia ser longo, pois a maioria dos testadores afirma que suas liberdades foram pagas, e não gratuitas. Em algumas situações, o cônjuge comprava a liberdade da consorte, ou vice-versa. Em 1818, Rita Maria de São José, no seu testamento, afirma que sua mãe estava viva, mas que não tinha direito à herança dos seus bens, “porque, sendo [...] cativa do Capitão Antônio Carvalho de Azevedo, meu marido por esmola me libertou e casou comigo sem que eu então possuísse coisa alguma...”<sup>511</sup>. Dos testamentos mapeados, apenas uma testadora

---

<sup>511</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Rita Maria de São José, 1818. Livro de Testamento n. 23, fl. 87.

menciona que ficou cativa por mais ou menos dez anos. O período de cativo não é possível ser mensurado. Apenas nos casos de quartamento é estipulado o prazo para o pagamento das parcelas.

Para além das boas relações, José de Sousa Barbosa nomeou a esposa Luzia Maria Teixeira como sua herdeira “pelo muito amor que lhe tenho e está sempre na minha companhia fazendo vida marital”<sup>512</sup>. A menção ao amor se restringe ao testamento desse casal, mas a existência desse sentimento pode ser demonstrada na longevidade do matrimônio. Nos casais sem filhos com registros de casamentos, a durabilidade do enlace conjugal varia de 38 anos a quatro meses e 27 dias. No primeiro caso, o testador Francisco Gonçalves dos Santos afirma que é casado há “trinta anos, pouco ou mais, com Rita Maria de Sousa, de cujo matrimônio não tivemos filhos e por isso não tenho herdeiros ascendentes e descendentes e por isso alguma coisa que possuímos é adquirida por nossa agência e trabalho”<sup>513</sup>. O rápido enlace pode ser pautado na gratidão, na afinidade étnica ou simplesmente para que os bens fossem herdados pelo cônjuge sem contenda com a justiça. Com esses objetivos e pela fragilidade imposta pela enfermidade, Ana Antônia de Mesquita, da Costa da África, casa-se com Joao Antônio Mesquita, da Costa da África, em março de 1831, redige seu testamento em junho do mesmo ano e nomeia o marido como seu herdeiro. A duração do casamento foi pequena, de quatro meses e 27 dias, pois Ana faleceu mais ou menos com 60 anos de idade, em novembro de 1831, com “os sacramentos da penitência e da extrema-unção”, indicando um longo período de convalescença. No período da enfermidade, recebeu o apoio do malungo e depois consorte.

Os laços e a gratidão se fortalecem no período das doenças. Nesse *status* de fragilidade, ocorre o reconhecimento dos que se dedicam a acudir e cuidar do

---

<sup>512</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de José de Sousa Barbosa, 1796, cx. 374.

<sup>513</sup> AEMNSP/SJDR. Testamento de Gonçalves dos Santos. Livro de Óbitos (1796-1800). Tomo 1, fl. 122.

convalescente, nomeando-os como seus herdeiros ou realizando casamentos como forma de proteção do herdeiro. A vida do capitão Bernardo José Teles, solteiro, em 1790, natural e batizado na freguesia de Paracatu, “doente de cama e em [seu] perfeito juízo”, fez seu testamento legando a metade da chácara que possuía para a esposa do seu sócio, d. Ana Leonarda, “em remuneração dos favores que me tem feito”. E a sua herdeira era também a filha do casal. Deixou vários legados, como umas terras, 20 oitavas de ouro e as sobras de sua terça para Joana Maria de Lima. Dois anos depois, antes de falecer, redigiu seu codicilo<sup>514</sup>, no qual afirmava estar casado com Joana Maria de Lima, revogando as doações presentes no testamento, uma vez que ela se tornou sua meeira. Destarte, mantém a doação à sua senhora d. Ana Leonarda, a aumenta para mais meia libra ou um escravo da sua escolha e reforça que era pelo “amor que sempre tive e as muitas obrigações que lhe devo”. Solicita no codicilo que sua mãe e sua esposa, herdeiras das duas partes de seus bens, “concorram pelo amor que lhes deve” e não prejudique a referida doação<sup>515</sup>. Nesse caso, o casamento assegurou a metade dos bens para Joana Maria, não deixando de beneficiar sua ex-senhora com sua gratidão e reconhecimento pelos auxílios cotidianos com a saúde, com a alimentação e com a amizade. Nesse último, observa-se que o casamento ocorreu no momento de fragilidade de Bernardo, que se encontrava doente e idoso, e como válvula de ajuda mútua.

Todavia, nem todo matrimônio foi marcado pelas boas relações. Em 1838, Maria Francisca da Costa, ao redigir seu testamento, afirma que “sou casada em *facie ecclesia* com Inácio de Tal, que nem sei se é vivo ou morto e nem tivemos filhos e nem os tenho naturais [...] os bens que tenho adquirido pela minha agência e por isso persuado-

---

<sup>514</sup> “Entre nós, *codicillo* é uma disposição de última vontade, sem instituição de herdeiro. E por isso se chama *codicilo*, ou cédula por diminuição, que quer dizer pequeno testamento, quando uma pessoa dispõe de alguma coisa, que se faça depois de sua morte, sem tratar de diretamente instituir ou deserdar alguém como se faz no testamento”. BLUTEAU, 1728. v. 2, p. 358. (Anexo 7).

<sup>515</sup> Testamento de Cap. Bernardo José Teles. Livro de óbito. Tomo III, 1790-1792.

me que posso livremente dispor deles...”<sup>516</sup>. Nos testamentos redigidos no momento de fragilidade física e emocional, escancaram-se as relações de apoio ou de abandono do cônjuge. O olhar de gratidão na escolha do herdeiro volta-se para aqueles que acolhem e socorrem na enfermidade, como agiu Teresa de Moura. Na redação de seu testamento, afirma que se encontrava “cega e muito adiantada em anos”, morando com seus ex-escravos e que o marido a havia abandonado. Para além do desamparo, ela demandava um processo de maus-tratos e sevícias no Tribunal Eclesiástico de Mariana<sup>517</sup>. As relações conjugais do primeiro casamento com Jose Brás da Silva parecem ter sido tensas, pois este nomeia sua herdeira a Alma, a Teresa ficou apenas legítima herança, ou seja, a metade dos bens que possuíam no valor de 3:405\$662 de réis. Ela ficou viúva por seis anos e oito meses. Em 1771, forrou e se casou com Antônio Oliveira Santos<sup>518</sup>. Esse casamento trouxe muito dissabores para Teresa, uma vez que Antônio a maltratava e a abandonou. O socorro de Teresa veio de seus ex-escravos, que cuidavam da sua enfermidade providenciando alimentos e companhia. Em gratidão, ela legou os seus bens a eles. A família constituída por Teresa foi por afinidade étnica, pois os sujeitos dessa relação eram oriundos da Costa da Mina e seus rebentos.

Nas relações matrimoniais tensas e com adultério, o testador deixava legados para seus ex-escravos, ex-senhores e parentes consanguíneos excluindo o cônjuge. Manoel de Almeida Santiago, em 1791, depois de casado duas vezes, no testamento, aponta que a segunda esposa Francisca Moreira vivia separada dele por cometer “adultério em (*sic*) e honra por cuja causa querelei dela e foi pronunciada e até hoje

---

<sup>516</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Maria Francisca da Costa, 1838. Livro de Testamento nº 56, fl. 68.

<sup>517</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de José de Sousa Barbosa, 1796, cx. 374.

<sup>518</sup> Antônio Oliveira Santos se casou, em 14/02/1779, com Luzia Teresa Antunes, filha natural de Elena Sousa do Espírito Santo. AEMNSP/SJDR. Livro de Casamento n. 6, fl. 161v.

continua em seu adultério vivendo meretrizmente à vista e face de todos como é notório, parindo filhos de todas as cores (*sic*) trazer a mesma escândalo e a injúria que me faz<sup>519</sup>.

Pelo motivo exposto, nomeia a neta como sua herdeira e deixa vários legados para seus ex-escravos Eusébio e Ana, e seus filhos. O abandono marcou também a vida de Tereza da Silva Reis, casada com João de Souza, que vivia apartado da sua “companhia há mais de 20 anos e que neste tempo não concorresse para aumento dos bens que possuo [...] pois não é minha vontade seja meeiro em tudo”<sup>520</sup>. As famílias foram se constituído nos intempéries dos relacionamentos matrimoniais, na amizade, na confiança e na gratidão ao amparo físico e emocional.

Nessa categoria, inserem-se 47 casais; destes, cinco contraíram novas núpcias. Pela ficha de família de Elias Fernandes Lopes, angola, observa-se que, em 1831, casou-se com Angélica Maria, crioula, e não tiveram filhos. A ausência dos filhos indica a idade avançada da esposa, sendo um consórcio vantajoso para ambos, a fim de sobreviveram e se estabelecerem na freguesia do Pilar. No estado de viuvez, Elias teve seis filhos com Ana Maria do Nascimento, sendo que o casamento sobreveio com o nascimento do terceiro filho em 1848. Ter filhos ou não era uma imposição da natureza, e não uma escolha. Os casamentos aconteciam tardiamente e o objetivo, em muitos casos, era o de ajuda mútua.

### **3. 3 As famílias mescladas: o desaparecimento da cor e da qualidade**

Nas famílias que alcançaram prestígio econômico e social, a qualificação do indivíduo desaparece, como na prole de Maria Correa Estrela, da capela de Nossa Senhora

---

<sup>519</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Manoel de Almeida Santiago. Livro de Testamento n° 10, fl. 54 v.

<sup>520</sup> AEMNSP/SJDR. Testamento de Tereza da Silva Reis. Livro de Óbito, Tomo I (1796-1800).

de Bonsucesso de Serranos, na escolha da matriz portuguesa para nomear a família. De posse do *status* social, os livres de cor fizeram alianças matrimoniais em que, na maioria das vezes, o marido era de origem portuguesa. Para abordar essas alianças matrimoniais, é preciso considerar que o desaparecimento da cor foi abordado por Mattos e Libby<sup>521</sup>. Porém, nesta pesquisa, observa-se que os registros não são unânimes na qualificação do indivíduo. Dentre os documentos oficiais, nos registros de testamentos e inventários, há menção à qualidade do indivíduo quando o documento, na maioria dos casos, é redigido ou ditado pelo próprio indivíduo. A maior coerência da qualificação dos indivíduos ocorre nos registros de batismos e nos mapas de população. Com base neles, foi possível encontrar as famílias dos livres de cor, já que, nos registros de casamento, a qualificação praticamente desaparece e a forma de identificar os livres de cor é pela nomeação dos seus pais. Em alguns registros, a qualificação muda, sendo mencionados como brancos, como a situação de Lídia Antônia Mesquita, branca, casada com Luís Alves Andrade, branco, exposto a Antônio Francisco Silva<sup>522</sup>. Pelo registro de batismo, sabe-se que os pais, os avós e os bisavós maternos eram pardos forros.

A afirmação para o indivíduo que já nasceu livre, de pardo ou crioulo forro, reafirma a ligação com a escravidão. Essa afirmativa permite afastar o sujeito das garras da escravidão. Em uma sociedade escravocrata, a diferenciação era necessária para não serem reconduzidos ao cativeiro. Junto à qualificação, a palavra forro indica que eram livres, pois as famílias reconstruídas na terceira geração apontam que os filhos nasceram livres. Nos registros de batismos, os seus pais já eram livres e, no entanto, são nomeados como forros, o que não significava que haviam adquirido sua liberdade recentemente. Eles poderiam já ser a terceira geração de livres, como a família de Joaquim Rodrigues Teixeira. A sua filha Rosa Maria Teixeira, nascida em 1800, já era livre na segunda

---

<sup>521</sup> LIBBY, 2010. MATTOS, 1998.

<sup>522</sup> Árvore genealógica 1.2.

geração e, ao batizar a filha Joaquina, em 1818, foi qualificada de parda forra. Nessa situação e como presente nas outras fichas, como as de família de Isidoro José Santana e Eugenio Martins de Melo, a palavra forro indica a ligação com a escravidão, que a qualificação por si só não abarca em uma sociedade mestiça.

De posse de *status* econômico e social, o tenente coronel Joaquim José de Siqueira<sup>523</sup> agenciou os casamentos das filhas Matilde, que se casou com Manoel Joaquim Meireles<sup>524</sup>, e Ana Joaquina, que se casou com o capitão Jose Francisco Lopes. A segunda escolha trouxe um maior ganho econômico para a filha: suas netas Gertrudes<sup>525</sup> e Delfina<sup>526</sup> casaram-se com noivos oriundos de Portugal. Nessa linha de mescla das qualificações, ocorreram casamentos entre livres de cor com noivos “brancos”, como o de Rita Antônia Mesquita, que se casou com Jose Lucas Silva Ramos, cuja pai era da freguesia de São Cosme e Damiao, do Porto, em Portugal<sup>527</sup>. A preponderância da matriz “branca” incide na nomeação e na busca da qualificação dos indivíduos, como ocorreu com a filha de Laurindo Rodrigues Teixeira, que se casou com o alemão Guilherme Blacttermann, e moravam numa parte da fazenda Ponte Alta, que passou a ser designada de Fazenda do Alemão<sup>528</sup>. As escolhas matrimônios eram pautadas em ganhos sociais e econômicos e muitos casamentos ocorreram entre os pares, aqueles detentores de patentes ou de algum ofício.

---

<sup>523</sup> Arvore genealógica 1.5.

<sup>524</sup> Casamento de Matilde Antônia Pereira Siqueira e Manoel Joaquim Meireles em 31/01/1810. AEMNSP/SJDR. Livro de Casamento n. 9, fl. 233v.

<sup>525</sup> Casamento de Gertrudes Mariana Lopes e Jose Maria Rodrigues em 18/01/1831. AEMNSP/SJDR. Livro de Casamento n. 11, fl. 95.

<sup>526</sup> Casamento de Delfina Joaquina Lopes e Jose Manoel Ribeiro Campos em 04/05/1831. AEMNSP/SJDR. Livro de Casamento n. 11, fl. 97.

<sup>527</sup> Casamento de Rita Antônia Mesquita e Jose Lucas Silva Ramos, em 24/05/1822. AEMNSP/SJDR. Livro de Casamento n.10, fl. 88. Casamento do pai de Jose Lucas Silva Ramos – Jose Silva Ramos, da Freguesia de São Cosme e Damiao / Porto e Maria Esmeria Francisca Paula 26/05/1799. AEMNSP/SJDR. Livro de Casamento n. 9, fl. 34.

<sup>528</sup> APM, São Miguel do Cajuru. Registros das terras da província de Minas Gerais efetuados pelos vigários das paróquias, descrevendo a localização, limites, data e os proprietários de terras. 1856. AHET-II-IPHAN. Inventário de Balduína Justiniana Teixeira, 1855. Cx.273. Anexo 7 – Fazenda do Alemão.

### 3.4 A família ilegítima: concubinato ou matrilinearidade?

A família ilegítima é aquela que não se organizou dentro dos ditames da Igreja e das Ordenações do Reino. São famílias organizadas a partir de relações consensuais “desligadas de quaisquer obrigações burocráticas e institucionais”. Estas são inimigas da igreja por contagiar os celibatários e influenciar aqueles que vivem casados, mas que deveriam se submeter aos sacramentos e às regras da Igreja para manter o *corpus* místico desta e a ordem social<sup>529</sup>. A organização familiar de “casais solteiros, vivendo por vários anos gerando filhos ou não, com um ou com vários parceiros e coabitando um mesmo domicílio ou domicílios separados com vínculos afetivos e materiais”<sup>530</sup>, é considerada concubinato aos olhos da Igreja e do Estado. Por serem pecado e crime<sup>531</sup>, eram passíveis de serem denunciados nas devassas eclesiásticas e civis. As primeiras eram consideradas crimes de costume contra a moral cristã e as segundas também crimes de costume, porém envolviam “mortes, brigas e incêndios, estupro, feitiçaria e concubinatos”<sup>532</sup>. O concubinato é fruto de relações livres, ilícitas e consensuais originárias de outras formas de arranjos familiares simultâneos às relações legitimadas pelo casamento católico<sup>533</sup>. Assim, o concubinato é classificado em diversas modalidades como o simples (entre solteiros, que podia ser usual, esporádico ou duradouro); o adúlterino; o incestuoso; o clerical; o misto (a junção de concubinatos adúlterinos e incestuosos ao mesmo tempo);

---

<sup>529</sup> FIGUEIREDO, Luciano de Almeida. *Barrocas Famílias: Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 95.

<sup>530</sup> NETTO, Rangel Cerceau. *Um em casa do outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>531</sup> As Ordenações do Reino previam que o crime de mancebia, tanto no caso em que houvesse coabitação entre pessoas solteiras quanto entre as casadas, era crime. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Livro 5. Títulos 27 e 28.

<sup>532</sup> NETTO, 2008, p. 31.

<sup>533</sup> FIGUEIREDO, 1989. TORRES-LONDONO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 96. GOLDSCHIMIDIT, 1998/2004. SILVA, 1984/1993.

o duplo ou poligâmico (a relação que admitia vários parceiros); e o com promessa de casamento<sup>534</sup>.

A partir de 1770, quando as mudanças administrativas de Pombal tiveram efeito na América portuguesa, fica fugidio localizar as famílias organizadas a partir do concubinato e enquadrá-las dentro dessas definições. Contudo, ao considerar que os escravos eram portadores de lembranças das sociedades africanas e o alto índice de ilegitimidade das crianças escravas batizadas na paróquia de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, e na paróquia de Saubara, no Recôncavo baiano, Sweet afirma que esse fato ocorria devido à recusa ao casamento por parte dos escravos para preservarem seus costumes<sup>535</sup>. Afirma também que aqueles que casaram não significa que adotaram a concepção cristã de casamento. Era “apenas uma forma, entre outras, de cristalizar alianças africanas de tipo étnico e nacional, perpetuando, assim, concepções partilhadas de parentesco e da criação de crianças entre outras”<sup>536</sup>. A partir dessas proposições, percebe-se que essas opções poderiam acompanhar os ex-escravos, particularmente os da primeira geração. Isto é, as lembranças das sociedades africanas marcaram as escolhas das relações consensuais em detrimento do casamento católico. Essa assertiva explicaria o grande número de filhos considerados ilegítimos ou naturais nos registros de batismos, mas que carregam em si os costumes de seus ancestrais.

Os batismos em si não permitem mensurar o grau e a quantidade de concubinato das mulheres, pois eles não trazem o nome do pai, apenas que eram filhos naturais. Porém, pelo número de filhos e pelo intervalo entre os batismos, permitem inferir que muitas mulheres livres de cor possuíam relações duradouras com seus

---

<sup>534</sup> NETTO, 2008, p. 100.

<sup>535</sup> Costumes marcados com ritos de passagem da infância à idade adulta, circuncisão, concubinas e aprendizagem dos deveres e das responsabilidades de cada gênero. Nessa aprendizagem, incluíam-se os prazeres do sexo. SWEET, 2003, p. 54.

<sup>536</sup> SWEET, 2003, p. 64.

parceiros independente de coabitarem o mesmo domicílio. Para localizar o maior número de núcleos familiares dessas mulheres, partiu-se dos registros de batismo e construiu-se uma ficha de família simplificada, constando a freguesia, a capela, as datas, a mãe, o batizando, os padrinhos e as observações presentes na ata batismal. Para compor as fichas, optou-se por excluir os registros que geraram dúvidas, como os com um nome e os com dois nomes, mas que não permitiam perceber se era a mesma pessoa. Assim, do total de 3.028 registros de batismos filhos de mães solteiras ou de relações consensuais para a freguesia do Pilar, foram excluídas 780 atas batismais. Para a freguesia de Baependi, de 313 registros de batismo, excluíram-se 92. E, para a freguesia de Aiuruoca, de 131 registros, foram excluídos 75.

Para enfocar as famílias das mulheres solteiras a partir do número de filhos batizados, consideraram-se as várias faces das relações humanas, como as consensuais com ou sem coabitação e as definidas nos testamentos como “fragilidade humana” em consequência de adultério ou de meretrício. Na primeira situação, inserem-se aquelas mulheres de que se encontraram apenas os registros de batismos dos seus filhos, como Eufrásia Batista Silva Meneses, que batizou oito filhos com o intervalo de mais ou menos três anos de uma criança para outra. Essa situação parece ter sido comum a Ana Marcelina Silva, com dez filhos, Ana Moreira, com sete filhos, Delfina Silva Miranda, sete filhos, e várias outras mulheres que, provavelmente, chefiavam seus fogos, pois não se sabe se coabitavam com os pais de seus rebentos e se estes chegaram à vida adulta. Os dados dessas mulheres são apenas os registros dos batismos de seus filhos, diferentemente daquelas mulheres que tiveram concubinatos com padres e com outros que reconheceram seus filhos.

Entre as mulheres que mantiveram concubinatos com presbíteros, pode-se mencionar Maria Gonçalves da Cruz, crioula, que tivera sete filhos com o Padre João

Pedro dos Santos, na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra. Contudo, foram localizados apenas três registros de batismos dos filhos de Maria Gonçalves: o de Ana, em 1822, o de Ambrósio, pardo, em 1823<sup>537</sup>, e o de Maria, em setembro de 1829<sup>538</sup>. Todavia, na ata batismal de Ambrósio, o pai foi responsável por assiná-la e assentá-la, mas não menciona a qualidade da mãe. Esta faleceu em 1830, parece que no parto de Francisco. As crianças, juntamente com seus irmãos, foram criadas e educadas pelo pai, que, em testamento, reconhece a paternidade dos filhos afirmando

[...] por minha miséria e fragilidade tenho sete filhos a saber Joana Roberta dos Santos, Agostinho Nolasco dos Santos, Manoel Pedro dos Santos com praça no Exército Nacional, Ambrósio Pedro dos Santos, Joaquim Pedro dos Santos, Maria Justiniana dos Santos e Francisco Pedro dos Santos de menor idade, que ao presente terá onze anos pouco mais ou menos, e a estes instituo por meus universais herdeiros.<sup>539</sup>

No processo de provar a filiação da ausência do irmão, foram necessárias várias testemunhas arroladas, que, nos seus depoimentos, comprovaram o concubinato do padre com Maria Gonçalves, os filhos, a longa ausência de Manoel e sua provável morte<sup>540</sup>. Na mesma capela, em 1840, na Fazenda do Tanque, o Padre Francisco Ferreira da Silva<sup>541</sup> vivia com seus filhos Joaquim Ferreira da Silva, Páscoa Maria Ferreira de Siqueira<sup>542</sup> e Maria Madalena Siqueira, que os reconhece como filhos sem mencionar a mãe. Havia, também, outra filha, Joaquina Maria Xavier, filha de Tomasia Maria, casada

---

<sup>537</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismos n. 49, fl. 25, v. 5; 30.3. Capela de Nossa de Nossa Senhora da Conceição da Barra.

<sup>538</sup> ANSRCB. Livro de Batismo 1813, Ago. 1861, Jan., p. 25. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra.

<sup>539</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento do padre João Pedro dos Santos. 1858. Caixa 120, fl. 6v.

<sup>540</sup> NOLASCO, Edriana Aparecida. *“Por fragilidade humana”* – constituição familiar do clero: em nome dos padres e filhos – São João del-Rei, (Século XIX). 2014. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em História, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

<sup>541</sup> APM. Mapa Populacional de 1840 da capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra.

<sup>542</sup> Ver árvore genealógica 1.6.

com o administrador da referida fazenda, Eugenio Martins Ferreira<sup>543</sup>. No processo de justificação para legitimação dos herdeiros do referido padre, os filhos afirmam que o pai

em sua vida por tais os reconhecia e tratava pública e particularmente tendo-os em sua companhia, criando-os e educando-os de maneira que os mesmos justificantes sempre foram pelo povo em geral havidos e reputados como filhos do dito falecido padre Francisco Ferreira da Silva sem fama nem rumor em contrário<sup>544</sup>.

A afirmação também se aplicava à filha Joaquina, que sempre a tratou publicamente como filha amando-a, estimando-a e educando-a. A hierarquia da família observa-se na listagem dos moradores no fogo: o chefe Padre Francisco, seguido do administrador da fazenda, Eugênio, e a sua consorte Joaquina, seguidos dos escravos e, no final da listagem, os filhos Páscoa, Joaquim, uma escrava e outros livres. Nesse mapa de população, apenas o chefe é qualificado como branco e os filhos são qualificados de pardos. A publicidade da criação e educação configura-se dentro do conceito de concubinato quer com coabitação ou não<sup>545</sup>.

Entre as mães que tiveram seu filho reconhecido e legitimado, insere-se Josefa Melo. Além do batismo de João Justiniano como filho natural, em 1767, ao lado da ata, há o reconhecimento da paternidade por parte de João Cosme Rebelo Vieira em 1792. O ano do reconhecimento da paternidade corresponde com a matrícula de João na Universidade de Coimbra, quando os dados da mãe desaparecem. Posteriormente, no testamento, João Cosme menciona uma dívida de 107 oitavas e meia e dois vinténs de ouro e uma doação para auxiliar os estudos na Universidade. A dívida correspondia ao valor da morada de casas na rua das Mônicas, onde Josefa, segundo as recomendações do testamento, enquanto vivesse, poderia morar nela. Havia também duas doações, uma de

---

<sup>543</sup> Ver árvore genealógica 1.6.

<sup>544</sup> AHET-II-IPHAN. Justificação de Joaquim Ferreira da Silva. 1852. Caixa 30, fl. 5.

<sup>545</sup> NOLASCO, 2014, p. 180.

212\$000 réis para “João Justiniano filho da (*sic*) Josefa Melo, que hoje se acha, digo, está na Universidade de Coimbra”<sup>546</sup>; a outra doação era para o afilhado José, pardo exposto na casa de Josefa<sup>547</sup>. Entretanto, parece que João Justiniano não é filho de João Cosme, pois não é nomeado como seu herdeiro. Parte dos bens fica para os filhos de seu compadre Felisberto da Silva e a outra parte é a considerada venda fantástica ao mesmo Felisberto. A explicação do reconhecimento da paternidade perpassa por dois vieses: o de relação consensual ou o de ajuda nos estudos do filho. Pelo primeiro viés, é possível pensar que o reconhecimento do filho ocorrerá tardiamente como estreitamento de laços entre os pais. Porém, é muito estranho o pai não nomear o filho como herdeiro e cobrar a dívida da mãe, utilizada nas despesas de envio e manutenção do filho a Coimbra. Destarte, parece que a relação entre João Cosme e Josefa é a de ajudar nos estudos do filho, e a forma encontrada para ingressar na Universidade de Coimbra foi pela paternidade de João Cosme, apagando o seu sangue impuro<sup>548</sup>. Pois então, João Cosme foi o que se denominou na colônia de mestre das primeiras letras<sup>549</sup>. No seu inventário, foram arrolados quatro banquinhos de escola, uma estante velha, alguns livros velhos e um rol de dívidas “do ensino de meninos”<sup>550</sup>. Devido à proximidade de João Cosme com os forros, provavelmente, na referida escola, frequentavam os filhos de livres de cor.

A questão do meretrício das mães fica implícito nas atitudes dos pais que tomaram para si, ou delegaram a terceiros, a criação e educação de seus filhos. Na capela de Nossa Senhora de Nazaré, José Joaquim Alves Pereira, antes de se casar com Francisca

---

<sup>546</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento e inventário do Ajudante João Cosme Rabelo Vieira. Cx. 438.

<sup>547</sup> AEMNSP/SJDR. Livro n. 15 de Registros de Batismos, fl. 110v. No testamento, João Cosme deixou para José, exposto na casa de Josefa Melo, dinheiro para “se ir vestindo a eleição da dita preta Josefa”. AHET-II-IPHAN. Testamento e inventário do Ajudante João Cosme Rabelo Vieira. Cx. 438.

<sup>548</sup> A matrícula dos alunos em Coimbra menciona apenas o nome do pai. In: GARCIA, Rodolfo. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. v. 62, p. 135.

<sup>549</sup> Villalta (1997) alerta também que ocorria a propagação dos mestres das primeiras letras responsáveis por ensinar a ler e escrever àqueles que não poderiam ser enviados a Coimbra.

<sup>550</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento e Inventário do Ajudante João Cosme Rabelo Vieira. Cx. 438.

Vieira Barbosa, teve dois filhos com Rosa Lopes. Até a redação do testamento, em 1796, não tivera mais filhos com a esposa. Então, ele nomeou os filhos naturais como herdeiros e afirmou que os “dois filhos José e Mariana (*sic*) os tenho em poder de minha irmã Maria Pereira, solteira...”<sup>551</sup>. Tempos depois (1825), na mesma capela, Alexandre José Ribeiro, no seu testamento, declara que é solteiro e “por fragilidade humana [tem] uma filha natural [por] nome Silvana Maria de Jesus havida com Joaquina de *tal* mulher branca da terra moradora na aplicação de Piedade...”. A filha, segundo Alexandre, sempre “conservou debaixo do [seu] domínio” e na casa do “capitão Antônio Leitão Ribeiro e sua mulher [...] para a educar por serem pessoas de probidade”<sup>552</sup>.

Da mesma forma que ocorria o enlace, havia a separação de casais. No testamento, Manoel de Almeida Santiago, em 1791, menciona o adultério e separação da esposa Francisca Moreira. O motivo da separação, segundo Manoel de Almeida, foi

por ela cometer adultério em (*sic*) por cuja causa querelei dela e foi pronunciada e até hoje continua em seu adultério vivendo meretrizmente à vista e face de todos como é notório, parindo filhos de todas as cores (*sic*) trazer a mesma escândalo e a injúria que me faz”<sup>553</sup>.

Apesar de Francisca Moreira ser acusada de “parir filhos de todas as cores, batizou apenas dois filhos: Anastácio, em maio 1782, e Maria, em agosto de 1783. As afirmações do marido era para que ela não tivesse direito à herança.

---

<sup>551</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento de José Joaquim Alves Pereira, 1796, Livro de Testamento n° 13, fl. 110v.

<sup>552</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento de Alexandre José Ribeiro, 1825, Livro de Testamento n° 12, fl. 57v.

<sup>553</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Manoel de Almeida Santiago. Livro de Testamento n° 10, fl. 54 v.

### 3.5 Os filhos naturais e a família consanguínea

Ao analisar os testamentos dos livres de cor com filhos naturais, observou-se que a afirmação de Sweet sobre a recusa em se casar para manter as tradições e os costumes das nações africanas estava presente no cotidiano dos livres de cor. Nos fragmentos dos testamentos conjugados com os batismos, foi possível perceber essa assertiva. O primeiro ponto curioso é que esses testamenteiros eram homens, os filhos encontravam sob seu “domínio” e alguns nasceram na condição de escravos. Em 1796, Manoel Teixeira Figueiras reconheceu e nomeou os dois filhos naturais, que tivera com “Ana Martins crioula escrava do falecido João Martins Leal, hoje seu testamenteiro Jose Ferreira”, como seus herdeiros. Para serem herdeiros, tudo indica que ambos eram livres, porém foram batizados como escravos. O primeiro batizado foi o de Felisberto em abril de 1780 e o segundo o de Maria em fevereiro de 1782<sup>554</sup>. O curto espaço entre os batizados demonstra a proximidade do casal, mas a durabilidade do relacionamento desvanece, pois ela permanece escrava e não há mais filhos nos 14 anos entre o último batismo e a morte do pai. Em 1803, Gervásio Pereira Lima, sapateiro, em seu testamento, reconhece e nomeia como herdeiros os filhos forros nascidos na condição de escravos. Ambos são filhos de Mariana, escrava do Reverendo Antônio de Pinho Monteiro, batizados na Matriz do Pilar: o primeiro foi de Francisca em outubro de 1786 e o segundo de Joaquim em dezembro de 1788<sup>555</sup>. Não dá para mensurar a durabilidade da relação do casal, pois, na ocasião da redação do testamento, Mariana já havia falecido.

---

<sup>554</sup> AEMNSP/SJDR. Livro Batismo n. 15 fls. 39v. 2, 1780. Capela de Nossa Senhora de Nazaré. AEMNSP/SJDR. Livro de Batismos n. 15, fl. 140v. 4, 1782. Capela de Nossa Senhora de Nazaré.

<sup>555</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismos, n. 18, fl. 98v. 3, 1786. Matriz de Nossa Senhora do Pilar. AEMNSP/SJDR. Livro de Batismos n. 19, fl. 252. 3, 1788. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

Os últimos casos no quais encontraram-se os registros de batismos foi o de Juliana, filha natural de Manoel Pinto<sup>556</sup>, e o de “Ana, Mina escrava da casa”. No ato do batizado, Juliana ficou forra na pia<sup>557</sup>. Essa condição foi indicada no testamento do pai, habilitando-a como herdeira. A mesma Ana, Mina, escrava, teve mais uma filha, Rosa<sup>558</sup>, também alforriada na pia, provavelmente filha de Manoel, mas que não aparece mais na documentação. As lembranças das nações africanas e as conexões étnicas permeiam essa família, que morava em uma chácara chamada Itaverava nos subúrbios da vila de São João del-Rei, uma vez que Manoel era filho natural de Josefa Pinto, Mina<sup>559</sup>, e de pai incógnito, como consta no seu testamento e no inventário da mãe. Porém, em 1765, Josefa casou-se com Francisco Moreira de Almeida, Mina<sup>560</sup>, batizado na Matriz do Pilar. Por ocasião da redação do seu testamento, Francisco afirma que é viúvo e, do consórcio, teve um filho, também falecido. Então, sua herdeira é a neta Juliana juntamente com Antônia de Sousa. A relação de Francisco com Manoel não se esclarece, se é consanguínea ou uma paternidade étnica. Independente das duas opções, o filho de Josefa é declarado como seu.

As relações desses senhores, Francisco e Josefa, com Ana poderiam ser étnicas por possuírem a mesma origem, pois, no inventário de Josefa Pinto, a maioria dos escravos são crioulos e ficam abaixo de 13 anos; ao todo sete e, acima, apenas quatro, incluindo Ana, Mina, com 40 anos de idade. Isso explicaria a proximidade do filho de Josefa com Ana batizando e alforriando duas crianças na pia. A recusa ao casamento é uma constante, já que, com o decorrer do tempo, a própria Juliana Pinto de Sousa, em junho de 1791, batizou um filho natural, chamado Ângelo, sem mencionar o pai. Essa

---

<sup>556</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Óbitos, Tomo II, 1786-1790. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

<sup>557</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismos n. 13, fl. 366. 3, 1773. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

<sup>558</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismos n. 15, fl. 13. 3, 1779. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

<sup>559</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Josefa Pinto, 1785, cx. 196.

<sup>560</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Óbitos, Tomo II, 1800-804, fls. 158. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

recusa perpassa três gerações da mesma família, mas não de forma definitiva. Os avós se casaram e, em 1817, aos 44 anos, a própria Juliana casou-se com João Manoel Nunes Graça, da freguesia de São Salvador, da cidade de Lisboa. Nesse momento, a possibilidade de ter filhos é mais remota. E, com esse último registro, desaparecem as ligações com o passado africano e fecha-se, assim, o ciclo da família aproximando-a da matriz portuguesa.

A durabilidade do relacionamento sem os laços matrimoniais pode ser observada nas afirmações de Manoel Teixeira da Cunha no seu testamento em 1825. Ele era solteiro e tinha cinco filhos naturais, três com Quitéria de nação ganguela, escrava de sua irmã Teresa Maria Teixeira, e, no momento da redação do testamento, já havia comprado-a. Os outros dois eram Francisca e José, filhos de Mariana Ferreira, parda, e ambos encontravam-se casados e morando nas fazendas do pai. A compra da escrava indica a manutenção do relacionamento “portas adentro”<sup>561</sup>, pois, além de reconhecer os filhos naturais, deixa Quitéria liberta no testamento. Todavia, se era adepto às relações consensuais, uma das cláusulas do seu testamento contradiz, pois lega à escrava Rita, crioula, a liberdade com a condição de “viver e morar com seu marido...”<sup>562</sup>, para imiscuir nas prováveis tradições de Manoel, pois era um entre dez irmãos. Destes, quatro contraíram matrimônio, dois na mesma freguesia e outros na freguesia de Lavras. Já os outros ficaram solteiros. Nessa família, o pai era oriundo da freguesia de Santo André de Lalois, Braga, Portugal, e a mãe possuía ligações com as nações da África. Para além das suas tradições, Manoel teve uma vida longa ao falecer aos 71 anos de idade, possibilitando as mais diversas relações e experiências de família. Nesses enlaces e opções, observa-se que, diante das alternativas em se casar ou se manter solteiro, permanecem alguns resquícios de lembranças das tradições amalgamadas numa realidade complexa marcada

---

<sup>561</sup> “Mulheres nas casas dos homens”. In: TORRES-LONDONO, 1999, p. 96.

<sup>562</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Manoel Teixeira da Cunha. Livro de Testamento n. 32, fl. 27.

pela alteridade das escolhas dos indivíduos inseridos no seu devir. Essas escolhas, baseadas em lembranças ou tradições, são mescladas e marcadas pela busca da sobrevivência em condições adversas. Essa busca também se estabelece nas relações mercantis, que “era[m] o *locus* de trocas, de aprendizados e de sociabilidades, perfeito crisol de misturas...”, uma vez que “os mercados não apenas eram parte essencial das sociedades ibero-americanas, mas se confundiam com elas, com a vida e com o trabalho de suas populações”. As relações mercantis e econômicas foram importantes para gerar a “conexão entre o *locus* e o *orbis*”. Essa conexão permitiu “circular, em larga escala, objetos os mais variados, conhecimentos, técnicas, práticas, crenças, representações e discursos, que foram também apropriados e ressignificados, assim como fomentou a constituição de novas formas de viver e de pensar”<sup>563</sup>. Situação que se aplica na definição de filhos ilegítimos, que são amparados, educados e mantidos sob o “domínio do pai” ou então educados dentro da linha matrilinear.

Entre as mulheres que tiveram seus filhos ilegítimos, delas têm-se apenas os batismos indicando para uma possível linha matrilinear. Do total de batismos dos filhos dessas mulheres, pouquíssimas deixaram mais registros. É preciso considerar que, dentre muitas mães livres de cor que tiveram seus filhos no cativeiro, a primeira empregada era adquirir a liberdade para si e para os seus filhos. Muitas mães livres de cor, como Vitoria da Silva de Miranda, em 1794, na vila de São João del-Rei, que deixava “uma quarta de ouro para a liberdade do filho Manoel”<sup>564</sup>, buscou a liberdade da prole. Em alguns casos, os filhos são concebidos no *status* de livre, como o de Maria Cardoso da Silva, em 1779, que tinha uma filha natural, mas que “a concebeu depois de já ser liberta”<sup>565</sup>. Afora os

---

<sup>563</sup> PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: Uma história lexical da Ibero-américa entre os séculos XVI e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 35.

<sup>564</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Óbitos, Tomo IV, 1792-1796, fl. 468v. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

<sup>565</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de Maria Cardoso da Silva. Cx. 354. fl. 06.

registros de batismos e alguns fragmentos dos testamentos, a questão matrilinear parece difusa; porém, ao juntar os fragmentos da vida dessas mães, como Germana Nunes Maurícia e Isabel Maria da Silva, descortina-se o papel das matriarcas organizando e chefiando seus fogos.

A história de Germana Nunes Maurícia, na vila de Pilar de São João del-Rei, se enquadraria apenas em seis filhos expostos<sup>566</sup> ou passaria despercebida se não houvesse bens para inventariar. Todavia, pelos fragmentos do inventário e outros relatos, Germana é uma matriarca. Antes de abordar a saga de Germana, é necessário salientar que os motivos da exposição das crianças no Brasil perpassam pela pobreza, doenças dos pais e ilegitimidade<sup>567</sup>, a fim de preservar a imagem da família e da mãe. As crianças expostas oficialmente não sabiam o nome de seus progenitores e nem eram mencionadas as qualidades delas e raras exceções foram percebidas nos registros de batismo na freguesia do Pilar. No registro de batismo de 12 expostos, foi mencionada a sua qualidade e em um exposta sua condição. Em 1787, o inocente Manoel, crioulo, escravo, na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, foi exposto a Manoel Ferreira Caneca (Carneiro), preto forro. No registro de batismo, não consta se o exposto foi reclamado pelo proprietário. O mesmo Manoel, quatro anos depois, recebeu Mariana exposta em sua casa. Na freguesia de Aiuruoca, foram batizados 332 expostos e, destes, apenas nove ficaram com pessoas livres de cor. Já na freguesia de Baependi, foram expostas 491 crianças; destas, sete são qualificadas como pardas e somente um livre de cor, Luis Saraiva, recebeu um exposto.

---

<sup>566</sup> Entre 1770 e 1850, na freguesia de São João del-Rei, foram expostas 2.027 crianças. BRÜGGER, 2007. Na freguesia de Aiuruoca, foram expostas 251 crianças e, na freguesia de Baependi, 477 crianças.

<sup>567</sup> BARCELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001. p. 201; A exposição ocorria quando “a pobreza estaria na origem dos enfeitamentos, mas nem toda pobreza levava à exposição. Isto ocorria quando a ela se associava uma ‘crise familiar’, nos casos mais graves, ligada à morte de um dos progenitores, mas que também podia relacionar-se a outros problemas, como, por exemplo, doenças dos pais ou das crianças” (BRÜGGER, 2007, p. 201).

Na freguesia do Pilar, 279 crianças expostas foram criadas por livres de cor. Em análise abrangente da sociedade são-joanense, Silvia Brügger aponta que o sexo daqueles que recebiam as crianças enjeitadas eram na mesma proporção. Entretanto, ao separá-los pelo sexo, percebe-se que as mulheres livres de cor receberam mais expostos, com um total de 206 crianças, e os homens de cor receberam 66 crianças. Os enjeitados eram 127 meninos e 146 meninas. Essa amostragem aproxima-se do panorama encontrado em Sorocaba e nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e Salvador<sup>568</sup>. Ao pensar sobre o sexo dessas crianças, observa-se que os homens livres de cor receberam a mesma quantidade de meninas e de meninos, que foi 33. Já as mulheres livres de cor receberam para criar 113 meninas e 94 meninos. Na freguesia de Aiuruoca, dos nove expostos, somente dois eram do sexo masculino.

Na vila de São João del-Rei, a roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia foi criada em 1832, a partir de um contrato entre a Câmara Municipal e a Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia. Esta ficaria responsável por receber os expostos, criá-los e dar-lhes o tratamento médico “de acordo com as posturas da Câmara, que continuava com o encargo financeiro”. Anteriormente a esse contrato, além do encargo financeiro, o Senado recolhia e dava a criar os expostos, pois o Senado da Câmara

mensalmente pagava uma pensão a um responsável para tratar das crianças até a idade de sete anos. Os pagamentos eram aprovados nas sessões de vereança, registrados nos livros de matrículas de expostos e revista mensal e, posteriormente, anotados nos livros de receita e despesa da câmara. As revistas eram visitas realizadas para fiscalizar-se a situação da criança<sup>569</sup>.

---

<sup>568</sup> BARCELLAR, 2001, p. 200-201.

<sup>569</sup> SILVA, Cláudia Resende. *Senado da Câmara da vila de São João del-Rei: da administração colonial à pesquisa histórica*. 2000 (Mestre em Ciência da Informação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. p. 125.

As crianças eram entregues ao procurador do Senado da Câmara e largadas nas portas das casas e nos caminhos. A primeira e a segunda formas eram consideradas como o abandono civilizado e a terceira como abandono selvagem<sup>570</sup>, em que o recém-nascido poderia morrer. Entre os expostos aos livres de cor na freguesia do Pilar, 21 foram entregues ao procurador do Senado ou deixados na casa de terceiros e dados a criar pela Câmara a três homens e 18 mulheres. O restante não menciona como as crianças chegaram aos lares dos homens livres de cor, porém aqueles que os criavam receberiam uma pensão para prover os cuidados aos enjeitados.

A partir do esclarecimento sobre a exposição de crianças, volta-se à saga de Germana Nunes Maurícia, que expôs oito filhos, sendo quatro a si mesma. No seu inventário em 1845, os seus seis filhos, para habilitarem como herdeiros, conseqüentemente filhos naturais, entram com uma petição na qual desvelam a história da mãe. Os pais de Germana eram de Ouro Preto, José Felix de Magalhaes e Leonor Maria Martins. A sua mãe, como consta no óbito, era livre de cor. Na história narrada pelos filhos de Germana, o avô havia falecido há muito tempo, e a avó e as duas filhas, Teresa e Germana, moravam com Bernarda Graciana Magalhães, casada com o Tenente General Jose Coelho Mendes. No censo de 1831, no fogo do tenente, todos são qualificados como brancos. Além do casal e filhos, há três senhoras: Ana Coelha, 62 anos, Leonor, 52 anos e Teresa, 52 anos, que, respectivamente, parecem ser a mãe do tenente, a mãe de Bernarda e a irmã. A idade listada de Leonor pode estar errada, uma vez que no óbito, dez anos depois, constava com 90 anos e livre de cor, e como não é listada no fogo de Germana, provavelmente morava com Bernarda. No domicílio de Bernarda Graciana Magalhaes, a família se organizou na vila de São João del-Rei. Foi na companhia da irmã que Germana, aos 17 anos, vivendo com “todo recato, aconteceu de ficar grávida”. Segundo a madrinha,

---

<sup>570</sup> VENANCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999. p. 23.

do primeiro filho, Francisco, D. Genoveva Maximiana das Dores, assim que ele nasceu, foi exposto por suas mãos na casa do Tenente Francisco Correa Nunes, onde ela morava. Na casa deste, foram expostas mais duas meninas: Maria Clementina e Elisa Francelina. Na casa de Maria Gonçalves Josefina e na casa da própria mãe, foram expostos: João, José, Eulina e Antônio. A própria Germana contatou cada um dos padrinhos, a casa escolhida para exposição, a pessoa para levar a criança, encarregou-se de providenciar “os enxovais para os ditos seus [...] filhos” e a ama de leite Joana Maria da Conceição, crioula livre, para cuidar deles. Porém, antes do nascimento de Josefina, em 1823, Germana mudou-se para sua casa na rua do Curral. Em 1831, foi qualificada como branca, possuía um fogo independente e com seus filhos, sem escravas.

A opção de Germana para expor seus filhos perpassa pelo viés social devido ao destaque político do Tenente Coronel Jose Coelho Mendes<sup>571</sup>, cunhado na vila onde morava nas imediações da Igreja do Carmo. Tudo indica que, mesmo morando com a irmã, Germana desenvolvia alguma atividade econômica, o que lhe possibilitou adquirir uma casa e duas escravas. Entre os bens arrolados no inventário de Germana, havia também uma segunda “casa baixa nos fundos da acima descritas com frente para a praia e com uma pequena cozinha e pátio”, provavelmente utilizadas por suas escravas para a produção, pois, entre seus bens, possuía dois tachos de cobre e duas bacias de arame de fazer amêndoas. A partir da sua “agência e indústria”, conseguiu amealhar um montemor de 3:317\$000 e, “morando só e administrando sua casa, recolheu para sua companhia

---

<sup>571</sup> Em 1831, José Coelho Mendes era vereador. No período, participou e apoiou com os demais vereadores o Presidente da Província Manuel Inácio de Melo e Sousa, que se estabeleceu em São João del-Rei até o fim da sedição militar em Ouro Preto. Com o reestabelecimento da ordem, a Câmara de São João del-Rei construiu o Chafariz da Legalidade em 1833. Em 1843, o tenente foi absolvido por ter participado da Revolução Liberal de 1842. O neto do casal (Bernarda e José Coelho), Carlos Tomás de Magalhães Gomes, formou-se em Medicina, era professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto e foi por duas vezes deputado na Assembleia Legislativa Provincial pelo Partido Liberal. In: CINTRA, 1982, v. 1, p. 140; 421, 527-528. VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942. p. 100-105.

todos [...]”<sup>572</sup> os seus filhos reconhecendo-os como naturais. Para além do fato de uma mulher só, Germana era uma matriarca que estabeleceu uma rede de relações entre seus compadres para receberem e criarem seus filhos como expostos até que adquirisse seu domicílio para recebê-los.

As mulheres que viviam só<sup>573</sup> estabeleceram várias estratégias para sobreviver e criar seus filhos. Nessa situação, insere-se Isabel Maria da Silva, uma matriarca livre de cor na vila de Santa Maria de Baependi. Isabel era filha natural de Maria Joaquina Felizarda, falecida em 1808. No seu óbito, consta que era branca, porém foi enterrada na “Capela das Mercês dos crioulos” da vila de São João del-Rei<sup>574</sup>. Isabel migrou com os três filhos naturais, Teotônio, Maria e Francisca, para a recém-criada vila de Baependi, talvez depois do óbito de sua mãe, pois não há uma data precisa da mudança<sup>575</sup>. Os filhos são mencionados no testamento como seus herdeiros. O único batismo localizado foi o de Teotônio<sup>576</sup>, em 1803, cuja madrinha era sua avó Maria Joaquina Felizarda. Como foi observado na escolha dos padrinhos, na maioria das vezes, os avós apadrinhavam o filho primogênito. Assim, as duas filhas, Maria e Francisca, nasceram posteriormente a Teotônio. Essa prerrogativa se confirma quando Francisca, em entrevista ao médico Henrique Monat e no seu testamento, afirmou que nasceu em São João del-Rei em 1808<sup>577</sup>, e não na capela de Santo Antônio do Rio das Mortes<sup>578</sup>.

Em Baependi, por sua agência e indústria, mãe e filhos amealharam bens suficientes para adquirirem uma casa e uma engenhoca de moer cana. No seu testamento, Isabel assevera que “uma caixa grande que existe em minha casa pertence à minha filha

---

<sup>572</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Germana Nunes Maurícia. Cx. 404.

<sup>573</sup> FARIA, 2005.

<sup>574</sup> Óbito de Maria Joaquina Felizarda. Livro Óbitos 1808, Out-1811, Jun. Imagem 39. Disponível em: <<https://www.familysearch.org>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

<sup>575</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Óbitos 1841-1869, fl. 4v. Testamento de Isabel Maria da Silva.

<sup>576</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismos n. 24, fl. 494, 1703. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

<sup>577</sup> MONAT, Henrique. *Caxambu*. Rio de Janeiro: Luís Macedo, 1894, p. 139.

<sup>578</sup> O registro de batismo utilizado no processo de canonização é de Francisca, 1810, filha de Isabel Maria. Passarelli, 2013. p. 149.

Francisca por ter sido por ela comprada com dinheiro do seu trabalho”<sup>579</sup>. A história de Isabel passaria despercebida se os dois filhos não se destacassem na sociedade oitocentista de Baependi. Teotônio Pereira do Amaral transformou-se em comerciante, participou da Guarda Nacional, foi juiz de paz e vereador e amealhou uma riqueza de 23:753\$000. Desse monte, 14:688\$346 ficaram para a irmã solteira Francisca, que morava na casa que a mãe havia adquirido. Para a irmã Maria, Teotônio deixou uma doação para ser entregue no lugar chamado Paiol da freguesia de Aiuruoca.

Já Francisca Paula de Jesus (Nhá Chica), como afirma Monat, “é uma celebridade em todo o sul de Minas”. Ficou conhecida na região por aconselhar as pessoas, por orar e conversar com Nossa Senhora da Conceição, “pela predição do resultado de uma empresa ou socorro material”<sup>580</sup>. Antes de receber a herança do irmão, Francisca vivia da sua agência e indústria, e, somente depois que se tornou herdeira, dedicou parte da fortuna para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição ao lado da sua casa na rua das Cavalhadas. Assim, como Chica da Silva<sup>581</sup>, essa Francisca tinha a necessidade de construir uma capela onde pudesse frequentar sem pertencer a nenhuma irmandade e ter seu lugar de honra aos pés de seu orago sem dividi-lo com a população considerada de limpo nascimento.

Para o médico Monat, Nhá Chica “não é feiticeira que magnetiza os passarinhos e cura bicheira, também não é curandeira que faz milagre no tratamento das doenças”. Observa que “não cultiva a magia, a feitiçaria, a quiromancia, o esoterismo, as ciências ocultas, o magnetismo e nem o hipnotismo”. No decorrer da entrevista, o médico transcreve a afirmação do pároco de que ela é apenas “uma pobre mulher analfabeta, uma

---

<sup>579</sup> AED/CAMPANHA. Livro de Óbitos 1841-1869, fl. 4v. Testamento de Isabel Maria da Silva.

<sup>580</sup> MONAT, 1894, p. 138.

<sup>581</sup> FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador de diamantes – o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

serva de Deus cheia de fé”<sup>582</sup>. A partir dessa assertiva, afirma: “não corre, pois, riscos de ser queimada viva”. Essa afirmação nos remete ao Tribunal do Santo Ofício e, conseqüentemente, à Rosa Egipcíaca. A própria Francisca, no seu testamento, menciona a Egipcíaca e afirma que era “filha natural da falecida Isabel Maria Egipcíaca”<sup>583</sup>. Todavia, sabe-se que sua mãe era Isabel Maria Silva. Assim, a linha matriarcal escolhida por Nhá Chica pode ser Santa Maria Egipcíaca ou Rosa Egipcíaca<sup>584</sup>, porém as duas têm em comum o passado de prostituição e da ascese. Ao partir da ligação com as raízes africanas, as notícias que circulavam entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais<sup>585</sup> e o episódio da prisão em São João del-Rei<sup>586</sup>, acredita-se que a Egipcíaca mencionada por Nhá Chica seja Rosa. Na época em que viveu, era considerada “*a maior santa do céu*, a quem brancos, mulatos e negros, inclusive toda a família de seu ex-senhor e respeitáveis sacerdotes, adoravam de joelhos, beijando-lhe os pés, venerando suas relíquias, intitulado-a *a flor do Rio de Janeiro*”<sup>587</sup>.

A história da Rosa Egipcíaca, natural da Costa, nação courana, inicia-se com sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1725 como escrava ainda criança. Aos 14 anos, o seu senhor, “após desonestá-la e tratar torpemente com ela”, vendeu-a para as Minas Gerais, precisamente em Vila Rica. Nesta, foi comprada pelos pais do Frei José de Santa Rita Durão e, numa escravaria com 77 escravos, onde tinha por ofício a prostituição, segundo suas palavras, vivia “a se desonestar vivendo como meretriz”. Aos 30 anos, após uma doença, adotou uma vida beata, na qual ao mesmo tempo afirmava estar possuída pelo

---

<sup>582</sup> MONAT, 1894, p. 139.

<sup>583</sup> PASSARELLI, 2013, p. 149.

<sup>584</sup> MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. \_\_\_\_\_. *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial. Caderno Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 2005. Ano 3, n. 38. p. 1-20.

<sup>585</sup> NASCIMENTO, Helvécio P. *Minas Gerais e o processo de independência do Brasil: as articulações políticas dos camaristas e padres nas vilas mineiras (1821-1824)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 174-203.

<sup>586</sup> A prisão de Rosa ocorreu na matriz do Pilar de São João del-Rei quando interrompeu “a pregação de um missionário capuchinho, gritando que ela era o próprio satanás ali presente”. MOTT, 2005, p. 1-20.

<sup>587</sup> MOTT, 2005, p. 1-20.

satanás e ter visões nas quais Nossa Senhora da Conceição lhe falava e ouvia “diversos coros de anjos que lhe ensinaram algumas orações, recebendo até a revelação de uma fonte de água milagrosa ao pé de uma montanha, onde devia ser construída uma igreja em honra de Senhora Santana”<sup>588</sup>. O bispo de Mariana e uma junta teológica a consideraram uma feiticeira. Por isso, em 1751 fugiu para o Rio de Janeiro com seu senhor Padre Francisco Gonçalves Lopes, onde construiu “o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto”, que recebia predominantemente mulheres negras e mestiças. Em 1763, Rosa e seu senhor, capelão do recolhimento, foram denunciados ao Tribunal da Inquisição por suas práticas sincréticas religiosas afro-católico-brasileiras e enviada para os cárceres do Santo Ofício em Lisboa.

As biografias dessas santas que tinham visões com Nossa Senhora da Conceição se aproximam. As informações sobre Francisca surgem a partir do testamento do irmão e da entrevista com Monat, o que podem indicar um passado semelhante com a vida das duas Egipcíacas, ou, então, apenas com a ascese e a ancestralidade africana de Rosa, pois, segundo Nhá Chica, ela não era sibila e nunca fez milagres, apenas rezava a “Nossa Senhora, que me ouve e me responde; e por isso que posso responder com acerto, quando me consultam, e afirmar o que digo”<sup>589</sup>. Além da ascese, a outra semelhança entre Rosa e Francisca era o rigor moral, pois a primeira fora denunciada ao Santo Ofício por “ter ralhado com alguns sacerdotes que davam mau exemplo conversando na igreja durante as cerimônias sacras, [...] sobretudo após ter retirado à força da igreja de Santo Antônio uma senhora da sociedade que se comportava com menos compostura”<sup>590</sup>. Já a segunda também não atendia às pessoas que demonstrassem falta de respeito à sua pessoa, como o

---

<sup>588</sup> MOTT, 2005, p. 1-20.

<sup>589</sup> MONAT, 1894, p. 140.

<sup>590</sup> MOTT, 1993, p. 1-750.

grupo de moças [que] foi consultá-la: não tinham acabado de formular a primeira pergunta, começaram as risadinhas, os cochichos, os empurrõezinhos. Nhá Chica, em tom solene, mas sem zangar-se, respondeu: - ‘Quem não tem educação e não teme a Deus, nada deve esperar’ e indicou o caminho da rua<sup>591</sup>.

Não se sabe muito sobre a vida de Francisca, bem como de sua mãe Isabel na vila de Baependi, apenas que viviam de sua agência e indústria e separadas de Teotônio. Assim, a escolha da linha matriarcal de Francisca é uma incógnita, porém a eleição pelo sobrenome Egipiciáca nos remete a Rosa e seu passado sincrético. As semelhanças dos rituais e da biografia de Nhá Chica podem ter sido diluídas nos relatos dos seus feitos e nos resquícios das lembranças africanas mascaradas pelo ritual católico. Diferentemente de Rosa, Nhá Chica foi beatificada<sup>592</sup> e Baependi hoje é conhecida por ser a cidade que abrigou a santa de origens africanas, e não a vila criada dentro do marquesado dos Nogueira do Ó.

### **3.6 A família por afinidade dos livres de cor: solteiros sem filhos**

Os testamentos e inventários dos livres de cor para a freguesia do Pilar são 232; destes, 138 de casados e 87 de solteiros. Nesse universo, 55 não tiveram filhos e nem parentes ascendentes (pais) e descendentes (filhos) e colaterais (irmãos, se parentes até o quarto grau de consanguinidade), por isso nomearam outras pessoas como seus herdeiros.

---

<sup>591</sup> MONAT, 1894, p. 139.

<sup>592</sup> Em todo o processo de beatificação e biografias, a mãe de Nhá Chica é apresentada como escrava. Porém, a partir do seu testamento, pode-se observar que ela e seus irmãos nasceram no *status* de livres. O seu batizado também pode ser ou não o da capela de Santo Antônio do Rio das Mortes e que o seu provável padrinho pode ter sido Ângelo Alves, o mesmo mencionado por Saint-Hilaire em *Viagens à nascente do Rio São Francisco*. In: GAIO SOBRINHO, Antônio. *São João del-Rei: Contexto histórico-religioso*. Santo Antônio do Rio das Mortes. Nascimento de nhá Chica. Anais I.

Na ausência de herdeiros, o Estado procedia o leilão, pagava as dívidas e ficava com o restante dos bens. Esse sistema de herança no Brasil era regido pelas leis do Reino. No período após a emancipação, as regras continuaram as mesmas. Nesse sistema, os consortes eram “meeiros, e não herdeiros um do outro, na condição de ter havido um casamento por *carta a metade*, conforme palavras da época”<sup>593</sup>. Assim, o monte-mor era dividido em três partes sendo uma para os filhos, a outra para o cônjuge e a terceira para o testador, que podia dispor da forma que quisesse. Entretanto, se a pessoa possuía bens para serem inventariados e falecesse sem herdeiro e sem testamento, “abria-se o inventário e o valor do patrimônio era direcionado para o juizado dos defuntos e ausentes”<sup>594</sup>. Diante dessa possibilidade, os solteiros e casais livres de cor fizeram seu testamento para garantir que os bens não ficassem com o Estado, mas com aqueles que partilhavam o cotidiano na confraria de sua eleição, na labuta no fogo, no apoio nas enfermidades, na luta pela liberdade e na partilha de lembranças da terra natal.

## Quadro 2

Testamentos e Inventários dos livres de cor, freguesia do Pilar, 1770-1860

Casais com filhos	76	Solteiro com filhos	32
Casais sem filhos	62	Solteiro sem filhos	55
Filho natural de um dos cônjuges	7		
Total	145		85

Fonte: AHET-II-IPHAN. Testamentos e inventários dos livres de cor na freguesia do Pilar, 1750-1850.

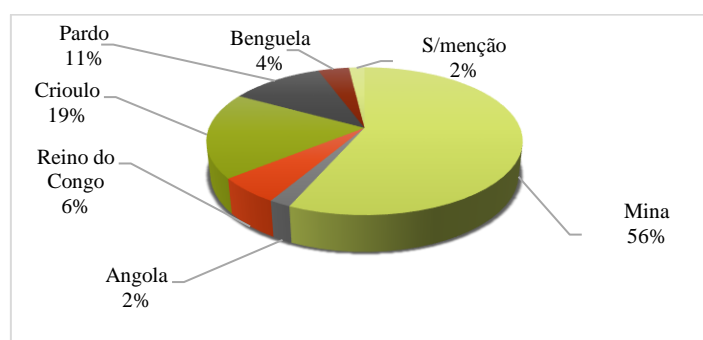
<sup>593</sup> FARIA, 2005, p.177.

<sup>594</sup> FARIA, Sheila de Castro. SINHÁS PRETAS: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX). SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H. M.; FRAGOSO, João (Org.). *Ensaio sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001. p. 289-329.

Dentre os testadores que nomearam seus herdeiros para os bens adquiridos por sua agência e indústria, apenas dois tiveram seus bens leiloados em praça, para pagar os gastos com o funeral e com os legados. Diante dessa perspectiva, pode-se pensar nas relações que levaram à escolha de cada um dos beneficiados. Para tal, o primeiro aspecto que chama atenção é que, isolando suas qualidades e separando-os pela autodescrição, observa-se que a maioria dos solteiros era oriunda da Costa da Mina, seguidos do Reino do Congo, da Angola, da Benguela e, por último, os nascidos no Brasil, em segunda e terceira gerações.

### Gráfico 18

Qualidade dos testamenteiros solteiros, freguesia do Pilar, 1770-1860



Fonte: AHET-II-IPHAN. Testamentos e inventários dos livres de cor, freguesia do Pilar, 1770-1860.

As lembranças da família de linhagem podem estar mais vivas nesse grupo pela proximidade com seus ancestrais e pela possibilidade de os parentes consanguíneos compartilharem a apreensão na África e a travessia no Atlântico e partilharem do mesmo destino para a Comarca do Rio das Mortes. Ao ditar seu testamento em 1774, Joana Lopes Guerra afirma que seu herdeiro nas duas partes é seu “irmão José Caetano, preto forro, morador nesta dita vila por certamente ser meu irmão carnal somente por parte de pai”<sup>595</sup>. Na tentativa de localizar o irmão de Joana, voltou-se o olhar para o sobrenome Lopes

<sup>595</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de Joana Lopes Guerra, 1774. Vila de São João del-Rei.

Guerra. Foi possível descobrir que Mariana Lopes Guerra, nas décadas de 1730 a 1750, batizou vários escravos adultos. Em meio a estes, tem-se o batizado de uma Joana, mas o nome José Caetano não foi localizado, pois há vários Josés que poderiam ser o irmão de Joana Lopes. Entretanto, é preciso considerar que muitos escravos chegavam crianças à América portuguesa, como alega Maria do Rosário no seu testamento: “declaro que sou natural da Costa da Mina de onde vim pequena para esta terra e não tenho herdeiros alguns ascendentes ou descendentes [...] porque todos ficaram na minha Pátria na gentildade...”<sup>596</sup>. Os irmãos Joana e José podem ter vindo ainda criança para a vila de São João del-Rei, conquistaram sua liberdade e mantiveram os laços familiares. Porém, os laços familiares de Joana ultrapassaram os vínculos consanguíneos, pois a terça parte de seus bens foi distribuída em missas pela sua alma, para sua afilhada e aos pobres recolhidos na vila. Além de Joana, José Dias de Sá, preto Mina da Costa da Guiné, também deixou uma parte de seus bens para seu sobrinho Agostinho Pinto, Mina, que se encontrava em Vila Rica, outra para “um menino crioulo preto chamado Justino filho de uma preta Mina forra chamada Floriana”<sup>597</sup> e a outra em missas para sua alma.

Os testamentos trazem à tona um emaranhado de lembranças e relações descortinando os laços familiares pela linhagem, pelo parentesco espiritual, pela afinidade e pela afetividade na escolha do herdeiro e nas diversas doações. Os herdeiros, na maioria dos casos, são os testamenteiros, primeiramente nomeados para administrar os bens e concretizar todas as solicitações desde o sepultamento, as missas, os legados, o pagamento das dívidas e as alforrias (maioria no sistema de quartamento). Esses herdeiros, quase sempre, eram aqueles que apoiavam o testador na sua enfermidade, cuidando e sustentando-os. Eram, de fato, a sua família, pois, na maioria dos casos, havia

---

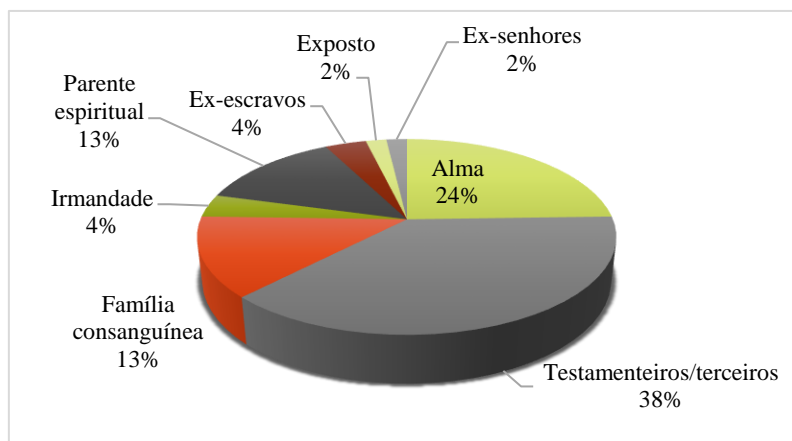
<sup>596</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de Maria do Rosário, 1779. Cx.25.

<sup>597</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de José Dias de Sá, 1804, cx. 224.

a menção de que “havia criado”, “o muito amor que lhes tenho”<sup>598</sup>, por “ser cria da minha casa” ou “em atenção à caridade com que me tem tratado na presente enfermidade que padeço”<sup>599</sup>.

### Gráfico 19

Herdeiros dos livres de cor solteiros, freguesia do Pilar, 1770-1860



Fonte: AHET-II-IPHAN. Testamentos e inventários dos livres de cor na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, 1750-1850.

As relações desveladas pelo testamento, mesmo tendo uma estrutura comum, deixam transparecer as características de uma família que é muito mais que “uma ‘família’ possível – uma ‘família’ de mulheres escravas, ex-escravas e suas ‘crias’”<sup>600</sup>, pois os homens solteiros também constituíram sua parentela afetiva ou espiritual. Entre as mulheres, os testamenteiros/herdeiros, alguns são “cria de sua casa”, mas não é regra, porque, em muitos casos, há várias doações e alforrias de alguns escravos.

Entre as mulheres que nomearam suas crias como testamenteiro/herdeiro, insere-se o testamento de Ana Maria da Silva, natural da Costa da Mina, em 1807. A primeira informação é que Ana mora no arraial de Nossa Senhora da Conceição da Barra

<sup>598</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Josefa Nunes de Carvalho, 1777. Livro de Testamento n. 2, fl. 120v.

<sup>599</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Ana Gonçalves Chaves, cx. 56.

<sup>600</sup> FARIA, 2001, p. 289-329.

e o seu primeiro testamenteiro, Francisco da Silva, era crioulo e “se acha [na] minha casa”. Com o desenrolar do testamento, são reveladas as relações entre a testadora e o testamenteiro. A segunda informação é que, além de testamenteiro, Francisco guardava cento e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e oito réis, demonstrando a confiança e proximidade de ambos. Antes de nomear o herdeiro, Ana elenca algumas cláusulas nas verbas testamentárias. Uma delas é libertar gratuitamente dois escravos, Manoel, crioulo, e Luzia, crioula, que, segundo a testadora, o fazia “pelo amor que lhes tenho de os ter criado”. Posterior a essa cláusula, a testadora deixa a casa e todos os trastes para o primeiro testamenteiro e seus dois irmãos recém-libertos, “para todos três nela morarem como suas”<sup>601</sup>. E nas últimas disposições testamentárias, Ana nomeia o seu primeiro testamenteiro como seu herdeiro. As relações ultrapassam o *status* de senhora e escravos. São sua família na produção dos bens, nas relações de apoio e no cuidado em ampará-los, deixando como herança a casa para os irmãos viverem juntos.

Entre os homens que escolheram seus testamenteiros como herdeiros, têm-se Antônio José, da Costa da Guiné, Antônio benguela, Manoel Cabo Verde, da Costa da Guiné, e Francisco de São José, de nação benguela. O elo entre esses homens é o proprietário em comum, o licenciado Antônio de São José, que, ao falecer, deixou-os forros gratuitamente, assinalando nos testamentos como “esmola”. Além de solteiros, os três primeiros nomeiam seus testamenteiros como herdeiros. Apenas o quarto escolhe como herdeiro Pedro de São José, nação benguela, e, na ausência deste, Joaquim de São José, nação benguela, também ex-escravos do mesmo senhor. Ao buscar informações sobre os testamenteiros, pode-se observar que todos são mencionados pelo menos uma vez nos testamentos como testamenteiros ou como redatores do testamento. As relações

---

<sup>601</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Ana Maria da Silva, 1807. Livro de Testamento n. 16, fl. 66v

de afetividade e confiança giram no mesmo círculo; ou seja, constituídas desde a escravidão e no *status* de livre.

O outro ponto comum nesses testamentos é que, quando possuíam escravos, estes ficam livres gratuitamente ou quartados. Essa situação é típica entre os testadores que nomearam a alma como herdeira, mas antes deixaram vários legados contemplando um número maior de pessoas; conseqüentemente, de relações. Em 1807, na capela de São Gonçalo do Brumado, Antônio Pereira Tostes, nação Mina, deixa para

Januário crioulo filho de Feliciana crioula forra agregada de Manoel José Rodrigues, 15 oitavas de ouro. A Andreza crioula escrava do dito Rodrigues quatro oitavas de ouro. A Luzia crioula escrava de Antônio Luís seis oitavas. A Antônio Tomas filho da dita Feliciana quatro oitavas. A Manoel pardo filho de Escolástica parda escrava que foi de José de Sousa Gonçalves e Francisco filho da mesma e a Ana filha da mesma 14 oitavas de ouro para repartirem entre eles<sup>602</sup>.

Os testadores solteiros que deixaram seus bens para os parentes consanguíneos são os nascidos na América portuguesa, excetuando os dois casos mencionados, que deixaram seus bens aos sobrinhos, irmãos e mãe. Os parentes consanguíneos poderiam viver juntos ou separados. Na primeira situação, insere-se João José Chagas, em 1828, que, por ocasião da redação do seu testamento, vivia “na companhia de duas irmãs Ana Narcisa e Maria Micaela nas casas que herdamos de nossos pais e nunca fizemos partilhas dos pequenos bens que eles nos deixaram por vivermos sempre em [...] e amizade”<sup>603</sup>. A segunda situação pode ser observada no testamento de José Gonçalves, pardo, filho natural de Antônia Maria, batizado na Capela do Pompeu,

---

<sup>602</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Antônio Pereira Tostes. Livro de Testamento n. 16, fl. 87v.

<sup>603</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de João José das Chagas, 1828, cx. 55.

filial da vila Real do Sabará, que nomeou a mãe como herdeira, mas não sabia se estava viva<sup>604</sup>.

Os parentes espirituais são muitos próximos dessa população que não se casou, mas que não ficaram sós e foram amparados nas enfermidades. Estes, quando não nomeados como herdeiros, recebiam vários legados para compor seu dote, comprar a alforria ou então para ajudar no ofício. Em 1778, Maria do Rosário, da Costa da Mina, nomeou herdeira a sua afilhada Maria filha de Manoel Marques e deixou para sua madrinha, mulher de Jacinto Pereira, a bacia de sangrias e o almofariz de bronze<sup>605</sup>.

As formações das famílias ocorriam conforme as relações cotidianas se organizavam. Por exemplo, em 1802, Cipriana Marcelina da Conceição, filha natural de Maria Madalena, nomeou como seus herdeiros a primeira testamenteira, Maria Perpétua da Conceição, e os cinco expostos em sua casa: José, Teresa, João, Francisco e Carlos, “todos de inferior idade e assistentes em minha casa, que partirão esses poucos bens que acharem amigavelmente entre si [...] recompensando-lhes, assim, o grande amor que sempre me tiveram e o muito que socorreram nas minhas necessidades”<sup>606</sup>. Ao voltar a atenção para a exposição de crianças na freguesia do Pilar, observa-se que não apenas mulheres solteiras recebiam essas crianças para criarem, mas também homens solteiros e casais. Nem todas as relações entre o que recebe e a criança exposta evoluem para vínculos afetivos como o de Cipriana.

O isolamento que Saint-Hilaire constatou não existia física, moral e financeiramente. As famílias dos livres de cor souberam se organizar pelos laços consanguíneos, pelos laços de afinidade e pelos de compadrio como se verá no próximo capítulo. Os laços afetivos encurtam as distâncias e permitem que um ofício seja ensinado

---

<sup>604</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de José Gonçalves, 1797. Livro de Testamento n. 13, fl. 194.

<sup>605</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e testamento de Maria do Rosário, 1779, cx. 223.

<sup>606</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Cipriana Marcelina da Conceição, 1814, cx.318.

ao afilhado, ao vizinho e ao compadre, estabelecendo uma rede de relações em que o isolamento inexistente.

## Capítulo 4

### Um fragmento do Mapa de População nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi na década de 1830

o alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, [pessoas] de mim reconhecidas pelos quais trato e dou fé, sendo os mesmos homens naturais destas Minas, nascidos no curato de Nossa Senhora da Piedade freguesia e termo da Vila de São João del-Rei, **que vivem de cultura e criar, e seus negócios de mandarem cargas para a corte do Rio de Janeiro**<sup>607</sup>.

As produções das criações se conduzem para a Capitania do Rio de Janeiro<sup>608</sup>.

“como o suplente pagou [as] dívidas por meio do seu ofício de alfaiate...”<sup>609</sup>.

A família livre de cor do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira se constituía a partir das relações consanguíneas como unidade produtiva de “cultura e criar” e de “seus negócios de mandarem cargas para a Corte do Rio de Janeiro”<sup>610</sup>. Era um fogo no entorno da fazenda Ponte Alta e outros autônomos nas propriedades circunvizinhas, denominadas Serra, Alemão, Porto São Lourenço e Paraíso, com um expressivo número de escravos, com a presença de gado cavalariço, *vacum* e ovinos, e com uma considerável produção de gêneros alimentícios. O chefe do fogo, o alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, e seus filhos foram recenseados nos mapas de população da década de 1830, pertencentes à capela de

---

<sup>607</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Teixeira Carvalho, 1848, cx. 466.

<sup>608</sup> CCF/BAEPENDI, Declaração dos quesitos do distrito de Guapiara de Aiuruoca feito pelo Capitão Joaquim José Braga em 02/09/1825.

<sup>609</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Maria Esméria da Silveira Romana, 1841, cx. 221.

<sup>610</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Teixeira Carvalho, 1848, cx. 466.

Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, termo da vila de São João del-Rei. A família dos Teixeira não é a única, em quase todas as capelas e matrizes deste estudo, que estava no mapa populacional da década de 1830, possibilitando cruzar os registros de batismos com testamentos e inventários. A partir do conjunto de dados, observa-se a consistência das informações dos Juízes Municipais sobre as atividades dos fogos e, nos casos das capelas com mais de um mapa populacional, a transformação social e econômica da família.

A família Teixeira não é a única. Nas outras capelas integrantes das freguesias de Baependi, de Aiuruoca e do Pilar, é possível comparar os mapas populacionais da década de 1830 e completá-los com informações dos inventários e testamentos.

Neste momento, propõe-se, também, fazer uma análise das atividades dessas pessoas, por meio dos inventários e mapas de população, com o intuito de perceber as atividades dessas famílias e sua aproximação ao conceito de domicílio, em que “os fogos conciliavam os papéis de grupo de parentesco e de grupo de trabalho”<sup>611</sup>. A unidade produtiva dos fogos engloba a “totalidad de las relaciones y actividades humanas en la casa, la relación de hombre y mujer, de padres e hijos, de señor de la casa y servi dumbre (esclavos) y el cumplimiento de las respuestas en la economía doméstica y agraria”<sup>612</sup>. Para as Minas Gerais, é preciso considerar uma outra teia de relações produtivas e de ajuda mútua, que são seus vizinhos e compadres, no envio de tropas para a praça mercantil do Rio de Janeiro.

---

<sup>611</sup> RODARTE, 2012, p. 150.

<sup>612</sup> BRUNNER, 1976, p. 93.

#### 4.1 Os mapas populacionais das freguesias de Aiuruoca, de Baependi e do Pilar

As famílias, além de grupo de parentesco nas capelas pertencentes às freguesias em foco, são unidades produtivas. Por meio dos mapas populacionais da década de 1830<sup>613</sup>, pode-se perceber o número de componentes dessa família, o ofício e o número de escravos, o que indica o grau da riqueza dos fogos. O objetivo é comparar os registros de batismos e casamentos e os inventários *post mortem* dos livres de cor com os mapas populacionais e apreender e compreender os laços dessas famílias. Porém, o número de livres de cor recenseados é muito maior do que os inventários selecionados neste trabalho. Antes de adentrar nos domicílios selecionados, ou seja, aqueles fogos onde um dos membros fez testamento ou inventário, dar-se-á uma olhada nos outros domicílios de uma forma geral.

Os chefes dos fogos dos livres de cor nas capelas são, na maioria, homens e casados. Em segundo, estão os chefiados por mulheres (Gráficos 20 e 21). Porém, apenas os fogos circunscritos na vila de São João del-Rei são, na maior parte, de mulheres solteiras. Nas outras capelas, os estados maritais dessas mulheres são de viúvas ou de casadas. A presença de mulheres sós chefiando fogos em São João del-Rei diz respeito à dinâmica mercantil da cidade, que possibilitava os inúmeros ofícios e, como consequência, a manutenção da família consanguínea considerada ilegítima ou por afinidade como lembrança da organização familiar africana.

A destreza dessas mulheres em acumular e produzir bens nos seus fogos já foi ressaltada pela historiografia<sup>614</sup>. A capacidade mercantil desse grupo é atestada pela

---

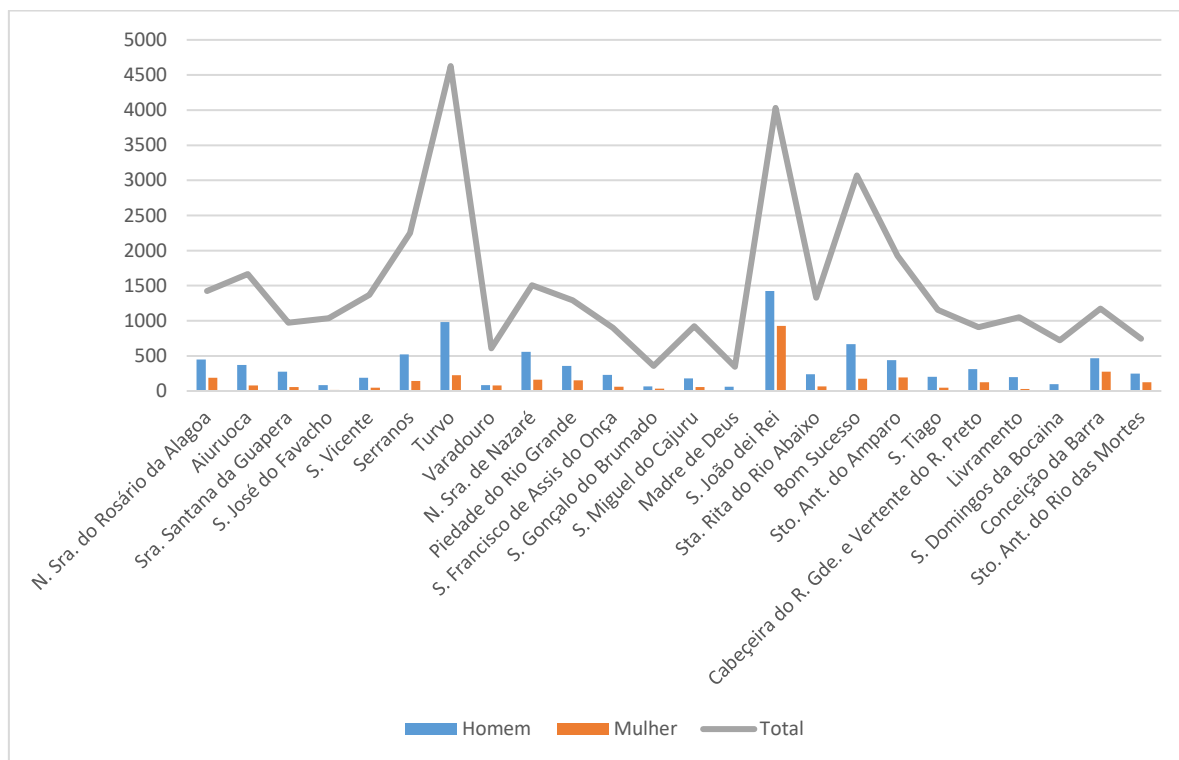
<sup>613</sup> POPLIN. Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>. Acesso em: 20 jan. 2014. Neste trabalho, será utilizado o banco em SPSS para a análise estatística e antroponímica dos indivíduos que chefiavam ou compunham os fogos das freguesias do Pilar e de Aiuruoca. Para a freguesia de Baependi, serão utilizados apenas os dados da capela de São José do Favacho.

<sup>614</sup> FARIA, 2005.

existência de bens amealhados, que necessitam serem testados ou inventariados, a fim de oficializar os legados para a prole consanguínea e espiritual.

**Gráfico 20**

Chefe livre de cor segundo o sexo, capelas das freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pilar, década de 1830



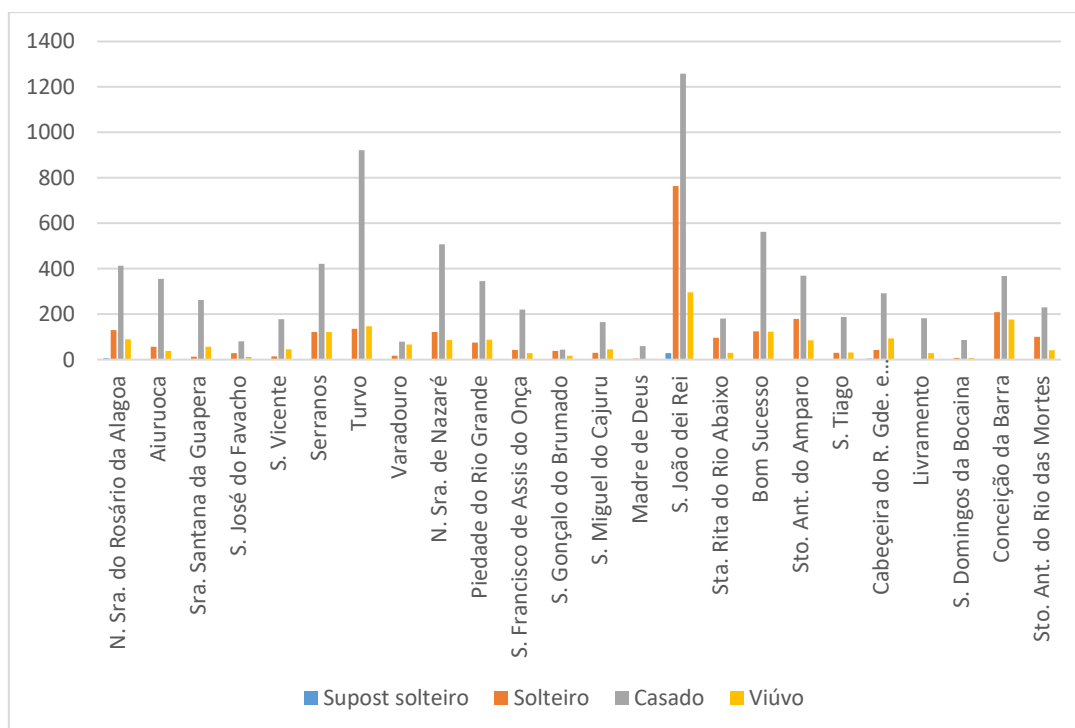
Fonte: Mapa Populacional da década de 1830, capelas das freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi (CEDEPLAR).

Destarte, ao analisar os livres de cor casados e solteiros, nota-se o alto índice de casamento em todas as capelas. O ato de casar, além da legalização da prole e da observância do sacramento, era também uma forma de unir forças e de se conectar a novas redes que possibilitassem a sobrevivência, a manutenção do *status* de livre e a ascensão social. Para além dos laços familiares adquiridos com outras famílias, a maioria das mulheres, com seus afazeres, atuava junto com seus maridos na produção. A partir da profissão mencionada nas listas nominativas, tem-se uma perspectiva dos ofícios do chefe

e de sua consorte. No caso de um ofício específico, a esposa complementava com o seu trabalho, como o casal Malaquias José, pedreiro, e sua esposa, fiadeira, na Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Serranos<sup>615</sup>.

**Gráfico 21**

Estado marital dos chefes, capelas das freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pilar, década de 1830



Fonte: Mapa Populacional da década de 1830, capelas das freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi (CEDEPLAR).

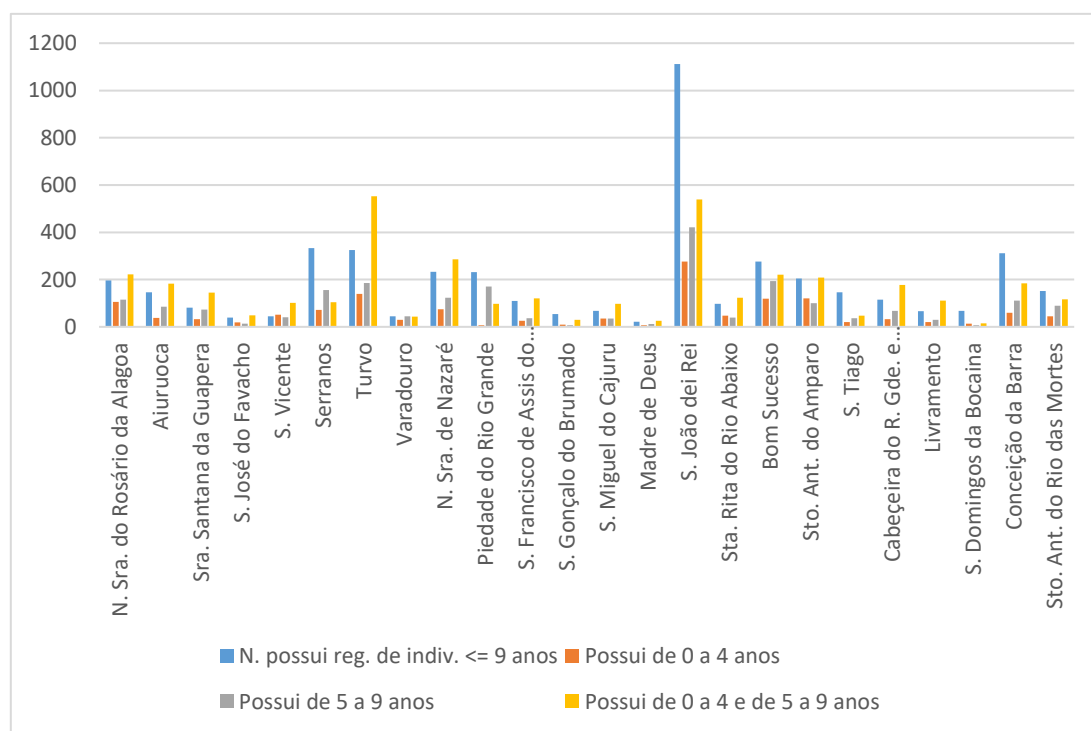
As listas nominativas da década de 1830 demonstram, como nos registros de batismos e casamentos, que, para além dos outros arranjos familiares, o sistema que persiste é o casamento. No estado marital dos livres de cor (Gráfico 21), há a predominância dos casados. O outro dado que complementa este é a presença de crianças nos fogos, apontando para o crescimento populacional com novos casamentos ou arranjos

<sup>615</sup> Mapa Populacional de Serranos, 1831. Disponível em: <oplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=10108>. Acesso em: 21 nov. 2013.

familiares. Concomitantemente a esses dados para a freguesia do Pilar e de Baependi, há, também, um crescimento dos batismos para todas as capelas. A maioria das famílias era constituída em torno da produção de subsistência e da venda dos excedentes para o mercado local ou para a praça mercantil do Rio de Janeiro. A maior parte dos chefes livres de cor dos domicílios das duas freguesias não possuíam escravos (Gráfico 22 e 23). Isso possibilita inferir que a produção de gêneros de subsistência e as atividades de negociar e de tropeiro cabiam ao chefe do domicílio ou aos seus filhos.

### Gráfico 22

Crianças nos domicílios, capelas das freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pilar, década de 1830



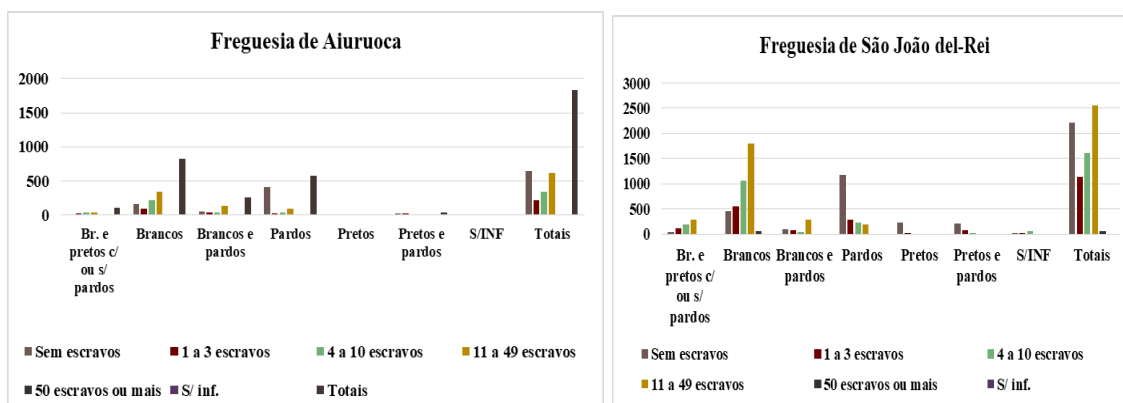
Fonte: Mapa Populacional da década de 1830, capelas das freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi (CEDEPLAR).

A maioria das famílias não possuía escravos e dependia da própria mão de obra no trabalho no fogo. A presença de crianças demonstra que eram majoritariamente

casais da segunda geração. Essa parcela da população estava presente em todas as capelas da freguesia de Aiuruoca, bem como na freguesia do Pilar, indicando que eram casais que estavam iniciando seus fogos ou casais que estavam com a idade de ter filhos. A mão de obra cativa nesses fogos é inexistente. Eles dependiam apenas dos membros para o trabalho e sustento da casa, sítio ou fazenda. Normalmente, contavam com o apoio de irmãos solteiros ou mães, no caso de filhos naturais.

### Gráfico 23

Estrutura da posse de escravos e cor dos livres, freguesias de Aiuruoca e do Pilar, década 1830



Fonte: Mapa Populacional da década 1830, termos das vilas de São João del Rei e Santa Maria de Baependi. Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>. Acesso em: 21 out. 2013.

Na freguesia do Pilar, a maioria dos domicílios dos livres de cor era daqueles que não possuíam a mão de obra cativa. Mas, em contrapartida, havia fogos chefiados por eles em que o número de escravos oscilava entre 11 e 49. A explicação para a aquisição de escravos se pauta nos fatores econômicos, para aqueles livres de cor que possuíam um ofício e amealharam bens suficientes para adquirir escravos. Porém, para os recém-alforriados, era mais difícil a compra de cativos, uma vez que as primeiras economias foram investidas na própria liberdade. A forma de aumentar ou ter pelo menos um cativo

era pelo casamento, em que os chefes dos fogos que eram casados ou viúvos contavam com o apoio do parceiro para o trabalho e para amealhar bens, como terras e escravos<sup>616</sup>.

Os fogos da família dos livres, com ou sem escravos, se organizavam como unidade de produção e de reprodução. A produção de gêneros de subsistência estava, por sua vez, vinculada ao abastecimento da praça comercial da Corte fluminense. No auge da mineração e na sua “decadência”, Minas Gerais era dotada de uma economia de mercado em que “os produtores mineiros fossem do setor da mineração, fossem do setor agropastoril, sempre souberam identificar e aproveitar as oportunidades para comercializar uma ampla gama de mercadorias”<sup>617</sup>. Cabe, portanto, salientar que os fogos, em sua maioria, contavam com a presença de agricultores, boiadeiros, arrieiros, negociantes e tropeiros, como se observa nos mapas de população.

#### **4.2 Um fragmento do Mapa Populacional da década de 1830 na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca e suas capelas**

A partir dos mapas de população de 1830 e dos registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora de Aiuruoca, pode-se extrair as famílias dos livres de cor. Assim, a micro-história conjuga-se com a demografia histórica. Esta permite uma visualização dos fogos, das famílias constituídas e da produção. Ao se utilizarem os mapas de uma forma nominativa, pode-se recompor, nominalmente, as famílias; e, ao se cruzarem essas relações com os outros documentos, compreender quem eram esses atores com suas respectivas famílias e como eram suas teias de relações sociais. Outra assertiva

---

<sup>616</sup> LUNA; KLEIN, 2009, p. 474.

<sup>617</sup> LIBBY, Douglas Cole. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergard. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil um balanço*. Goiânia, ANPUH – MG, 2001, p. 288.

é a entrada como nascimento, casamento e compra de escravos, e saída de membros do fogo, nos casos de falecimento, casamento e dotes (escravos), que na demografia é denominado de ciclo vital.

Na freguesia de Aiuruoca, todas as capelas possuíam mapas de população, porém não foram localizados testamentos ou inventários para todas as capelas, apenas para a Matriz e algumas capelas. Destas, optou-se em analisar alguns domicílios da Matriz, da capela de Nossa Senhora Santana de Guapera e de Nossa Senhora do Bonsucesso de Serranos.

Para selecionar os nomes, partiu-se das qualidades nomeadas nas listas nominativas confrontando-as com as informações nos testamentos e inventários. Na presença de três nomes, foram considerados os dois primeiros no mapa de população e a confluência do restante das informações, como os nomes dos livres e os nomes dos escravos para se chegar aos inventários dos recenseados.

Dentre os fogos da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, selecionou-se o fogo de João Tavares do Couto, africano e oficial de sapateiro, casado em primeiras núpcias com Eulália Maria do Sacramento e, nas segundas, com Agostinha Carmélia. Ao comparar os dados do mapa da população de 1831 com o inventário, percebem-se algumas características do ciclo vital da família. A primeira é que o ciclo de nascimentos não tinha se encerrado. Após o censo, nasceram mais filhos; destes, sobreviveram seis e um filho de um ano não chegou à vida adulta para ser listado no inventário do pai. Pelo inventário, a mãe falecera aos 37 anos, provavelmente por complicações de parto, uma vez que o filho mais novo tinha apenas dez anos. Com a morte da mãe, o governo da casa e a produção para subsistência passaram para a filha mais velha, Ana Marcelina do Bonsucesso. Ela era a inventariante dos poucos bens dos pais; entre os quais, os mais valiosos eram a banca de sapateiro e a casa onde moravam.

Esses bens poderiam ir a leilão para saldar as dívidas do casal, que chegavam ao valor do monte-mor declarado no inventário. Dessa forma, a família ficaria desamparada sem o ofício de sapateiro do pai. Ana poderia contar com o auxílio dos irmãos José e Manoel no sustento da casa e na procura de meios para a sobrevivência.

### Quadro 3

Família de João Tavares do Couto no mapa populacional de Aiuruoca de 1831 e no inventário de 1855

Mapa Populacional de 1831	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	
	1 João Tavares		48 africano/preto	Casado	forro	sapateiro	
	2 Eulália		20 crioulo	Casado	forro		
	3 Maria		8 crioulo	Solteiro	livre		
	4 Modesto		6 crioulo	Solteiro	livre		
	5 Anna		5 crioulo	Solteiro	livre		
	6 Francisca		3 crioulo	Solteiro	livre		
	7 Antonia		1 crioulo	Solteiro	livre		
Inventário do casal de 1855	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	Morador
	1 João Tavares do Couto	70 /falecido		casado			sapateiro
	2 Eulália Maria do Sacramento	37/falecido		casado			
Segunda Núpcias	Agostinha Carmélia			casado			
	Maria			casada com Manoel Dias			Turvo
	Modesto Tavares			casado			Santa Isabel
	Ana Marcelina do Bom Sucesso			s/inf			
	Francisca de Paula			casada com João Leandro			Nesta freguesia
	Francelino Tavares			s/inf			em lugar incerto
	Apolinária			casada com Manoel Vieira			Nesta freguesia
	José Maria da Anunciação		17	solteiro			
	Manoel Delfino		15	solteiro			
	Severina		14	solteira			
	João Praxedes		10	solteiro			

Fonte: APM. Mapa Populacional de Aiuruoca, 1831. AHET-II-IPHAN. Inventário de Eulália Maria do Sacramento e João Tavares do Couto, 1855. Cartório do 2º Ofício. Cx. 77, doc. 5. Fundo documental de Aiuruoca. Em destaque, os membros mencionados na lista nominativa.

Outro dado na comparação entre os documentos é o desaparecimento da cor e da condição do pai e dos filhos. Pelas dívidas de João, as suas relações creditícias eram bem sólidas na matriz de Aiuruoca entre a elite política e econômica local. No rol das suas dívidas passivas, estavam várias pessoas portadoras de patentes, como o tenente Jerônimo Arantes e o Comendador Manoel Arnault de Assis Junqueira. O inventário não fechou para saber se os parques bens dessa família foram a leilão na praça pública para

pagar os seus devedores ou não, assim como mensurar os caminhos tomados pelos órfãos na busca da sobrevivência.

#### Quadro 4

Família de Inácio Correia Arnaut no mapa populacional de Senhora Santana Guapera de 1831 e nos inventários de 1848/1856

Mapa Populacional de 1831	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	
	Ignacio Correia Arnaut	44	parido	Casado	forro	músico	
	Filizarda Justina	39	parido	Casado	livre	costureira	
	Joze Correa	23	parido	Solteiro	livre	músico	
	Esmeria	19	parido	Solteiro	livre	fiadeira	
	Francisca	17	parido	Solteiro	livre	costureira	
	Silverio	45	crioulo	Solteiro	escravo	roceiro	
	Antonio	24	africano/preto	Casado	escravo	roceiro	
	Angelo	30	crioulo	Solteiro	escravo	roceiro	
	Simplicio	14	crioulo	Solteiro	escravo	roceiro	
	Suzana	35	africano/preto	Casado	escravo	cozinheira	
	Anna	9	crioulo	S/ inf.	escravo		
	Benedicta	99	crioulo	S/ inf.	escravo		
Inventário de 1848 de	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação/monte-mor	Morador
Ignacio Correia Arnaut	1	Ignacio Correia Arnaut	61/ falecido	casado		Músico 2:789\$486	
		Francisca Alexandrina de Sales, d.		viúva			
		José Correia Arnaut		casado			Nessa capela
		Severina		casada com Hermenegildo Rodrigues da Cunha			Resende
		Esmeria		casada com José Cardoso			S/inf
		Francisca	20	solteira			
		Felipe	70			escravo	
		Antônio	50			escravo	
Inventário de 1855 de	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação/monte mor	Morador
José Correa de Arnaut	1	José Correa de Arnaut	47/ falecido	casado		Músico 7:249\$368	
		Emerenciana Maria da Rocha		viúva			
		Manoel	30	crioulo	casado	escravo	
		Porcina	28	crioulo	casado	escravo	
		Antonio	13	crioulo		escravo	
		Maria	7	crioulo		escravo	
		Tomé	6	crioulo		escravo	
		Gabriel	4	crioulo		escravo	
		Benedito	1	crioulo		escravo	

Fonte: APM. Mapa Populacional de Senhora Santana de Guapera, 1831. AHET-II-IPHAN. Inventário de José Correia Arnaut, 1856. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 20, doc. 20. Inventário de Inácio Correia Arnaut, 1848. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 16. Fundo documental de Aiuruoca. Respectivamente. as cores lilás e verde correspondem aos que faleceram e aos que foram mencionados na lista nominativa.

Na Capela de Nossa Senhora Santana da Guapera, foi recenseado o fogo de Inácio Correa Arnaut, casado com Felizarda Justina do Carmo, tendo os filhos José Correa, Esmeria e Francisca, e os seus escravos. Por ocasião do seu inventário, em 1848, Inácio tinha contraído núpcias com d. Francisca Alexandrina de Sales, com quem não

teve filhos. Esta é denominada de dona, talvez para diferenciá-la dos outros membros da família dos livres de cor, pois, no seu testamento, afirma que é filha de Francisco Xavier de Sales e Gertrudes Faustina da Conceição, que, no censo de 1831 para Aiuruoca, são qualificados de brancos e o pai e o irmão são ourives. O enlace entre Inácio e Francisca Alexandrina explica-se pela busca de mobilidade social e pelo desaparecimento da cor de um músico com ascendência africana, mas que conquistara a mobilidade econômica e a habilidade musical, que lhe permitia pelo fato de seu ofício estar presente em todos os ofícios religiosos custeados pelas irmandades da matriz de Aiuruoca.

Pelo inventário de Inácio, sabe-se da existência de mais uma filha casada e moradora no termo de Resende, província do Rio de Janeiro, e que, ao se casar, Esmeria não levou o tear, ficando este no fogo do pai. Por ele, descortina-se a atividade do fogo, no qual seus membros não viviam apenas do ofício mencionado no mapa populacional, mas de uma multiplicidade de ocupações como ferreiro, lavrador e negociante. Possuía, entre seus bens, um burro manco de carga e produtos de subsistência como arroz, milho e porcos<sup>618</sup>.

A mobilidade econômica promovida pelo ofício da música e pelas outras ocupações é clara na história do filho, o músico José Correa Arnault. A sua ascensão foi uma soma das suas ocupações com auxílio do casamento com Emerenciana, que levou para o fogo, como dote, o casal de escravos Porcina e Manoel. Pela escritura de doação dos escravos, descortina-se a data do casamento, por volta de 1833. Entre os bens do inventário, as músicas desapareceram, mas surgiram outros bens como “uma tenda de ferreiro aparelhada, dois relógios, um em caixa de prata e outro em caixa dourada e bigorna de ourives”<sup>619</sup>. O casamento do pai os aproximou da família do ourives, e José

---

<sup>618</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Inácio Correa Arnault, 1848. Cartório do 1º Ofício. Cx. 42. doc. 08. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>619</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de José Correa Arnault, 1855. Cartório do 2º Ofício. Cx. 20. Fundo documental de Aiuruoca.

parece ter aprendido a arte de fabricar e consertar joias de ouro ou prata com a família da madrasta. A outra família na qual a cor desaparece em vários documentos e ressurge no mapa populacional são os Moreira da Costa, filhos do primeiro casamento do capitão Manoel Moreira da Costa com Maria Correia da Estrela. Dos 12 filhos desse casal, foram encontrados os inventários e fogos de três filhos na capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Serranos. Os três fogos estão no terceiro quarteirão e são numerados, respectivamente, 15, 16 e 17, o que provavelmente se refere à fazenda Itaoca, que pertencera a seu pai e era composta de cultura com benfeitorias e com terras e águas minerais na paragem da Itaoca, a seguir avaliada em 5:700\$000<sup>620</sup>.

Manoel Moreira casou-se duas vezes (Quadro 5). As primeiras núpcias foram com Ana Martins, com quem teve seis filhos, e nas segundas, com Escolástica, com quem teve três filhos, que chegaram à vida adulta. Os cinco filhos com a primeira esposa são conhecidos no inventário do pai e o sexto, José Moreira, que foi o último a se casar, ainda estava na casa do pai por ocasião do censo em 1831. Com o casamento, José Moreira mudou-se para a capela do Turvo. Os filhos do segundo casamento estavam presentes no mapa populacional. Assim, entre a lista nominativa de 1831 e a morte de Manoel Moreira, três membros desaparecem do fogo: Cândida, Joaquim e Custódio. O último pode ter morrido na primeira infância. Do segundo, não se tem muita informação do seu papel na família e se seria o irmão gêmeo de Feliciano, que faleceu. A primeira era filha do casal e foi batizada em 1816, tendo então 19 anos, e não 12 anos, assim como suas outras duas irmãs Maria, que tinha 17 anos, e não 14, e Inácia, que tinha 12, e não 11<sup>621</sup>.

---

<sup>620</sup> Inventário e testamento de Manoel Moreira da Costa. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgMZ/manoelmoreiradacosta1810.htm>>. Acesso em: 21 out. 2017.

<sup>621</sup> Genealogia da família de Manoel Moreira da Costa. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/Familia/cap01ManoelMoreiradaCosta.htm>>. Acesso em: 21 set. 2017.

## Quadro 5

A família de Manoel Moreira da Costa no mapa populacional de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Serranos de 1831 e nos inventários de 1843

Mapa Populacional de 1831	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
	1 Manoel Moreira		54 pardo	Casado	livre	lavrador
	2 Escolastica		30 pardo	Casado	livre	
	3 Jose Moreira		24 pardo	Solteiro	livre	tropeiro
	4 Flavio		15 pardo	Solteiro	livre	
	5 Maria		14 pardo	Solteiro	livre	
	6 Candida		12 pardo	Solteiro	livre	
	7 Ignacia		11 pardo	Solteiro	livre	
	8 Custodio		3 pardo	Solteiro	livre	
	9 Joaquim		16 pardo	Solteiro	livre	
	10 Feliciana		16 pardo	Solteiro	livre	
	11 Mathias		50 africano/preto	Solteiro	escravo	
	12 Paulino		20 crioulo	Solteiro	escravo	
	13 David		18 crioulo	Solteiro	escravo	
	14 João		16 africano/preto	Solteiro	escravo	
	15 Antonio		28 africano/preto	Solteiro	escravo	
	16 Domingos		12 crioulo	Solteiro	escravo	
	17 Roque		8 pardo	Solteiro	escravo	
	18 Francisca		40 crioulo	Solteiro	escravo	
	19 Isabel		24 africano/preto	Solteiro	escravo	
	20 Ritta		22 crioulo	Solteiro	escravo	
	21 Anna		13 crioulo	Solteiro	escravo	
	22 Joana		12 crioulo	Solteiro	escravo	
	23 Esmeria		8 crioulo	Solteiro	escravo	
	24 Felicia		18 crioulo	Solteiro	escravo	
	25 Maria		4 pardo	Solteiro	escravo	
	26 Joaquina		2 pardo	Solteiro	escravo	
Inventário de 1843 de						
Manoel Moreira da Costa	Manoel Moreira da Costa	66		casado	monte-mor 14:144\$672	morador
	Escolástica Maria de Jesus			viúva		
Filhos 1 Matrimônio	João Moreira			casado		Turvo
	Bento Moreira	falecido				
	José			casado		Turvo
	Maria			casado com Joaquim Pedro		Turvo
	Júlia	falecido		casada com José Joaquim		Turvo
	Ana			casada com Joaquim Brandão		
Netos filhos de Bento	Maria	14				
	Ana	13				
	José	10				
Filhos 2 Matrimônio	Flávio	26		solteiro		
	Maria			casada com Manoel Antônio Brandão		Turvo de Valença
	Inácia			casada com Jacinto Teixeira de Carvalho		Turvo
Filha natural	Felicina	28		solteiro		Turvo de Barra Mansa
	Domingos	24 crioulo		casado	escravo	
	Ana	28 crioulo		casada com Domingos	escravo	
	Davi	28 crioulo		solteiro	escravo	
	Roque	18 pardo		solteiro	escravo	
	Inácio	10 crioulo			escravo	
	Francisco	7 crioulo			escravo	
	Sebastião	7 crioulo			escravo	
	Paulino	36 crioulo		casado	escravo	
	Isabel	36 crioulo		casada com Paulino	escravo	
	Maria	15 parda		solteiro	escravo	

Fonte: APM. Mapa Populacional de Serranos, 1831. AHET-II-IPHAN. Inventário de Manoel Moreira da Costa, 1843. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 12, doc. 5. Fundo documental de Aiuruoca. Respectivamente, as cores lilás, verde e amarela correspondem aos que faleceram, aos que foram mencionados na lista nominativa e aos que foram mencionados apenas no inventário.

Após o mapa populacional de 1831, foram criados quatro novos fogos e, dentre os oito escravos que não entraram na listagem do inventário, dois foram dotados à filha Maria, casada com Manoel Antônio Brandão. O único filho que ficou na companhia

dos pais foi Flavio Moreira da Costa, o terceiro testamenteiro que ajudava o pai na administração e trabalho na fazenda com as 49 cabeças de gado, oito bestas arriadas, sete burros arriados, 24 ovelhas, 27 porcos e seis equinos. Junto com a “lida” com os animais, havia a produção com o plantio de milho, feijão e arroz. No mapa populacional, a ocupação de Manoel Moreira é de lavrador, o que se confirma com a presença no inventário de mantimentos e com duas partes na Fazenda Itaoca, avaliada em 1:788\$000. Já a ocupação do filho José Moreira da Costa é listada como tropeiro, que deveria ser a ocupação do pai também pela quantidade de bestas e burros arriados e, principalmente, por ter 44 bruacas de sal adquiridas no comércio com a praça mercantil do Rio de Janeiro. Essas várias ocupações da família no fogo, como tropeiro, lavrador e ferreiro, se apresentam com a nomeação de seus bens: “aparelho de ferrar com todos os pertences”, “uma caixa com ferraduras” e “um carro ferrado”. A ausência de alguns, como a roda de fiar e o tear, induz ao questionamento: como tecer “as colchas de lã” necessárias num clima tão frio, principalmente por possuírem a matéria-prima principal que era a lã? Existe a possibilidade da negociação em que a fiadeira e tecedeira ficariam com uma porcentagem da matéria-prima como forma de pagamento.

Outro fogo dessa família presente no mapa populacional de 1831 é o chefiado por Antônio Moreira da Costa, com seus sete escravos, e com o irmão Joaquim Moreira da Costa, com seus 13 escravos, ambos solteiros (Quadro 6). Antônio é um dos filhos do primeiro casamento de Manoel Moreira da Costa com Maria Correa Estrela, que ficou como tutor dos irmãos órfãos do segundo casamento<sup>622</sup>. Como tutor, ficou morando na fazenda Itaoca do pai, onde tornou-se o referencial para a família e acolheu a sobrinha Ana Tomásia Ferreira quando esta se separou do marido e, segundo ela, encontrava-se

---

<sup>622</sup> Inventário e testamento de Manoel Moreira da Costa. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgMZ/manoelmoreiradacosta1810.htm>> Acesso em: 21 out. 2017.

“em mísero estado [...] nesta circunstância, recolhi-me na casa de meus tios onde até vestuários recebi deles...”<sup>623</sup>.

### Quadro 6

Família de Joaquim Moreira da Costa no mapa populacional de Nossa Senhora do Bonsucesso de Serranos de 1831 e nos inventários de 1864

Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
Antonio Moreira da Costa	53	pardos	Solteiro	livre	lavrador
Manoel	40	africano/preto	Solteiro	escravo	
Jose	38	africano/preto	Solteiro	escravo	
Antonio	40	africano/preto	Solteiro	escravo	
Marcelino	25	crioulo	Solteiro	escravo	
Luis	16	africano/preto	Solteiro	escravo	
Daniel	16	africano/preto	Solteiro	escravo	
Joaquim	10	crioulo	Solteiro	escravo	
Joaquim Moreira da Costa	48	pardos	Solteiro	livre	lavrador
Maria	18	africano/preto	Solteiro	escravo	
Joaquina	17	africano/preto	Solteiro	escravo	
Gabriel	35	crioulo	Solteiro	escravo	
Joaquim	36	africano/preto	Solteiro	escravo	
Pedro	25	africano/preto	Solteiro	escravo	
Domingos	25	africano/preto	Solteiro	escravo	
Luciano	18	africano/preto	Solteiro	escravo	
Ilias	16	africano/preto	Solteiro	escravo	
Liandro	16	africano/preto	Solteiro	escravo	
Vicente	14	africano/preto	Solteiro	escravo	
João	14	africano/preto	Solteiro	escravo	
Antonio	19	africano/preto	Solteiro	escravo	
Manoel	16	africano/preto	Solteiro	escravo	
					Ocupação/monte-mor
Joaquim Moreira da Costa	81				48:806\$300
Maria Felícia de Jesus Moreira			viúva		
José Moreira da Costa	26		solteiro		
Maria Candida Moreira			casada com Manoel Luis Moreira		
Ana Vitalina Moreira	21		solteira		
Antônia Moreira da Costa	19		solteira		
Francisco Anacleto Moreira	10		solteira		
Joaquim Cristo Moreira	8		solteira		
Lauriano	50			escravo	ferreiro
João	50	mina		escravo	
Manoel	45	nação		escravo	
Domingos	50	nação		escravo	
Leandro	50	nação		escravo	
Antônio	45	nação		escravo	
Elias	42	nação		escravo	
Basílio	64	crioulo		escravo	
Florência	30	crioulo		escravo	
Eduardo	26	crioulo		escravo	
Domingos	60	crioulo	casado	escravo	
Silvéria	60	crioulo	casada com Domingos crioulo	escravo	
João	42	nação		escravo	
Luciano	42	nação		escravo	
Isabel	22	crioulo		escravo	
Marcelina	17	crioulo		escravo	
Umbelina	22	crioulo		escravo	
Gertrudes	20	crioulo		escravo	
Inácia	14	crioulo		escravo	

Fonte: APM. Mapa Populacional de Serranos, 1831. AHET-II-IPHAN. Inventário de Francisco Moreira da Costa, 1864. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 25, doc. 7. Fundo documental de Aiuruoca. Respectivamente, as cores lilás, verde e amarela correspondem aos que faleceram, aos que foram mencionados na lista nominativa e aos que foram mencionados apenas no inventário.

<sup>623</sup> Testamento de Ana Tomásia Ferreira. Livro de Óbitos, 1808-1835. Imagem 312. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6589-6Z?i=311&wc=M5N7-92Q%3A369703301%2C369593702%2C370054701&cc=2177275>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

As últimas menções a Antônio são no testamento da sobrinha em 1836, que o nomeia como seu segundo testamenteiro afirmando que é o tio, e não o irmão, por serem homônimos. Com a morte do irmão Antônio, Joaquim Moreira da Costa, que morava no mesmo fogo, com 55 anos de idade, casou-se com Maria Felícia de Jesus Moreira, com quem teve seis filhos. Além do casamento, os bens de Joaquim aumentaram desde 1831, como as partes da fazenda Itaoca, que no seu inventário foi avaliada em 15:000\$000, a fazenda Boa Vista, avaliada em 11:000\$000, parte de terras na fazenda do Turvo e uma morada de casas na Vila de Aiuruoca. No recenseamento de 1831, a ocupação nomeada era lavrador. Porém, no inventário, não há uma relação de produção de alimentos, e sim para a criação de animais e produção do queijo. Entre seus bens semoventes, possuía 47 vacas com cria, 62 cabeças de gado, oito bois de carro, 20 éguas de cria, 22 poldros, cinco cavalos mansos, quatro burros, 13 bestas crioulas e três jumentos. O número de escravos praticamente dobrou entre a lista nominativa e o inventário. A aquisição da mão de obra escrava veio com a demanda da produção. Entre os novos escravos, havia um ferreiro para trabalhar na sua tenda de ferreiro e auxiliar no manejo com animais. O enriquecimento com a criação de animais específicos, como são a besta e o burro, precisa da interferência humana valorizando a criação desses animais<sup>624</sup>.

Os descendentes de Maria Correa da Estrela ascenderam economicamente e a cor desapareceu. Entre eles, os laços familiares eram muito fortes, uma vez que os tios acolheram a sobrinha na sua casa e a auxiliaram. A sobrinha Ana Tomásia Ferreira, em 1831, também era chefe de um fogo e vizinha dos tios Manoel, Antônio e Joaquim Moreira da Costa. Em seu fogo, estavam sua filha Mariana Carolina Ferreira, seu tio Roberto Moreira da Costa<sup>625</sup> e oito livres de cor. A ajuda dos tios à Tomásia foi

---

<sup>624</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Francisco Moreira da Costa, 1864. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 25, doc. 7. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>625</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Roberto Moreira da Costa, 1862. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 24. Fundo documental de Aiuruoca.

providencial para a sobrinha refazer a vida. Em 1831, já possuía cinco escravos para trabalhar na lavoura<sup>626</sup> e fortalecer os laços familiares com a ajuda mútua.

### **4.3 Um fragmento do mapa populacional da década de 1830 na Matriz de Nossa Senhora do Pilar**

Entre as capelas e a matriz que compõem a freguesia do Pilar, nem todas têm dois ou mais mapas populacionais em anos distintos, que permitam empregar a metodologia de “linkagem ou identificação”, a fim de examinar “as mudanças incididas nas famílias dos livres de cor, ao longo do seu ciclo vital, bem como perceber as transformações econômicas da região”<sup>627</sup>. Dessa forma, optou-se em contrapor qualitativamente o mapa populacional com os inventários e testamentos, principalmente pelo fato de a lista nominativa da vila de São João del-Rei ser incompleta e não trazer a condição e a ocupação. Na análise desses fragmentos, objetiva-se complementá-los com as informações presentes nos inventários, testamentos e fichas de famílias da matriz do Pilar por se ter um número abrangente de registros de batismos. Ao cruzar as informações para montar as fichas de família, alguns enigmas sobre o mapa populacional vão se desvelando, como a data do mapa populacional, confirmando ser depois de abril de 1838. Essa afirmação ancora-se na biografia da família de Francisco José Lopes da Silva e Maria Esmeria da Silveira Romana, uma vez que a data do mapa populacional de São João del-Rei pode ser depois da morte de Maria Esmeria, pois, no censo, Francisco é

---

<sup>626</sup> APM. Lista nominativa de Serranos, 1831.

<sup>627</sup> RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade. Notas metodológicas sobre o ciclo vital e mobilidade social em São José do Rio das Mortes, década de 1830. In: LIBBY, Cole Douglas; FURTADO, Júnia Ferreira. MENEZES, José Newton Coelho; FRANK, Zephyr. *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 361.

listado como viúvo e, no inventário, consta que a esposa faleceu no dia 5 de abril de 1838<sup>628</sup>.

### Quadro 7

Família de Francisco José Lopes da Silva no mapa populacional de São João del-Rei e no inventário de 1841

Quarteirão	Fogo	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
3	7	Francisco Joze Lopes	45	pardo	Viúvo	S/ inf.	
		Umbelina	18	pardo	Solteiro	S/ inf.	
		Francisco	14	pardo	Solteiro	S/ inf.	
		Florencia	12	pardo	Solteiro	S/ inf.	
		Pedro	11	pardo	Solteiro	S/ inf.	
		Emilia	9	pardo	Solteiro	S/ inf.	
		Prudenciana	16	pardo	Solteiro	S/ inf.	

Quarteirão	Fogo	Nome	Relação	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
Ano - 1841								Monte-mor
Rua Direita s/inf		Francisco José Lopes da Silva	Pai		pardo	viúvo	forro	Alfaiate/895\$850
		Maria Esmeria da Silveira Romana	Mãe	falecida	pardo		forro	Quitandeira
		Umbelina Maria da Boa Morte	Filha	22	pardo	casada com Francisco Antonio da Silva	livre	
		Francisco José de Santa Barbara	Filho	23	pardo	solteiro	livre	
		Florencia Ana dos Santos	Filha	16	pardo	casada com Antonio José Gouveia	livre	
		Pedro Romualdo da Silva	Filho	18	pardo	solteiro	livre	
		Emilia Salvina das Dores	Filha	10	pardo	solteira	livre	

Fonte: APM. Mapa Populacional de São João del-Rei. AHET-II-IPHAN. Inventário de Maria Esmeria da Silveira Romana, 1841. Cx. 221. Respectivamente, as cores lilás, verde e amarela correspondem aos que faleceram, aos que foram mencionados na lista nominativa e aos que foram mencionados apenas no inventário.

O casal Francisco e Maria Esmeria contraiu núpcias em 6 de agosto de 1815, ele, exposto a Germana Silva Barros, e ela, filha natural de Inácia Barbosa Silveira, ambas livres de cor. Desse consórcio, nasceram dez filhos, dos quais Ana, Francisco, Vicência, Tomas, Rosa e Maurícia não chegaram à vida adulta, pois não estavam presentes nem na lista nominativa e nem no inventário (Quadro 7).

A família morava numa das principais ruas da vila, a Direita. Viviam da remuneração da ocupação dele, o ofício de alfaiate, e da dela, quitandeira/doceira, particularmente fazendo amêndoas. Foi com essas ocupações que compraram a casa em

<sup>628</sup>AHET-II-IPHAN. Inventário de Maria Esmeria da Silveira Romana, 1841. Cx. 221.

que moravam na rua Direita. Para tal, fizeram um empréstimo ao alferes Cândido Hermenegildo Branquinho da quantia de 50\$000 para “o auxílio da fatura da casa que o casal possui”<sup>629</sup>. Para quitar as dívidas contraídas com a compra da casa, depois da morte da esposa, Francisco afirmou que as quitou “por meio do seu ofício de alfaiate...”, e não com os bens do casal<sup>630</sup>. Por isso, solicitou que os filhos retirassem do monte do casal o valor da dívida. Essa necessidade se explica pelas segundas núpcias com Ana Antônia de Jesus. Porém, com esse novo consórcio, em seis anos, Francisco, com seu ofício e com o da esposa, conseguiu dobrar os bens, fechando seu inventário em 921\$420.

Já o fogo de Francisco Antônio Correia se localizava no quarto quarteirão da vila, que poderia ser na rua do Curral, onde também morava Germana Nunes Maurícia (Quadro 8). A ocupação do fogo era com o comércio de secos e molhados e também com o manuseio do tear e das rodas de fiar, assim como do pilão para triturar os grãos a serem comercializados pela família. O pequeno comércio estava bem sortido com

12 cascos para azeite, uma prateleira de queijos, 16 barris de servir, 30 garrafas pretas, dois funis de folha, quatro barris de azeite, dois barris de vinagre de cá, quatro barris de aguardente, seis arrobas de toucinho, três arrobas de açúcar mascavo [...] dez alqueires de farinha, quatro alqueires de arroz, 64 pacotes de fumo, dois frascos de mel de pão, 12 alqueires de milho...<sup>631</sup>.

As atividades do casal não se restringiam ao comércio de tenda aberta ou fechada, pois possuíam também “dinheiro proveniente do gado”, indicando que havia outro tipo de comércio, o qual envolvia o ofício de boiadeiro.

---

<sup>629</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Maria Esméria da Silveira Romana, 1841. Cx. 221.

<sup>630</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Maria Esméria da Silveira Romana, 1841. Cx. 221.

<sup>631</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário do casal Maria Gonçalves Martins e Francisco Antônio Correia, 1830. Cx. 153.

## Quadro 8

### Família de Francisco Antônio Correia no mapa populacional de São João del-Rei no inventário 1853

Quarteirão	Fogo	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação		
4	18	Francisco Antonio Correia	72	parda	Viuvo	S/ inf.			
		Maria Goncalves	28	parda	Solteiro	S/ inf.			
		Florencia Antonia	27	parda	Solteiro	S/ inf.			
		Marianna	20	parda	Solteiro	S/ inf.			
		Antonio	14	parda	Solteiro	S/ inf.			
		Francisco da Rocha	22	crioulo	Solteiro	S/ inf.			
		Silverio Antonio	40	crioulo	Solteiro	S/ inf.			
		Filzarda	60	crioulo	Solteiro	S/ inf.			
		Marianna	10	crioulo	Solteiro	S/ inf.			
Quarteirão	Fogo	Nome	Relação	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	
Ano - 1853								Monte-mor	
Rua da Cachaça, 189 d	18	Francisco Antonio Correia	Pai		parda		forro	Comerciante/1.503\$345	
Rua do Curral	1 núpcias	Maria Gonçalves Martins	Mãe		parda		forro		
Pau d'Angá	2 núpcias	Joana Teresa de Oliveira	Mãe		parda		forro		
		Filhos 1 núpcias	Francisco Antonio Correia	Filho		parda	casado com Umbelina Rosa do Sacramento	livre	
			José Antonio Correia	filho	55	parda	casado com Caetana Rita Jesus	livre	
			Florência Antônia Correia	filho	42	parda	casado com Miguel Martiniano de Noronha Peres	livre	
			Maria Gonçalves da Anunciação	filha	46	parda		livre	
			Joaquina Antonia Simões	filha		parda	casada com João Francisco de Paula	livre	
			Mariano Antonio Correia	filho	40	parda	solteiro/presbitero	livre	
			Ana Antônia	filha				livre	
			João Antônio Correia	filho	52	parda		livre	
		Filhos 2 núpcias	Mariana Gertrudes de Jesus	filha	34	parda		livre	
		Antonio Patrício de Irlanda Correia	filho	28	parda		livre		
		Rita	cativa	13	moçambique		escrava		

Fonte: APM. Mapa Populacional de São João del-Rei. AHET-II-IPHAN. Inventário de Francisco Antônio Correia, 1853. Cx. 221. Respectivamente, as cores lilás e verde correspondem aos que faleceram e aos que foram mencionados na lista nominativa.

O estabelecimento comercial do casal, provavelmente, ficava na rua da Cachaça, uma das ruas próximas à rua Direita, e com algumas vendas nessa região. A união do casal ocorreu em 1792. Primeiramente, Francisco Antônio Correia casou-se com Maria Gonçalves Martins e, posteriormente, por volta de 1818, casou-se, pela segunda vez, com Joana Tereza de Oliveira. Com a primeira esposa, teve oito filhos. Destes,

estavam vivos na época do inventário do pai apenas seis; e do segundo casamento, apenas dois filhos.

### Quadro 9

#### Família de Caetano José de Sousa no mapa populacional de São João del-Rei no inventário de 1843

Quarteirão	Fogo	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
2	109	Caetano Joze de Souza	52	pardo	Casado	S/ inf.	
		Maria Clemencia	37	pardo	Casado	S/ inf.	
		Joze	8	pardo	Solteiro	S/ inf.	
		Joaquim	6	pardo	Solteiro	S/ inf.	
		João	3	pardo	S/ inf.	S/ inf.	

Quarteirão	Fogo	Nome	Relação	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	
Ano 1843	Rua do Tejuco	109	Caetano Joze de Souza	Pai	55	pardo	casado	livre	carpinteiro/3:463\$470
			Maria Clemencia	Mãe		pardo	viúva	livre	
			Joze	Filho	12	pardo	solteiro	livre	
			Joaquim	Filho	9	pardo	solteiro	livre	
			João	Filho	6	pardo	solteiro	livre	
			Caetano	Filho	2	pardo	solteiro	livre	
			João	cativo	36		cabinda	escravo	ferreiro

Fonte: APM. Mapa populacional de São João del-Rei. AHET-II-IPHAN. Inventário de Caetano José de Sousa, 1843. Cx. 348. Respectivamente, as cores lilás e verde correspondem aos que faleceram e aos que foram mencionados na lista nominativa.

A família de Caetano José de Sousa morava na rua do Tejuco, provavelmente desde o casamento de seus avós Manoel Dias Araújo e Isabel Costa da Boa Morte em 6 de setembro de 1742 (Quadro 9). Foi nessa casa que Caetano aprendeu com o avô e com o pai Luís da Silva Gonçalves<sup>632</sup> a ser ferreiro e a adquiriu dos outros herdeiros ou construiu uma casa na chácara que o pai possuía na rua do Tejuco. Nos bens listados no inventário, havia vários bens imóveis como “uma casa baixa coberta de telha situada na rua do Tejuco com tenda de ferreiro em que mora a viúva”, “uma maior situada na mesma rua do Tejuco, cercada de muros e bons alicerces de pedra”, “uma casa situada na rua do Tejuco” e “uma casa ao pé do cais da praia desta cidade”<sup>633</sup>.

<sup>632</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Luís da Silva Gonçalves, 1813. Cx. 465.

<sup>633</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Caetano José de Sousa, 1843. Cx. 348.

O livre de cor Caetano casou-se aos 40 anos de idade, em janeiro de 1828, com Maria Clemência da Conceição. Com esse enlace, os bens do casal aumentaram. Além das ferramentas de ferreiro, havia no seu inventário madeira “de tábuas de assoalho, de forro, barretes, portas, pés de direito, portas de cedro por acabar, cimalthas para forro, ripas, e outras mais destinadas para acabamento das casas, indicando que era também carpinteiro”. Com os ofícios mecânicos de ferreiro e carpinteiro, Caetano conseguiu uma mobilidade econômica com vários bens como um relicário de ouro, dois pares de colheres e garfos de prata e um escravo ferreiro para auxiliá-lo no trabalho na tenda de ferreiro<sup>634</sup>.

Outro fogo recenseado na vila de São João del-Rei foi o Domingos Fernandes Sampaio. Possuía uma fazenda “de campos de criar com poucos restingas de matos [...] uma morada de casas de vivenda cobertas de telhas” denominada Valinho na aplicação de São Francisco do Onça.

### Quadro 10

Família de Domingos Fernandes Sampaio no Mapa populacional de São João del-Rei e no inventário de 1857

Quarteirão	Fogo	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	
2	32	Domingos Fernandes	70	crioulo	Casado	S/ inf.		
		Rita Pexota	60	crioulo	Casado	S/ inf.		
		Domingos	18	crioulo	Solteiro	S/ inf.		
		Theodora	14	crioulo	Solteiro	S/ inf.		
		Anna	16	crioulo	Solteiro	S/ inf.		
		Ritta	13	crioulo	Solteiro	S/ inf.		
		Marianna	7	branco	Solteiro	livre		
Ano 1857								
Quarteirão	Fogo	Nome	Relação	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
Praia do Tejuco		Domingos Fernandes Sampaio	Pai	81			livre	carpinteiro/7:52\$140
		Rita Peixoto de Andrade	Mãe	70			livre	
		Domingos Fernandes Sampaio	Filho	38		Solteiro	livre	
		João Fernandes de Sampaio	Filho			Casado	livre	
		Maria Peixoto de Andrade	Filha			Casada com José Francisco Alves	livre	
		Ana Florencia de Jesus	Filha			Víuva de Jacinto Soares Rodrigues	livre	
		Maria Jacinta	Neta	9		Solteiro	livre	
		Francisca	Neta	7		Solteiro	livre	

Fonte: Fonte: APM. Mapa de População de São João del-Rei. AHET-II-IPHAN. Inventário de Domingos Fernandes de Sampaio, 1857. Cx. 17. Respectivamente, as cores lilás, verde e amarela correspondem aos que faleceram, aos que foram mencionados na lista nominativa e aos que foram mencionados apenas no inventário.

<sup>634</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Caetano José de Sousa, 1843. Cx. 348.

O casamento de Domingos com Rita Peixota de Carvalho ocorreu em abril de 1818 (Quadro 10). Ele era filho de Inácia Maria, preta Mina, e ela, de Marcela Barbosa, ambas livres de cor. Essa aliança foi importantíssima para complementar o trabalho do fogo voltado para a criação de animais e para o ofício de ferreiro, uma vez que a ocupação do domicílio se estendia a todos os membros da família, pois não possuíam escravos. Entre os animais listados nos inventários, possuíam 15 vacas com sua cria, 19 cabeças de gado e duas bestas. Pelos dados do inventário, na fazenda do Valinho, havia apenas duas vacas com cria e 11 éguas. A maioria dos animais estava nas imediações da vila. Os bens do casal estavam investidos em imóveis com oito casas de morada e a fazenda Valinho no distrito do Onça. Estes foram avaliados em 7:522\$140 mil réis. Além dos bens, no fogo tem uma Mariana qualificada de branca, indicando que não era filha do casal. Pelos registros de batismos, descobre-se que Mariana fora exposta em 1831 e “dada a criar” pela Câmara a Domingos e Rita. Os censos conjugados com outros documentos permitem perceber o ciclo vital da família, os ofícios, a condição e os bens amealhados pelas famílias no fogo que congregava todas as ações do grupo familiar. Por exemplo, nesse casal, dentre os filhos mencionados no mapa populacional, apenas dois chegaram à vida adulta.

#### **4.4 Um fragmento do mapa populacional da década de 1830 nas capelas da freguesia do Pilar**

Para complementar a representação da conjugação dos mapas populacionais com os inventários e testamentos, escolheram-se alguns fogos de duas famílias da freguesia

do Pilar pertencentes às capelas de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande e Nossa Senhora da Conceição da Barra. São duas famílias que se destacaram pelo grande número de filhos e pela mobilidade social e econômica nos arraiais na vila de São João del-Rei.

A família do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, por ocasião do seu inventário, possuía uma fazenda denominada Ponte Alta. A forma de aquisição da fazenda não é mencionada. Sabe-se que uma Sesmaria com o mesmo nome fora doada a Luis Coelho Borges, mas cita no Morro do Chapéu, geograficamente nas imediações da então Ponte Alta. Os primeiros registros da família na capela de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande são dos pais de Joaquim no seu batizado em 1763 e no de Leonardo em 1761. Em ambas as atas, seus pais são registrados como Francisco Rodrigues e Rosa Maria sem mencionar a condição e a qualidade. No casamento dos filhos, aos nomes dos pais, respectivamente, são acrescentados os sobrenomes Teixeira e Felizarda. Esse casal teve quatro filhos: Joaquim Rodrigues Teixeira casado com Juliana Maria Pereira em 1794, Francisca Rodrigues Teixeira casada com Antônio Marques em 1794, Ricardo Antônio Rodrigues casado com Inácia Joaquina de São José em 1795 e Leonardo Rodrigues Teixeira casado com Joaquina Antônia de São José em 1793. Desses filhos, os dois que ficaram na capela de Nossa da Piedade do Rio Grande foram Francisca e Joaquim. Entretanto, apenas a família de Joaquim está presente nos dois mapas populacionais para a capela de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande em 1831 e 1838.

Na lista nominativa de 1831, no distrito de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, a família do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira está presente em quatro fogos. O alferes Teixeira foi recenseado como chefe do fogo, mais seis livres, todos qualificados pardos. A partir da ficha de família, foram localizados quatro membros da sua família como chefes de fogos na mesma capela e na capela de São Miguel do Cajuru. Na primeira localidade, residiam o pai Joaquim e os filhos Francisco Pereira Mendes, Rosa Maria

Teixeira e Thomas Quinto Pereira, e, na capela de São Miguel do Cajuru, residia Marcelino Rodrigues Aquino Teixeira, todos qualificados como pardos<sup>635</sup>. Já no mapa populacional de 1839, no curato de Nossa Senhora da Piedade, cujo Juiz de Paz<sup>636</sup> era Thomas Quinto Pereira, a família se desdobra em sete fogos independentes, e na capela de São Miguel (1838), o chefe do domicílio passa a ser D. Maria Francisca Teixeira, esposa de Marcelino<sup>637</sup> (Anexo – Quadro 13).

Ao cruzar os dados das listas nominativas de habitantes com o inventário e os registros de batismo, pode-se vislumbrar a composição da família e as atividades desenvolvidas dentro dos fogos. O alferes Joaquim Rodrigues Teixeira era casado com Juliana Maria Pereira, ambos livres de cor e qualificados de pardos na lista nominativa. A qualidade “pardos” consta apenas nos registros de batismo dos seus filhos e no mapa de população. Já no seu inventário em 1832, não há menção à sua cor parda. Nessa lista, a família Teixeira é classificada como lavradora. Apenas Laurindo e Thomas Quinto Pereira são nomeados como negociantes. Em todos os fogos, há presença de escravos, desde dez a 30 cativos, sendo o maior número de escravos do alferes. Alguns cativos têm o seu ofício discriminado, como é caso de Querino, cabra e sapateiro, Severino, crioulo e ferreiro, Paulo, africano e alfaiate, Inácio, João e Joaquim, respectivamente africano, benguela e ganguela, e pedreiros. Cabe salientar que esses ofícios são corroborados pelas ferramentas arroladas nos inventários. A partir dessas evidências, as atividades do fogo podem ser classificadas como múltiplas e voltadas para a agricultura, a pecuária, a tropa e o comércio. A primeira atividade pode ser ratificada pelos bens de raiz arrolados no

---

<sup>635</sup> Lista nominativa de 1831 para aplicação de Nossa Senhora da Piedade. Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30>>. Acesso em: 21 maio 2012.

<sup>636</sup> Juiz de Paz foi um cargo “instituído no Brasil em 15 de outubro de 1827. Autoridade judicial que também exercia funções administrativas e de polícia, devia julgar pequenas demandas que envolvessem até \$16. [...] Era escolhido pela Câmara Municipal”. In: BOTELHO, Ângela Viana; REIS Liana M. *Dicionário Histórico Brasil: colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 282.

<sup>637</sup> Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial: Mp-cx. 06 doc. 34 e 21.

inventário, como “terras de cultura e campos de criar” e ferramentas utilizadas no cultivo como “foices, enxadas, cavadeira [...]”<sup>638</sup>. A segunda atividade é evidenciada pela presença de 57 vacas entre paridas e falhadas, dois marruás, seis bezerros, 24 novilhas, 28 carneiros, 30 porcos e 60 leitões entre machos e fêmeas. O afazer com a tropa e com o comércio é apreendido pelos bens como “uma ferramenta de ferrar a tropa”, 13 éguas, três burrinhos, cinco cavalos, 11 bestas, dois burros e 20 bois de carro. Havia na fazenda também um rancho de tropa, utilizado pelos viandantes a caminho da Corte. A complementaridade das tarefas era comum entre os pequenos proprietários com uma tipologia entre proprietário/tropeiro, e a “divisão social dos trabalhos se fazia também através dos vínculos de parentesco”<sup>639</sup>. A presença do proprietário tropeiro foi observada pelos viajantes. Luccock, na viagem do Rio de Janeiro até a vila de Barbacena, descobriu que o tropeiro que o acompanhava era também proprietário de terras e afirmou que, “ao invés de seguir a dura e aflitiva vida de tropeiro por necessidade, verificávamos, agora e bem antes de atingir sua casa, que estávamos viajando dentro de suas propriedades”<sup>640</sup>.

A manutenção dos vínculos sociais da divisão do trabalho pode ser observada na família do alferes Teixeira no fogo fazenda da Ponte Alta. No mapa populacional de 1831, no fogo de Joaquim Rodrigues Teixeira, dentre os membros do fogo, há menção a Silvestre José Teixeira, casado com Possidônia, que, posteriormente, compôs um fogo independente. Pois, na lista nominativa de habitantes de 1839, ocorre o desmembramento dessa família em fogos independentes de Silvestre José Teixeira e de Laurindo Rodrigues Teixeira e a manutenção do fogo inicial, agora tendo como chefe a mãe Juliana Maria

---

<sup>638</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, 1832, cx. 274.

<sup>639</sup> LENHARO, 1979, p. 92-93.

<sup>640</sup> LUCCOCK, 1975, p. 295.

Pereira, além da manutenção dos fogos já existentes de Rosa Maria Teixeira, de Francisco Pereira Mendes e de Thomas Quinto Pereira<sup>641</sup>.

Um dos fogos a se desmembrar da Ponte Alta foi o de Possidônia Maria Teixeira, casada com Silvestre José Teixeira, que organizou o seu fogo na fazenda do Paraíso, que se “compõe de campos de criar e culturas” e da casa de vivenda com cozinha, moinho, paiol, casa de queijo e um monjolo, do qual possuíam apenas quatro partes. O fogo dedicava-se à produção com a agricultura e à criação de gado vacum e de gado ovino. Com essa produção, o fogo desse casal chegou, em 1853, com um monte-mor de 12 contos de réis e com 15 escravos<sup>642</sup>.

O outro fogo a se desmembrar da Ponte Alta foi o de Laurindo, que se casou com Vicência Justiniana Teixeira e constituiu seu fogo na fazenda Retiro da Ponte Alta, composta de “uma morada de casas [...] baixas com cozinha, paiol, moinho, casa de queijos, senzalas, tudo coberto de telhas, com monjolo [...] com currais e quintal cercados de madeira e rego de água”. Nesse fogo, várias ocupações eram desempenhadas pelo seu chefe com auxílio de seus escravos, por possuir entre os bens inventariados ferramentas de ferrar, ferramentas de carpinteiro, arrobas de ferro, livras de ferro novo, livras de aço, uma banca de fazer queijos, rodas de fiar e tear com todos os seus pertences, gado vacum e gado equino. O herdeiro Laurindo Rodrigues Teixeira, na lista nominativa de 1839, era recém-casado e possuía nove escravos. Todavia, por ocasião do seu falecimento, em 1848, possuía 13 escravos, parte na fazenda Ponte Alta, parte na fazenda Aveiros, parte na fazenda Paraiso, parte no Retiro João da Silveira e compra da parte das fazendas Patrimônio e do Jacarandá do Ribeirão dos Cavalos. Pelas informações do inventário, ele estabeleceu uma fazenda no Retiro da Ponte Alta e amealhou um monte-mor de

---

<sup>641</sup> Mapa de População do Distrito de Nossa Senhora da Piedade em 1839. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial: Mp-cx. 06 doc. 34 e 21.

<sup>642</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Pociidônia Maria Pereira, 1853, cx. 404.

17:771\$297 com as mesmas atividades do fogo do seu pai. A ascensão econômica é perceptível pelo monte-mor, pelos escravos, pelas dívidas passivas contraídas na aquisição de terras e também pelas louças e joias presentes no inventário<sup>643</sup>.

Nos mapas populacionais de 1831 e 1839, estava presente o fogo de Rosa Maria Teixeira, casada com Antônio Gomes da Silva. Em ambos, o chefe nomeado foi o marido. Este se organizou no local designado Porto São Lourenço, em uma “morada de casa de vivenda com cozinha, paiol e moinho todo coberto de telha com monjolo, senzalas e quintal...” O fogo de Rosa, como os de seus irmãos, dedicava-se à criação de gado vacum, equino, ovino e suíno, produção de milho e feijão, e possuía dois escravos pedreiros. A presença das rodas de fiar, de um tear aparelhado e das ovelhas assinala para a produção interna de tecidos para abastecer a fazenda<sup>644</sup>.

Na lista nominativa de 1839, o fogo de Francisco Pereira Mendes contava com a esposa, duas crianças e 13 escravos. Como o casal não teve filhos, as crianças recenseadas são filhas do irmão Marcelino, que ficaram morando na fazenda da Serra. Os sobrinhos passaram a ser a companhia dos tios e acabaram adquirindo, posteriormente, a mesma fazenda. A fazenda possuía uma casa de queijos, tenda de ferreiro, moinho e senzalas. A casa de morada era voltada para a produção de subsistência e para abastecer o mercado da Corte fluminense. No inventário de 1854, os bens foram avaliados em 29 contos de réis, porém mais da metade foram usados para pagar as dívidas do casal, que, segundo a esposa inventariante, Joaquina Maria Teixeira, eram muitas e “avultadas” dívidas<sup>645</sup>.

---

<sup>643</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Laurindo Rodrigues Teixeira, 1848, cx. 404.

<sup>644</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Rosa Maria Teixeira, 1836, cx. C-28. AHET-II-IPHAN, Inventário de Antônio Gomes da Silva, 1843, cx. 430.

<sup>645</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Pereira Mendes, 1854, cx. 404.

Mesmo com a independência dos fogos e com a morte do alferes Teixeira<sup>646</sup>, a maior unidade produtiva não foi esfacelada nem houve o empobrecimento dos membros, o que pode ser evidenciado por dois aspectos. O primeiro é a manutenção de um considerável número de escravos pela mãe Juliana, com 20 escravos (entre estes, estavam Inácio, africano e pedreiro, Severino, crioulo e ferreiro, e Querino, cabra e sapateiro). Após a morte do esposo, Juliana assumiu o controle da produção do fogo e foi nomeada chefe deste no segundo censo e pelo seu inventário. Em 1847, ela e seus dois filhos duplicaram o monte-mor do fogo adquirindo mais bens e muitas terras.

Diferentemente do inventário do marido, Juliana possuía muitas joias como “caixilho de ouro, colar de ouro, rosário grosso de ouro, par de brincos de ouro, laço de ouro com brilhantes, par de pulseiras de crisólitas antigas” e roupas, como vestido de seda, chalé da Escócia e lenço de seda. Porém, os utensílios de produção se mantiveram como a tenda de ferreiro, a tenda de sapateiro, o carro ferrado e arriado, e as cangalhas, e foram acrescidos a canastrinha de tropa e o tear. As maiores aquisições são de terras, bem como a fazenda denominada Patrimônio, com 95 alqueires e que custara a Juliana sete contos de réis, e 92 alqueires da fazenda Aveiros herdada do seu filho Bernardo Rodrigues Teixeira. A produção do fogo, com a chefia de Juliana, continuou sendo voltada para a criação de animais bovinos e equinos, a produção de grãos e de queijos e o comércio com a praça do Rio de Janeiro<sup>647</sup>.

Ao cruzar os fogos de 1839 com os inventários, observa-se que a unidade produtiva da Ponte Alta não foi dividida e que os filhos adquiriram mais bens, principalmente terras. O filho solteiro, Bernardino Rodrigues Teixeira, que morreu antes de sua mãe, a deixou como herdeira da metade da fazenda Aveiros, que tinha em

---

<sup>646</sup> O alferes Joaquim Rodrigues Teixeira faleceu em 25/05/1825, hidrópico, com todos os sacramentos, e foi sepultado no Cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. APNSCSJR, Óbito do alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, 1832, Livro de Óbitos de 1829, p. 379v.

<sup>647</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Juliana Maria Pereira, 1847, cx. 274.

sociedade com o irmão Tomas Quinto Pereira, e das partes da fazenda Ponte Alta, herdada “por legítima do falecido pai alferes Joaquim Rodrigues Teixeira e por compra da herdeira Maria Francisca Teixeira, viúva de Marcelino Rodrigues de Aquino”<sup>648</sup>, com um montemor de 9:710\$820.

No inventário do vizinho Francisco Teixeira Carvalho, o alferes Teixeira tem suas atividades discriminadas como viver “de cultura e criar, e seus negócios de mandarem cargas para a Corte do Rio de Janeiro”<sup>649</sup>. Em Minas Gerais, todo lavrador ou roceiro possuía alguma produção comercializável, uma vez que eles buscavam no mercado as mercadorias das quais precisavam, mas não produziam, como, por exemplo, as ferramentas<sup>650</sup>.

A mobilidade econômica e social ocorreu nessa família e o investimento econômico passou a ser em terras. Adquiriram as fazendas, ou seja, os fogos limítrofes da fazenda Ponte Alta, como a Serra de Francisco Pereira Mendes, do Paraíso de Silvestre José Teixeira, do Patrimônio, terras no Jacarandá e no Baú do Ribeirão dos Cavalos. Devido à mobilidade social e à herança do prestígio social e político do pai no mapa populacional de 1839, a qualificação desaparece para os fogos de Silvestre José Teixeira, Laurindo Rodrigues Teixeira e Francisco Pereira Mendes, que são qualificados de brancos. Apenas o fogo da mãe Juliana e Inácio, de Rosa e do próprio Juiz de paz Tomas Quinto são qualificados de pardos.

O outro fogo a ser analisado é o do sargento-mor Antônio José de Barros, na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, na fazenda da Lagoa Verde. Esta possuía “uma casa de vivenda [...] térreas com cozinha e senzalas cobertas de telha, paiol, rancho

---

<sup>648</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Bernardino Rodrigues Teixeira, 1843, cx. 273.

<sup>649</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Francisco Teixeira Carvalho, 1848, cx. 466.

<sup>650</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2007. p. 63.

de carros cobertos de capim, com curral e quintal cercado de pedras”<sup>651</sup>. Os pais de Antônio vieram do Bispado de São Paulo e se estabeleceram na fazenda produzindo açúcar, cachaça, criação de gado, produção agrícola e quitandas. Com a morte do filho, o tenente Joaquim José de Barros, a família continuou no mesmo fogo, sendo chefiado por Antônio (Quadro 15).

No mapa populacional de 1840, o juiz de paz separou Antônio e seus escravos dos netos que moravam na mesma fazenda; porém, são qualificados de brancos. Pelo inventário do filho, o tenente Joaquim José de Barros, além dos filhos listados, aparecem os que chegaram à vida adulta, como Rita, Maria Madalena e a filha natural. Há duas crianças, Mariana e Tereza, que provavelmente morreram na primeira infância. Os bens presentes no inventário são usados para a produção agrícola, como enxadas, foices, machados, e na produção de açúcar e cachaça, como tachos de cobre do engenho, barris, 15 formas de curtir açúcar e 230 garras pretas. Havia também sete tabuleiros, um tear e rodas de fiar utilizadas para complementar as atividades do fogo<sup>652</sup>.

Já no inventário do pai, o sargento-mor Antônio José de Barros, não há muitos registros de instrumentos de trabalhos, e sim cinco contos em notas e várias dívidas ativas com papéis de crédito, indicando para a ocupação de negociante. Em seu testamento e por carta de alforria, libertou todos os seus 33 escravos; destes, 27 estavam presentes na lista nominativa de 1840. Comumente, as alforrias em testamentos<sup>653</sup> são, na sua maioria, gratuitas, como a de Antônia. As alforrias por carta não foram lançadas no inventário, dificultando definir se foram gratuitas ou onerosas.

---

<sup>651</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário de Joaquim José de Barros, 1832, cx. 496. Inventário de Antônio José de Barros, 1844, Cx. 323.

<sup>652</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Joaquim José de Barros, 1831. Cx. 496.

<sup>653</sup> SILVA, 2017, p. 167.

## Quadro 15

### A família de Antônio José de Barros no mapa populacional de São João del-Rei e no inventário de 1844

Mapa Populacional de 1840				Inventários							
Q F N°	Nome	Idade	Qualidade Estado Condição	Ano F	N°	Nome	Idade	Relação	Qualidade Estado	Ofício/Monte-mor	
1 8 1	Antônio José de Barros	86	pardo Viúvo livre	1844	Lagoa Verde	1	Antônio José de Barros		Pai		285685108
2	Francisco	42	mestiço (cabra, caboclo) Solteiro escravo			2	Rita Maria de Jesus	falecida	mãe		
3	João	22	mestiço (cabra, caboclo) Solteiro escravo			3	Antônia Joaquina de Jesus		Filho	casado	
4	Cornélio	20	mestiço (cabra, caboclo) Solteiro escravo			4	Maria Lucinda		Filho	casado	
5	Valeriano	44	crioulo Casado escravo			5	Joaquim José de Barros	Falecido	Filho	casado	
6	Marcelina	30	mestiço (cabra, caboclo) Casado escravo			6	João	70	alforriado caboclo	casado	
7	Mariano	30	crioulo Casado escravo			7	Rita	70	alforriado crioulo	casado c/ dito	
8	Maria	24	mestiço (cabra, caboclo) Casado escravo			8	Francisca	56	alforriado		
9	Jerônimo	34	crioulo Solteiro escravo			9	Cornélio	32	alforriado pardo		
10	Quintiliano	36	crioulo Solteiro escravo			10	João	30	alforriado cabra		ferreiro
11	Mizael	20	crioulo Solteiro escravo			11	Delfina	46	alforriado crioulo		
12	Felizardo	16	crioulo Solteiro escravo			12	Joana	55	alforriado crioulo		
13	Zeferino	14	crioulo Solteiro escravo			13	Marcelina	38	alforriado crioulo		
14	João Pinto	40	pardo Casado escravo			14	Maria	35	alforriado crioulo		
15	Francisca	26	africano/preto Casado escravo			15	Ana	36	alforriado crioulo		
16	Antônio	50	africano/preto Casado escravo			16	Mecias	25	alforriado crioulo		
17	Joana	50	crioulo Casado escravo			17	Mizael	28	alforriado crioulo		
18	Roque	56	africano/preto Solteiro escravo			18	Zeferino	20	alforriado crioulo		
19	João	50	africano/preto Solteiro escravo			19	Felizardo	23	alforriado crioulo		
20	Manoel	60	africano/preto Casado escravo			20	Justino	40	alforriado crioulo		
21	Joana	50	africano/preto Casado escravo			21	Jose	12	alforriado		
22	Antônio Teixeira	54	africano/preto Solteiro escravo			22	Francisco Antônio	50	alforriado crioulo		
23	Joaquim	52	africano/preto Solteiro escravo			23	João Carreira	60	alforriado nação		
24	José	32	africano/preto Solteiro escravo			24	Roque	66	alforriado benguela		
25	Félix	40	africano/preto Solteiro escravo			25	Joaquim Antônio	50	alforriado congo		
26	Inácia	38	africano/preto Solteiro escravo			26	Mariano	42	alforriado crioulo		
27	João	42	africano/preto Solteiro escravo			27	Valeriano	52	alforriado crioulo		
28	Joaquim	48	africano/preto Casado escravo			28	Quintiliano	44	alforriado crioulo		
29	Ana	36	crioulo Casado escravo			29	Joaquim	66	alforriado crioulo		
30	Manoel	56	africano/preto Solteiro escravo			30	Antônio Manoel	70	alforriado angola		
31	José	12	crioulo Solteiro escravo			31	Manoel Cafel	70	alforriado nação		
32	João	10	crioulo Solteiro escravo			32	Manoel Magro	74	alforriado nação		
33	Francisca	60	africano/preto Solteiro escravo			33	Inácio	42	alforriado angola		
34	Francisca	80	pardo Solteiro escravo			34	João Pinto	52	alforriado pardo		
35	Delfina	30	crioulo Solteiro escravo			35	Antônio Teixeira	70	alforriado cassange		
36	Messias	18	pardo Solteiro escravo			36	Felix	46	alforriado monjolo		
37	Maria	12	crioulo Solteiro escravo	1831	Lagoa Verde	1	Joaquim José de Barros	42	Pai	casado	49295390
38	Leocádia	8	crioulo Solteiro escravo			2	Maria Clara de Jesus		Mãe	casado	
39	Rita	10	crioulo Solteiro escravo			3	Joaquina Guilhermina das Dores		Filho	casado	
40	Constância	8	crioulo Solteiro escravo			4	Antônio José de Barros	19	Filho	solteiro	
41	Rosa	6	crioulo Solteiro escravo			5	Manoel Joaquim de Barros	18	Filho	solteiro	
42	Mariana	99	crioulo Solteiro escravo			6	Francisco Joaquim de Barros	17	Filho	solteiro	
43	Rita	54	crioulo Solteiro escravo			7	José Joaquim de Barros	16	Filho	solteiro	
44	Mariana	40	branco Viúvo livre			8	Bernardino de Sere	14	Filho	solteiro	
45	Manoel Joaquim de Barros	20	branco Solteiro livre			9	Rita Decimira de Jesus	12	Filho	solteiro	
46	José Joaquim de Barros	18	branco Solteiro livre			10	João Evangelista de Barros	10	Filho	solteiro	
47	Bernardino José	16	branco Solteiro livre			11	Cândido José de Barros	9	Filho		
48	João José de Barros	14	branco Solteiro livre			12	Maria Madalena	8	Filho		
49	Cândido José de Barros	13	branco Solteiro livre			13	Joaquim José de Barros	5	Filho		
50	Joaquim José	12	branco Solteiro livre			14	Aureliano José de Barros	4	Filho		
51	Aureliano	10	branco Solteiro livre			15	Mariana	3	Filho		
52	Teresa	6	branco Solteiro livre			16	Tereza	1	Filho		
53	Nicácio	46	crioulo Casado escravo			17	Lauriana Maria de Jesus		Filho/nat	casado	
54	Ana	30	crioulo Casado escravo			18	Nicácio	39	escravo crioulo		
55	Cândido	40	africano/preto Casado escravo			19	Ana	30	escravo cabra		
56	Maria	36	africano/preto Casado escravo			20	Umbelina	2	escravo crioulo		
57	Umbelina	11	crioulo Solteiro escravo			21	Balbina	5	escravo crioulo		
58	Felizarda	11	crioulo Solteiro escravo			22	Gertrudes	4	escravo crioulo		
59	Luciana	7	crioulo Solteiro escravo			23	Cândido	30	escravo congo		
60	Domáciana	6	crioulo Solteiro escravo			24	Maria	22	escravo benguela		
61	Gertrudes	9	crioulo Solteiro escravo			25	Felizarda	8 M	escravo crioulo		
62	Nazária	76	branco Viúvo livre			26	Maria	26	escravo crioulo		
63	Joaquim	70	africano/preto Solteiro escravo			27	Isabel	54	escravo parda		
64	Joaquina	54	crioulo Solteiro escravo			28	Paulinho	5	escravo crioulo		
65	Manoel	26	crioulo Solteiro escravo			29	Antônio	30	escravo congo		
						30	João	25	escravo benguela		

Fonte: Fonte: APM. Mapa de População de Conceição da Barra. AHET-II-IPHAN. Inventário de Antônio José de Barros, 1844. Cx. 323. Inventário de Joaquim José de Barros, 1831. Cx. 496. Respectivamente, as cores lilás, verde e amarela correspondem aos que faleceram, aos que foram mencionados na lista nominativa e aos que foram mencionados apenas no inventário. Q significa quarteirão e F, fogo.

Nas atitudes de Antônio, denotam-se resquícios de lembranças de tradições africanas em que o cativo era uma extensão da família, uma vez que os escravos libertos, na maioria, possuíam idades entre 35 e 70 anos, apontando para um longo período de relacionamento com seu senhor, que teria mais ou menos 90 anos.

O prestígio econômico e a mobilidade social alcançados pelo alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, pelo tenente Joaquim José de Barros e pelo seu pai, o sargento-mor Antônio José de Barros na vila de São João del-Rei, os aproximam do poder local. Com a elite política, participaram das atividades da Câmara como a aclamação a d. Pedro I, em praça pública, em outubro de 1822, e o juramento da Constituição em janeiro de 1824. Os cidadãos livres de cor que ocupavam a praça eram aqueles com ofício mecânico, com patentes, pecuaristas, agricultores, negociantes e tropeiros, que comercializavam com a praça do Rio de Janeiro, conheciam as discussões que circulavam no processo de emancipação do Brasil e apoiavam o príncipe Pedro<sup>654</sup>.

---

<sup>654</sup> NASCIMENTO, 2013, p.174-212.

## Capítulo 5

### Entre liames e redes: do ofício mecânico, das primeiras letras e, das patentes à mobilidade social e ao parentesco espiritual das famílias dos livres de cor

*“Os bens que possuo não foram herdados, mas adquiridos por minha agência e indústria” (Quitéria Silva)<sup>655</sup>.*

*“Por isso alguma coisa que possuímos é adquirido por nossa agência e trabalho, eu pelo meu ofício de barbeiro” (Francisco Gonçalves Santos e Rita Maria de Sousa)<sup>656</sup>.*

A “agência” na fala dos livres de cor significa “o ofício, cuidado, ocupação daquele que faz os negócios de alguém, como seu agente”<sup>657</sup>, e “indústria”, “arte, destreza para granjear a vida, engenho, traça em lavrar e fazer obras mecânicas, em tratar negócios civis”<sup>658</sup>. O cotidiano dos livres de cor era uma mescla de agenciar e industrializar meio para a sobrevivência; quiçá, ascender socialmente. As formas encontradas perpassam pelo defeito mecânico<sup>659</sup>. Por isso, Saint-Hilaire classificou os proprietários das fazendas da região do Rio Grande de embrutecidos por trabalhar juntamente com seus escravos. Os ofícios desenvolvidos pelos cativos eram os mesmos conhecidos pelos seus senhores. Acredita-se que essa assertiva se aplicava no âmbito urbano, pois, mesmo com a ascensão social e econômica, os laços com os ex-cativos mantinham-se. Entretanto, se a maioria dos livres de cor vivia da sua agência e indústria, alguns não nomearam seu ofício, sendo

---

<sup>655</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento de Quitéria da Silva, 1793. Cx. 210.

<sup>656</sup> AEMNSP/SJDR. Testamento de Francisco Gonçalves dos Santos. Livro de Registros de Óbitos. Tomo II. p. 122v, 1796-1800.

<sup>657</sup> BLUTEAU, 1728. v. 1, p. 166.

<sup>658</sup> SILVA, 1789, p. 153.

<sup>659</sup> “Dizia-se portador do ‘defeito mecânico’ os que trabalhavam com as mãos, podendo ser o trabalho braçal propriamente dito ou atividades como pesar e medir mercadorias” (FARIA, 2000, p. ???).

possível percebê-lo pelos bens inventariados ou no rol de dívidas mencionado nos testamentos. A ascensão econômica e social, conseqüentemente a mobilidade social, advinha dos ofícios, das patentes, dos cargos nas irmandades e dos bens amealhados. Esse legado foi sendo passado para sua família consanguínea (legítima e ilegítima) por afinidade e por parentesco espiritual.

A mobilidade social dos livres de cor pode ser percebida pelo grau de instrução, pelas ordens sacerdotais, pela posse de terras e de escravos, pelas patentes – na colônia, no império e na Guarda Nacional –, pelos ofícios – músicos, pintor, entalhador, negociante, cirurgião-barbeiro e ferreiro – e pelos vínculos pessoais que os indivíduos mantinham com o propósito de obter benesses e privilégios ou galgar degraus na hierarquia social. O *status* de cidadão adveio com a Constituição de 1824. Contudo, antes dessa categoria, os livres de cor ocupavam locais estratégicos na sociedade em foco como forma de marcar sua presença e participar dos principais eventos locais, como a Aclamação a D. Pedro, e ocupar cargos na Câmara local, como examinador de ofício.

Os ofícios podem ser mensurados pelos bens ou pelas declarações nos inventários. A ascensão econômica desse grupo pode ser percebida pelo monte-mor, pelo número de escravos e pelo número de propriedades. Para além da compra de escravos, há a compra de bens de raiz; ou seja, há um redirecionamento de capital conquistado com o ofício mecânico para esses bens. Esse grupo social aproveita-se das condições socioeconômicas e consegue ascender economicamente, como o caso de Dutra, analisado por Zephir Frank no Rio de Janeiro<sup>660</sup>.

---

<sup>660</sup> ZEPHYR, 2012.

## 5.1 As várias indústrias e ofícios das famílias dos livres de cor

A mobilidade econômica traz em seu bojo o anseio pela mobilidade social. Para ascender socialmente, é preciso qualificar a si próprio e aos seus com um ofício e aprender as primeiras letras para frequentar os mesmos locais que a elite política local. Desse modo, buscavam-se vários caminhos, como as patentes, a leitura, um ofício, as ordens sacerdotais, as alianças matrimoniais e o parentesco espiritual. Porém, a primeira ascensão social era a econômica: adquirir bens para que pudessem prestar gratuitamente, serviços à Coroa. Para tal, era necessário desenvolver um ofício; ou melhor, uma indústria. E os livres de cor foram hábeis em estabelecer vários misteres e amealhar bens para sua família.

A presença dos vários ofícios nas vilas mineiras remete às corporações de ofício medievais, nas quais o artesão detinha o poder de controlar a produção e os serviços mister de seu trabalho, porém a regulamentação do ofício e a emissão de cartas de exame perpassavam pelo poder local. Em Vila Rica, como para Salvador e São Paulo, as câmaras tinham papel fundamental em obrigar que “os artífices de cada ofício escolhessem entre si um mestre responsável pela administração dos exames de entrada”<sup>661</sup>. Na emissão da Carta de ofício, era essencial um Juiz de Ofício e um escrivão que pudesse escrever e registrar as permissões. Nas vilas mineiras, não há registros de Corporações de Ofícios e nem das irmandades de cada ofício específico como para Lisboa, Salvador e São Paulo, onde os oficiais mecânicos participavam das comemorações civis e eclesiásticas agremiados em irmandades, diferentemente das vilas mineiras em que as agremiações eram de caráter social e étnico<sup>662</sup>.

---

<sup>661</sup> LIBBY, 2006, p. 62.

<sup>662</sup> LIBBY, 2006, p. 63.

Na matriz do Pilar de São João del-Rei, os artífices também não pertenciam a irmandades. Todavia, eram responsáveis por “ornar e vestir com pompa e magnificência a imagem de São Jorge”, que saía na procissão de *Corpus Christi*. A Câmara da vila de São João del-Rei, em 1821, determinou que o escrivão apresentasse os nomes dos “oficiais ferreiros, caldeireiros e serralheiros que, avisados com antecedência, deveriam aprontar o ‘estado’ de São Jorge para a procissão de *Corpus Christi*”<sup>663</sup>. Anos antes, tem-se notícia de que, na procissão, o orago fora também “aprontado” pelos juízes dos ofícios de latoeiro, ferreiro, serralheiro, ferrador, carpinteiro e pedreiro<sup>664</sup>. A responsabilidade de agremiar os artífices em torno do orago de São Jorge foi da Câmara da vila, que era responsável por realizar com “brilhantismo” a procissão de *Corpus Christi* custeando-a por ser uma festa régia. Na vila, até 1765, um homem representava São Jorge. Depois, a Câmara solicitou uma imagem, a qual os oficiais mecânicos passaram a ornar. A última procissão de que a imagem participou foi em 1847<sup>665</sup>. A demonstração de prestígio e pompa era engalanar São Jorge para a procissão de *Corpus Christi*.

Nas Minas Gerais, não se tem notícia da organização das Corporações de Ofício típicas da Europa, que tinham como um dos objetivos ensinar o ofício mecânico ao aprendiz<sup>666</sup>. Assim, ensinar um ofício passa ser uma prática da família consanguínea e da espiritual. As regulamentações e a expedição das autorizações do exercício do referido ofício (alfaiate, ferreiro, latoeiro, pedreiro etc.) cabiam ao poder local representado pela Câmara. No caso das três freguesias até a criação da vila de Santa Maria de Baependi em 1814, ficara sob a responsabilidade da Câmara da vila de São João del-Rei.

Juntamente com a aprendizagem de um ofício mecânico, havia a necessidade de aprender as primeiras letras, uma vez que o oficial que sabia ler e escrever

---

<sup>663</sup> CINTRA, 1982, v. 1, p.225.

<sup>664</sup> CINTRA, 1982, v. 1, p.232.

<sup>665</sup> CINTRA, 1982, v. 1, p. 164.

<sup>666</sup> LIBBY, 2006, p. 56-73.

poderia organizar seu rol de dívidas da sua tenda e ser escrivão de ofício da Câmara. Com a prática do ofício conjugada com as primeiras letras, ampliavam-se as possibilidades de ascensão social, como ocorreu com o alfaiate Francisco José Lopes da Silva, que redigiu e assinou o empréstimo que fez ao alferes Cândido Hermenegildo Branquinho (Imagem 4).

#### Imagem 4

Crédito em inventário de Francisco José Lopes Silva, 1841

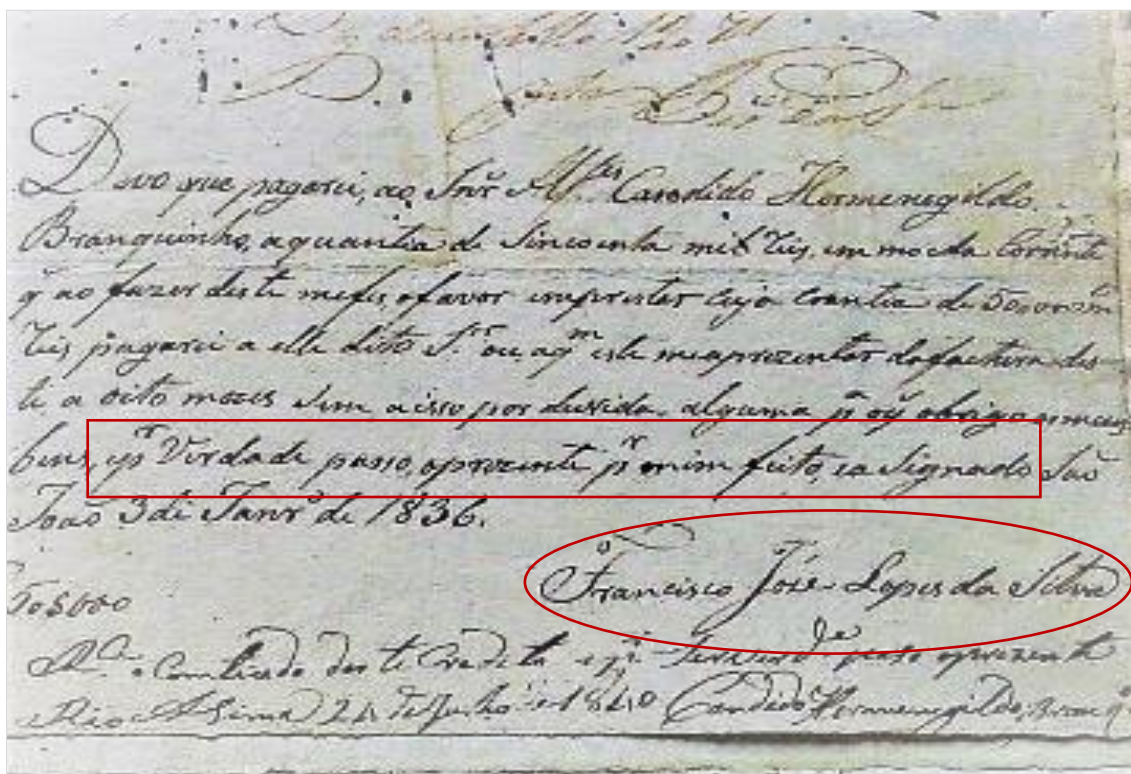


Imagem: crédito de Francisco José Lopes da Silva. “Por ser verdade passo o presente por mim feito e assinado”. Fonte: Foto da autora. AHET-II-IPHAN. Inventário de Maria Esméria da Silveira Romana, 1841. Cx. 221.

Aprender esses ofícios, na Câmara da vila de São João del-Rei, é um pouco fugidio, pois não há uma documentação serial de ofício, apenas uma lista com exame de Ofícios. Assim, como para Vila Rica, as Cartas de Exame<sup>667</sup> não mencionam a qualidade

<sup>667</sup> LIBBY, 2006, p. 65.

daquele que examinava e do examinado, o que dificulta localizar os livres de cor. Nas *Efemérides de São João del-Rei*, há uma relação da eleição dos juízes de ofício e seus escrivães sem mencionar como ela era organizada. Cintra transcreve que, no ano de 1798,

são eleitos juízes para os ofícios mecânicos – ‘por se acharem vagos os ditos empregos’. Juiz do Ofício de carpinteiro: cap. Mateus Ferreira da Costa; Escrivão do dito juiz: Joaquim Ferreira da Silva. Sapateiro: juiz – Antônio José da Silva Lapa, escrivão – cap. Francisco Martins da Silva Couto. Alfaiate: juiz – alf. José Florêncio de Freitas, escrivão – cap. Inácio de Moura. Lanterneiro: juiz – cap. Joaquim Simões de Almeida, escrivão – alf. Antônio Simões de Almeida. Ferrador: juiz – José Alves [Preto] Brito, escrivão – Joaquim Ferreira Veiga. Ferreiro: juiz – Isidoro José Santana, escrivão João Vaz da Costa. Pedreiro: juiz – Estevão Salgueiro, escrivão – Ricardo Antônio Ferreira. Juiz de ofício de seleiro: Francisco Xavier. Escrivão do dito ofício – Inácio Ferreira de Ávila<sup>668</sup>.

Ao cruzar essas informações coletadas por Cintra com os bancos de dados dos batismos, testamentos ou inventariados, foi possível perceber que, dos nomes elencados, a maioria é livre de cor, como o escrivão de sapateiro Joaquim Ferreira da Silva, o sapateiro Antônio José da Silva Lapa e seu escrivão Francisco Martins da Silva Couto, o lanterneiro Joaquim Simões de Almeida e seu escrivão Antônio Simões de Almeida, o ferrador José Alves Preto, o ferreiro Isidoro de Santana<sup>669</sup> e seu escrivão João Vaz da Costa e o escrivão de seleiro Inácio Ferreira Ávila. Além de livres de cor, a maioria desse grupo possuía patente de capitão e de alferes, sendo que, em 1838, Antônio Simões de Almeida alcançou a patente de sargento-mor.

A presença dos livres de cor como oficiais de mecânicos na Comarca do Rio das Mortes é uma constante. Contudo, a documentação está fragmentada. Na Câmara da

---

<sup>668</sup> CINTRA, 1982, v. 2, p. 454.

<sup>669</sup> Ver genealogia 1.2.

vila de São João del-Rei, a documentação com registros de Cartas de Exames foi feita nos *Autos Diversos* de 1777-1778. A outra documentação que permite vislumbrar os ofícios é o mapa populacional da década de 1830. Esse último não abarca todas as capelas em foco, já que apenas alguns Juízes de Paz foram precisos e anotaram a ocupação dos recenseados.

Nos *Autos Diversos* da Câmara da vila de São João del-Rei de 1777-1778<sup>670</sup>, não há menção sobre a escolha e a qualidade dos examinadores. Porém, em 1788, a Câmara nomeou José Alves Preto, um livre de cor, como Juiz de Ofício de Ferrador<sup>671</sup>. Para uma nomeação, pressupõe-se uma escolha. Esta pode ser entre os pares ou nas redes clientelares dos examinadores. Acredita-se numa rede de relações que pudesse permitir as indicações dos examinadores e de seus escrivães apesar de não ter sido encontrado como ocorriam essas escolhas. Nesse período, foram emitidas 47 Cartas de Exame para toda a Comarca do Rio das Mortes. Destas, foi qualificado como livre de cor apenas o sapateiro Domingos João da Cruz. E com o cruzamento de fontes, foi possível descobrir dois livres de cor: os ferreiros Luís de Sousa Gonçalves e Salvador Nunes Correa.

Na África, os homens ganhavam *status* através de empreendimentos no comércio. Em algumas instâncias, por meio da herança, pois a autoridade poderia vir a ser definida não tanto em termo de gentes ou terras, mas de capital social e político. Adquiriam *status* sendo líder religioso ou com a idade mais avançada, isto é, a autoridade estava fundada na sua posição hierárquica com base na idade. O *status* podia ser adquirido também através da “ocupação”, sendo o artesanato de metais e a posição dos ferreiros, em particular na África Ocidental e na Centro-Ocidental, fornecedores de um *status*

---

<sup>670</sup> ACMSJDR. Câmara Municipal de São João del-Rei, Autos diversos. 1777-1778. AUT 63-64.

<sup>671</sup> CINTRA, 1982, v. 2, p. 211.

especial”<sup>672</sup>. Consequentemente, os livres de cor oriundos dessa região poderiam utilizar esses ofícios para a sobrevivência e como símbolo de *status*.

O ferreiro Luís era neto de duas pretas forras, mas que não tiveram sua adscrição mencionada. Assim, não se pode mensurar a influência das lembranças africanas no seu ofício. Esse mister ele aprendera com seu pai<sup>673</sup> e transmitira aos seus filhos<sup>674</sup>. A partir da Carta de Exame, Luís exercia o ofício de Ferrador. Com essa indústria, amealhou os poucos bens para sustentar a família, auxiliado pela esposa Aniceta Maria Dias, que vivia da venda de pão, pois, entre seus bens inventariados, possuía seis pratos de pedra de pão. A ascensão econômica de Luís fora mediana, já que, na ocasião da morte dele, em 1813, o casal possuía apenas as ferramentas de ferreiro (martelos, bigorna, bombas de furar etc.), dois tachos de cobre, os trastes da casa, uma morada de casas na rua do Tejuco e uma Chácara na mesma rua<sup>675</sup>. Já no inventário de Salvador Nunes Correa, em 1808, na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, estavam listados seus instrumentos de ofício, como bigorna, martelo e craveira, mas não há fechamento e partilha dos bens<sup>676</sup>.

Os ofícios e as artes mecânicas “constituíam negócios ‘em família’”<sup>677</sup>. Pelos mapas de população da década de 1830, tem-se uma noção da infinidade de ocupação dos livres de cor e como os misteres dos pais eram aprendidos pelos seus filhos. Nem todos os recenseados possuíram testamentos ou inventários, mas a sua sobrevivência ocorreu por meio de várias ocupações (Quadro 16). Para além de um ofício ou ocupação de alguns livres de cor, na capela de Nossa Senhora de Nazaré, o recenseador Antônio Leite Ribeiro indica ofício como fiandeiro e curtidor, mas em outros aponta que o indivíduo vive

---

<sup>672</sup> RUSSEL-WOOD, 2001.

<sup>673</sup> Ver genealogia 1.8.

<sup>674</sup> Ver capítulo 4.

<sup>675</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Luís da Silva Gonçalves, 1813. Cx. 465.

<sup>676</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Salvador Nunes Correa, 1808. Cx. 461.

<sup>677</sup> LIBBY, 2006, p. 67.

daquela atividade utilizando as expressões “vive de fiar algodão”, “vive de amansar cavalos”, “vive de engenho de cana”, “mestre de meninos”, “vive de feitorar”, “vive de criação de gado” e “vive de roça”<sup>678</sup>. Na capela de Nossa Senhora do Bonsucesso, no fogo de Francisco da Silva Miranda, pedreiro, casado com Theodora Maria Felizarda, fiandeira, os filhos seguiram os ofícios dos pais. Dessa forma, no fogo dos Miranda, os 20 membros ficaram com as ocupações da seguinte forma: um filho pedreiro, um genro pedreiro e outro jornaleiro, duas filhas fiandeiras e uma costureira, duas crianças, seis escravos pedreiros, uma criança escrava, uma cozinheira e uma escrava fiandeira<sup>679</sup>.

Na Capela de São Francisco do Onça, havia dois fogos dedicados ao ofício de ourives: o de Valentim Ferreira Marques e o de Manoel Luís de Jesus. No fogo de Valentim, o juiz de paz João Luís França é mais detalhista e nomeia, além do chefe ourives, uma fiandeira e dois mineiros. Ao se confrontarem os dados de 1832 com os do inventário, é possível observar que o ofício não permitiu que a família amealhasse muitos bens, pois o monte-mor chegou apenas a 697\$500. Outro fato é que as ferramentas típicas desse mister não estavam presentes: apenas um descaroçador de algodão e dois bancos de carpinteiro<sup>680</sup>. Esse último ofício não fora mencionado para nenhum dos membros do fogo e pode ter sido aprendido posteriormente. As múltiplas atividades do fogo o tornavam autossuficiente na produção de bens de subsistência, sendo necessária a aquisição apenas de sal e daqueles não produzidos nas pequenas propriedades.

---

<sup>678</sup> APM, Mapa de População da Capela de Nossa Senhora de Nazareth, Termo da Vila de São João del-Rei, 1831. MP-Cx.06. doc. 20.

<sup>679</sup> Bom Sucesso. Disponível em <<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=11416>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

<sup>680</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Valentim Ferreira Marques, 1873. Cx. 152.

## Quadro 16

### As ocupações dos livres de cor nas capelas na década de 1831

Ocupação	Alagoa	Aiuruoca	Guapera	Favacho	S. Vicente	Serranos	Turvo	Varadouro	Nazaré	Piedade	Onça	Bom Sucesso	Sto. Amparo	S. Tiago
S/ inf.	100	75		4		63	65		131	110	54	11	7	17
alfaiate	22	23	5	12	24	10	37		20	10	3	17	21	8
andador/andante													2	
arrieiro							0				2			
boiadeiro							17							
caixeiro									1					
caldeireiro									6					
carpinteiro	25	2	10	0	17	32	55		41	21	9	20	26	12
carreiro									7					
cirurgião							9							
costureira		6				5	8		4	29		5		
cozinheira					3									
criador	1								7	9	10			
curandeiro					1									
curtidor									12	2				10
enfermeira				7										
enfermo/ idoso	17		5				11		5				11	
engenheiro de cana									28					
estudante		1												
faiscador			4						4		5			
fazendeiro														23
feitor							9		4					
ferreiro	7	18	15			18	49		11	3		25	18	8
fiandeira		2	33	28	22	21	50	24	95		27	155	166	29
fogueteiro		2												
folheiro														
forneiro							2							
indigente					14						3		9	
jornaleiro	2	71	14	12	78	44	52	1	71	152	46	146	67	66
lavrador	425	145	220	36	38	425	579	130	128	65	57	298	170	26
mineiro									9		7	18		
músico		15	12				4					36		
negociante		35			16	21	62	5	24	16	15	2	20	0
oficial de justiça		8												
ourives					5						24	0	5	
paneleiro	4	5		7			3	2				3	5	6
parteira				3			2							
peão				3										
peão jornaleiro									7					
pedreiro		17			2	4	16			20		43	8	
peneireiro									10				9	5
pescador							6		1					
picador									11					
professor						1	13		1		13			
professor de medicina							12							
quitandeira ou doceira	14											8		
rendeira	3						3		1			2		1
sapateiro	9	22		12	5	12	57		34	10		16	19	18
taberneiro									17	3				
tecedeira							3		9	4			2	
tropeiro	8	0	8	7			11				5		5	
valeiro									2					
Total	637	447	326	118	238	656	1135	162	701	454	280	805	570	229

Fonte: Mapa populacional da década de 1830 (CEDEPLAR).

No fogo de Luís, o juiz de paz nomeou apenas o ofício do chefe e elencou os moradores livres e o único africano, cuja condição é sem informação. Ao comparar os dados do mapa populacional com o inventário, denotam-se os bens da arte, como “uma banca de ofício de ourives com duas gavetas sem chaves, duas bigornas, ferros e utensílios

relativos ao ofício”, os bens semoventes, como seis vacas, uma novilha, uma bezerra, um touro, uma égua parida e um cavalo, os bens de raiz que são partes na fazenda Volta Grande da Estiva e “uma morada de casa de vivenda nesta fazenda”, e os escravos Margarida, João oficial de ourives e seus filhos Maria e Manoel<sup>681</sup>. O ofício de ourives de Luís era auxiliado pelo seu escravo, que não foi mencionado no mapa de população, assim como sua esposa e seus filhos. O ofício permitiu que o fogo pudesse prosperar, pois, na ocasião do inventário, o monte-mor era de 2:849\$140.

Na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, o juiz de paz Jerônimo Arantes Marques recenseou a população da matriz e arraial nomeando as ocupações. A maioria dos chefes dos fogos era de lavradores, ou seja, aqueles dedicados à agricultura e à pecuária, com poucos escravos, diferentes dos fogos das capelas pertencentes à freguesia do Pilar. Um dos chefes que chama atenção é Camilo de Lelis Nogueira, um estudante, que morava só. Não se tem mais informações sobre o estudante, apenas que ele tinha 23 anos. Com essa idade, ele provavelmente deveria ser aluno de gramática do professor Jose Esaú dos Santos, onde, no seu fogo, moravam nove estudantes. Outro fogo, no arraial de Aiuruoca, que demonstra a profusão de ocupação para a sobrevivência, é o da viúva Ana Esmeria. Esse fogo é composto pela chefe, uma tecedeira, Ana Esméria, dois filhos músicos, um filho sapateiro e uma filha de ocupação não discriminada, possivelmente seguiria a da mãe<sup>682</sup>. Já na capela de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação, o juiz de paz descreve os ofícios como fiandeiras, tecedeiras, costureiras e rendeiras e outras ocupações como “tocador de gado”, “tocador de burros”, “mestre particular das primeiras letras”, “professor de medicina e cirurgia”, desocupado e vadio. Os componentes dos fogos desempenhavam misteres herdados de seus

---

<sup>681</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Manoel Luís de Jesus. 1835. Cx. 31.

<sup>682</sup> APM, Mapa de População do distrito da Matriz da Aiuruoca, termo de Santa Maria de Baependi, 1831. MP. Cx. 13, doc. 10.

antepassados. Era assim no fogo chefiado pela viúva Joana Pereira, agricultora, com os seus três filhos ferreiros, uma filha quitandeira, um filho sem informação da ocupação e três escravas. A mais velha delas era também quitandeira. A produção do fogo ia desde o cultivo dos gêneros alimentícios, o fabrico dos quitutes e venda destes à prestação de serviços com o ofício de ferreiro<sup>683</sup>.

Nos inventários, por exemplo, da vila de São João del-Rei, havia nas listagens de bens inventariados instrumentos de trabalho, como tachinhos de fazer amêndoas e bacias de fazer pão de ló e canudos. Essas iguarias eram vendidas nos tabuleiros pelas ruas das vilas e arraiais. O produto poderia ser próprio ou agenciando. Foi com a indústria do tabuleiro, principalmente com a oferta das amêndoas<sup>684</sup>, que a livre de cor, Germana Maurícia, conseguiu amealhar bens que lhe possibilitaram adquirir sua morada de casa e levar, para junto de si, os seus filhos expostos<sup>685</sup>.

Ao unir as informações dos ofícios presentes nos mapas de população com os mencionados ou imputados a partir dos bens listados nos inventários e testamentos, pode-se analisar a ascensão econômica dos livres de cor. Nos inventários e testamentos das três freguesias, alguns livres de cor mencionam seu ofício. Entre os testamentos e inventários, têm-se os pedreiros José Gonçalves e Timóteo Manoel Furtado, os sapateiros Gervásio Pereira Lima e Francisco de Paula Siqueira, o alfaiate Joaquim Pinto de Sousa, o barbeiro Francisco Gonçalves dos Santos, o cirurgião-barbeiro e ferreiro José Alves Preto e seu filho Marcelino José Alves Preto, o professor de medicina Gervásio Coelho Barbosa e os músicos José Correa Arnault, Inácio Correa Arnault, José Máximo Coelho, João Leocádio do Nascimento, Lourenço José Fernandes Brasiel e José Marcos de Castilho, homens que

---

<sup>683</sup> APM, Mapa de População do curato do Turvo, termo de Santa Maria de Baependi, 1831. MP-Cx.13-doc.16.

<sup>684</sup> São muito apreciadas até hoje em São João del-Rei e vendidas tradicionalmente em cartuchos na Semana Santa.

<sup>685</sup> Ver capítulo 3.

viviam do seu ofício e deixaram legados para suas famílias. Esses últimos utilizavam a leitura no exercício de seus ofícios, por isso serão analisados separadamente.

Os pedreiros José Gonçalves e Timóteo Manoel Furtado, além do ofício, tinham em comum outra situação: não tiveram filhos e seus herdeiros foram seus sobrinhos. O primeiro tem uma saga interessante: nasceu na capela de Pompéu e faleceu na matriz de Monserrate. Por ocasião do seu falecimento, tinha vários jornais do seu ofício para receber no Rio do Peixe, em Tamanduá e em Paraopeba, indicando como estava trabalhando com seu ofício até chegar a Baependi. No testamento, José deixa claro que os bens adquiridos eram por meio do seu ofício de pedreiro, como a aquisição do escravo Bonifácio. Por este ele pagou uma parte ao comerciante local e o restante ficou para o sargento-mor Antônio de Castro de Sousa pagar no valor dos “jornais de [seu] ofício de pedreiro” que trabalhou em “suas obras”. Além dos escravos, José possuía um cavalo, uma sela e 20 cabeças de gado, que ficavam na casa de d. Francisca Teresa Nogueira. As relações com d. Teresa eram muito próximas. Afora o gado, ela devia para ele jornais do seu escravo e o valor dos valos<sup>686</sup> construídos no seu quintal<sup>687</sup>.

O segundo morava na matriz do Pilar, “a quarenta anos pouco mais ou menos, vivendo sempre pelo meu trabalho do ofício de pedreiro” e não possuía muitos bens ao declarar que não era para fazer partilha judicial por “que não possuo casa própria, nem escravo algum e só sim alguma limitada ferramenta do meu uso e o vestuário do meu uso”<sup>688</sup>. A situação econômica de Timóteo não permitiu a aquisição da sua própria morada de casas e escravos, mas os poucos bens não foram para o Juiz de Órfãos, e sim para sua família consanguínea.

---

<sup>686</sup> Valo é um “muro de pedra, ou terra para cercar, defender a entrada”. SILVA, 1789, p. 829.

<sup>687</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de José Gonçalves. 1804. Livro de Testamento n.º 13, fl. 194; e MNMB-BAE. Testamento de José Gonçalves. 1804. Livro de Registros de Óbitos, 1786-1801. Imagem 81. Matriz de Nossa de Monserrate.

<sup>688</sup> AEMNSP/SJDR. Testamento de Timóteo Manoel Furtado. Livro de Registros de Óbitos. Tomo III. p. 284v, 1804-1807. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

Em alguns casos, o testamento permite desvelar apenas o ofício, como o caso do sapateiro Gervásio Pereira Lima, morador na matriz do Pilar, que constitui uma família ilegítima<sup>689</sup>, porém no testamento não menciona os bens obtidos, somente o rol do “meu ofício de sapateiro” e os filhos como seus herdeiros<sup>690</sup>. Já no inventário do sapateiro Francisco de Paula Siqueira, casado com Maria Procópio de Jesus, há várias informações como um “tinteiro”, “obras de sapateiro, ferramentas e algum cabedal do mesmo ofício”, “41 pares de sapato de couro de mulher e de homem”, “um par de botins de homem” e “30 formas de sapateiro”. E o ofício rendeu ao casal um monte-mor de 1:390\$310 réis<sup>691</sup>. Porém, Francisco não seguiu o ofício do pai, o tenente-coronel Joaquim José de Siqueira, que, pelos bens de seu inventário, era caldeireiro<sup>692</sup>, mas que poderia ter sido seguido pelos seus outros quatro filhos. Os ofícios permitiam uma sociabilidade ao atender aos seus clientes e, conseqüentemente, uma ascensão social e econômica.

## **5.2 Os ofícios mecânicos dos livres de cor: músico, cirurgião-barbeiro, boticário e professor de primeiras letras**

A circulação de impressos esteve presente nas Américas desde a colonização e, na maioria das vezes, os livros estavam ligados ao ofício de quem os possuía<sup>693</sup>. A leitura e a escrita poderiam ser sinônimas de ascensão social e o uso dos livros entre os

---

<sup>689</sup> Ver capítulo 3.

<sup>690</sup> AEMNSP/SJDR. Testamento de Gervásio Pereira Lima. Livro de Registros de Óbitos. Tomo III. p. 330, 1804-1807. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

<sup>691</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Francisco de Paula Siqueira, 1838. Cx. 386.

<sup>692</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Joaquim José Siqueira, 1838. Cx. 261. Caldeireiro é aquele que faz tachos e vasos de cobre que vão ao fogo. SILVA, 1789. p. 325.

<sup>693</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

oficiais mecânicos um complemento a seus afazeres como o cirurgião-barbeiro, o professor de medicina, o presbítero, o boticário e o músico.

A circulação de livros entre a América e a Europa foi uma constante. Inicialmente, não havia uma fiscalização acerca dos títulos que chegavam, mas com a Contrarreforma religiosa os títulos que aportavam na América foram alvos de um controle mais rígido exercido pelo Santo Ofício<sup>694</sup>. Cabe salientar que “los puertos atlánticos de la Península Ibérica y los de las islas Canarias fueron puentes de contacto e intercâmbio cultural de gran relieve”<sup>695</sup> com um intenso tráfico de livros. O empenho em coibir o tráfico, particularmente entre Portugal e o Brasil, foi uma postura da Coroa portuguesa, pois, a partir de 1768, no reinado de D. José I, o papel de fiscalização e proibição dos impressos estava a cargo da Real Mesa Censória. Já na Regência do Príncipe D. João, o controle passou a ser atribuição dos censores da Inquisição, do Ordinário e do Desembargo do Paço<sup>696</sup>.

Anteriormente à instalação da Imprensa Régia no Brasil e à criação de jornais locais, houve uma constante entrada e posse de livros proibidos no Brasil<sup>697</sup>. Na vila de São João del Rei, de inícios do século XVIII a meados do século XIX, a posse de livros era condicionada por aspectos socioeconômicos e concentrava-se nas mãos de homens livres e brancos, especialmente entre aqueles que conjugavam o cultivo de terras e o exercício de um ofício para o qual os livros eram importantes. Essas pessoas eram padres, advogados, boticários, militares, professores e funcionários da administração imperial<sup>698</sup>.

---

<sup>694</sup> ROSARIO, Márquez Macías. La actividad cultural en los puertos del Caribe en el siglo XVIII. El caso del comercio de libros. In: ROSARIO, Márquez Macías. *Ciudades portuarias en la gran cuenca del Caribe, Visión histórica*. Barranquilla: Ediciones Uninorte, 2010. p. 40.

<sup>695</sup> RAMÍREZ, Pedro Rueda; SÁNCHEZ, Carlos Alberto Gonzáles. *Com recato y sin estruendo: Puertos atlánticos y visita inquisitorial de navios*. Sevilha: s/d. p. 139.

<sup>696</sup> VILLALTA, 2006, p. 112.

<sup>697</sup> VILLALTA, 2006, p. 114.

<sup>698</sup> MORAIS, Cardoso Morais. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. 2009. Tese (Doutorado)-Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

No entanto, ainda que os proprietários de livros tivessem um perfil elitizado, havia pessoas localizadas em níveis mais baixos da hierarquia social<sup>699</sup> que também se ocuparam em constituir suas bibliotecas e se instruírem, pois alguns “homens de cor” possuíam livros e sabiam ler e escrever<sup>700</sup>.

Entre os livres de cor com ofício declarado ou não nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Monserrate, que testaram ou fizeram inventários, observa-se a presença da posse de livros e a busca pelo ensino das primeiras letras para seus descendentes. Antes de analisar a posse de livros desses livres de cor, é preciso considerar dois aspectos. O primeiro é que a presença de livros nas casas dos livres de cor não implicava leitura, assim como a sua ausência não significava o desconhecimento dos seus conteúdos. Cabe salientar ainda que, pela circulação de manuscritos e de folhas avulsas nas lojas e boticas, as obras eram comentadas e as pessoas tomavam conhecimento de assuntos diversos<sup>701</sup>. O segundo aspecto é o fato de os testamentos e inventários *post mortem* não abarcarem a circulação de livros e impressos, pois apenas fornecem dados sobre a circulação e posse de livros, não permitindo avaliar as práticas de leitura nem as apropriações feitas pelos leitores do material lido<sup>702</sup>.

Para além da posse, leitura e circulação de livros, percebe-se que entre os livres de cor havia uma intrincada rede de relações sociais, o que possibilitava uma interação desde os laços de parentesco espiritual (compadrio) até a socialização das leituras e ou de livros.

---

<sup>699</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 301.

<sup>700</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 95-96.

<sup>701</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil/FAPESP, 1999. p. 159.

<sup>702</sup> VILLALTA, 1997, p. 302.

Os ofícios eram ensinados ou pagos para que outros ensinassem, como se pode ver na história de Marcelino José Alves Preto. O seu ofício e o de seu pai, o capitão José Alves Preto, eram ferrador e cirurgião-barbeiro. O ofício de cirurgião-barbeiro permitia a sobrevivência do oficial e era muito procurado, como afirma Francisco Coelho de Souza, em 1828, no seu testamento: “tenho vivido das artes de barbeiro e sangrador, tenho muitos fregueses”. Ainda, possuía uma morada de casas na rua das Mônicas, “uma chácara na paragem denominada Barro Vermelho e os meus bens que por meu falecimento se achar”<sup>703</sup>.

Havia os barbeiros ambulantes e os cirurgiões-barbeiros de loja, encontrados até no final dos oitocentos em várias cidades. A permanência desses ofícios era devida à sua grande popularidade e à transmissão do conhecimento para outros indivíduos, formando uma rede de cirurgiões, em sua maioria ex-escravos, que dominavam a prática de sangrar, sarjar, lançar ventosas e sanguessugas<sup>704</sup>.

O livre de cor Jose Alves Preto, juiz de ofício de ferreiro da Câmara da vila de São João del-Rei, era também cirurgião-barbeiro, pois, no seu inventário, sua esposa declara que há “um livro em que o defunto meu marido fazia assento de algumas pessoas a quem curava como cirurgião e de outras quem ferrava ou mandava ferrar bestas por um seu escravo ferrador”<sup>705</sup>. O cirurgião-barbeiro realizava o procedimento de intervenção cirúrgica, como sangrias, escarificações, extração de balas, aplicação de ventosas e sanguessugas, ferimentos externos e outras atividades dependentes da habilidade manual<sup>706</sup>. Entretanto, os licenciados não possuíam formação teórica, não frequentavam

---

<sup>703</sup> AHET-II-IPHAN. Testamento de Francisco Coelho de Sousa, 1832. Livro de testamento 52, fl. 43v.

<sup>704</sup> FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./out. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000300003&script=sci\\_arttext&tlng=es#n13](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000300003&script=sci_arttext&tlng=es#n13)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>705</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário do Capitão José Alves Preto, cx. C-47.

<sup>706</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência nos Trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997. p. 34-35.

as universidades e aprendiam praticando e sendo treinados por mestres que podiam também serem mulheres, pois, em 1778, Maria do Rosário, da Costa da Mina, na Matriz do Pilar, deixou para sua madrinha, mulher de Jacinto Pereira, a bacia de sangrias<sup>707</sup>. Em 1823, o sapateiro, cirurgião e capitão Antônio José da Silva Lapa doou para sua sobrinha e afilhada, Ana Pimenta das Mercês, as suas ferramentas de cirurgião, à qual deve ter ensinado o ofício<sup>708</sup>. Os seus laços com a família Brasiel eram sólidos, pois, na hora da fragilidade da doença e da morte, encontrava-se na casa do cunhado, o alferes Lourenço Fernandes Brasiel, e o nomeou, bem como o sobrinho e o marido de Ana, como seus testamenteiros.

Aprender um ofício poderia ser dentro da família ou como aconteceu com Marcelino Jose Alves Preto, filho natural José Alves Preto. Ao embargar a partilha do inventário do pai, narra como aprendera os ofícios de cirurgião-barbeiro e de ferreiro. Na petição para anular a partilha dos bens, afirma que o pai o reconhecia como filho “no estado do cativo como no da sua liberdade tratando e vestindo o mesmo [...] na sua menoridade, fazendo-o aplicar a escola e o ofício de barbeiro”, e, quando foi alforriado, o seu pai “então já livre se obrigou e pagou [...] a parcela [da alforria] ao dito Doutor Manoel José Dias<sup>709</sup>. Na alforria lançada no Livro de Notas em 1800, consta que Marcelino “pagou meia libra e o licenciado José Alves Preto a outra parte ao Doutor Manoel José Dias”<sup>710</sup>. Cabe salientar que José Alves Preto empenhou para que o filho aprendesse as primeiras letras e o ofício de cirurgião-barbeiro mesclando, provavelmente, as curas dos saberes locais com os livros de medicina que possuía.

---

<sup>707</sup> Inventário e Testamento de Maria do Rosário, 1779, cx. 223.

<sup>708</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário do Capitão Antônio José da Silva Lapa. Cx. 132. CINTRA, 1982. v. 1, p. 310.

<sup>709</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário do Capitão José Alves Preto. Cx. C-47.

<sup>710</sup> AHET-II-IPHAN. Livro de Notas, 1800.

Entre os bens inventariados de José Alves, estavam duas pinças, três truques, roupas, cinco escravos, móveis da casa, “um livro de Anatomia Martins, um dito de Cirurgia e Cura, um dito [...] Apolinário, um dito Carmo, um dito Castelo Forte (Tomo 2º), um dito Antônio Gomes Lourenço e oito livros velhos, que no inventário não foram avaliados”. Eram livros utilizados no ofício de cirurgião, que misturavam os conhecimentos oriundos do cotidiano marcado pelos costumes indígenas e matrizes africanas com os tratados de medicina do Reino<sup>711</sup>. Por ocasião do inventário do filho Marcelino<sup>712</sup>, não há menção aos livros de medicina e se algum de seus filhos também herdara o ofício.

O outro livre de cor que possuía vários livros era o professor de medicina Gervásio Coelho Barbosa, morador na Capela de Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação. Entre os bens de Gervásio, além dos 28 livros de medicina, estavam “todos os vidros de botica com remédios, um caixote com remédios, quatro caixotes velhos e um par de bichas”, que indicam o ofício de boticário. Para o juiz de paz, em 1831, ele era conhecido como professor de medicina, que trazia um *status* acima dos cirurgiões e boticários. Há uma mescla entre o domínio da leitura e do conhecimento prático, pois não há relato ou informação de “formação institucional para o desempenho das atividades dos barbeiros sangradores e/ou barbeiros de lanceta. As técnicas eram passadas pela aproximação com os mais velhos. A troca de conhecimentos se dava através da prática e da transmissão oral”<sup>713</sup>. Isso justifica o título de professor a Gervásio e a ascensão social com esse ofício foi expressivo, pois, ao falecer, possuía 12 escravos, um sítio de cultura

---

<sup>711</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. p. 101, Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/Barbeiros\\_cirurgioes\\_e\\_medicos\\_nas\\_Minis](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Barbeiros_cirurgioes_e_medicos_nas_Minis)>. Acesso em: 14 maio 2016.

<sup>712</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Marcelino José Alves Preto, 1808. Cx. 199.

<sup>713</sup> FIGUEIREDO, 1999.

e criar, com casas de vivenda no Bom Jardim, e uma morada de casas no arraial de São Vicente<sup>714</sup>.

A música esteve presente na América portuguesa nos setecentos. José João Teixeira Coelho, em sua *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, de 1780, menciona a existência de muitos mulatos ociosos, que se dedicavam à música e eram tantos “na capitania de Minas que certamente excedem o número dos que há em todo o reino”<sup>715</sup>. Para além das preocupações de Teixeira Coelho, a colônia necessitava da presença do músico para os atos litúrgicos, sendo a música basicamente sacra. O músico nas Minas Gerais atendia às demandas das igrejas matrizes, das capelas, das irmandades religiosas, das ordens terceiras e das Câmaras das vilas<sup>716</sup>.

A música era outro ofício que demandava leitura. O domínio das primeiras letras era necessário para copiar as músicas e o texto em latim. Sendo assim, “sua caligrafia era excelente, prolixa e fluida, consequência de constantes cópias de música e do texto em latim”<sup>717</sup>. Esse ofício permitia ascensão social das famílias e, principalmente, a presença em todas as missas solenes contratadas pelas irmandades ou pela Câmara. A rede de contatos que permitia a ascensão social adivinha das “qualidades técnicas e estilísticas, [d]a conduta individual, [d]o *status* social e [d]as ligações pessoais com as altas autoridades civis e eclesiásticas...”<sup>718</sup>

Na matriz do Pilar, entre os vários músicos livres de cor, foram encontrados testamentos ou inventários de José Marcos de Castilho, de João Leocádio do Nascimento

---

<sup>714</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Gervásio Coelho Barbosa. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 13. doc. 13. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>715</sup> SOUZA, Fernando Prestes de; LIMA, Priscila de. Músicos negros no Brasil colonial: trajetórias individuais e ascensão social (segunda metade do século XVIII e início do XIX). *Revista Vernáculo*, n. 19-20, 2007. p. 42.

<sup>716</sup> LANGE, Francisco Curt. A música barroca. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968a. v. 2, p. 135-139.

<sup>717</sup> LANGE, Francisco Curt. Os irmãos músicos da Irmandade de São José dos Homens Pardos, de Vila Rica. *Anuario Interamericano de Investigacion Musical*, v. 4, p. 138, 1968b.

<sup>718</sup> SOUZA; LIMA, 2007, p. 39.

e do alferes Lourenço José Fernandes Brasiel; e para a capela de Nossa Senhora Santana da Guapera, José Máximo Coelho Inácio Correa Arnault e José Correa Arnault. Para a matriz do Pilar, o número de músicos era superior, pois foram criadas duas orquestras, a Lyra Sanjoanense e a Ribeiro Bastos, todas ligadas a livres de cor<sup>719</sup>. A presença de músicos na matriz pode ser explicada também pelo fato de que a irmandade, ao contratar um músico (maestro) para os ofícios religiosos, exigia um número maior de componentes. No ano de 1827, a Ordem Terceira de São Francisco de Assis contratou o coro de música dirigido

pelo Professor José Marcos de Castilho por 127\$200 mil réis e a distribuição ficou da seguinte forma, diretor – Veríssimo Rodrigues César, baixo, tiple<sup>720</sup>, rabecas: João José das Chagas, João Alves de Castilho, Francisco de Paula Miranda, trompas: Frutuoso Coelho, Camilo Antônio do Carmo e Francisco Lopes das Chagas e clarineta Carlos Antônio da Silva<sup>721</sup>.

No ano seguinte, a Ordem ajustou com o alferes Lourenço José Fernandes, na qual impunha quatro condições:

“1) o coro deveria possuir 15 membros: quatro rabecas, duas clarinetas, duas trompas, um trombone, dois rabecões e quatro vozes. 2) o Diretor do coro preencheria as vagas com pessoas que desempenhassem bem os seus deveres. 3) a Mesa possuía autoridade para indicar os músicos que, sem justo motivo, não cumprissem suas obrigações. 4) o Diretor poderia comparecer às festividades fora da Vila, desde que a ausência

---

<sup>719</sup> COELHO, Eduardo L. *Coalhadas e rapaduras: estratégias de inserção social e sociabilidades de músicos negros*. 2011. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

<sup>720</sup> Tiple é um menino cantor. Segundo Rocha, tiple seria o papel de um soprano. Provavelmente, por se tratar de um menino, ele não poderia assinar recebimento, o que, normalmente era feito pelo diretor da orquestra, a quem, muitas vezes, ficava também a incumbência de prover sua educação. ROCHA, Edilson Assunção. *Proposta para interpretação da Missa Grande de Antônio dos Santos Cunha: Teoria e prática da execução musical*. 2005. Dissertação (Mestre em Execução Musical)-Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 21.

<sup>721</sup> CINTRA, 1982, v. 2, p. 455.

não excedesse de um mês, não faltando, porém, às festas principais da Ordem”<sup>722</sup>.

A exigência da Ordem Terceira para que não ocorressem longas ausências pode ser também exemplificada pelos mapas populacionais da década de 1830. Dentre as capelas e a matriz em que o Juiz de Paz elencou o ofício dos recenseados, havia a presença de músicos na capela de Nossa Senhora Santana Guapera, na capela de Nossa do Porto da Eterna Salvação e na capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Nessa última, há indícios de uma escola, pois a maioria dos componentes estão abaixo de 15 anos de idade e nem sempre o chefe do fogo é músico (Quadro 17).

### Quadro 17

Músicos, mapas populacionais das freguesias de Aiuruoca e Pilar, década de 1830

Matriz/ Capela	Chefe do fogo ou membro	Idade	Estado civil	Ocupação
Aiuruoca	Manoel Inácio	18	solteiro	músico
	Jose Inácio	14	pardo	músico
	Chefe/João Selestiano Coelho	53	casado	músico
	José Maximo	20	solteiro	músico
	Chefe/Manoel Ignacio	48	solteiro	músico
Bom Sucesso	Chefe/Francisco de Paula	27	solteiro	músico
	Chefe/Francisco Suares de Jezus	44	casado	músico
	Chefe/Adrianno Suares	38	casado	músico
	Chefe/Serafim dos Anjos	48	casado	músico
	Chefe/Francisco da Paixao	17	solteiro	músico
	Manoel Suares	16	solteiro	músico
	Selestianno Suares	12	solteiro	músico
	Joze Luis	14	solteiro	músico
	Joaquim Luis	12	solteiro	músico
	Chefe/Antonio Pereira de Medeiros	40	Casado	músico
	Chefe/Antonio Pereira de Medeiros	30	Casado	músico
	Santana de Guapera	Chefe/Inácio Correia Arnault	44	Casado
Joze Correa		23	solteiro	músico
Turvo	Jose	12	s/inf	músico
	Chefe/Felis Borges	50	Casado	músico

Fonte: Mapa populacional da década de 1830 (CEDEPLAR).

<sup>722</sup> CINTRA, 1982, v. 2, p. 502.

O ofício do músico não se restringia apenas o lugar de morada. Em 1831, João Leocádio do Nascimento estava no Turvo com as partituras do sogro e acompanhado de outros músicos. No período da sua ausência, na matriz do Pilar, ocorreu provavelmente o falecimento do sogro, o alferes Lourenço José Fernandes Brasiel, em junho de 1831. A esposa faleceu três meses depois sendo necessário fazer o inventário de Lourenço com a morte da filha e por ter herdeiros órfãos. Destarte, o inventário de Ana só foi feito em 1837, talvez pelas disputas pelas partituras e instrumentos musicais que ficaram com o falecimento do alferes Lourenço.

A família do músico e alferes Lourenço José Fernandes Brasiel, na segunda geração, além do casal, era composta por quatro filhos. Dois se tornaram sacerdotes: Francisco de Assis Brasiel e Pe. Antônio da Trindade Fernandes Brasiel, um musicista, Joaquim Bonifácio Brasiel, e Ana, que se casou com o músico João Leocádio do Nascimento. A família tinha uma rede de relações com seus pares e com a elite política da vila de São João del-Rei. Os dois filhos ingressaram em 1817 na Ordem do Carmo, Francisco com 26 anos e Antônio com 29 anos, indicando o entrelaçamento das redes de relações nos coros e nas sacristias ao longo dos anos. Outra demonstração dessa rede de relações é quando o Pe. Francisco de Assis Brasiel torna-se o primeiro bibliotecário e editor do jornal *Astro de Minas*. O padre estava próximo do idealizador e criador da primeira Biblioteca Pública de São João del-Rei e de Minas Gerais, em 1827, o político Baptista Caetano de Almeida<sup>723</sup>. Na visita à recém-organizada biblioteca, numa das salas da Câmara, Walsh, descreve o padre da seguinte forma:

o bibliotecário é um padre mulato, de aparência bastante curiosa – baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito. Além de bibliotecário, ele é editor do ‘*Astro de*

---

<sup>723</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

*Minas'*, um jornal de São João fundado há um ano. [...] Ele falava um pouco de francês e nos forneceu, gentilmente, todas as informações ao seu alcance<sup>724</sup>.

Sobre o irmão do padre Antônio, não há muitos registros. Já seu irmão, Joaquim Bonifácio Brasiel, conquistou o posto de maestro e a patente de tenente, renovando o contrato de música anual, consecutivamente, em 1833 e 1834, com a Ordem Terceira de São Francisco. Também, tinha contratos com outras irmandades, como a de São Gonçalo Garcia<sup>725</sup>. Os bens que ficaram com a morte de Lourenço, como as 89 partituras de música e os instrumentos, “um rabeção grande, um rabeção pequeno, um rabeção quebrado, uma clarineta, um jogo de trompa velhas, um jogo de trompa, um rabeção, um cravo quebrado, um violoncelo feito cá, dois clarins, uma flauta quebrada, um flautim”<sup>726</sup>, foram motivos de disputa entre os herdeiros e seu inventário, ou se perdeu, ou não fechou.

No inventário de Ana Pimenta das Mercês, cujo monte-mor do casal era de apenas 460\$379, a maioria dos bens inventariados do casal estavam relacionados ao ofício da música e foram herdados do pai:

uma tesoura de papel, um livro de responsório de Exéquias, um Catecismo, um Missal festivo, seis ladainhas por vários autores, 10 Sinfonias de vários autores, um ofício de José Joaquim Emerico<sup>727</sup>, várias matinas da noite de Natal, um salmo do Pe. José Maurício<sup>728</sup>, umas matinas do sábado de Aleluia, um moteto da Senhora das Dores por Manoel Dias, outro dito dos Passos cantado e instrumentado, uma novena de Nossa Senhora por Antônio dos Santos, um salmo de Roma,

---

<sup>724</sup> WALSH, 1985, 2 v, p. 77-78.

<sup>725</sup> CINTRA, 1982, v. 1, p. 54 e 62.

<sup>726</sup> AHET-II-IPHAN. Alferes Lourenço José Fernandes Brasiel, 1833. Cx. 128.

<sup>727</sup> Sobre o músico José Joaquim Emerico Lobo, ver: OLIVEIRA, Katya Beatriz de; RÓNAI, Laura. A prática musical religiosa no Brasil e em Portugal na segunda metade do século XVIII: paralelo e fundamentação para a interpretação vocal da música de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita. *PER MUSI – Revista Acadêmica de Música*, n. 24, 184 p. jul./dez. 2011.

<sup>728</sup> Sobre o músico Pe. José Maurício, ver: OLIVEIRA, Anderson José Machado. Trajetórias de clérigos de cor na América portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social. *Andes, Salta*, v. 25, n. 1, jun. 2014.

uma missa com grande orquestra por Antônio dos Santos, uma dita pelo Pe. José Maurício, uma dita grande pelo Pe. José Maurício [...] um credo por Pedro Teixeira [...] onze grandes de vários autores, um salmo de Pe. José Maurício, um rabeção grande, um flautim [...] uma clarineta...”<sup>729</sup>

Após a morte da esposa, João Leocádio foi morar com seus filhos no arraial do Turvo, onde “vive da arte da música” e onde seu filho José Pimenta Brasiel lecionou música<sup>730</sup>. A ascensão social e econômica pode ser observada entre os músicos Arnault, pai e filho. O pai Inácio Correa e o filho José Correa Arnault foram recenseados na capela da Guapera, onde o pai possuía “uma morada de casas com moinho, monjolo e mais benfeitorias na fazenda Guapera”, “uma parte de terras na Fazenda Tripuí”, “três partes nas casas na rua das Flores” e “uma morada de casas na rua do Retiro com seu quintal e benfeitorias” na matriz de Aiuruoca. Para além da música, era também ferreiro, lavrador e negociante. A casa na rua das Flores possuía “armação para negócio”<sup>731</sup>. Ao mesmo tempo em que possuía “uma caixa com tinteiro”, “uma rabeça com caixa” e metade dos papéis de música, possuía também “um fole, três martelos, dois tenazes de ferreiro” e “seis alqueires de arroz, 19 carros de milho e cinco capados”<sup>732</sup>. As atividades da família de Inácio permitiram alcançar o monte-mor de 2:789\$486. O filho, ao se casar com Emerenciana Maria da Rocha, recebeu de dote da sogra os dois escravos José e Porcina, que, junto ao seu ofício, deve ter auxiliado a família à ascensão econômica, pois o casal fechou o inventário com oito escravos e com o monte-mor de 7:249\$368 mil réis. Nesse inventário, as músicas desaparecem e surge uma bigorna de ourives herdada da

---

<sup>729</sup> AHET-II-IPHAN. Ana Pimenta das Mercês, 1837. Cx. 299.

<sup>730</sup> José Pimenta Brasiel faleceu em 1881 em Vassouras e lecionou música também em São João del-Rei. CINTRA, 1982, 2 v., p. 469.

<sup>731</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Francisca Alexandrina Sales. Cartório do 2º. Ofício. Cx. 16. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>732</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de Inácio Correa Arnault, 1848. Cartório do 1º. Ofício. Cx. 42. doc. 08. Fundo documental de Aiuruoca.

madrasta<sup>733</sup>. O inventário dos músicos Arnault descortina os vários ofícios que se misturavam na sobrevivência nas minas oitocentistas.

O outro músico na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca é José Máximo Coelho, cujo inventário não fechou ou então se perdeu. Nos bens arrolados, além das músicas e dos bens móveis, há 1.000 rolhas de garrafas, um alambique, 400 garrafas, 12 formas de fazer velas, seis novelos de fios de sapateiro e muitas dívidas ativas. Esses bens apontam para a atividade comercial ou produtora de cachaça juntamente com o ofício da música. Após a morte de Inácio Correa Arnault, José comprou da viúva as partituras musicais e seu acervo tornou-se bem representativo: juntamente com duas rabecas e clarinete de dó, possuía “nove cadernos de papel e 67 partituras de músicas”<sup>734</sup>. É uma conquista econômica enorme, ao levar em consideração que, na ocasião do seu casamento, ele morava no fogo do pai.

Na vila de São João del-Rei, o livre de cor, maestro José Marcos de Castilho, possuía “umas casas baixas cobertas de telha com seus respectivos fundos, sitas na rua que sobe pelo lado direito da igreja de São Francisco para o Morro da Forca”, onde certamente morava. Devido à sua importância social como músico, essa rua recebeu o seu nome<sup>735</sup>. A sua ascensão não fora apenas social, mas também econômica, pois o seu monte-mor era de 3:161\$683 e entre seus bens havia notas no banco, dívida ativa de 1:144\$613 com o músico Francisco de Paula Coelho, um quadro dourado de Santa Cecília e uma coleção de músicas<sup>736</sup>.

---

<sup>733</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de José Correa Arnault, 1855. Cartório do 2º Ofício. Cx. 20. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>734</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de José Máximo Coelho, 1864. Cartório do 1º Ofício. Cx. 06 – B. doc. 1. Fundo documental de Aiuruoca.

<sup>735</sup> Em 1821, “a Câmara de São João del-Rei manda publicar um edital para arrematar a obra de concerto da Rua da Prata indo para o Morro do Bonfim, denominada de José Marcos, a qual se acha intransitável. Esclareceremos que o Mestre de Música José Marcos de Castilho faleceu em 1830, na Rua do Morro da Forca”. CINTRA, 1982, v. 2, p. 537.

<sup>736</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário de José Marcos de Castilho, 1832. Cx. C-07.

Na análise dos testamentos e inventário *post mortem* dos livres de cor, cirurgiães-barbeiros, professor de medicina e músicos, observa-se que os livros se relacionavam ao ofício que exerciam. A título de comparação, os livros também eram utilizados pelos ditos homens ilustrados para exercício de um ofício. Porém, a partir dos exemplos mobilizados, deve-se ponderar que a posse e uso de livros para variados fins não era restrita a apenas um grupo social, no caso a elite. Por último, ressalta-se que esses livres de cor construíram relações de sociabilidade e clientela e buscaram, por meio de diferentes estratégias, distinção e ascensão social, uma delas as patentes.

### **5.3 As patentes – a distinção pelo bem vestir**

De posse da acessão econômica, há a busca pela ascensão social por meio de inserção na sociedade em seu entorno com o prestígio adquirido pela música. Pelas ordens religiosas, chega-se às patentes e à participação política. A busca pelas patentes militares foi uma constante desde a colônia até a criação da Guarda Nacional, porém elas se deram em diferentes momentos.

Na colônia, a formação das milícias negras e mestiças na América portuguesa data da Carta Régia de 1766, num contexto no qual se necessitava reforçar “os efetivos militares em função dos conflitos com os espanhóis no sul das possessões portuguesas na América”<sup>737</sup>. Em Minas Gerais, foram formados os *Terços de Infantaria Auxiliar de Pardos e Pretos Libertos*, que era a denominação dada à reunião das companhias auxiliares de infantaria denominadas Companhias de Ordenanças. O papel dos Terços era combater os quilombolas e índios e defender as fronteiras marítimas e terrestres, o que explica a necessidade da criação das companhias em Aiuruoca no início dos setecentos.

---

<sup>737</sup> COTTA, Francis Albert. *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010. p. 66-67.

Conseqüentemente, com a criação dos Terços e Companhias, foram criadas também as patentes. Nos primeiros, o comandante era o Mestre-de-Campo, abaixo os sargentos-mores e seus ajudantes (responsáveis pela disciplina e treinamento dos corpos auxiliares), seguidos pelos capitães, tenentes e alferes. Já nas segundas, havia apenas dois oficiais de patente, o capitão-de-distrito e o alferes, responsáveis em organizar e disciplinar aquele corpo militar. O alferes era um posto na “hierarquia militar situado abaixo do tenente e acima do 1º sargento [...] correspondia ao primeiro degrau na escala do oficialato...”<sup>738</sup>. O comando de diversas *Ordenanças de pé de homens preto, de pardos, libertos* cabia a um capitão-mor com considerável cabedal político e econômico<sup>739</sup>, que nos setecentos em Aiuruoca foi Alvarenga Peixoto<sup>740</sup>.

A grande mudança na graduação das patentes foi com a criação da Guarda Nacional em agosto de 1831, que aliciava os súditos do Império brasileiro independente do *status* e da posição social, numa milícia estamental desempenhando “um serviço essencialmente honorífico, isto é, nenhuma compensação salarial era oferecida em troca pelos auxílios prestados à corporação civil...”<sup>741</sup>. Os objetivos da Guarda Nacional eram “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do império” e, principalmente, “restabelecer a ordem e a tranquilidade pública”<sup>742</sup>. Para tal, foram criadas as *Companhia de Infantaria* com 100 a 140 guardas em cada município; quatro a oito *Companhias* formavam um *Batalhão* e uma *Legião* era formada por mil homens. O comandante, respectivamente, era tenente, capitão, tenente-coronel e coronel; esse último, juntamente com o major, era nomeado pelo governo provincial. As outras patentes

---

<sup>738</sup> BOTELHO, Ângela V; REIS, Liana M. *Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 14.

<sup>739</sup> COTTA, 2010, p. 68-71.

<sup>740</sup> MACIEL, s/d, p. 30-50.

<sup>741</sup> SALDANHA, Flávio Henrique. *Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista (1831-1850)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 119.

<sup>742</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil. Lei de 18 de agosto de 1831. Doravante CLIB.

de tenente-coronel, major, ajudante, alferes, cirurgião, sargento ajudante, sargento quartel-mestre, um tambor-mor ou corneta-mor eram obtidas apenas nos batalhões. Entretanto, essas patentes eram adquiridas por meio de eleições presididas pelo juiz de paz e tinha a validade de quatro anos. Já o pleito para o Estado Maior do *Batalhão* era realizado por meio de eleições secretas e individuais com a participação dos comandantes (capitão, tenente e alferes)<sup>743</sup>.

No período colonial, as promoções e as patentes eram obtidas em “virtude da conjugação dos serviços prestados à Coroa e da inserção dos futuros patenteados em redes clientelares”<sup>744</sup>. No Império, particularmente depois de 1831, os serviços continuaram sendo prestados e as patentes dependiam da renda financeira para se candidatar<sup>745</sup> e a possibilidade de se dedicar aos serviços da Coroa em detrimento ao seu. Os livres de cor buscavam a mobilidade social para si e, conseqüentemente, para sua família. Para entender as trajetórias dos livres de cor e a importância da aquisição das patentes, elas foram divididas antes e após a criação da Guarda Nacional. Entre os chefes das famílias dos livres de cor, para a freguesia do Pilar, nos registros de batismos, as patentes são majoritariamente antes de 1831, como um ajudante, 23 alferes, 14 capitães, oito tenentes e um sargento-mor. Para a freguesia de Aiuruoca, foi encontrado apenas o tenente Antônio Monteiro Matos e nenhuma patente para a freguesia de Baependi. Nessas últimas freguesias, pela matrícula dos *Oficiais e soldados – pardos e libertos da Ordenança de pé do distrito de Juruoca de 1765*, demonstra que a maioria dos oficiais não pertenciam a ela, apenas sete para a primeira e um para a segunda (Quadro 18).

---

<sup>743</sup> SALDANHA, 2006, p. 31-131.

<sup>744</sup> COTTA, 2010, p. 42.

<sup>745</sup> Assim como no período colonial, para participar da Guarda Nacional tinha que arcar com as custas do próprio uniforme. E para se candidatar a uma patente, tinha que ter uma renda, sendo em 1831 – 200\$000 mil réis – e em 1846 – 400\$000 mil réis.

A importância das patentes fica nítida na redação do testamento ou na abertura dos inventários. Pelos inventários e testamentos, os números das patentes dos chefes das famílias da freguesia do Pilar são em maior número e as de comando, como coronel, apenas com a criação da Guarda Nacional.

### Quadro 18

Oficiais e soldados – pardos e libertos da Ordenança de pé do distrito de Juruoca de 1765

Patente	Nome	Freguesia
Capitão	Domíngos Alvares de Carvalho	Vila de São João del-Rei
Sargento	Antônio Rodrigues (...)	
Sargento-supra	Felizardo José	
Cabo de Esquadra	Pedro Martins Coelho	N. Sra da Candelária, Bispado do Rio de Janeiro
	Manoel Correa Estrela	Vila de São José del-Rei
	Manoel Correa	Vila de São João del-Rei
	Antônio Pereira Matos	
	Cláudio Dias	São Miguel de Curitiba, Bispado de São Paulo
	Clemente da Silva Chelas	da Sé, Bispado do Rio de Janeiro
	Salvador Gonçalves	Vila de Taubaté, Bispado de São Paulo
	Inácio Sardinha	Vila de Taubaté, Bispado de São Paulo
	Joaquim José	Aiuruoca
	Manoel Alvares Sousa	Vila de São João del-Rei
	Inácio Cunha	Aiuruoca
	João Pereira	Borda do Campo
	Boaventura Dias Coelho	
	Pedro Martins Coelho	N. Sra da Candelária, Bispado do Rio de Janeiro
	Manoel Brito	Cotia, Bispado de São Paulo
	José da Cunha	Aiuruoca
	João da Silva	Aiuruoca
	Francisco Nogueira de Araújo	Borda do Campo
	Caetano Vaz	Baependi
	Manoel de Aguiar	Vila de Jacareí, Bispado de São Paulo
	Antônio Correa de Matos	Prados
	Martinho Correa	Vila de São João del-Rei
	Antônio Correa	Vila de São João del-Rei
	Pedro Correa	Vila de São João del-Rei
	José Ribeiro da Silva	Aiuruoca
	Pedro da Silva	Aiuruoca
	José Correa Alvares	Vila da Laguna, Bispado do Rio de Janeiro
	José Nunes	Vila de Guaratinguetá, Bispado de São Paulo
	Domíngos Alvares de Carvalho	Vila de São João del-Rei
	Agupito de Andrade Caldas	Vila de Guaratinguetá, Bispado de São Paulo
	Francisco José Correa	Vila de Guaratinguetá, Bispado de São Paulo
	João Correa	Vila de Guaratinguetá, Bispado de São Paulo
	Joaquim Nunes da Silveira	Sé, Bispado de São Paulo
	Luís Gomes	Vila de Guaratinguetá, Bispado de São Paulo
	Clemente da Silva	Aiuruoca
	Dionísio Ferreira de Carvalho	Pilar do Ouro Preto
	Joaquim Godoi	Vila de Taubaté, Bispado de São Paulo
	Manoel de Oliveira Abreu	Roça Grande

Fonte: ACMSJDR. XMAT 257, Oficiais e soldados – pardos e libertos da Ordenança de pé do distrito de Juruoca de 1765.

A ascensão econômica era possível, mas a mobilidade social na colônia com características de Antigo Regime, em que as patentes(mercês) eram distribuídas pelo rei, chega-se apenas às mais baixas. Os livres de cor eram cientes do ritual de solicitar ao soberano a mercê de lhe conferir patente ou então renová-la para mais um período. Em 1765, d. José conferiu a José Inácio Coutinho, “homem preto, [a] patente que lhe deve passar do posto de capitão do Mato que o mesmo senhor lhe fez mercê para ter exercício nas Minas Gerais”<sup>746</sup>. Entre 1769 e 1808, no Arquivo Ultramarino, foram localizados 15 pedidos de confirmação ou renovação de mercê relacionado a patentes para a Vila de São João del-Rei. Destes, 12 eram para ocupar o cargo/patente de capitão da *Companhia de Ordenança dos Homens Pardos e Libertos da vila de São João del-Rei*. Entre os pedidos, estão os de: Joaquim do Espirito Santo (para a vila), José de Assunção Miranda (para Ibituruna), José Henrique da Encarnação (para Baependi), Francisco dos Santos Pimenta e Francisco Sales Anjos (para Itajubá), Francisco da Costa Pereira (para Nazaré e Ibituruna), José de Almeida (para Ibitipoca), Antônio José de Barros (para Conceição da Barra), José Gervásio de Sousa (para Montevideú, Onça e Piedade), Francisco Viegas Meneses (para Santa Rita), Francisco Leite Ribeiro e Antônio José Vilas Boas (para o sertão do Rio Preto)<sup>747</sup>. Para a patente de alferes, dois pedidos, o de Anacleto Francisco Peixoto e o de Luís Antônio Marques Florião, para o sertão do Rio Preto, e, para a patente de Tenente, Paulo Antônio de Faria. Cada patente concedida, significava, na maioria dos casos, serviços prestados de uma forma gratuita e litúrgica<sup>748</sup> pelos indivíduos.

---

<sup>746</sup> AHU – ACL – CU.005, Cx.85. Decreto de D. José, fazendo mercê a José Inácio Coutinho, 1765.

<sup>747</sup> AHU – ACL – CU.005. Cx. 95, doc.36, Carta Patente de Joaquim do Espirito Santo; Cx. 104, doc. 30, José de Assunção Miranda; Cx. 177, doc. 55, Carta Patente de José Henrique da Encarnação; Cx. 118, doc. 22, Carta Patente de Francisco dos Santos Pimenta; Cx. 118, doc. 73, Carta Patente de Francisco Sales Anjos; Cx. 118, doc. 89, Carta Patente de Francisco da Costa Pereira; Cx. 118, doc. 92, Carta Patente de José de Almeida; Cx. 145, doc. 51, Carta Patente de Antônio José de Barros; Cx. 150, doc. 46, Carta Patente de José Gervásio de Sousa; Cx. 161, doc. 33, Carta Patente Francisco Viegas Meneses; Cx. 173, doc. 51, Carta Patente de Francisco Leite Ribeiro; Cx. 164, doc. 60, Carta Patente de Antônio José Vilas Boas; Cx. 187, doc. 23, Anacleto Francisco Peixoto; Cx. 182, doc. 38, Luís Antônio Marques Florião; Cx. 180, doc. 58, Paulo Antônio de Faria.

<sup>748</sup> SALDANHA, 2006, p. 119.

A distinção social em uma sociedade herdeira do Antigo Regime se faz pelas roupas. Assim, junto com a patente, o livre de cor tinha que manter sua indumentária. Na América portuguesa, houve grande ênfase na aparência e a observância da posição ocupada na hierarquia ficava nítida pelo traje usado. A preocupação da Coroa portuguesa, conseqüentemente dos portugueses que povoavam as minas, com o vestuário das negras, das mulatas e das escravas era antiga entre os lusitanos. A tradição de reprimir o vestuário das livres de cor data aproximadamente do século XV, com os objetivos de distinções sociais, pois, em uma sociedade estamental, o poder e o prestígio deviam saltar aos olhos; ou seja, a condição social estava inscrita no vestuário<sup>749</sup>. Assim, a roupa tinha esse simbolismo, trazendo em seu bojo signos de comportamentos louváveis ou escandalosos: em uma branca, ouro e sedas significavam poder, enquanto que, em uma escrava, era sinal de prostituição<sup>750</sup>.

O bem trajar dos escravos e livres de cor coloniais estava ligado “aos panos vistosos, às saias rodadas, xales da costa, braceletes e argolões usados pelas mulheres de origem nigeriana, os turbantes e rodilhas das mulçumanas, miçangas e balangandãs das angola-congolenses...”<sup>751</sup>. O bem trajar fazia parte do cotidiano das livres de cor na Comarca do Rio das Mortes<sup>752</sup>, especificamente na vila de São João. A “beca” pode ser percebida nos bens arrolados nos inventários e nos testamentos. Dentro da intimidade das casas, as roupas eram bem simples; já, no público, as pessoas esmeravam na aparência<sup>753</sup>. Por isso, nos inventários, há a presença das roupas cotidianas, as de festas, as religiosas e

---

<sup>749</sup> LARA, Sílvia Hulnod. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (séc. XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 180.

<sup>750</sup> LARA, 2000, p. 183.

<sup>751</sup> LARA, 2000, p. 185.

<sup>752</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

<sup>753</sup> MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres Forras: Cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. 2002. Dissertação (Mestrado)-Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

as militares. Essas roupas eram compostas de casacas, calções, véstias, camisas, jalecos, capotes, calças, coletes e fraques. Além da véstia de gala, as meias de seda, os lenços utilizados em ocasiões solenes, principalmente nas festas do orago protetor, como Nossa Senhora do Rosário, sendo a indumentária acrescida com sapatos ou chinelos de marroquim, bengala, bastão e chapéu de gala, fino ou de Braga.

Além da presença dos objetos que denotam o bem trajar nos inventários e testamentos, está presente na documentação oficial a preocupação com o vestuário das negras ligado, principalmente, à prostituição, pois os homens cobriam as mulatas com ouro, sedas e telas, gastando o que poderiam para casar muito bem as suas filhas. A

[...] maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadadas e outros brincos, dos quais se veem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras<sup>754</sup>.

A afirmação de que as livres de cor ou escravas desviavam os reais quintos da Coroa portuguesa através do seu mau viver (prostituição) também está presente na missiva de Domingos Silva Bueno a D. Pedro II em 1704. Nesta, aponta que um dos caminhos por onde se desviava o ouro era através dos moradores dessa capitania com as mulheres donas, ao invés de gastarem com o casamento de suas filhas, com pessoas distintas, e não com mamelucos da terra. Sendo assim, é: “muito ouro e sedas que trazem em si as escravas, servas, índias e mulheres donas com a mais gente baixa e com tanta superfluidade e fausto que excedem...”<sup>755</sup> O mesmo Domingos fecha a missiva rogando humildemente ao rei português que “ponha os olhos em nós mandando uma lei, que

---

<sup>754</sup> ANTONIL, 1975, p.51.

<sup>755</sup> AHU, cx. 1, doc. 7.

inviolavelmente executem os Ministros [...] que as escravas não ponham em si ouro, nem seda”<sup>756</sup>.

As vestimentas na América portuguesa demarcam simbolicamente o *status* social do indivíduo. Usá-las nas celebrações solenes e oficiais era ocupar socialmente o espaço e estabelecer uma complexa rede de relações. Entre as roupas dos livres de cor com patentes, havia as fardas, decorrentes do fato de muitos terem patentes militares. Dentre os livres de cor que possuíam patente, com inventário e as roupas estavam “em bom uso”, estavam o Capitão José Alves Preto, o Capitão Bernardo José Teles e o Capitão Antônio Soares Rodrigues. O primeiro possuía “um chapéu de gala”, “uma farda azul com suas dragonas e galões forrados de azul”, “uma casaca de pano cor de canela forrada de azul” e “um fraque de baetão”<sup>757</sup>.

O segundo, o Capitão Bernardo José Teles, possuía “uma farda de pano azul de uniforme com suas franjas e galão de pano azul com calção de cetim”, “um capote de baeta”, “um colete de chita”, “um calção e um colete de fustão branco” e “dois pares de meia”<sup>758</sup>. Já o Capitão Antônio Soares Rodrigues possuía roupas e adornos, como “duas cabeleiras em bom uso”, “uma boceta de faia de guardar cabeleira”, “um chapéu de sol”, “uma farda de pano azul [...] agaloada com dragona de prata com véstia de veludo e capas de droguete azul ferrete e calção também de veludo azul e galão tudo em galão de prata”, “uma casaca de cor escarlata com vestia de seda [...]”, “uma casaca de veludo preto e vestia do mesmo com costas de tafetá preto e calção de veludo” e um “chapéu fino em galão de prata largo ao redor”<sup>759</sup>. Além das fardas, os possuidores de patentes eram detentores de várias armas, como espadim, espadas, pistolas, espingardas e baioneta. O

---

<sup>756</sup> AHU, cx. 1, doc. 7.

<sup>757</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário do Capitão José Alves Preto, 1808. Cx. C-47.

<sup>758</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e Testamento do Capitão Bernardo José Teles, 1790. Cx. 297.

<sup>759</sup> AHET-II-IPHAN. Inventário e Testamento do Capitão Antônio Soares Rodrigues, 1789. Cx. 218.

capitão Antônio Soares possuía, inclusive, um “boldrié de marroquim”; ou seja, um cinto de couro usado para suspender ou manter a espada na cintura.

### Quadro 19

Patentes e bens dos homens livres, freguesias do Pilar, de Aiuruoca e Baependi, 1789-1861

Freguesia	Patente	Ano	Nome	Ofícios	Escravos	Terras Casas de morada	Monte-mor
do Pilar	Capitao	1789	Antônio Soares Rodrigues	minerador	4	Casas terrea assobradada	4748672
do Pilar	Capitao	1791	José da Silva Lima	minerador	3	Casas sitas na rua do Tejuco; umas datas de terras minerais	4468975
do Pilar	Capitao	1792	Bernardo José Teles	ferrador/estalagem	3	Casas sitas na rua do Tejuco com quartos de estalagem	
do Pilar	Alferes	1799	Joaquim da Silva Reis				
de Aiuruoca	Alferes	1803	Tomé Vieira da Fonseca	lavoura	4		5618200
do Pilar	Capitao	1808	José Alves Preto	cirurgião/ferrador	5	Casas assoalhadas e cobertas de telha na Rua do Tejuco e uma Chácara	110098902
Nossa Senhora do Pilar	Capitao	1810	Antônio Gonçalves de Sá	agropecuária	1	Sítio ou fazenda de Engenho de Cana Bom Jardim	
de Aiuruoca	Alferes	1812	Joaquim José Ferreira	ferrador/teixeiro	5		
do Pilar	Tenente	1813	Eugenio Martins de Melo	lavoura	15	Fazenda Catanduva	26148825
do Pilar	Alferes	1814	Eusebio Gonçalves Lima		1	Casas terreas assoalhadas na rua da Cachaça, casa terreas no Pau d'Angá	3888350
do Pilar	Capitao	1823	Antônio José da Silva Lapa	cirurgião/sapateiro		Casas na Rua da Cruz	1298080
do Pilar	Capitao	1824	Matias Ferreira da Costa			Casas sitas na rua do Curral	8208140
de Aiuruoca	Alferes	1825	Joaquim Pedro Tavares	ferrador	3		
do Pilar	Tenente	1831	Joaquim Jose de Barros	lavoura	13	Fazenda Lagoa Verde, parte na fazenda Samambaia, terras minerais, Fazenda Estância e casas no arraial	49298390
do Pilar	Alferes	1831	Joaquim Rodrigues Teófera	negociante/agropecuária	30	Fazenda Ponte Alta, Casas no Paraíso, Casa e rancho na estrada, capoeiras no Ribeirão dos Cavalos e sítio no João do Rego	158668230
do Pilar	Alferes	1831	Lourenço Fernandes Brasil	músico			9608037
do Pilar	Tenente	1832	Manoel dos Santos Teixeira			Casas de sobrado sitas na rua Direita	13148091
de Aiuruoca	Alferes	1834	Domiciano Martins de Barros		1	Casas cobertas de telha	3108200
do Pilar	Tenente	1837	Ibáio Fernandes Lopes		2	Casas de vivendas sitas na rua da Cachaça, metade de sobrado e metade baixas; casas terreas na rua da Praia	19718940
do Pilar	Tenente Coronel	1838	Joaquim Jose de Siqueira	caldeireiro	1	Casa de morada sitas rua São Miguel; Casa de aluguel - 3	11938970
do Pilar	Coronel	1841	Francisco da Costa Monteiro	lavoura	10	Fazenda Morro Grande	69588640
do Pilar	Sargento-mor	1844	Antônio José de Barros	negociante/credito	31	Parte na morada de casas no arraial da Conceição da Barra	285688108
de Baependi	Tenente	1861	Teotônio Pereira do Amaral	Comerciante		Casas na rua do Comércio, casas na rua das Cavalhadas e um vigésimo de água na chácara na rua das Cavalhadas	
de Aiuruoca	Capitao	1861	José Mendes de Carvalho	tropeiro/agropecuária	16	Fazenda do Engenho, Fazenda Santo antônio, Sítio Raposa e casas no arraial de Alagoa	343598206

Fonte: Testamentos e inventários dos livres de cor presentes no AHET-II-IPHAN e o Inventário e Testamento de Teotônio Pereira do Amaral. In: PASSARELLI, 2013, p. 78-83.

Era com essa indumentária demarcando a distinção e a mobilidade social que cada um com sua família se apresentava nas festas solenes promovidas pelas irmandades e pela Câmara. A ascensão social na sociedade na qual a família estava inserida era uma conjugação de vários fatores como o reconhecimento da habilidade de um ofício, o cabedal econômico e a distinção militar (Quadro 19). Com a criação da Guarda Nacional, a escolha passou a ser por votação e a rede de relações locais foram importantes para garantir os postos, pois o critério para se candidatar era o cabedal econômico, e não racial, e, para ser votado, era a sua rede de relações com seus subalternos, como a ascensão de

patente de Joaquim José Siqueira, que galgou de alferes para capitão e fechou com tenente coronel.

A mobilidade social pode ser observada na trajetória do casal formado pelo Tenente Coronel Joaquim José Siqueira e sua esposa Rita Pereira Tinoco, que, em alguns registros de batismo dos seus seis filhos, é listado como pardo forro e, em outros, não há menção da sua origem. Para além da proximidade com a escravidão com o termo pardo forro, é possível observar que na redação do seu testamento há um esforço em apresentar a família longe da escravidão, nomeando a esposa e as filhas como donas, sem apresentá-las como pardas ou como forras. Entretanto, pertencia às irmandades da Nossa Senhora da Boa Morte e São Gonçalo Garcia, que estavam, de certa forma, ligadas a descendentes de escravos ou ex-escravos<sup>760</sup>. No seu inventário, o esforço foi recompensado: a esposa e as filhas são nomeadas como donas e uma das filhas casou-se com um capitão e duas netas com portugueses.

A inserção social dos livres de cor permitiu que eles estivessem na praça e acompanhassem as discussões sobre o processo de emancipação do Brasil e o juramento da Constituição de 1824.

#### **5.4 A inserção social dos livres de cor e o desafio da ordem social na vila de São João del-Rei**

Os livres de cor estavam presentes na sociedade mineradora e perturbavam os interesses da Coroa e dos proprietários de escravos, o que é perceptível nas legislações que os impediam de participar das administrações locais. A população diversificada das minas, por seu turno, visava a superar a pobreza e o estigma social. Alguns livres de cor

---

<sup>760</sup> AHET-II-IPHAN, Testamento do tenente coronel Joaquim José Siqueira, 1838, cx. 133.

alcançaram inserção social e integraram econômica e politicamente a sociedade das freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi. O espaço social a ser ocupado e reivindicado era a praça; ou seja, o “espaço público” são-jonense no processo da emancipação do Brasil.

Para cercear a atuação política, houve a preocupação em diminuir a presença do elemento livre de cor nos cargos públicos, sendo os mulatos alvos da proibição de participar da administração local pelo parecer do Conselho Ultramarino de 1725<sup>761</sup>. Este proibia que mulato até quarto grau ou homem que não fosse casado com mulher branca não poderia ser eleito vereador ou juiz ordinário. Apresentava que essas pessoas eram

notoriamente defeituosas e maculadas, seguindo-se naturalmente por esta causa menos reverência aos mesmos lugares e desprezo a suas ordens e mandados do que procedem sempre despertar nos povos perturbações na boa administração da justiça<sup>762</sup>.

A justificativa desse parecer se calçou na aceção de que as vilas mineiras eram numerosas e que uma grande parte das famílias que aqui moravam era de “limpo nascimento” e, por isso, era “justo que fossem eleitos para dar governança”. Admitiram-se, no princípio, mulatos no exercício daqueles ofícios por não terem pessoas capazes; mas diante do grande número de brancos, tornou-se “indecoroso aceitar essas pessoas no governo das Minas”<sup>763</sup>.

O estatuto de pureza de sangue construía uma estigmatização de caráter proto-racial e era utilizada para “garantir os privilégios e a honra da nobreza”<sup>764</sup>. Esse

---

<sup>761</sup> AHU. Cx. 7, doc. 26; Parecer do Arquivo Ultramarino para que não possa ser eleito vereador ou juiz ordinário homem que seja mulato até o quarto grau ou que não for casado com mulher branca.

<sup>762</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, cx. 7, doc. 26.

<sup>763</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, cx. 7, doc. 26.

<sup>764</sup> MATTOS, Hebe M. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João *et al.* (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 149.

estatuto, a partir do século XVII, incluía, além dos mouros, judeus e ciganos, os descendentes livres de negros e índios, regulando o acesso aos “principais títulos honoríficos, bem como os cargos públicos e eclesiásticos em todo o Império português”<sup>765</sup>. A partir dessa perspectiva, a Coroa portuguesa, em 1671, promulgou uma lei, na qual

os indivíduos de sangue judeu, mourisco ou mulato, ou casados com mulher nessas condições, não tinham permissão para ocupar nenhum posto oficial ou cargo público; ainda ordenava que fossem reforçados os procedimentos existentes destinados a impedir que isso acontecesse<sup>766</sup>.

A proibição aos mulatos de ocuparem cargos públicos não foi apenas uma lei específica para as Minas Setecentistas, mas abarcou todo o Império Ultramarino, calcada na ideia de pureza de sangue e raças infectas. Em alguns documentos, os livres de cor foram muitas vezes classificados como escravos nos regulamentos administrativos e quase sempre castigados com penas mais severas na violação das leis<sup>767</sup>.

As preocupações e as proibições da Coroa portuguesa perpassaram pelo temor do aumento da população livre de cor, do conseqüente auxílio aos membros da circunvizinhança e da ascensão social dos livres de cor. Eles foram alvos de constante restrição. Cotidianamente, porém a população livre de cor em Minas continuou a crescer, pois a política da alforria consuetudinária estabelecida entre os senhores e os mancípios possibilitou a liberdade para si e para tecerem meios, a fim de auxiliar os seus parentes e amigos na conclusão da manumissão, independente das leis promulgadas além-mar.

Com a ascensão econômica dos livres de cor, em 1821, Rugendas observou que a cor e a ascendência africana não eram obstáculo para um mulato ocupar cargos,

---

<sup>765</sup> MATTOS, 2001, p. 149.

<sup>766</sup> BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 275.

<sup>767</sup> BOXER, 2002, p. 275.

tendo em vista o mérito, as riquezas acumuladas e as alianças estabelecidas por essas pessoas em suas relações cotidianas. Assim, o livre de cor que ascendeu socialmente, ainda que fosse de tez escura, era “registrado como branco”, figurando nessa qualidade nos seus registros e em quaisquer negociações<sup>768</sup>. Os integrantes das famílias dos livres de cor obtiveram ao longo de suas vidas ascensão social e econômica e estabeleceram inter-relações que lhes propiciaram, de certa forma, “apagar” ou omitir de suas trajetórias o estigma da escravidão<sup>769</sup>.

Na vila de São João del-Rei, foi possível detectar uma gama de pessoas de distintos estratos sociais ocupando a praça para aclamar d. Pedro. Nesse local, médios e pequenos proprietários de escravos, padres, comerciantes, músicos, alfaiates, sapateiros, carapinas, cirurgião-mor e homens que viviam de seus ofícios se ocuparam em prestigiar o ato de Aclamação a d. Pedro na vila são-joanense.

Além da posse de escravos, outra distinção perceptível entre os médios e os pequenos proprietários relacionou-se à ocupação. Foi notória uma diversidade maior de ofícios permeando o cotidiano dos pequenos proprietários, pois, entre eles, dois se ocuparam com a atividade de sapateiros, dois com a de mineradores e outros atuavam como alfaiate, carapina, ourives, ferreiro, celeiro e músico. Entretanto, a ocupação de maior relevância entre os pequenos proprietários foi o pequeno comércio. Os pequenos proprietários atuaram na praça e corroboraram as decisões dos camaristas em 1822, especialmente aqueles referentes à conservação da ordem e à defesa dos seus “sagrados direitos”. Estes, para os pequenos proprietários, relacionavam-se diretamente com a manutenção da ordem escravista, na medida em que também foram donos de escravos, e com a necessidade de ampliarem suas relações comerciais. Num grau distinto, podem ser considerados cidadãos, pois estiveram integrados na dinâmica da praça local.

---

<sup>768</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 76.

<sup>769</sup> LIBBY, 2010, p. 41, 43 e 63.

Para além dessa constatação, na Aclamação em outubro de 1822 enviada ao imperador, assinaram os camaristas e outros são-joanenses. Dentre esses outros, foi possível identificar 12 homens com ascendência africana que estavam ocupando a praça. Alguns livres de cor participaram do processo de independência e da promulgação da Constituição, que lhes conferia o papel de cidadãos partícipes das eleições paroquiais se detentores de renda. Assim, a cor e a ascendência africana não eram empecilhos para um livre de cor ocupar cargos, tendo em vista as alianças, as riquezas ou o mérito pessoal. Nessa situação, insere-se o tenente coronel Joaquim José de Siqueira, o capitão Joaquim Bonifácio Brasiel, o alferes Joaquim Rodrigues Teixeira, o alferes e músico Lourenço José Fernandes Brasiel, o tenente Joaquim José Barros, o sapateiro Francisco de Paula Siqueira, o músico José Marcos de Castilho, João Leocádio do Nascimento, Matias Ferreira da Costa, Francisco Antônio Correa, o alfaiate Joaquim Pinto de Souza e Manoel José de Oliveira, todos com ascendência africana. Em alguns registros oficiais, esse vínculo desaparece.

Esses homens livres de cor estavam na praça e assinaram a Aclamação a d. Pedro I em outubro de 1822 e o juramento da Constituição de 1824. Os camaristas são-joanenses precisavam corroborar suas decisões, como a Aclamação, no espaço público, onde se agregaram desde magistrados, médios proprietários e comerciantes a pessoas que viviam de seus ofícios. Se a negociação entre os camaristas e o Príncipe para a consolidação da adesão são-joanense delineou-se num espaço mais restrito, a Aclamação contou com uma ampla mobilização de pessoas para ocupar a praça, assim como o juramento da Constituição em 1824 (Quadro 20).

A negociação entre os camaristas e o Príncipe para a consolidação da Adesão são-joanense delineou-se num espaço mais restrito. Já a Aclamação contou com uma ampla mobilização de pessoas para ocupar a praça, assim como o juramento da

Constituição em 1824. Este teve sua lógica estruturada a partir da intervenção dos camaristas e integrantes da “nobreza política” local, assim como contou com a participação de cidadãos<sup>770</sup> de origem social diversa. Tais situações sugerem que a praça, nesse período, constituiu-se num espaço diverso, pois deu visibilidade ao poder local, que normalmente se empenhou na defesa dos interesses da “boa sociedade” que representava, assim como possibilitou a pessoas de distintos grupos sociais participarem dos acontecimentos que marcaram o processo de independência.

Dessa forma, a praça são-joanense, em outubro de 1822 e em janeiro de 1824, revelou uma diversidade de indivíduos participando do processo de independência e também uma tensão, pois afirma Iara Lis C. Souza que “o termo *povo* abarcava diversas personagens sociais, com suas diferentes intenções políticas, sociais, religiosas, de sobrevivência, cotidianas. Negligenciar tais diferenças significa esvaziar a tensão latente que caracterizava tal ocupação da praça pública”<sup>771</sup>.

---

<sup>770</sup> Esses indivíduos estavam “politicamente integrados à nação”. Entretanto, no que tange à ocupação e condição social, havia forte diversidade entre eles.

<sup>771</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 179.

## Quadro 20

Juramento da Constituição de 1824 na Praça de São Joao del-Rei

Assinaram a lista de 1824

Nome	Patente	Ofício
Joaquim Bonifácio Brasiel	tenente de Milícias	Músico
Lourenço Fernandes Brasiel	Alferes	Músico
João Leocádio do Nascimento	Músico	Músico
Francisco Xavier das Chagas		
Antônio Simões de Almeida	Sargento-mor reformado	
Venâncio José do Espirito Santo		Pintor
João Batista Ferreira		
Alexandre José Ribeiro		
José Alves de Castilho	Tenente	
José dos Santos Carvalho		
João José das Chagas	Alferes	
Manoel Ferreira Barbosa		
Camilo Antônio do Carmo		
Manoel Pereira Sampaio		
Joaquim José Siqueira	Capitão	
Isidoro José Santana		
Francisco Pereira Bastos		
Antônio José de Sousa	Furriel	
João Fernandes da Costa		
Francisco Luis da Silva Couto		
Antônio dos Anjos Pereira	Capitão	
José Lucas Silva Ramos		
Joaquim Antônio Martins	Tenente	
José Marcos de Castilho		
João Lopes Siqueira		
Joaquim José de Barros	Tenente	
Manoel Lourenço de Mesquita	Sargento	
João Faria Silva Gomes		
Matias Ferreira da Costa	Tenente/reformado	
Marcelino José Alves	Sargento	
Antônio de Sousa Gonçalves		

Fonte: AUT 63-64. Câmara Municipal de São João del-Rei, Autos diversos. 1777-1778.

O povo que estava na praça incluía os livres de cor, os portadores de patentes e os que sabiam ler e escrever, que representavam a imensa massa populacional das

famílias que viviam no entorno da Vila de São João del-Rei. A constatação da presença desse grupo social permite repensar que a elite política local estendia sua rede clientelar para com a população. Esta, ciente de que a Câmara era o meio de comunicação entre os súditos e o rei, não media esforços para reforçar e ampliar a rede como componentes do poder local. A escolha de um juiz e de um escrivão de ofício demandava prestígio social entre os pares e particularmente com a elite política local, o que garantia a conquista e a manutenção das patentes.

### **5.5 Do ofício mecânico ao parentesco espiritual das famílias dos livres de cor**

*Aos dezenove de setembro de 1796 nesta Matriz de São João del Rei o Reverendo vigário da mesma batizou e pôs os santos óleos a Ana filha legítima do Alferes Joaquim José Siqueira e de Rita Pereira Tinoco pardos forros; foram os padrinhos o Sargento Mor Gabriel Antônio de Mesquita e D. Francisca Jacinta de Magalhães solteiros, desta freguesia<sup>772</sup>.*

A partir do ritual do batismo de Ana, os padrinhos Sargento Mor Gabriel Antônio de Mesquita e D. Francisca Jacinta de Magalhães e o presbítero tornam-se parentes espirituais do batizando. O batismo é o primeiro sacramento a ser administrado no indivíduo e o seu registro, além de promover a “inserção, mesmo que formal, ao corpo místico da Cristandade”<sup>773</sup>, possibilitava a aquisição do reconhecimento social e religioso, garantindo “a proteção do Rei ao súdito fiel”<sup>774</sup>. O registro de batismo é um documento eclesiástico que na pesquisa historiográfica permite apreender a composição das famílias, a sua dinâmica e a análise demográfica. Permite também uma compreensão das relações

---

<sup>772</sup> Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, Livro de Batismo n. 23, p. 324.

<sup>773</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Varia História*, v. 31, jan. 2004. p. 40.

<sup>774</sup> SILVA, 2004, p. 105.

sociais estabelecidas a partir do parentesco espiritual, revelando alguns aspectos fundamentais da vida social<sup>775</sup>.

O parentesco espiritual, diferentemente do consanguíneo, se configura a partir de escolhas feitas pelo indivíduo ou por pessoas do seu círculo de vivência. No rito do sacramento de batismo, há necessidade da presença dos padrinhos, considerados “pais espirituais” dos batizados. Tal rito fortalece os laços parentais entre a criança, os pais e os padrinhos. Assim, o parentesco espiritual não se circunscreve apenas ao âmbito religioso, pois, para boa parte dos estudos que tratam dessa temática, o ato de apadrinhar reforça os laços de solidariedade, as relações sociais e a troca de favores. Para registrar esse parentesco espiritual, utiliza-se das atas batismo, nas quais constam os nomes do batizando, dos seus pais e de seus padrinhos. Sendo assim, as informações concernentes aos registros de batismo vão variar conforme o pároco redator e também a importância dos pais dos batizados na sociedade colonial.

Os registros de batismo dos livres de cor permitem acompanhar a trajetória da família, assim como suas redes sociais estabelecidas. O casal de livres de cor Felisberto Silva Vieira e Ana Teixeira Barros batizaram dez filhos e em todas as atas são listados como pardos. O ajudante João Cosme Rebelo Vieira, todavia, batizou três filhos do casal: apadrinhou Maria em 1774, Ana em 1782 e Felisberto em 1783. Desses afilhados, apenas Ana faleceu em 1783. Assim, João Cosme foi escolhido três vezes para apadrinhar os filhos desse casal. Nos registros de batismos cruzados com as fichas de família, foi possível observar que, na maioria dos filhos legítimos ou ilegítimos, os padrinhos do primeiro filho era os avós. Além dos pais, os irmãos também eram escolhidos como padrinhos de seus sobrinhos, como uma forma de reforçar os laços consanguíneos. A relação entre os compadres era muito próxima, uma vez que João Cosme nomeou

---

<sup>775</sup> CARVALHO; RIBEIRO, 2008.

Felisberto seu testamenteiro e deixou por esmola “aos filhos do sobredito Felisberto da Silva toda roupa do meu uso assim branco como de cor, todos os meus móveis e trastes da casa”<sup>776</sup>. E, em contrapartida, Felisberto Silva o escolheu para apadrinhar a filha primogênita do casal e, posteriormente, ele e seus filhos adotaram o sobrenome Vieira.

Nas atas batismais dos livres de cor, as informações são mais sucintas, sendo que algumas informações não são registradas ou mencionadas, como a prerrogativa de livre/liberto ou forro<sup>777</sup>. Essas ambiguidades podem indicar um silêncio das fontes ou a mobilidade social que poderia ser ascendente ou descendente, como a da família do tenente coronel Joaquim José Siqueira, que, em 1794, batizou Matilde<sup>778</sup>. Na ata batismal, há alguns indícios das relações dos seus pais, principalmente por ser batizada em casa pelo padre José Lourenço Siqueira Galindo. Ao considerar que a criança nasceu em perigo, pode-se inferir duas situações: o padre era próximo da família e estava na casa do casal na hora do parto ou foi chamado às pressas para administrar o sacramento. Já na ata de batismo de Antônio, em 1797, não há menção à denominação de pardos forros, mas percebe-se que é o mesmo casal.

[...] nesta matriz de São João del-Rei o Reverendo coadjutor Manoel Antônio de Castro batizou e pôs os santos óleos a = Antônio filho legítimo do Alferes Joaquim José Siqueira e Rita Pereira Tinoco, foram os padrinhos o Capitão Gonçalo Ferreira de Freitas solteiro e Ana Teodoro de São Joaquim casada, todos desta freguesia<sup>779</sup>.

A partir dos laços de parentesco espiritual, pode-se perceber a rede social que une um grupo de indivíduos, com ou sem diferenças sociais<sup>780</sup>; ou seja, “um conjunto de

---

<sup>776</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário e Testamento do Ajudante João Cosme Rebelo Vieira, 1794, cx. 438.

<sup>777</sup> LIBBY, 2010, p. 41-63.

<sup>778</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismo n. 16, p. 25.

<sup>779</sup> AEMNSP/SJDR. Livro de Batismo n. 23, p. 348v.

<sup>780</sup> BARNES, 1954.

relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos”<sup>781</sup>. Nessa perspectiva, a análise das redes sociais se torna mais que meramente uma ferramenta, tornando possível vislumbrar a interação entre as pessoas, pois, a partir de uma abstração inicial, observa-se “a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade”<sup>782</sup>. A vida social dos livres de cor nas freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi é intrincada e com várias conexões entre os financeiramente notáveis, os portadores de patente, os padres e entre seus pares.

## **5.6 Entre teoria e práxis: a Análise de Redes Sociais (ARS)**

A utilização da análise de redes sociais na análise histórica é promissora como demonstram diversos trabalhos<sup>783</sup>. A importância desse método é, além de apresentar a feitura das redes sociais, o de balizar a sua configuração, “quais são seus efeitos sobre a dinâmica das interações sociais e que padrões podemos observar em seus padrões de configuração”<sup>784</sup>. Com realce para as primeiras relações e os atributos dos indivíduos como redefinidores de suas posições no interior das redes sociais, o objetivo central da análise de redes sociais “é identificar e interpretar configurações de vínculos e contatos sociais entre os atores”<sup>785</sup>.

É possível decompor a rede social em vários níveis. Contudo, foi feita a opção em utilizar neste trabalho apenas duas estruturas de dados, quais sejam, as *redes* compostas de linhas e vértices e as *partições* que dividem os vértices em classes<sup>786</sup>. No caso das famílias dos livres de cor, será utilizada a Análise de Redes Sociais (ARS) em

---

<sup>781</sup> BARNES, 2010, p. 180.

<sup>782</sup> BARNES, 2010, p. 179.

<sup>783</sup> HAMEISTER, 2006. CARVALHO; RIBEIRO, 2008.

<sup>784</sup> MENDES, 2012.

<sup>785</sup> MENDES, 2012.

<sup>786</sup> NOOY; MRVAR; BATAGELI, 2005.

dois momentos específicos: na análise das redes estabelecidas pelo parentesco espiritual com o batismo e com o casamento; e na análise das redes estabelecidas na mobilidade social.

Por esse prisma, são necessárias pesquisas regionalizadas, a fim de comparar a formação da família em uma região geograficamente extensa e economicamente diferente, observando suas semelhanças e suas discrepâncias acerca da manutenção e da recriação dos costumes africanos. Os africanos trouxeram consigo uma tradição, muitas vezes obscura, mas paulatinamente passada para os seus filhos, para os companheiros de cativeiros, para a rede de parentela e para os seus malungos<sup>787</sup>. Os mancípios formavam comunidades urbanas e rurais estabelecendo solidariedades, irmandades, famílias e laços de compadrio.

Além de cotidianamente amealhar bens e constituir pequenas riquezas, perceptíveis nos inventários e testamentos, pelos registros de batismos, de casamento e de óbitos, vislumbra-se a escolha dos parentes espirituais e as redes sociais estabelecidas<sup>788</sup>. Para apreender a constituição da família e as redes sociais tecidas pelos livres de cor, é preciso fazer uma incursão pelas suas vidas; ou seja, reconstituir o cotidiano desses indivíduos e seus afazeres mais corriqueiros, que envolvem a intrincada rede social à qual pertenciam, a forma de aquisição da alforria, as relações de compadrio, o casamento, o pertencimento a irmandades, a postura diante da morte, a origem, a ocupação e a posse de escravos. Nesse sentido, a proposta é analisar os registros de batismos e cruzá-los com outras fontes, como os censos disponíveis, os registros de casamento, os óbitos, os testamentos e os inventários para apreender a composição familiar e a elasticidade das redes sociais.

---

<sup>787</sup> A questão malungos é desenvolvida por Slenes no artigo: SLENES, Robert. “Malungu, nagoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 12, dez./jan./fev. 1991-1992.

<sup>788</sup> Para Carvalho e Ribeiro (2008, p. 171-186), os registros de batismo permitem uma análise demográfica e das redes sociais criadas a partir do parentesco espiritual.

Para entender as teias sociais que uniam os livres de cor ao contrair o matrimônio e o parentesco espiritual, ou para compreender os caminhos da mobilidade social, a Análise de Redes Sociais será a estratégia metodológica privilegiada. Essa metodologia foi influenciada por várias ciências e diferentes correntes de pensamento, como a antropologia, a psicologia, a sociologia e a matemática<sup>789</sup>. A origem da análise de redes sociais fundamenta-se em estudos feitos pela psicologia, notadamente na teoria da Gestalt, com a percepção de um objeto dentro de “*una totalidad conceptual compleja y organizada, totalidad que posee propiedades específicas diferentes de la simple adición de las propiedades de las partes*”<sup>790</sup>. Uma das técnicas de análise das redes dos indivíduos com o grupo, desenvolvida por Jacob Moreno<sup>791</sup>, foi a sociometria, em que as relações passam a ser medidas matematicamente. Os modelos sociométricos são representados pelos grafos que foram aplicados por psicólogos em pequenos grupos a “*partir de los modelos de grafos teóricos para dar cuenta de la estructura social de los mismos y para poner de manifiesto cómo la estructura del grupo afecta a los comportamientos individuales*”<sup>792</sup>.

Destarte, para Scott, a teoria das redes sociais é oriunda da Gestalt e dos grafos e também do estrutural funcionalismo antropológico<sup>793</sup>. Por isso, o termo redes é utilizado pela primeira vez por Radcliffe-Brown, que caracterizou a estrutura social como a “rede de relações sociais efetivamente existentes”; assim, as relações que formam a estrutura social seriam sustentadas por uma convergência de interesses. Posteriormente, esse conceito foi retomado pela “Escola de Havard” com os trabalhos que usaram as redes

---

<sup>789</sup> LOZARES, Carlos. La teoría de redes sociales. *Papers*, n. 48, 1996. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n48/02102862n48p103.pdf>>. Acesso em: 21 nov, 2014.

<sup>790</sup> LOZARES, 1996, p. 2. SCOTT, J. *Social network analysis*. Londres: Sage, 1991.

<sup>791</sup> MORENO, Jacob Levy. *Quem sobreviverá?* Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama. Goiânia: Dimensão, 1992. v. 1.

<sup>792</sup> LOZARES, 1996, p. 2.

<sup>793</sup> LOZARES, 1996, p. 2. SCOTT, 1991.

para analisarem os indivíduos e não somente os grupos como parte estruturante, mas os múltiplos vínculos entre os agentes históricos<sup>794</sup>. Entretanto, a definição mais sistemática foi organizada por Barnes, para quem a rede social é um espaço do social formado por relações entre as pessoas, definidas por critérios subjacentes ao campo social<sup>795</sup>. A rede social é formada pelos laços que unem um grupo de indivíduos, com ou sem diferenças sociais, ou seja, “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” ultrapassando as fronteiras geográficas, as classes sociais e o parentesco consanguíneo<sup>796</sup>. Nessa proposta, a rede social permite vislumbrar as escolhas dos indivíduos para obter liderança, ajuda, informação e orientação, possibilitando “identificar quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança”<sup>797</sup>. Segundo Barnes, a imagem de redes é “*formada por um conjunto de puntos, algunos de los cuales están conectados por líneas. Los puntos de la imagen son personas y, em ocasiones, grupos, y la líneas indican qué personas interactúan mutuamente*”<sup>798</sup>.

No renque dessa perspectiva analítica, Mitchell aquilatou a definição de redes estreitando “a relação entre a representação gráfica de rede – tal qual observada por Barnes – e sua aplicação na análise social”<sup>799</sup>. Essa interpretação considera as características dos laços, que em sua totalidade podem ser utilizados para interpretar o

---

<sup>794</sup> LEIVA, P. P. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuesta de análisis. *Revista Complutense de Historia de América*, v. 34, p. 15-34. 2008. Disponível em <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/RCHA0808110015A/28432>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

<sup>795</sup> MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 142.

<sup>796</sup> BARNES, 2010, p. 175, 180.

<sup>797</sup> BARNES, 2010, p. 176.

<sup>798</sup> BARNES, J. Clase y comités en una comunidad isleña Noruega. In: SANTOS, F. R. (Org.). *Análisis de redes sociales: orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: *Centro de Investigaciones sociológicas*, 2003. p. 127.

<sup>799</sup> MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Análise de Rede Social. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 131-146, jun. 2014. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://stat.ethica.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p131>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

comportamento social dos indivíduos<sup>800</sup>. Nas últimas décadas, o conceito foi utilizado em consonância com outras formas de interpretação<sup>801</sup>. Entre esses escólios, merecem menção as discussões de Charles Kadushin, Pilar Ponce Leiva, José Beunza e Mark Granovetter. Para o primeiro<sup>802</sup>, a rede social é o conjunto de relações, cujos nós estão em constante fluxo. O segundo observa que as redes não são estáticas, confiáveis e duradoras, mas vulneráveis e passíveis de mudanças, envoltas pela contingência do viver. Já José Beunza desenvolve o conceito de “rede egocentrada” em que “a rede não é algo fechado nem completo na medida em que cada um desses indivíduos mantém, por sua vez, relações com outras pessoas que não interferem nessa rede egocentrada e que, portanto, escapam à nossa percepção”<sup>803</sup>. Por meio das inúmeras relações do sujeito nas redes, são estabelecidos laços, que Granovetter<sup>804</sup> afirma serem ligações fortes (quando há maior proximidade entre os indivíduos) ou fracas (quando há maior distância entre os indivíduos). No que tange ao aspecto informacional, os agentes com laços fortes têm acesso apenas às notícias de amigos e da parentela em contraposição aos possuidores de laços fracos que permitem acessar “informações e recursos inexistentes nos círculos sociais de laços fortes”<sup>805</sup>. Para além do tipo de laços, Beunza compreende que ambos igualmente servem à propriedade de conduzir informação pela rede<sup>806</sup>.

O desafio na análise é conjugar a história total com as particularidades individuais. Nessa perspectiva, Beunza questiona: “como ter em conta o indivíduo, a multidão de atores individuais, sem perder de vista a configuração coletiva da sociedade,

---

<sup>800</sup> LOZARES, 1996, p. 108.

<sup>801</sup> Como Jeremy Boissevain, FREEMAN, Félix Santos. In: MATHIAS, 2014, p.135.

<sup>802</sup> KADUSHIN, C. Introduction to social network theory. *Draft*, p. 1-60, fev. 2004. Disponível em: <[http://www.communityanalytics.com/Portals/0/Resource\\_Library/Social%20Network%20Theory\\_Kadushin.pdf](http://www.communityanalytics.com/Portals/0/Resource_Library/Social%20Network%20Theory_Kadushin.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2013.

<sup>803</sup> BEUNZA, 2010, p. 298.

<sup>804</sup> GRANOVETTER, Mark S. La fuerza de los vínculos débiles. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/pecar/Articulos/GRANOVETTER2.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>805</sup> GRANOVETTER, 2003, p. 197-205.

<sup>806</sup> BEUNZA, 2010, p. 299.

as estruturas sociais e os grandes processos de mudança históricos?”<sup>807</sup> Em pesquisa sobre o Antigo Regime, percebe-se que “os vínculos sociais devem atuar como suporte básico da ação na sociedade” e para apreender as redes individuais é preciso considerar que essas relações estavam “reguladas por vínculos e normas ou se construía a partir da ação individual”; ou seja, ater-se nas trajetórias de vidas inseridas na malha da sociedade em foco<sup>808</sup>.

Na análise a partir do ego, é possível apreender as suas interações e reconstruir suas configurações, explicando “*su agencia histórica y los procesos de cambio que construyen com su acción*”<sup>809</sup>. As ferramentas de análise de redes sociais evidenciam a relação entre agência e estrutura social, permitindo pensar “os atores e suas ações interdependentes [...] e os diversos tipos de configurações de laços em que os atores [...] imersos são canais para fluxos de recursos materiais, informacionais e sociais”<sup>810</sup>.

O conceito de agência parte do princípio de que todos os atores sociais a possuem, considerada como ações que “são sempre cheias de intenções no sentido mais amplo, ou seja, sempre parecem projetadas para frente, se não para ‘metas definidas’, ao menos de maneira mais ativamente motivada do que as práticas de rotina”<sup>811</sup>. Cabe considerar que a intencionalidade dos indivíduos está inserida em uma cultura e que a enquadra no “fazer e refazer das formações sociais e culturais mais amplas”<sup>812</sup>. Essa perspectiva permite compreender de forma razoável a interação entre o indivíduo e a sociedade na qual este está inserido.

---

<sup>807</sup> MATHIAS, 2014, p. 138.

<sup>808</sup> MATHIAS, 2014, p. 138.

<sup>809</sup> BEUZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo Ruiz. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES-Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, #4, Diciembre 2011. p. 99. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

<sup>810</sup> MENDES, 2012.

<sup>811</sup> ORTNER, Sherry B. Teoria na Antropologia desde os anos 60. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011. p. 53.

<sup>812</sup> ORTNER, 2011, p. 52.

A análise relacional parte do sujeito e de sua agência histórica e dos processos de construção da sua ação. Esse procedimento metodológico, segundo Beunza, não é apenas mais um item da história em migalhas, mas um paradigma com contribuições notáveis para o conhecimento histórico<sup>813</sup>. Nessa perspectiva, a análise parte do método indutivo objetivando encontrar as configurações coletivas do sujeito na construção dos nós de relação. Nessa abordagem, observa-se a conexão das instituições com as redes sociais, superando os limites da prosopografia<sup>814</sup>, permitindo uma análise mais global, alternativa plausível à fragmentada, uma vez que “*las personas son actores de una historia global*”<sup>815</sup>.

A história não parte de categorias preestabelecidas, mas da observação dos indivíduos para descobrir as relações entre eles. Assim, o ponto de partida considera que os homens e mulheres são sujeitos de uma história, a sua, que ao mesmo tempo é econômica, política, social e cultural. Por esse viés, percebe-se que toda história é social e cultural, uma vez que os sujeitos são homens e mulheres em sociedade. Mesmo diante do conceito de global (macro), a análise parte do indivíduo; sendo assim, um dos aportes teóricos é a micro-história, que permite “*una percepción unificadora de las diferentes dimensiones de su historia*”<sup>816</sup>.

Na análise das famílias, dos laços originados com o matrimônio e com o parentesco espiritual abordados neste trabalho, reduz-se a escala de abordagem à luz dos estudos da micro-história, pois se compreende que as redes de relações sociais

---

<sup>813</sup> BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo Ruiz. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES-Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, #4, Diciembre 2011. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>814</sup> BEUNZA, 2011, p. 23.

<sup>815</sup> BEUNZA, José María Imízcoz. Actores e redes sociales en historia. In: VEGA, David Carvajal de la; RODRIGUEZ, Javier Añibarro; CASADO, Imanol Vitores (Org.). *Redes sociales y económicas en el mundo bajo medieval*. Valladolid: Castilla Ediciones, 2011.

<sup>816</sup> IMÍZCOZ, Jose María. Actores, redes, processos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III série, v. 5, p. 115-140, 2004.

possibilitam a retomada da linguagem dos atores estudados, demonstrando que a “construção de identidades sociais plurais e plásticas [...] se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade e de aliança)”<sup>817</sup>. Analisar as relações de compadrio dos homens livres de cor é conceber que não “existia um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas”<sup>818</sup>. Concomitante a isso, propõe-se apreender a multiplicidade das experiências e das representações sociais por meio das quais os homens construíam o mundo e sua ação numa perspectiva microscópica.

No devir existencial, os indivíduos se relacionam com as instituições e com os outros atores sociais, impingindo nas relações suas crenças, sua posição social, seus anseios de mobilidade, seus contratos econômicos e a sua cultura. Assim, “*la cultura, las instituciones, la economia, el poder político, no existen fuera de las personas, están encarnados em ellas o ‘son llevados’ por ellas*”<sup>819</sup>. A apreciação das redes sociais pautadas no ego não empobrece a análise, já que o indivíduo interage com outros atores da malha social, guiados ou não “*por intereses conscientes y siguiendo estrategias de acción racional*”<sup>820</sup>. Dessa forma, a abordagem da rede social centrada no ego permite as análises micro e macro ao apreender as ações do ator social articuladas com as estruturas sociais e com os sistemas normativos.

A ligação entre a concepção microscópica e a micro-história se beneficia das características presentes na “descrição densa”<sup>821</sup>. Essa é uma perspectiva mais utilizada no trabalho antropológico, sendo uma análise microscópica, porque o *locus* de estudo não é o objeto de análise. O antropólogo não estuda a aldeia, estuda na aldeia, observando que

---

<sup>817</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 23.

<sup>818</sup> REVEL, 1998 p. 23.

<sup>819</sup> IMIZCOZ, 2004, p. 115-140.

<sup>820</sup> IMIZCOZ, 2004, p. 115-140.

<sup>821</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

“as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas; de que, de onde vem uma interpretação não determina para onde ela poderá ser impelida a ir”<sup>822</sup>, pois fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas. A análise em pequena escala é microscópica. Para os historiadores, a micro-história é uma redução na escala de abordagem, comum à história social, que se propõe a organizar e explicar o mundo do passado a partir de uma prática baseada na redução da escala de observação e de um estudo intensivo do material documental<sup>823</sup>. A importância da micro-história é conciliar a experiência e a estrutura, averiguando o seu funcionamento. Dessa forma, o papel da micro-história é manter o intercâmbio com a macro-história. Esse é o ponto de partida para a sua narração. A pretensão da micro-história é contar as narrações que transcendem os próprios limites e proporcionam modelos e pontos de referência para outros contextos<sup>824</sup>.

Ao aproximar a história da antropologia a partir da análise microscópica, é preciso considerar a cultura setecentista dos livres de cor. Para tal, o termo cultura carrega em seu bojo um entrelaçamento de costumes, de tradições e de ações nos campos político, social e econômico. Reunir muitas atividades e atributos em um só feixe pode confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. É preciso desfazer o feixe e examinar com cuidado os “ritos, os modelos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho”<sup>825</sup>. Assim, focalizar a família, as redes sociais e o parentesco espiritual entre os livres de cor é uma forma de

---

<sup>822</sup> GEERTZ, 1978, p. 34.

<sup>823</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 133-161.

<sup>824</sup> DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la Historia Social. *Historia Social*, México, n. 10, p. 177-182, primavera-verano 1991.

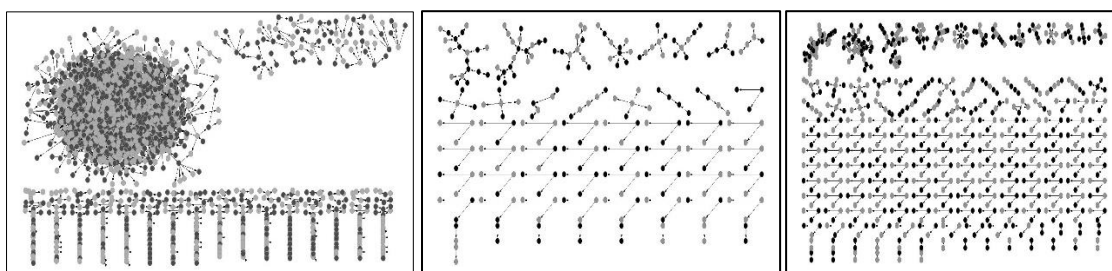
<sup>825</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

desfazer o feixe e analisar os atores sociais na rede de compadrio nas vilas e freguesias em análise nos setecentos e oitocentos.

Com esses filtros, foi elaborada uma planilha no Excel com os dados, contendo apenas o nome do pai livre de cor e dos padrinhos, sendo que nas atas de batismos da freguesia do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi, o segundo padrinho é uma mulher, a madrinha. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinavam que houvesse um padrinho e uma madrinha, e não dois padrinhos ou duas madrinhas<sup>826</sup>, mas em alguns casos há apenas um padrinho ou uma madrinha. A rede social dos compadres gerada a partir dessa planilha aparece na Figura 5. Para melhor visualização da rede de escolhas dos pais livres de cor (cinza claro), as setas partem para os padrinhos (cinza escuro). Quando o pai ou padrinho for escravo, depois da vírgula vem a letra E e o nome do proprietário. Quando o escravo for adulto, depois da vírgula vem a letra A e, no caso dos padrinhos, as patentes ou a letra L de livre de cor.

**Figura 5**

Rede social total dos livres de cor, freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi,  
1770-1850



Nota: Respectivamente freguesia do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi.

<sup>826</sup> BRÜGGER, 2007, p. 294.

As redes sociais dos livres de cor da freguesia do Pilar eram mais elásticas e densas do que nas outras duas freguesias. A explicação ocorre devido às possibilidades de ascensão econômica e mobilidade social dos livres de cor na freguesia que compunha a cabeça da comarca. Entretanto, nas três freguesias, eles estavam interconectados e por meio do parentesco espiritual, com seus pares e com os portadores de patentes como coronel, tenente, capitão e alferes, e de prestígio econômico e social como o ouvidor geral<sup>827</sup> Manoel Inácio Sousa Melo. A intrincada rede de relações sociais dos livres de cor é densa na busca pela inserção dos filhos junto aos parentes espirituais de prestígio visando a “ganhos” sociais. Nesse aspecto, pode-se observar a escolha dos compadres dos livres de cor como uma estrela biconectada em que as relações existentes entre duas pessoas as interligam aos demais e cada uma delas pode ser o Alfa, com um entrelaçamento uniforme, uma vez que qualquer seta que parta de um indivíduo nunca retorna a ele<sup>828</sup>. A rede de contatos dos livres de cor não acontecia por uma divisão simples, pois “cada um dos membros de uma porção é adjacente a todos os outros, nenhum dos membros da outra porção se conhece entre si”<sup>829</sup>. O compadre escolhido poderia ser um portador de patente ou de ofício, ou um escravo, que dominava um ofício e poderia ensinar para o afilhado.

Para apreender a teia das redes sociais dos livres de cor, optou-se neste trabalho por focar as redes das famílias da freguesia do Pilar por dois motivos. O primeiro motivo é ausência de uma massa documental que permitisse reconstituir essas famílias das freguesias de Aiuruoca e de Baependi. O segundo é por serem redes, na maioria, consideradas apenas de uma estrela biconectada, como a do livre de cor Antônio

---

<sup>827</sup> Era a autoridade máxima da justiça colonial, subordinado ao governador-geral e, acima dele, no Reino, estava a Casa de Suplicação. BOTELHO, Ângela V; REIS, Liana M. *Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 145.

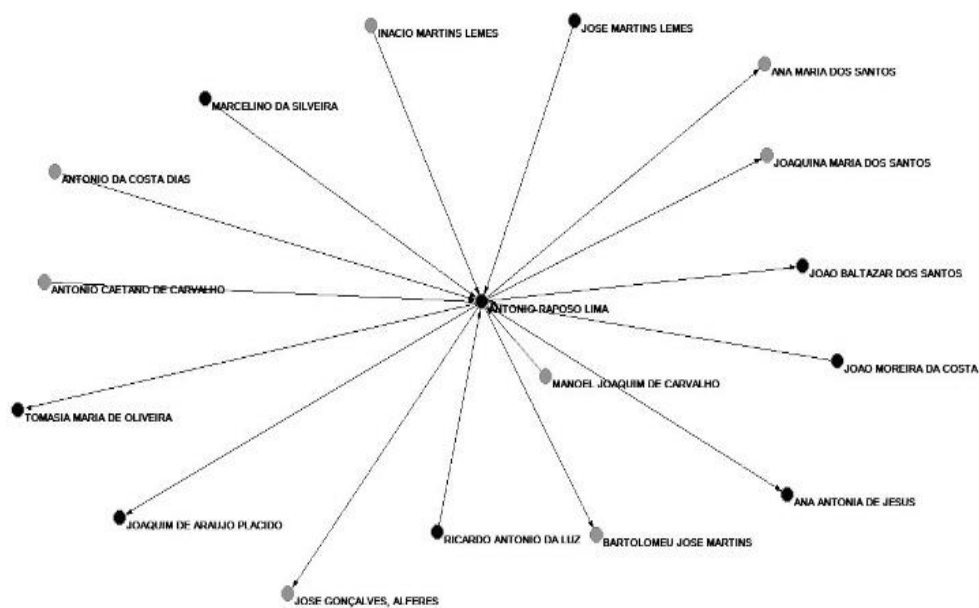
<sup>828</sup> BARNES, 2010, p. 182.

<sup>829</sup> BARNES, 2010, p. 188.

Raposo Lima da freguesia de Baependi. As informações desse livre de cor é que ele era da freguesia de Santo Antônio da vila de São José e casou-se com Ana Maria de Jesus em 1799; posteriormente, batizou dois escravos adultos e foi padrinho de dois netos filhos de Manoel Joaquim de Carvalho.

**Figura 6**

Rede social de compadrio de Antônio Raposo Lima, freguesia de Baependi, 1770-1850



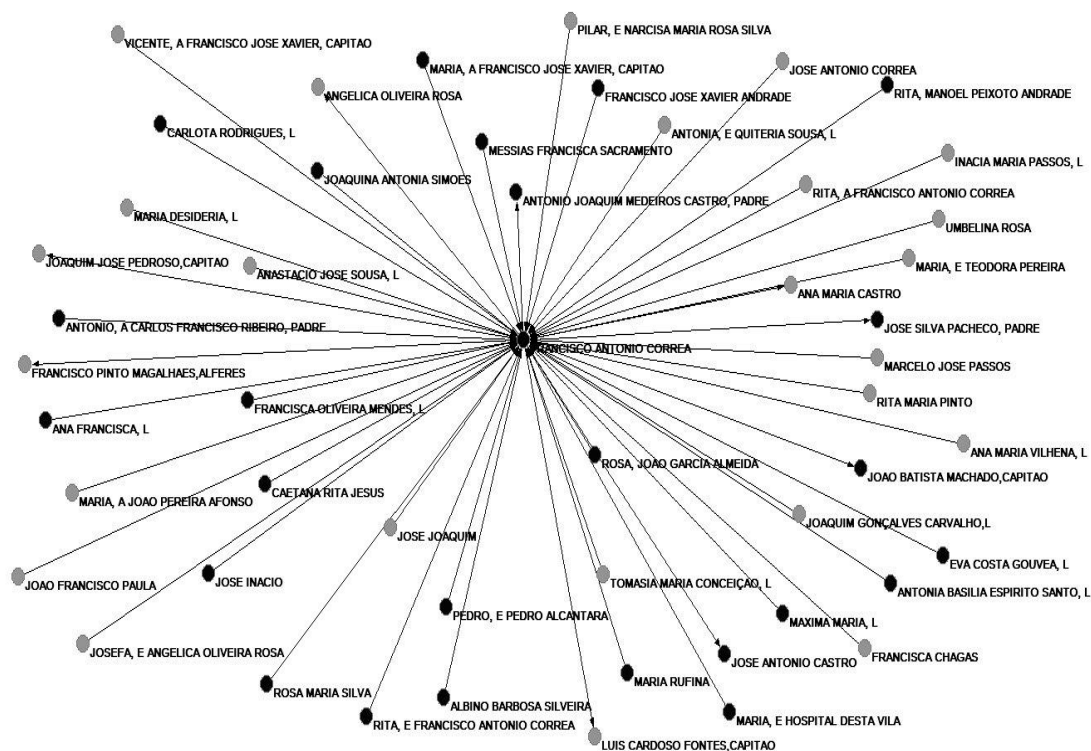
A maioria das relações de compadrio pauta-se na manutenção da “aliança para cima”, em que a escolha recai sobre pessoas que se considera do mesmo nível social ou acima dele<sup>830</sup>. Para tal, as redes sociais analisadas neste capítulo são daquelas famílias em que havia a comprovação do desempenho de um ofício, como as de Francisco Antônio Correia, Isidoro Jose Santana, Antônio Simões de Almeida e Francisco José Lopes. Para analisar as redes sociais desses livres de cor, optou-se por utilizar duas unidades de

<sup>830</sup> CARVALHO; RIBEIRO, 2008, p. 171-186.

análise: as *ego-networks*, em que a rede parte de um indivíduo; e as redes sociais totais, com vários *ego-networks*<sup>831</sup>.

**Figura 7**

Rede social de compadrio de Francisco Antônio Correa, Freguesia do Pilar, 1770-1850



Os padrinhos foram eleitos a partir do prestígio social, como os padres e os detentores de patentes e de cargos políticos. A distribuição de patentes e mercês era uma prática tradicional da monarquia portuguesa com o objetivo de conquistar a lealdade dos súditos em retribuição aos trabalhos prestados<sup>832</sup>. Esta lógica manteve-se após a vinda da família real para o Brasil, reafirmada em 1822 com a viagem do príncipe Pedro a Minas

<sup>831</sup> BARNES, 2010, p. 179. Para compreender a rede estabelecida pelo parentesco espiritual, utilizou-se o *software* Pajek, que permite vislumbrar todas as teias de relação dos indivíduos.

<sup>832</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes e circulação das elites em Portugal: 1640-1820. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003. p. 105-137.

Gerais, e após o processo emancipacionista. Numa sociedade marcada pela distinção social, a nobreza local ostentava os seus títulos de ordem militar, política ou religiosa, e as relações se pautavam em critérios como a amizade, a fidelidade, a honra e o serviço<sup>833</sup>. As interligações de pais e padrinhos apontam para a constituição de uma rede de sociabilidade pautada no princípio da relação entre indivíduos que procuravam estabelecer laços de parentesco espiritual, visando, assim, a facilitar a circulação de bens, de opiniões, de favores e de prestação de serviços. Foi nesse grupo que Francisco Antônio Correa, com um comércio na rua da Cachaça, escolheu os parentes espirituais para seus dez filhos e fora escolhido como compadre. Entre seus afilhados, havia vários escravos e principalmente boçais. Ou seja, tornou-se uma referência para quem acabava de chegar à vila (Figura 7).

Já a família de Isidoro José Santana era extensa. Ao se analisar a rede da família como um todo, pode-se observar partições como estrelas separadas como se fossem desconhecidos. Mas a união dessa família era em torno do ofício de ferreiro, que trazia *status* desde a África e entre os livres de cor na freguesia do Pilar. A rede social do ferreiro Isidoro José Santana foi bem composta e permitiu que seus filhos fossem apadrinhados por padres e pelo sargento-mor Gabriel Antônio de Mesquita. Os padres eram um grupo social com maior presença nas relações de compadrio apesar de as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* vetarem tal vínculo. Além do título de presbítero, muitos detinham prestígio econômico e político. Por ora, tem-se pouca informação, mas é preciso considerar que uma parte significativa dos clérigos estava envolvida em variados negócios e o monte-mor dos padrinhos com inventário variou de 1:212\$000 a 17:984\$417<sup>834</sup>.

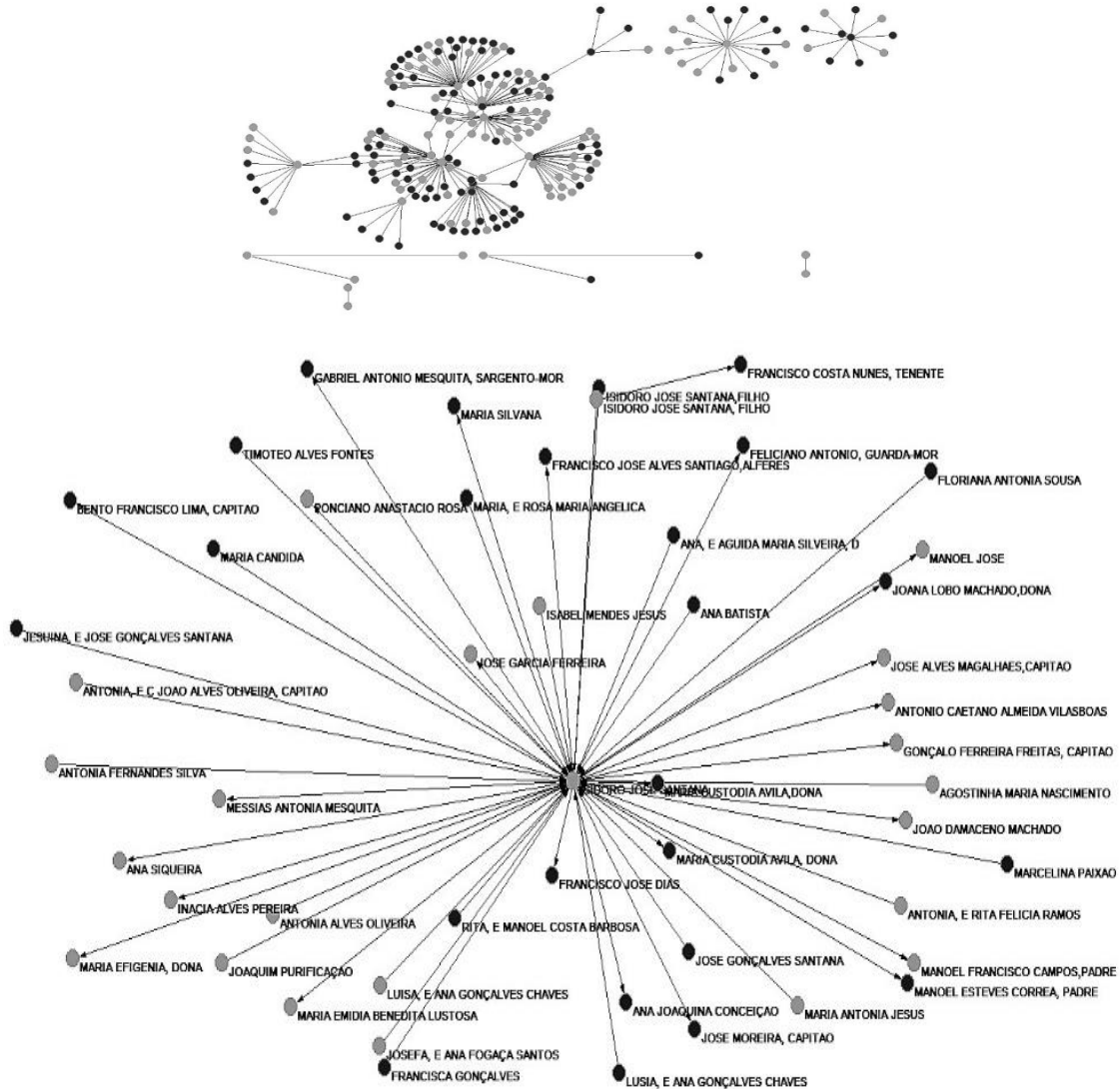
---

<sup>833</sup> NASCIMENTO, 2013.

<sup>834</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário do padre Isidoro Correia de Carvalho, 1841, cx. 408; do padre José Antônio Ferreira da Costa, 1826, cx. 68; do padre Joaquim José Alves, 1833, cx. 376; do reverendo Manoel Coelho dos Santos, 1836, cx. 565; e do padre Manoel da Paixão e Paiva, 1839, cx. 505.

**Figura 8**

Rede social de compadrio da família Santana na Freguesia do Pilar, 1770-1850



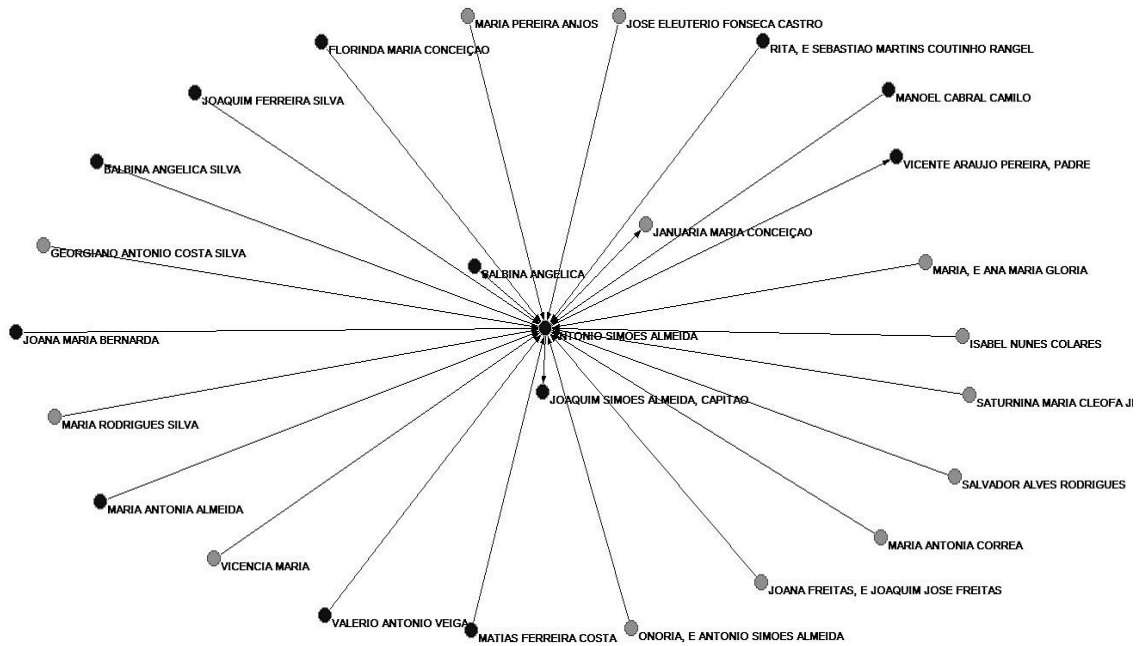
O sargento-mor Gabriel Antônio de Mesquita era de igual prestígio social, oriundo da freguesia de São Pedro Britelo da Vila Nova de Bastos, Arcebispado de Braga. Na vila de São João del Rei, viveu no estado de solteiro e seu ofício era o comércio de tecidos. Mesmo sendo português, era irmão das Irmandades do Carmo e de Nossa Senhora do Rosário, o que denota sua inserção no meio dos livres de cor<sup>835</sup>. Os livres de cor

<sup>835</sup> AHET-II-IPHAN, Inventário do sargento-mor Gabriel Antônio de Mesquita, 1808, cx. 160.

escolheram como seus compadres pessoas que poderiam contribuir com o cabedal social de seus filhos.

**Figura 9**

Rede social de compadrio de Antônio Simões de Almeida, freguesia do Pilar, 1770-1850



O exercício de um ofício aproximava os indivíduos e fortalecia os laços sociais verticais e horizontais. Nessa situação, insere-se a família de Antônio Simões de Almeida, que se torna sete vezes compadre de Joaquim Simões de Almeida. Além das atas batismais, a notícia da proximidade dos dois é pelo ofício, ambos são lanterneiros e, na Câmara da vila de São João del-Rei, são, respectivamente, escrivão e examinador desse ofício (Figura 9). A não ser pelo mesmo ofício e pelo parentesco espiritual, não se tem muita informação sobre a relação de ambos. Sobre Joaquim, sabe-se apenas que, em 1763, batizou um filho com a esposa Brígida Morais Sarmento.

A rede de Francisco José Lopes Silva é densa e pode ser compreendida pelo seu ofício de alfaiate e pelas boas relações com seus clientes. Entre seus parentes

espirituais, estão os escravos adultos indicando sua relação próxima com seus proprietários e a possibilidade de ensinar o ofício de alfaiate (Figura 10). Dentre os padrinhos de seus filhos, merecem destaque as escolhas de um padre, um capitão e, entre as madrinhas, d. Mariana Cândida e Genoveva Maximiana Dores. A primeira apadrinhou duas crianças e na ata batismal foi impresso o nome do pai, o capitão João Batista Machado, para indicar a deferência da madrinha. Já o prestígio da segunda é conhecido na ajuda em criar e apadrinhar os filhos expostos de Germana Nunes Maurícia, apontando para uma teia de relações na urbe da vila.

A transmissão dos ofícios de ferreiro, latoeiro, alfaiate e outros era feito para os membros da família, e provavelmente aos seus parentes espirituais, uma vez que, pelo batismo, tornavam-se “com-padres”. Os ofícios foram um mecanismo de inserção social, de prestígio entre os livres de cor e escravos, e o parentesco espiritual permitia a união de pessoas para além da família consanguínea, conectando-as em redes. A escolha dos livres de cor para serem os parentes espirituais seguia a dinâmica da aliança para cima, conquistando ganhos sociais para si e seus filhos.



## Considerações Finais

Acerca deste trabalho, “*No rendilhado do cotidiano: a família e as redes sociais dos livres de cor na Comarca do Rio das Mortes (1770-1850)*”, pode-se chegar a algumas considerações finais. A primeira é reafirmar que as três freguesias do Pilar, de Aiuruoca e de Baependi situam-se num “*vasto território*” comprovado no decorrer da pesquisa. E nas sendas, nos sertões proibidos, nas grotas, nos fundões de cada montanha que circunda ou corta a Comarca do Rio das Mortes, foi estabelecida uma família. Esta poderia ser consanguínea, por afinidade e pelo parentesco espiritual mesclando as matrizes portuguesas, africanas e indígenas na sua gênese. Porém, os laços familiares que Saint-Hilaire acreditava ficar entremeio à família nuclear, definida como “*círculo estreito da família*”, estendiam seus tentáculos aos membros de toda uma geração por meio de heranças materiais, de lembranças africanas de linhagem e de tradição. Os liames que uniam tais famílias não eram “*muitos fracos*”; pelo contrário, fortaleciam-se com o trabalho no fogo e com a transmissão de um ofício; com o auxílio ao filho, ao afilhado ou ao sobrinho em constituir um fogo independente; e com o nome da família que abria portas ao crédito, facilitava as negociações para o desempenho do ofício, o acesso a cargos escolhidos pelo poder local e a inserção social.

Encontrar as famílias dos livres de cor e suas ramificações em meio às fontes em que ora silenciam e ora desvelam a qualidade do sujeito foi como unir os pontos de um imenso bordado, em que cada família era representada por um ponto. Para identificar cada ponto referente a uma família, foi preciso considerar as alianças, as escolhas dos nomes e sobrenomes e as inserções econômica e social, bem como montar pacientemente esse bordado com as fichas de famílias partindo dos registros de batismo e acrescentando as informações dos registros de casamento, de óbito, dos testamentos e dos inventários.

Estas, aos poucos, foram desvelando as famílias e suas ligações. As famílias dos livres de cor, particularmente na freguesia do Pilar, vão desde aquelas que possuíam apenas os registros de batismo até as que tinham vários documentos e bens, como a do Alferes Joaquim Rodrigues Teixeira. Em todas as freguesias, havia escolha de redes sociais que os interligavam e traziam ganhos e inserção social para os membros, independente da sua posição econômica.

A análise das três freguesias com características diferentes na formação populacional, econômica e política permitiu observar que em todas elas havia a busca pela mobilidade e pela inserção social. Porém, nas freguesias de Aiuruoca, particularmente, e de Baependi, essa busca era complexa devido à presença marcante de um grande número de senhores de escravos e do pouco espaço para a atuação dos livres de cor. Já para a freguesia do Pilar, que possuía uma dinâmica rede de relações mercantis ampla com uma densidade populacional de livres de cor, conseqüentemente com maiores inserções econômica e social desses livres de cor, as atuações política e social eram maiores. Nestas, há uma participação dos livres de cor nas discussões políticas que envolveram o processo emancipacionista do Brasil e que não foi observado para as outras duas freguesias. Há também a presença maior de aquisição de patentes, inclusive daquelas que exigiam a escolha pelo oficialato apontando para seu prestígio social.

Analisar as famílias dos livres de cor para essas freguesias continua sendo um desafio e este trabalho é a ponta do *iceberg*. O desafio para a freguesia do Pilar se circunscreve ao grande número de famílias dos livres de cor, por possuir uma população que buscava se diferenciar com nome e sobrenome, diferentemente da freguesia das freguesias de Baependi e de Aiuruoca em que os livres de cor, na sua maioria, possuíam apenas um nome nos registros de batismos e nos mapas populacionais. E montar todas as árvores genealogias e redes sociais dessas famílias demanda compor mais pontos no

bordado. O desafio de estudar as famílias dos livres de cor para as freguesias de Baependi e de Aiuruoca se circunscreve em desvendar o silenciamento das fontes, o que gera uma discrepância entre os registros de batismo/casamento e os mapas de população. O cruzamento de dados dos mapas de população com os inventários e testamentos foi realizado de forma incompleta devido às condições de organização do fundo documental de Baependi e Aiuruoca no Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Acredita-se que nas duas freguesias há outras famílias como as de Maria Correa Estrela e de Maria Isabel da Silva. Estudar a família da primeira foi possível ao partir do mapa populacional, cuja qualificação dos filhos permitiu encontrar os inventários e testamentos e localizar a família. Já a família da segunda aponta para a migração dos livres de cor para uma região de fronteira aberta. Com toda a documentação mapeada, descobrem-se apenas uns poucos registros de batismos da freguesia do Pilar em que a família foi reconstituída nas freguesias de Aiuruoca e Baependi.

O outro grande desafio é a dificuldade em colocar em grandes marcos as famílias dessas freguesias. Poias s famílias dos livres de cor encontradas nessa pesquisa foram as legítimas, possíveis de serem quantificadas e para a freguesia do Pilar são 1.103, para Baependi 230 e para Aiuruoca 78 famílias); as “ilegítimas” que foram mapeadas 1400 famílias para o Pilar, 100 famílias para Baependi e 50 famílias para Aiuruoca; as famílias constituídas com filhos naturais; as famílias compostas apenas pelo casal e a família por afinidade. Um quadro quantificando-as não seria possível por esses modelos de família se mesclarem, se há um filho natural implica pertencer a família ilegítima.

Analisar as famílias e as redes sociais dos livres de cor nas freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pilar foi perceber os laços que uniam um grupo de pessoas por meio de relações consanguíneas e interpessoais, vinculando o indivíduo uns aos outros como

nós de um bordado social. Tais nós entrelaçam vidas e famílias umas às outras, cujo tecido social se organiza e fortalece por meio deles. A sociedade nas freguesias em foco era composta por várias famílias, inclusive pelas dos livres de cor, que atuavam ativamente nos fogos, nas capelas e nas vilas em todos os âmbitos sociais e econômicos. E não ficava “cada um entregue a si mesmo”.

## Fontes Documentais e Referências

### a) Fontes manuscritas

1 *Website* <<https://www.familysearch.org>>: (Arquivo Eclesiástico da Diocese de Campanha; Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei; Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Bonssucesso; Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra;

\* Batismo: janeiro de 1796 a dezembro de 1833 (dois livros de registros)

Nossa Senhora da Conceição (Conceição da Barra):

\* Batismo e óbitos: agosto de 1813 a junho de 1838 (dois livros de registros)

Nossa Senhora de Monserrate (Baependi):

\* Batismo: abril de 1727 a março 1840 (cinco livros de registros)

\* Matrimônio: abril de 1745 a junho de 1856 (seis livros de registros)

Nossa Senhora da Conceição (Aiuruoca):

\* Batismo: setembro de 1734 a dezembro 1830 (quatro livros de registros)

\* Matrimônio: fevereiro de 1749 a maio de 1814 (quatro livros de registros)

Nossa Senhora do Pilar: (São João del-Rei):

\* Batismo: 1736-1850 (39 livros de registros)

\* Matrimônio: 1729-1850 (11 livros de registros)

\* Óbitos: 1770-1880

2 Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei:

2.1 Livros de Óbitos:

Testamento de Quitéria Braz, Livro de Óbitos, 1804, Tomo III, fl. 281.

Testamento de Luis Matol, Livro de Óbitos 1792-1796. Tomo IV, fl. 422.

Testamento de Francisco Gonçalves dos Santos. Livro de Registros de Óbitos. Tomo II. p. 122v, 1796-1800.

Testamento de Timóteo Manoel Furtado. Livro de Registros de Óbitos. Tomo III. p. 284v, 1804-1807. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

Testamento de Gervásio Pereira Lima. Livro de Registros de Óbitos. Tomo III. p. 330, 1804-1807. Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

## 2.2 Capela de São Miguel Arcângelo do Cajuru:

\* Batismo: 1833 a 1850 (dois livros de registro)

## 2.3 Livros de Irmandades:

- Irmandade de São Gonçalo do Brumado, cx. 01, nº 1, 1736-1768;
- Irmandade do Rosário de São Gonçalo do Brumado, cx. 01, 1756-1833.

## 2.4 Arquivos da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande:

- Ata da criação da Capela de São Sebastião do Paraíso, 1902.

## 3. Arquivo Eclesiástico da Diocese de Campanha:

Livro de Óbitos 1841-1869, fl. 4v. Testamento de Isabel Maria da Silva.

## 4. Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei:

### 4.1 Testamentos e inventários *post mortem* de São João del-Rei, Baependi e Aiuruoca, séculos XVIII e XIX:

- Inventário e testamento de José Braz, 1764, cx. 609.
- Testamento de Teresa de Moura, 1777, Livro de Testamento nº 2, fl. 186.
- Testamento de Bartolomeu Braz da Silva, 1823, cx. 299.
- Inventário de Joaquim Rodrigues Teixeira, 1832, cx. 274.
- Inventário de Marcelino José de Siqueira, 1837, cx. C-18.
- Inventário e testamento de Antônio Ribeiro da Silva, 1825. Cartório do 1º Ofício. Cx. 6B. doc. 03. Fundo documental de Aiuruoca.
- Inventário de José Vieira de Almeida. Cx. C-49, 1782.
- Testamento de João Francisco Junqueira. Cx. 70.1816.
- Inventário do Tenente Joaquim José de Barros, São João del-Rei, 1832, Cx. 496.
- Inventário de Inácio Correa Arnaut, Aiuruoca, 1848, 2º Ofício, Cx. C16. Fundo documental de Aiuruoca.
- Inventário de Gonçalo Correa Neto, 1791, cx. 373.
- Inventário de Francisco Ribeiro, 1763, cx. 363.
- Inventário do Capitão Domingos dos Reis e Silva, 1785, cx. 361.
- Inventário do Alferes Bernardo Gonçalves Chaves, 1787, cx. 293.

- Inventário de Isidoro Correa Carvalho, 1841, cx. 408.
  - Inventário de Ana Beralda, Santa Maria de Baependi, 1821, 2º Ofício. Cx. C-47. Doc.5.
- Fundo documental de Baependi
- Inventário e testamento de Antônio da Silva Cintra, 1862. Cartório do 2º Ofício. Cx. 23. doc. 11. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de Manoel Caetano da Costa, 1775, cx. 551.
  - Inventário de Francisco Ribeiro, 1763, cx. 363.
  - Inventário de Inácia Lemos de Godoi, 1805, cx. 97.
  - Testamento de Francisco Pereira Mendes, 1894, Livro de Testamento nº 10, fl. 362.
  - Inventário do Alferes Lourenço José Fernandes Brasiel, 1833. Cx. 128.
  - Inventário de Ana Pimenta das Mercês, 1837. Cx. 299.
  - Inventário de Francisca Alexandrina Sales. Cartório do 2º Ofício. Cx. 16. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de Inácio Correa Arnault, 1848. Cartório do 1º Ofício. Cx. 42. doc. 08. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de José Correa Arnault, 1855. Cartório do 2º Ofício. Cx. 20. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de José Máximo Coelho, 1864. Cartório do 1º Ofício. Cx. 06 – B. doc. 1. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de José Marcos de Castilho, 1832. Cx. C-07.
  - Inventário do Capitão José Alves Preto. Cx. C-47.
  - Inventário de Marcelino José Alves Preto, 1808. Cx. 199.
  - Inventário de Gervásio Coelho Barbosa. Cartório do 2º Ofício. Cx. 13. doc. 13. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário e testamento de Maria do Rosário, 1779, cx. 223.
  - Inventário de Cipriana Marcelina da Conceição, 1814, cx. 318.
  - Inventário e testamento de Antônio Ribeiro da Silva, 1825. Cartório do 1º Ofício. Cx. 6 B. doc. 03. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de Francisco Moreira da Costa, 1864. Cartório do 2º Ofício. Cx. 25, doc. 7. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de Roberto Moreira da Costa, 1862. Cartório do 2º Ofício. Cx. 24. Fundo documental de Aiuruoca.
  - Inventário de Maria Esméria da Silveira Romana, 1841. Cx. 221.

- Inventário do casal Maria Gonçalves Martins e Francisco Antônio Correia, 1830. Cx. 153.
  - Inventário de Caetano José de Sousa, 1843. Cx. 348.
  - Inventário de Pocidônia Maria Pereira, 1853, cx. 404.
  - Inventário de Laurindo Rodrigues Teixeira, 1848, cx. 404.
  - Inventário de Rosa Maria Teixeira, 1836, cx. C-28.
  - Inventário de Antônio Gomes da Silva, 1843, cx. 430.
  - Inventário de Francisco Pereira Mendes, 1854, cx. 404.
  - Inventário de Juliana Maria Pereira, 1847, cx. 274.
  - Inventário de Bernardino Rodrigues Teixeira, 1843, cx. 273.
  - Inventário de Francisco Teixeira Carvalho, 1848, cx. 466.
  - Inventário de Antônio José de Barros, 1844, Cx. 323.
  - Testamento de Quitéria da Silva, 1793. Cx.210.
  - Inventário de Luís da Silva Gonçalves, 1813. Cx. 465.
  - Inventário de Salvador Nunes Correa, 1808. Cx. 461.
  - Inventário de Valentim Ferreira Marques, 1873. Cx. 152.
  - Inventário de Manoel Luís de Jesus, 1835. Cx. 210.
  - Testamento de José Gonçalves, 1804. Livro de Testamento n. 13, fl. 194
  - Inventário de Francisco de Paula Siqueira, 1838. Cx. 386.
  - Inventário de Joaquim José Siqueira, 1838. Cx. 261.
  - Testamento de Ana Maria Silva, 1792. Livro de Testamento n. 10, fl. 232.
  - Testamento de Catarina da Silva, 1824. Cx. 124.
  - Inventário de Venâncio José da Silva, 1768. Cx. 258.
  - Testamento de Maria Rosa de Azevedo. Livro de Testamento n. 50, fl. 49.
  - Testamento de Luzia Moreira de Carvalho, 1819. Livro de Testamento n. 9, fl. 226.
  - Inventário de Manoel Moreira da Costa, 1843. Cartório do 2º Ofício. Cx. 12, doc. 5.
- Fundo documental de Aiuruoca.
- Testamento de José de Sousa Barbosa, 1795. Livro de Testamento n. 12, fl. 188.
  - Testamento de Rita Maria de São José, 1818. Livro de Testamento n. 23, fl. 87.
  - Inventário e testamento de José de Sousa Barbosa, 1796. Cx. 374.
  - Testamento de Maria Francisca da Costa, 1838. Livro de Testamento nº56, fl. 68.
  - Inventário e testamento de José de Sousa Barbosa, 1796. Cx. 374.
  - Testamento de Manoel de Almeida Santiago. Livro de Testamento n. 10, fl. 54.
  - Inventário de Balduína Justiniana Teixeira, 1855. Cx. 273.

- Testamento do padre João Pedro dos Santos, 1858. Cx. 120, fl. 6v.
- Justificação de Joaquim Ferreira da Silva, 1852. Cx. 30, fl. 5.
- Testamento e inventário do Ajudante João Cosme Rabelo Vieira. Cx. 438.
- Testamento de Gonçalves dos Santos. Livro de Óbitos (1796-1800), Tomo 1, fl. 122.
- Testamento de Cap. Bernardo José Teles. Livro de Óbito, Tomo III, 1790-1792.
- Testamento de Tereza da Silva Reis. Livro de Óbito, Tomo I (1796-1800).
- Testamento e inventário do Ajudante João Cosme Rabelo Vieira. Cx. 438.
- Testamento de José Joaquim Alves Pereira, 1796. Livro de Testamento n. 13, fl. 110v.
- Testamento de Alexandre José Ribeiro, 1825. Livro de Testamento n. 12, fl. 57v.
- Testamento de Manoel de Almeida Santiago. Livro de Testamento n. 10, fl. 54 v.
- Inventário de Josefa Pinto, 1785. Cx. 196.
- Testamento de Manoel Teixeira da Cunha. Livro de Testamento n. 32, fl. 27.
- Inventário e testamento de Maria Cardoso da Silva. Cx. 354. fl. 06.
- Inventário de Germana Nunes Maurícia. Cx. 404.
- Inventário de Maria Francisca Teixeira, 1854. Cx.275.

#### 4.2 Décima Urbana de 1826.

#### 4.3 Sesmarias:

- Sesmaria de Antônio Fernandes, 1753. Cx. 28.
- Sesmaria de Manoel Alves Pedrosa, 1761. Cx. 25.
- Sesmaria de Luís Coelho Borges, 1761. Cx. 25.

#### 4.4 Livros de Notas 1 a 5:

- Escritura de contrato de Arras que fizeram Florência Oliveira, preta da nação mina, e Manoel Cardoso, de nação angola, ambos forros. Livro de Notas 1774-1776, n. 1. Cx. 1.
- Escritura de contrato de Arras que fizeram Marcelino Moreira Duarte e Joaquina Rosa, crioulos forros. Livro de Notas 1781 n. 3. Cx. 2.

#### 5. Arquivo Histórico Ultramarino:

- 005, Cx. 105. Doc. 48. Requerimento do Capitão José Vieira de Almeida pedindo confirmação de sesmaria de duas léguas de terras que possui na freguesia de Baependi e Carrancas.

- 005, Cx. 79. Doc. 52. Requerimento de José Francisco Nunes, capitão da Companhia da Ordenança de Pé do distrito de Baependi, Comarca de São João del-Rei, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.
- 005, Cx. 123. Doc. 45. Requerimento dos aplicados da Capela do Senhor do Bom Jesus do Livramento, filial da Matriz de Aiuruoca, solicitando à Rainha a mercê de lhes permitir a edificação de uma capela.
- 005, Cx. 128. Doc. 38. Requerimento dos irmãos e devotos do Senhor Bom Jesus do Livramento solicitando à Rainha a mercê de lhes conceder licença para benzerem a sua capela sita na freguesia de Aiuruoca.
- 005, Cx. 59. Doc. 38. Alvará de D. José I, ordenando a criação e ereção da nova vigaria colada à Igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi, Bispado de Mariana, com a cônica de 200 mil réis anualmente paga pela sua Fazenda.
- 005, Cx. 23. Doc. 64. Requerimento de Manuel de Seixas Pinto, Manuel Alvares da Fonseca e Manuel Bernardes, moradores na Vila de São João del-Rei, solicitando a D. João V a mercê de ordenar que se lhe passe carta de confirmação de sesmaria de umas terras que possuem em Ibituruna.
- 005, Cx. 162. Doc. 9. Requerimento dos habitantes aplicados da capela de Nossa Senhora de Nazaré, freguesia da Vila de São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes, pedindo faculdade para edificar e levantar um arraial no terreno ocupado pela igreja na dita Aplicação, sendo medido e demarcado com os seus respectivos logradouros.
- 005, Cx.54, Doc. 31. Representação dos devotos das capelas de Nossa Senhora da Conceição da Barra, São Gonçalo do Ibituruna, Nossa Senhora de Nazaré, São Gonçalo do Brumado e Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, solicitando ao Rei a mercê de lhes construir paróquia na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, a fim de serem melhor servidos.
- 005\_Cx. 106, Doc. 27. Requerimento de Manuel Ferreira de Oliveira, Manuel do Espírito Santo e outros aplicados das três capelas de São Gonçalo da Ibituruna, Nossa Senhora de Nazaré e da Conceição da Barra, termo da Vila de São João del-Rei, solicitando a nomeação do reverendo Manuel Ferreira Godinho como pároco da nova freguesia a ser criada na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra. 07/05/1774.
- 005, Cx. 41, Doc. 71. Representação dos oficiais da Câmara da Vila de São João del-Rei, solicitando a construção de uma capela destinada aos presos, lhes seja concedida confirmação régia do patrimônio de 6.000 réis anuais dos bens do dito concelho, na forma das Constituições do Bispado.

- 005. Cx. 136. Doc. 41. 1749. Requerimento do juiz e mais oficiais da Confraria de Nossa Senhora do Bom Sucesso e moradores da freguesia de São João del-Rei solicitando a doação e patrimônio necessário para ereção da nova capela da referida Confraria.
- 005. Cx. 85. Decreto de D. José fazendo mercê a José Inácio Coutinho, 1765.
- 005. Cx. 95, Doc. 36, Carta Patente de Joaquim do Espirito Santo; Cx. 104, Doc. 30, José de Assunção Miranda; Cx. 177, Doc. 55, Carta Patente de José Henrique da Encarnação; Cx. 118, Doc. 22, Carta Patente de Francisco dos Santos Pimenta; Cx. 118, Doc. 73, Carta Patente de Francisco Sales Anjos; Cx. 118, Doc. 89, Carta Patente de Francisco da Costa Pereira; Cx. 118, Doc. 92, Carta Patente de José de Almeida; Cx. 145, Doc. 51, Carta Patente de Antônio José de Barros; Cx. 150, Doc. 46, Carta Patente de José Gervásio de Sousa; Cx. 161, Doc. 33, Carta Patente Francisco Viegas Meneses; Cx. 173, Doc. 51, Carta Patente de Francisco Leite Ribeiro; Cx. 164, Doc. 60, Carta Patente de Antônio José Vilas Boas; Cx. 187, Doc. 23, Anacleto Francisco Peixoto; Cx. 182, Doc. 38, Luís Antônio Marques Florião; Cx. 180, Doc. 58, Paulo Antônio de Faria.

#### 6 Arquivo Público Mineiro:

- NCS-P, foto de Baependi. Sem autoria, data provável 1870.
- SC-224, Livro de Registros de Ofícios do Governador a Secretária de Estado, 1780-1782, fls. 29-48.
- SC-224, Livro de Registros de Ofícios do Governador a Secretária de Estado, 1780-1782, fls. 29-48.
- MP-CX.06-DOC. 12. Mapas de população de São João del-Rei, 1840.
- SG – Cx. 92, Doc. 39. Informação de serviço que faz o ouvidor da comarca do Rio das Mortes referente à criação da vila de Santa Maria do Baependi, no dia 23/10/1814, e comunicando a remessa dos autos de criação e levantamento do pelouro, os quais não estão anexos.
- SG – Cx. 91, doc. 18. Alvará Régio determina os limites da Vila da Campanha da Princesa, cria a vila de Santa Maria de Baependi, assim como a de São Carlos do Jacuí etc. (documento impresso).
- SG – Cx. 91, Doc. 23. Carta de Manuel Pereira Pinto à sua alteza real pedindo que lhe mande passar por certidão o teor de qualquer dos requerimentos que fizeram os moradores de Baependi, no qual pediam a elevação do arraial a vila.
- Carta Corográfica dos limites do estado de Minas Gerais com o de São Paulo, 1766, SI – 003 (01).

- SC-6, Livro de 1738-1747, Registro de Cartas e Ordens Régias, fls. 71v e 72.
- SC-113, Livro de 1754-1758, Registros de Ordens e Avisos Régios, fl. 19.
- SC-109, Livro de 1753-1757, Registro de Ordens Régias, fl. 29.
- SC-124, Livro de 1758-1760, Registro das Provisões e Cartas do governador, fl. 184.
- Cx. 48, Doc. 44. 29/05/1800. Informação de serviço passada pelo juiz ordinário dos Órfãos ao governador expondo as causas e razões que o conduziu a não seguir as ordens do desembargador José Joaquim Cordeiro de Miranda e Costa com relação à extinção do Julgado da Aiuruoca.
- LM – 0006. Lei de nº 6, de marco de 1835. Coleção leis mineiras (1835-1889).
- LM – 1871. Lei de nº 1.510, de julho de 1868. Coleção leis mineiras (1835-1889).
- Exigência presente na Lei Provincial de Lei nº 46, de 18 de março de 1836. LM-0054, Tomo 2, Parte 1. Ouro Preto: Tipografia do Universal.
- Mapa do Termo da Vila de Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes de Minas Gerais, que só serve para mostrar a extensão do mesmo Termo, os lugares mais notáveis, distâncias entre eles, estradas principais que o atravessam, 30 x 34,5 cm, manuscrito e aquarela, APM, MC 02.04
- Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, em que mostra a verdadeira situação dos lugares por onde fizeram as setes principais divisões do seu governo com o de Minas Gerais, APM, SI-003 (01).
- Mapas Populacionais da década de 1830 de Aiuruoca, Santana Guapera, Varadouro, Vertentes do Rio Preto e Rio Grande, Turvo, Serranos, São Vicente, Favacho, São Domingos da Bocaina, Madre de Deus, Piedade do Rio Grande, São Francisco do Onça, São Miguel do Cajuru, Santo Antônio do Rio das Mortes, São Gonçalo do Brumado, Bom Sucesso, Conceição da Barra, Nazaré, Santa Rita, São Tiago, Santo Antônio do Amparo e São João del-Rei.

#### 7 Arquivo da Câmara Municipal da Vila de São João del-Rei:

- XMAT, 257. Oficiais e soldados – Pardos e libertos da Ordenança de Pé do Distrito de Aiuruoca. 1765.
- AUT 63-64. Câmara Municipal de São João del-Rei, Autos diversos. 1777-1778.

#### 8 Biblioteca Nacional:

- Mapa da capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados para Minas Gerais..., século XVIII.

b) *Sites*:

1 Projeto compartilhar:

[www.projetocompartilhar.org](http://www.projetocompartilhar.org)

2 Cedeplar:

<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>

3 *Family search*:

<https://www.familysearch.org>

4 Museu Municipal dr. Júlio Sanderson:

<http://museumunicipaldrjuliosanderson>

5 Genealogia brasileira:

[www.genealogiabrasileira.com](http://www.genealogiabrasileira.com)

c) Fontes Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822. v. 3.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da Terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

BAEPENDY – Autos de criação da vila de Santa Maria de Baependy em 23/10/1814. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano 1, n. 3, p. 427-441, jul. /set. 1896.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. v. 1.

BRASIL. Constituição (1824), arts. 6º e 1º. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 14

jun. 2015.

BRASIL, Lei de 1º de outubro de 1828, arts. 3º e 4º. Disponível em:

<[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html)>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BRITO, Francisco Tavares. *Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro*. Sevilha: Oficina de Antônio da Silva, 1782.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte, 1976.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.

CASAL, Aires. *Corografia brasílica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza. *Informação sobre os limites da Província de S. Paulo com as suas limitrophes*. Impressa por deliberação da Assembleia Provincial de S. Paulo em 1846. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. I.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. II.

COLEÇÃO DAS LEIS MINEIRAS. Lei nº 46, de 18 de março de 1836. LM-0054, Tomo 2, Parte 1. Ouro Preto: Tipografia do Universal.

DERBY, Orville A. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. Crônicas dos tempos colônias. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1899-1900.

DERBY, Orville A. A primeira phase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. Crônicas dos tempos colônias. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1899-1900.

DIÁRIO DA JORNADA, que fez o Exmº. senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas, ano de 1717. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 312, 1939.

DOCUMENTOS INTERESSANTES: Para a história e costumes de São Paulo. v. 52, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 185. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. p. 216. Acesso em: 14 mar. 2015.

DOCUMENTOS INTERESSANTES: Para a história e costumes de São Paulo. v. 73, AESP, Casa Vanordem, São Paulo, 1930. p. 185. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. p. 98. Acesso em: 14 mar. 2015.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17, p. 737-762, 1899.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A.; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). *Códice Costa Matoso*, v. 2, p. 88. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FREIREYS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Disponível em: <[http://biblio.wdfiles.com/local--files/freireyss-1906-viagem/freireyss\\_1906\\_viagem](http://biblio.wdfiles.com/local--files/freireyss-1906-viagem/freireyss_1906_viagem)>. Acesso em: 21 nov. 2016.

GARCIA, Rodolfo. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

HISTORIA E MEMORIAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, Volume 4, Parte 2, p. 54.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da província de Minas Gerais, 1837. v. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da província de Minas Gerais, 1837. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

MEMÓRIAS MUNICIPAIS: Baependi. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 244-256, 1897.

MEMÓRIAS MUNICIPAIS: Campanha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, n. 1, p. 556-557, 1896.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. Lei n. 728, de 18 de maio de 1855. Ouro Preto: Tipografia Bom Senso, 1855.

MONAT, Henrique. *Caxambu*. Rio de Janeiro: Luís Macedo, 1894.

OLIVEIRA, Ronald Polito; LIMA, José Arnaldo C. de A. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1821-1825*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

PELÚCIO, J. A. Esboços chorographicos: Baependy (1692-1822). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 4, p. 215-237, 1899.

- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- SAINT-ADOPHE, J. C. R. Millet de. *Dicionário Geographico, histórico e descriptivo do Império do Brasil*. Paris: J.P. Aillaud, 1845.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975a.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975b.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.
- SANTÍSSIMA TRINDADE, Frei José da. A diocese de Mariana em 1831. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 4, 1899.
- SESMARIA DE SALVADOR LOURENÇO DE OLIVEIRA. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17, p. 679-747, 1912.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antônio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. v. 1.
- SILVA, J. Trindade da Fonseca e. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesiana, 1948. v. 1, p. 112-123.
- SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- TAUNAY, Afonso de. *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Itatiaia 1981.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945.
- VELLOSO, Herculano. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José: nos tempos coloniais*. Belo Horizonte, 1955.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007. (Edição fac-similar).
- VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

#### **d) Bibliografia**

ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*, n. 5, p. 100, 1995.

ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais pós-auge minerador – uma trajetória historiográfica *Revista Registro*, Ano 2, n. 4, set. 1995/fev. 1996.

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor: poema herói-cômico*. Campinas: Unicamp, 2010.

ANDRADE, Elias Alves. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX*: edições fac-similar e semidiplomática. 2007. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. série e v. 12, p. 91-128, jan./dez. 2004.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Org.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ARANTES, Sirleia Maria. Entre redes, tramas e teias: o parentesco espiritual dos livres de cor na vila de São João del-Rei, 1790-1799. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Org.). *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

ARANTES, Sirleia Maria. “Por minha agência e trabalho”: os libertos nas Minas setecentistas, vilas de São José del-Rei e São João del-Rei (1736-1808). Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: Simpósio Nacional de História, 26.

- 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011.
- BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, v. 29/30, p. 79-132, 2003.
- BARNES, J. A. Class and committees in a Norwegian Island parish. *Human Relations*, v. 7, n. 1, p. 39-58, 1954.
- BARNES, J. A. Clase y comités en una comunidad isleña Noruega. In: SANTOS, F. R. (Org.). *Análisis de redes sociales: orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Unesp, 2010.
- BERGARD, Laird W. Escravidão e História econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: Edusc, 2004. p. 145-196.
- BEUZA, Jose María Imízcoz. Actores, redes, processos: reflexiones para una história más global. *Revista da Faculdade de Letras, Porto*, série 3, v. 5, p. 115-140 2004.
- BEUZA, Jose María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo Ruiz. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, #4, Dic. 2011. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: 15 jul.2015.
- BEUZA, Jose María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo Ruiz. Actores e redes sociales en história. In: VEGA, David Carvajal de la; RODRIGUEZ, Javier Añibarro; CASADO, Imanol Vitores (Org.). *Redes sociales y económicas en el mundo bajo medieval*. Valladolid: Castilla Ediciones, 2011.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 251-280, 1998.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 108-115, 1997.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; SOUZA, Candice Vidal e. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Estudos Femininos*, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, p. 414-432, 2º sem. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200006/8851>>. Acesso em: 21 jan. 2015.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; SOUZA, Candice Vidal e. A família na obra de Frédéric Le Play. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 516, 2002.

- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; SOUZA, Candice Vidal e. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre e trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; SOUZA, Candice Vidal e. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, M. E. Lage de; VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BURKE, Peter. *Variedades da História Cultural*. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BRUNNER, Otto. *Novos caminhos da História Social e Constitucional*. Buenos Aires: Alfa. 1976. 211p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58474770/Brunner-Otto-Nuevos-Caminos-de-La-Historia-Social-y-Constitucional>>. Acesso em: 1 jul. 2013.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Varia História*, v. 31, p. 21-40, jan. 2004.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil colônia: os cristãos novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2007.
- CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a palavra e o chão: memória toponímica da estrada real*. 2012. Tese (Doutorado)-Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Francisco de Assis. Baependi: investigação toponímica, diacrônica etimológica. *Cadernos do CNLF*, v. 16, n. 4, t. 1 – *Anais do XVI CNLF*, p. 388-389. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xvi\\_cnlf/tomo\\_1/033.pdf](http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/033.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2016.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de; RIBEIRO, Ana Isabel. Using network analysis on parish registers: how spiritual kinship uncovers social structure. In: CARVALHO, Joaquim Ramos de (Ed.). *Bridging the gaps: sources, methodology and approaches to religion in Europe*. Pisa: Edizioni Plus, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, Ana Emília de (Org.). *Histórias que a Cecília contava*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.

CASEY, James. *A História da Família*. São Paulo: Ática, 1999.

CASTRO, José Flavio Morais; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto; MENEZES, Paulo Márcio Leal. *Visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais dos setecentos e oitocentos: em destaque as bases urbanas*. Disponível em: <[ww.pucminas.br/documentos/posgeografia\\_publicacoes\\_visualizacao\\_cartografica.pdf](http://ww.pucminas.br/documentos/posgeografia_publicacoes_visualizacao_cartografica.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2014.

CASTRO, José Flavio Morais; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto; MENEZES, Paulo Márcio Leal. *Organização espacial da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. IV Seminário luso-brasileiro de cartografia histórica. Porto: 2011. Disponível em: <<http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/8.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

CASTRO, José Flavio Morais; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto; MENEZES, Paulo Márcio Leal. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2017.

CAVENAGHI, Airton Jose. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2006.

CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa do outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume, 2008.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHAVES, Claudia M. das Graças. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999.

COELHO, Eduardo L. *Coalhadas e rapaduras: estratégias de inserção social e sociabilidades de músicos negros*. 2011. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

COLLOMP, Alain. Famílias. Habitações e coabitações. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 499.

COTTA, Francis Albert. *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas

- Alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Revista Mexicana de Sociologia*, México, v. 46, n. 2, p. 45-60, abr./jun.1984.
- DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la Historia Social. *Historia Social*, México, n. 10, p. 177-182, primavera-verano 1991.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Ed.). *Extending the Frontiers*. Essays on the new Transatlantic Slave Trade Database. New Haven: Yale University Press, 2008, p. 1-60 (49-50). Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>>. Acesso em: 21 dez. 2004.
- FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX). In: SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H. M.; FRAGOSO, João (Org.). *Ensaio sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.
- FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. Tese (concurso público para Professor Titular)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Unesp, 2010.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. *Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro v. 6, n. 2, jul./out. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000300003&script=sci\\_arttext&tlng=es#n13](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000300003&script=sci_arttext&tlng=es#n13)>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- FIGUEIREDO, Luciano de Almeida. *Barrocas Famílias: Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Retóricas cartográficas: as vilas e seus territórios nas Minas setecentistas*. In: SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA

CARTOGRAFIA AGENDAS PARA HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA IBERO-AMERICANA, 3., 2010. São Paulo, abr. 2010. Disponível em: <[https://3siahc.wordpress.com/memorias/#Cláudia Damasceno Fonseca](https://3siahc.wordpress.com/memorias/#Cláudia%20Damasceno%20Fonseca)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del-Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Ed. da UFMG: Belo Horizonte, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. La démesure et les excès: espaces et sociétés coloniales américaines. In: LABOIRE, Jean-Claude. *Excessives Amériques: Héritage et Transfert culturel*. Paris: Desjonquères, 2011.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles: parenté, Maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREIRE, Jonis; CARRARA, Ângelo Alves. Família, compadrio e demografia na freguesia do Mártir São Manoel do Rio do Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato (1767-1819). In: LIBBY, Douglas Cole *et al.* (Org.). *História da Família no Brasil, séculos XVIII, XIX e XX: novas análise e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista*. São Paulo: Annablume, 2012.

FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador de diamantes – o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 101, Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/Barbeiros\\_cirurgioes\\_e\\_medicos\\_nas\\_Minas](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Barbeiros_cirurgioes_e_medicos_nas_Minas)>. Acesso em: 14 maio 2016.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Tradução Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *São João del-Rei: Contexto histórico-religioso*. Santo Antônio do Rio das Mortes. Nascimento de nhá Chica. Anais I. s/d.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GOLDSCHIMIDT, Eliana Maria Rea. Matrimônio em São Paulo colonial: dificuldades e solidariedades. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza e. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática da alforria em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1833-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia L.; VILLALTA, Luís Carlos. *História de Minas: A província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GRANOVETTER, Mark S. *La fuerza de los vínculos débiles*. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/pecar/Articulos/GRANOVETTER2.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto. Branco africano: notas de pesquisa sobre a escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino da Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII. p. 20). In: GUEDES, Roberto (Org.). *Dinâmica Imperial no antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

GUERZONI FILHO, Gilberto; ROBERTO NETTO, Luís. Minas Gerais: índices de casamentos da população livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, 1988.

GUIMARÃES, André Resende. *O caminho velho das Minas: a descrição de Antonil, os mapas coevos e a cartografia moderna. Passado e presente para o futuro: III Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica*. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/guimaraes\\_o-caminho-velho-das-minas.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/guimaraes_o-caminho-velho-das-minas.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2016.

HABER, H. Stephen; KLEIN, S. Herbert. As consequências econômicas da independência brasileira. *Novos Estudos CEPRAP*, São Paulo, n. 3, jul. 1992.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 2006. Tese (Doutorado em História)-Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Padrinhos de pretos no extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/6768657/Padrinhos\\_de\\_pretos\\_no\\_extremo-sul\\_do\\_estado\\_do\\_brasil\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XVIII](https://www.academia.edu/6768657/Padrinhos_de_pretos_no_extremo-sul_do_estado_do_brasil_no_s%C3%A9culo_XVIII)>. Acesso em: 25 ago. 2015.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988.

HIGGINS, Kathleen. *Licentious Liberty' in a Brazilian Gold-Mining Region: Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabará, Minas Gerais*. Art Ellipsis, 1999.

KLEIN, H. S; PAIVA, Clotilde A. Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 309-335, 1997.

KADUSHIN, C. Introduction to social network theory. *Draft*, p. 1-60, fev. 2004. Disponível em: <[http://www.communityanalytics.com/Portals/0/Resource\\_Library/Social%20Network%20Theory\\_Kadushin.pdf](http://www.communityanalytics.com/Portals/0/Resource_Library/Social%20Network%20Theory_Kadushin.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2013.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)*. 2013. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LANGE, Francisco Curt. A música barroca. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968a. v. 2, p. 135-139.

LANGE, Francisco Curt. Os irmãos músicos da Irmandade de São José dos Homens Pardos, de Vila Rica. *Anuario Interamericano de Investigacion Musical*, v. 4, p. 138, 1968b.

LASLLET, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: Comparações entre áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). *População e sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LARA, Sílvia Hulnod. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (séc. XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LARA, Sílvia Hulnod. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEFORT, Mons. José do Patrocínio. *A diocese de Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1993.

- LEIVA, P. P. Redes sociais y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuesta de análisis. *Revista Complutense de História de América*, v. 34, p. 15-34, 2008. Disponível em <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/RCHA0808110015A/28432>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- LEME, Silva. *Genealogia Paulistana*. Disponível em: <[https://archive.org/stream/GenealogiaPaulistana/Genealogia\\_paulistana\\_V#page/n183/mode/2up](https://archive.org/stream/GenealogiaPaulistana/Genealogia_paulistana_V#page/n183/mode/2up)>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- LEMAÎTRE, Nicole *et al.* (Org.). *Dicionário cultural do Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 1999.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- LEWKOWICZ, Ida. Herança e Relações Familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do Século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, set. 1988/fev. 1989.
- LIBBY, Cole Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Cole Douglas. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.
- LIBBY, Cole Douglas; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “Reconstruindo a liberdade – alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850”, *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, jul. 2003.
- LIBBY, Cole Douglas; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus, Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. Belo Horizonte, *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 69-96, 2004.
- LIBBY, Cole Douglas; BOTELHO, Tarcísio R. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.
- LIBBY, Cole Douglas; FURTADO, Júnia Ferreira; MENEZES, José Newton Coelho; FRANK, Zephyr. *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises*

e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LIMA, Douglas. *A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas*. 2014. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Hebert S. (Org.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

LOTT, Miriam Moreira. *Na forma do ritual romano: Casamento e família, Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume, 2008.

LOVEJOY, Paul. *Escravidão na África: uma História de suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOZARES, Carlos. La teoria de redes sociales. *Papers*, n. 48, 1996. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n48/02102862n48p103.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACIEL, José Mauro. *Aiuruoca nos setecentos: Nossa terra, nosso ouro, nossa gente*. Aparecida: Gráfica Santuário, s/d.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. 2010. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MALERBA, Jurandir. De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). *População e sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Análise de Rede Social. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 131-146, jun. 2014. ISSN 1807-1384. Disponível em:

- <<https://stat.ethica.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p131>>. Acesso em: 2 jul. 2015.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João *et al.* (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX*. Uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1979.
- MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Unesp, 2010.
- MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. São Paulo: Global.
- MENDES, Fábio Faria. Família, história e redes sociais. In: BOTELHO, Tarcísio R.; VAN LEEUWEN, Marco H. D. *História social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012. p. 41-81.
- MENESES, José Newton Coelho. Escalas espaço-temporais e história cultural: reflexão de um historiador sobre o espaço como categoria de análise. In: PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia; IVO, Isnara Pereira (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negro da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes e circulação das elites em Portugal: 1640-1820. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Org.). *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003.
- MONTI, Carlo Guimarães. Por amor a Deus: O processo de alforria dos escravos de Mariana (1750-1759). *Revista do Centro Universitário Barão de Mauá*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001.
- MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. 2009. Tese (Doutorado)-Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

- MORENO, Jacob Levy. *Quem sobreviverá?* Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama. Goiânia: Dimensão, 1992. v. 1.
- MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres Forras: Cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. 2002. Dissertação (Mestrado)-Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- MOTT, Luiz. *Rosa Egipciaca: Uma Santa Africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- MOTT, Luiz. Rosa Egipciaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial. *Caderno Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, Ano 3, n. 38, 2005.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: APEP, 2004.
- NAZARRI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. Mulheres, famílias e mudanças social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NASCIMENTO, Helvécio. *Minas Gerais e o processo de independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- NEOFITI, Marina Cavalcanti S. O padroado em Portugal: perspectivas historiográficas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308153374\\_ARQUIVO\\_anpuhtexto.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308153374_ARQUIVO_anpuhtexto.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. In: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L. (Org.). *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990.
- NOLASCO, Edriana Aparecida. *“Por fragilidade humana” – constituição familiar do clero: em nome dos padres e filhos – São João del-Rei (Século XIX)*. 2014. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em História, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

- NOOY, Wouter de; MRVAR, Andrej; BATAGELJ, Vladimir. *Exploring social network analysis with Pajek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado. Trajetórias de clérigos de cor na América portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social. *Andes*, Salta, v. 25, n. 1, jun. 2014.
- OLIVEIRA, Katya Beatriz de; RÓNAI, Laura. A prática musical religiosa no Brasil e em Portugal na segunda metade do século XVIII: paralelo e fundamentação para a interpretação vocal da música de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita. *PER MUSI – Revista Acadêmica de Música*, n. 24, 184 p., jul./dez. 2011.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. Salvador: Corrupio, 1988.
- ORTNER, Sherry B. Teoria na Antropologia desde os anos 60. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.
- PAES, Mariana Armond Dias. O tratamento jurídico dos escravos nas Ordenações Manuelinas e Filipinas. *Anais do V Congresso brasileiro de história do direito*. Curitiba: IBHD, 2013.
- PAIVA, Adriano Toledo. Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813). Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Márcio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1872). In: RESENDE, Maria Efigênia L.; VILLALTA, Luís Carlos. *História de Minas: A província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de Resistência através dos Testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PASSARELLI, Gaetano. *Nhá Chica: Perfume de Rosa. Vida de Francisca de Paula de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- PRECIOSO, Daniel. Os “Bem Casados”: estratégias familiares de pardos forros e livres (Vila Rica, c. 1750 – c. 1808). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH,

26., 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/>>. Acesso em: 15 abr. 2012. Paiva, 2015, pp.83-102.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu; SALGADO, Ivone. Conflitos políticos e articulações sociais: a história dos limites entre São Paulo e Minas Gerais na formação do território nordeste paulista – 1720 a 1935. Brasília: XIII – SHCU. *Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo*. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/viewFile/12042/8427>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

RAMÍREZ, Pedro Rueda; SÁNCHEZ, Carlos Alberto Gonzáles. *Com recato y sin estruindo: Puertos atlánticos y visita inquisitorial de navios*. Sevilha: s/d.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 41-68, 2004.

REIS, Jose Carlos. *Nouvelle Historie e o tempo histórico*. São Paulo: Annablume, 2008.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, jul. 2007.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência nos Trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROCHA, Edilson Assunção. *Proposta para interpretação da Missa Grande de Antônio dos Santos Cunha: Teoria e prática da execução musical*. 2005. Dissertação (Mestre em Execução Musical)-Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RODARTE, Mario M. S.; A.; M. Publicação crítica de censo sócio demográfico e econômico para a província de Minas Gerais, 1830. In: DÉCIMO CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010, Brasília. *Anais...* Brasília: BRASA, 2010.

RODARTE, Mario M. S.; A.; M. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

RODARTE, Mario M. S.; A.; M.; PAIVA, Clotilde Andrade. Notas metodológicas sobre o ciclo vital e mobilidade social em São José do Rio das Mortes, década de 1830. In: LIBBY, Cole Douglas; FURTADO, Júnia Ferreira; MENEZES, José Newton Coelho;

- FRANK, Zephyr. *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- RODRIGUES, Carlos Adair. *Poder eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismo de promoção social*. 2012. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROWLAND, Robert. *População, família e sociedade: Portugal, sécs. XIX-XX*. Oeiras: Celta, 1997.
- ROMEIRO, Adriana. A guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luís Carlos (Org.). *História das Minas Gerais: As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROSA, João Guimaraes. Aí está Minas: a mineiridade. *Revista O Cruzeiro*, 25 de agosto de 1957.
- ROSARIO, Márquez Macías. La actividad cultural en los puertos del Caribe en el siglo XVIII. El caso del comercio de libros. In: ROSARIO, Márquez Macías. *Ciudades portuarias en la gran cuenca del Caribe, Visión histórica*. Barranquilla: Ediciones Uninorte, 2010.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SALDANHA, Flávio Henrique. *Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista (1831-1850)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SAMARA, Eni Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru: Edusc, 2003.
- SAUVY, Alfred. *Elementos da demografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos; engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009.
- SCOTT, J. *Social network analysis*. Londres: Sage, 1991.

- SILVA, Cláudia Resende. *Senado da Câmara da vila de São João del-Rei: da administração colonial à pesquisa histórica*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- SILVA, Cristiano Lima da. *Entre batismos, testamentos e cartas: As Alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João del-Rei (c.1750 – c.1850)*. 2017. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, Elisa Vignolo. *Alforriados e fujões: a relação senhor-escravo na região de São João Del Rei (1820-1840)*. 2009. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Pós-graduação em História, Instituto Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1984.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil, FAPESP, 1999.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVEIRA, Marco Antônio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, n. 158, p. 131-156. 1º sem. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19077>>. Acesso em: 2 maio 2015.
- SLENES, Robert. “Malungu, nagoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista da Usp*, São Paulo, n. 12, dez. 1991/jan./fev. 1992.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SLENES, Robert. A Árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa*.
- SOBRAL NETO, Margarida. A Persistência Senhorial. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 3, p. 165-175.
- SOUZA, Fernando Prestes de; LIMA, Priscila de. Músicos negros no Brasil colonial: trajetórias individuais e ascensão social (segunda metade do século XVIII e início do XIX). *Revista Vernáculo*, n. 19-20, 2007.

- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.
- SOUZA, Stephanie Laila Pires. *Francisco Tosi Colombina e o legado da engenharia militar: erudição e tradição na cartografia setecentista*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4850141/Francisco\\_Tosi\\_Colombina\\_e\\_o\\_Legado\\_da\\_Engenharia\\_Militar\\_na\\_cartografia\\_setecentista](https://www.academia.edu/4850141/Francisco_Tosi_Colombina_e_o_Legado_da_Engenharia_Militar_na_cartografia_setecentista)>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- SWEET, James H. *Recriar a África*. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A fonte para uma história da família. *Métis: história & cultura*, v. 3, n. 5, p. 129-141, jan./jun. 2004.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORRES-LONDONO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.
- VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- VILLALTA, Luís Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VILLALTA, Luís Carlos. Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- VOLPI, Ana Scott. A historiografia do Cambridge group: contribuições ao estudo da família e do grupo doméstico. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 9, n. 1, 2013.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa, Estampa, 1993. v. 4, p. 381-393.

## **Anexo 1**

### Testamento (séculos XVIII e XIX)

Arquivo: AHET-II-IPHAN/SJDR – Cx. 123

Tipo de documento – Testamento

Ano – 1799

Testadora – Ana Correa da Silva

Testamenteiro – José da Rocha e Sousa

Local – Lagoa de Aiuruoca

“Eu Ana Correa da Silva filha natural de Luíza nação Mina, nascida e batizada no Serro Frio Arraial do Tejuco que por sair em idade menor não tenho lembrança do nome da aplicação da capela ou igreja, escrava que fui de Isabel Correa da Silva, viúva que ficou de seu marido José de Meira, moradores em São Romão Vila Paracatu freguesia de Santo Antônio da Manga. Estando de cama com grave enfermidade que Deus Nosso Senhor me deu, mas em meu perfeito juízo, temendo-me a morte que a todos [...], é desejando por minha alma no caminho da salvação faço o meu testamento na forma seguinte:

Em primeiro lugar encomendo minha alma a Santíssima Trindade ao Pai Eterno que a criou, a seu filho unigênito que a remiu com seu preciosíssimo sangue e Maria Santíssima a receba e seja minha intercessora para diante de seu amado filho para que os meus pecados me sejam perdoados, não pelos meus merecimentos, mas sim pelos da sagrada morte e paixão de Cristo Senhor Nosso e suplico ao Anjo da minha guarda, São José, São Joaquim, Santo do meu nome, Senhora Santa Ana com quem tenho especial devoção e a toda família sagrada queiram pedir e interceder por minha alma quando deste mundo partir. E a guiem a bem-aventurança para eternamente louvar a Deus crendo tudo quanto crê, tem e ensina a Santa Madre Igreja Católica de Roma e nesta fé protesto viver e morrer como fiel observante e verdadeira cristã que sou.

Meu corpo será amortalhado em Hábito de ‘estamenha’ e não havendo em outra qualquer fazenda preta, acompanhado meu Reverendo Capelão ou outro qualquer sacerdote que se achar, dizendo-me Missa de corpo presente pela esmola de duas oitavas de ouro e sepultado na Capela de Nossa Senhora do Rosário da Lagoa, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca ou em outra qualquer capela mais vizinha ao meu falecimento.

Instituo e nomeio em primeiro lugar por meu testamenteiro o meu filho José da Rocha e Sousa, em segundo lugar o meu filho Domingos da Rocha e Sousa, em terceiro lugar o meu filho Pedro da Rocha e Sousa, a qualquer do que pegar peço e rogo pelo amor de Deus queira cumprir tudo quanto neste meu testamento deixo determinado sem mínima contradição falta ou descuido para o que lhe concedo todos os poderes que em direito me são concedidos com geral administração de todos os meus bens para o que os constituo por meus procuradores sucedendo um ao outro por falecimento do que pegar ou repugnância e lhe deixo o decurso de quatro anos para dar conta deste meu Testamento no juízo o que pertencer e quando este baste o Juízo o que pertencem tão somente pelo juramento apresentando recibos, certidões ou documentos do que tem cumprido o que lhe deixo determinado e Juízo assim o haverá por bem e por seu trabalho lhe deixo de prêmio a vintena do cúmulo dos meus bens.

Determino se me digam dez missas pela minha alma, ditas pelo meu reverendo Capelão pela esmola de meia oitava de ouro cada uma. Mais quero se digam no Convento de Taubaté vinte missas por minha alma pela esmola de trezentos e vinte réis. Quero mais se me digam cinco missas por alma de meus pais no Convento de Taubaté pela esmola de trezentos de vinte réis. Mais se digam cinco missas no dito Convento pela mesma esmola pelas almas do fogo do purgatório. Mais uma missa quero se diga por aquela alma que estiver mais perto de ver o Meritíssimo Senhor Nosso dita no mesmo Convento pela referida esmola.

Deixo de esmola para as obras da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Lagoa quatro oitavas de ouro e não se fazendo a dita capela, serão para os ornamentos da que existem.

Declaro que fui escrava de Isabel Correa da Silva como acima deixo dito e que presentemente sou forra por me libertar João da Costa Rabelo.

Declaro que sou irmã do Senhor Bom Jesus de Congonhas e por meus bens se pagarão os anuais que dever a dita irmandade.

Declaro que quero se pague tudo o que dever e constar por meu falecimento e meu filho José da Rocha primeiro testamenteiro sabe muito bem delas e o que possuo por houver alguma pessoa que peça quantia módica sendo de verdade quero se lhe pague sem contenda de justiça.

Declaro que possuo um cabra por nome Tomás filho de minha escrava que foi hoje é forra, o qual dei a meu filho primeiro testamenteiro José da Rocha, como constará de sua carta de doação que passei ao dito meu filho que foi avaliado no tempo

que lhe dei em cinquenta mil réis e como tinha feito esta doação tão somente verbalmente depois por evitar dúvidas lhe passei a mesma carta, cuja avaliação sairá da minha terça, para que alguns de meus filhos herdeiros não tenham razão de sequer dar, e assim quero que valha por assim ser minha última vontade que lhe poderá ser encontrada em Juízo e nem fora dele.

Declaro que meu filho primeiro testamentário José da Rocha tem estado na minha companhia sempre sem outra assistência me tem assistido com todo o necessário como tem sido remédio, comer, vestuário não só pra mim, mas pra todos os meus escravos, tudo isto a sua custa, pelas utilidades que foi do seu ofício lucros e da sua música e sua boa companhia, zelo e caridade com que se tem portado comigo e meus escravos, lhe fiz porção de oito oitavas de que lhe passei crédito e quero se lhe pague por meus bens o que constará do mesmo crédito se ele continuar com o mesmo zelo e caridade e Deus me der vida a se lhe pagará os anos que correrem ou o tempo que for a oito oitavas como dito [...] e lhe será pago tudo do cúmulo de meus bens advertindo que são oito oitavas porém, que no decurso de doze anos que tiveram princípio aera de mil setecentos e setenta e sete o deu de janeiro [...] e importa em noventa e seis oitavas de ouro.

Ordeno se lhe pague de meus bens tudo que antes ele mostrar por recibos que pagou em meu nome como dízimos, fazendas e outras coisas mais necessárias de casa, pois como ele vivia na minha companhia devo-lhe com efeito a obrigação de nunca me deixar insultar nem padecer.

Declaro que tenho uma escrava cabra por nome Escolástica a qual depois de avaliada se entregará a meu filho Pedro da Rocha por lhe pertencer e receberá a conta da sua herança ou legítima lhe tocar e havendo excesso no seu valor o reporá aos mais herdeiros.

Declaro que os meus bens são os que por meu falecimento constarem.

Declaro que nunca fui casada.

Declaro que tive os filhos seguintes José da Rocha e Sousa, Tomás da Rocha e Sousa, Domingos da Rocha e Sousa, Luís da Rocha e Sousa, já falecido, Antônio da Silva Correa, o qual foi exposto em casa de Manuel da Silva Torres e é crioulo e suposto não tenho tratado publicamente por filho agora o ei por declarado por desencargo da minha consciência aos quais todos seis instituo por meus universais herdeiros e como Luís é falecido nomeio a seus filhos e meus sobrinhos por herdeiros da parte que ao dito meu filho Luís tocar de herança isto a todos depois de pagas as minhas dívidas e satisfeitos

os meus legados e cumpridas as minhas disposições como determinado deixo neste meu testamento e última vontade.

Declaro que revogo qualquer outro testamento [...] codicilo [...] por este o ei por revogado só quero que este valha como se fosse Escritura Pública em Juízo e fora dele por ser minha última e derradeira vontade.

Torno a pedir e rogar a qualquer de meus testamenteiros que pelo amor de Deus me queiram fazer a esmola de aceitar este meu testamento e façam cumprir e guardar e satisfazer tudo quanto nele determino e se nele faltar alguma cláusula ou cláusulas aqui os ei por postas e declaradas e peço as Justiças de Sua Majestade de um e outro foro lhe dê todo inteiro cumprimento fazendo-o cumprir e guardar em juízo e fora dele por não saber ler nem escrever pedi e roguei a Francisco Monteiro da Fonseca Borges que este meu testamento me fizesse e este por mim assinasse o qual assim o cumpriu e fez lendo-me e em tudo o achei conforme a minha vontade e assinando a meu rogo o Capitão José Correa Arnault de Correa Toledo o que pedi e dele se verá na sua aprovação que adiante constará, ambos moradores na Aplicação na Alagoa da Aiuruoca. Hoje no Trepuí dezesseis de setembro de 1799.

Assino a rogo da testadora Ana Correa da Silva

José Correa Arnault Toledo

Declaro mais depois de acabado este meu testamento que deixo de esmola a meus netos filhos de meu filho Luís da Rocha, já falecido, a quantia de quatro oitavas de ouro a cada um a saber: a Manoel quatro; Venância quatro; Felizarda quatro; Ana quatro e a meu afilhado Luís cinco oitavas tudo de ouro, que lhe será pago da minha terça e para clareza mandei fazer esta declaração, declarando mais que se sobrar alguma coisa da minha terça será repartido com igualdade por todos os meus filhos e herdeiros que os deixei instituído neste meu solene testamento e por ser esta a minha última vontade e derradeira disposição pedi e roguei como dito [...] Francisco Monteiro da Fonseca Borges que esta declaração por mim fizesse e como testemunha assinasse por eu não saber ler e nem escrever, assinado a meu rogo o capitão José Correa Arnault Toledo, hoje no Trepuí aos dezessete de setembro de 1799”.

Arquivo: AHET-II-IPHAN/SJDR – Livro de Testamento n. 14 fls. 288

Tipo de documento – Testamento

Ano – 1804

Testador – Manoel do Cabo Verde

Testamenteiro – Reverendo José Freire da Mota

Local – Arraial da Conceição da Barra

“Em nome de Deus. Amém. Eu Manoel Cabo Verde morador no arraial da Conceição da Barra estando enfermo de cama porém em meu perfeito juízo e entendimento que Deus Nosso Senhor me deu faço meu testamento e última disposição dos meus bens na forma seguinte:

Primeiramente [...]

Declaro que sou natural do Gentilíssimo da Costa da Guiné e sou forro por esmola que me fez o falecido Antônio de São José de quem fui cativo e sou solteiro e não tenho herdeiros ascendentes nem descendentes e por essa forma disponho da limitação dos meus bens que possuo na forma seguinte:

Nomeio para meus testamenteiros aos senhores seguintes em primeiro lugar ao Reverendo José Freire da Mota, em segundo a João do Rosário Faria e o que destes aceitar ser meu testamenteiro o constituo meu universal herdeiro da limitação de todos os meus bens para que assim que eu falecer os haverá a si como seus que ficam sendo sem que dos mesmos seja obrigado a fazer inventário nem dar conta em Juízo ou fora dele.

Declaro que a mortalha do meu corpo, sepultura e mais sufrágios daminha alma deixo tudo a eleição do meu testamenteiro e herdeiro.

E nesta forma tenho acabado este meu testamento e última disposição de meus bens que quero se cumpra e guarde na forma que disposto tenho e peço as Justiças de Sua Alteza Real que Deus Guarde a quem o cumprimento tocar o façam cumprir e guardar e de como assim o ei por bem pedi a José Fernandes dos Santos que este meu testamento me escrevesse e como testemunha assinasse e eu assinei com uma cruz sinal de que uso neste arraial da Conceição da Barra aos nove dias do mês de maio de 1804.

Manoel do Cabo Verde

Jose Fernandes dos Santos

## Anexo 2

### Comarca do Rio das Mortes em 1830

Termos	Vilas e arraiais
Vila de São João del-Rei	Vila e Matriz de São João del-Rei Arraial de São Gonçalo do Bramado Freguesia de Conceição da Barra Arraial de São Gonçalo de Ibituruna Arraial de Mattozinhos Arraial e Matriz de Lavras do Funil Arraial de São João Nepomuceno Arraial de Três Fontas de Lavras Arraial do Espírito Santo da Varginha ou Catandubas Arraial e Matriz de Carrancas Arraial de São Thomé das Letras Arraial e Matriz de Dolores do Pântano Arraial do Espírito Santo
Vila de São José	Vila e Matriz de São José Arraial do Córrego Arraial do Bichinho Arraial da Lage Arraial de São João Batista Arraial do Desterro Arraial do Passa Tempo Arraial do Carmo do Japão Arraial de Cláudio Arraial de Oliveira Arraial e Matriz de Prados Arraial de Lagoa Dourada Arraial de Santa Rita Arraial de São Thiago
Vila de Barbacena	Vila e Matriz de Barbacena Arraial do Quilombo Arraial do Curral Arraial das Lavrinhas Matriz do Engenho do Mato Arraial de Simão Pereira Arraial e Matriz de Ibitipoca Arraial da Bertoga Arraial e Curato do Rio Preto, ou arraial de São Domingos da Bocaina Arraial das Dolores do Rio do Peixe Arraial e Curato dos Remédios Arraial do Rio Novo Arraial do Formoso
Vila de São Bento do Tamandú	Vila e Matriz de São Bento do Tamandú Arraial de Santo Antônio do Monte Arraial do Bom Jesus do Matosinhos do Arraial Velho Arraial da Formiga Arraial do Destino Arraial e Matriz de Piunhi Arraial e Matriz de Bambuí Arraial e Matriz de Campo Belo Arraial de Cristais Arraial da Senhora da Ajuda do Rio Grande Arraial de Candéias Arraial de Matosinhos das Candéias Arraial de São Francisco de Paula
Vila da Campanha da Princesa	Vila e Matriz da Campanha Arraial de Santa Fé ou Corações de Jesus Maria e José Arraial de Lambari Arraial e Matriz de São Gonçalo Arraial e Matriz de Santa Catarina Arraial e Matriz de Santana do Sapucaí Arraial e Matriz de São João do Douradinho Arraial e Matriz de Pouso Alegre Arraial e Matriz de Camanducaia Arraial do Carmo do Cambuí Arraial do Sopo Arraial e Matriz de Itajubá Arraial do Anjo Bom Arraial e Matriz de Ouro Fino Arraial e Matriz das Caldas
Vila de Santa Maria de Baependi	Vila e Matriz de Baependi Arraial da Conceição do Rio Verde Arraial e Matriz de Pouso Alegre Arraial do Carmo Arraial de Boa Vista Arraial do Glória Arraial de Santa Ana do Capivari Arraial e Matriz de Aiuruoca Arraial do Rosário da Lagoa Arraial do Turvo Arraial de São Vicente Arraial dos Serranos
Vila de São Carlos do Jacuí	Vila e Matriz de Jacuí Arraial do Aterrado Arraial e Matriz do Cabo Verde Arraial do Cascalho ou Pedra Branca Arraial de São José e Dolores Arraial e Matriz do Rio Claro Arraial de São Joaquim, ou Arraial e Matriz de São Sebastião da Ventania

Fonte: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922. p. 109-111.

### Anexo 3

#### Quadro analítico das Comarcas e seus termos em 1850

<b>Comarcas</b>	<b>Termos</b>
Rio Grande	Tamanduá Formiga Piumhi
Sapucaí	Pouso Alegre Itajubá Jaguary
Rio Verde	Campanha Baependi Lavras Cristina
Rio das Mortes	São João del-Rei São José del- Rei Oliveira
Rio Pomba	Pomba Piranga Presídio São João Nepomuceno
Paraibuna	Barbacena Aiuruoca Presídio do Rio Preto S <sup>to</sup> . Antônio do Paraibuna
Três Pontas	Três Pontas Jacuí Cabo Verde Caldas Passos

Fonte: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922. p. 132.

## Anexo 5

### Nossa Senhora de Monserrate



Respectivamente: Nossa Senhora de Monserrate, original da Espanha. Foto da autora.

Nossa Senhora de Monserrate, Baependi. Foto de Markinho.

Disponível em < <http://markinhoshaka.blogspot.com.br> > Acesso dia 21/11/2017.

Anexo 5.2

Rua Santo Antônio, antiga rua direita



Rua Santo Antônio, São João del-Rei, 2017. Foto da autora.

## Anexo 6

### Ficha de família

Fichafamilia\_fregPilar: Banco de dados - D:\sirdutorado\banco de dados\Fichafamilia\_fregPilar.accdb [Formato de arquivo do Access 2007 - 2010] - Access

ARQUIVO PÁGINA INICIAL CRIAR DADOS EXTERNOS FERRAMENTAS DE BANCO DE DADOS Entrar

Recortar Copiar Pincel de Formatação Filtrar Crescente Decrescente Avançado Avançado Atualizar Salvar Ortografia Localizar Substituir Ir para Selecionar

Modos de Exibição Área de Transferência Classificar e Filtrar Registros Localizar Formatação de Texto

#### Ficha de Família

Código: [ ] Freguesia: **NOSSA SENHORA DO PILAR** Casamento nº: **1** Data do casamento: **01/05/1794** Duração do casamento: **38**

Nome do Marido: **JOAQUIM RODRIGUES TEIXEIRA** Filho de: **FRANCISCO RODRIGUES TEIXEIRA e ROSA MARIA FELISARDA (COD.376)** Profissão: [ ]

Nome da Mulher: **JULIANA MARIA PEREIRA** Filha de: **ANA DIAS CUNHA e FRANCISCO PEREIRA MENDES** Profissão: [ ]

Marido mora em: **CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE** Local de nascimento do marido: **CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE** Ordem do casamento: [ ]

Mulher mora em: **CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO** Local de nascimento da mulher: **CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO** Ordem do casamento: [ ]

Idade do marido ao casar: **31** Data do nascimento do marido: **01/01/1763** Data do óbito do marido: **25/05/1832** Idade da viuvez do marido: **0** Data do 2º cas: [ ] Nome do 2º conjuge: [ ]

Idade da mulher ao casar: **17** Data do nascimento da mulher: **01/01/1777** Data do óbito da mulher: **07/01/1847** Idade da viuvez da mulher: **54** Data do 2º cas: [ ] Nome do 2º conjuge: [ ]

Data do fim da obs: [ ] Idade do marido no fim observação: **60** Idade da mulher no fim observação: **72**

Grupo:	Nº nascim entos:	Idade da mãe:	Duração do casamento:	Intervalo em meses:	Filhos (1)	Nascimento dos filhos:	Óbitos dos filhos:
10-14;		20	-	9	MARCELINO	10/1792	
15-19;		23	8M	14	JOAQUINA	01/1795	
20-24;		24		14	FRANCISCO	08/1796	
25-29;		26		17	FRANCISCO	03/1798	
30-34;	3	28		24	ROSA	03/1800	
35-39;	3	30		26	TOMAS	05/1802	
40-44;	1	32		29	BELINDA	11/1804	
45-49;	1	34		21	MATILDES	10/1806	
	1	38		48	INACIO	10/1810	
	2	40		18	POCCIDONIA	04/1812	
	1	42		25	BERNARDINO	05/1814	

Registro: 1 de 1105 Sem Filtro Pesquisar

Ativar o Windows  
Acessa Configurações para ativar o Windows

Modo formulário

## Anexo 7

### Fazenda da Ponte Alta e Fazenda do Alemão



Fazenda da Ponte Alta em Piedade do Rio Grande, 2016. Foto da autora.



Fazenda do Alemão em Piedade do Rio Grande, 2016. Foto da autora.

## Anexo 8

### Planta da Cidade de São João del-Rei, 1881



Fonte: APM. PP - 008(04). Mapa topográfico - esboço do plano de ouro na região da Comarca do Rio das Mortes, Província de Minas Gerais – Brasil, 1881 (data incerta). Título original: "Topographical sketch plan of the S. João d'el Rei and Rio das Mortes sections of the gold region in the Comarca of Rio das Mortes province of Minas Geraes - Brazil."

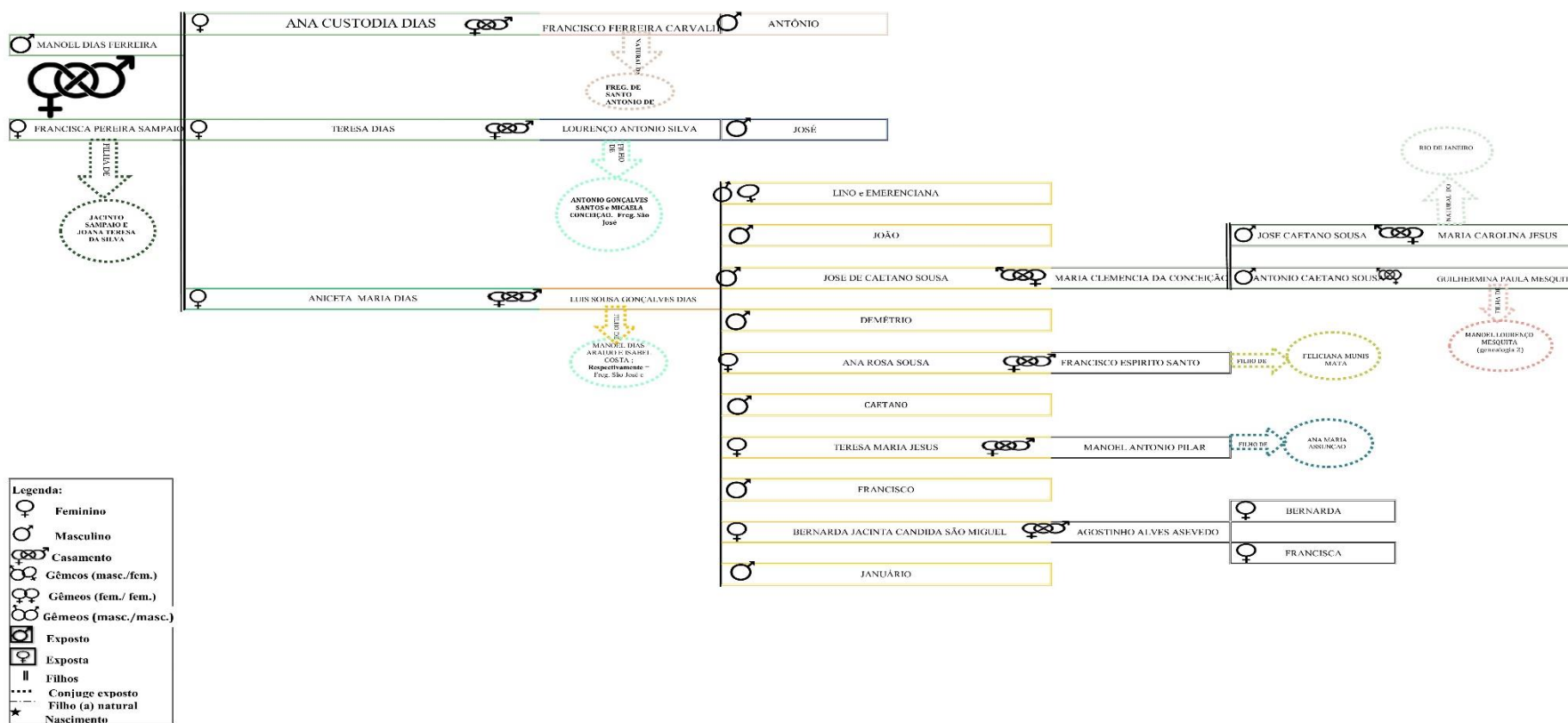
## Anexo 11

### Mapa de produção de Minas Gerais, década de 1830

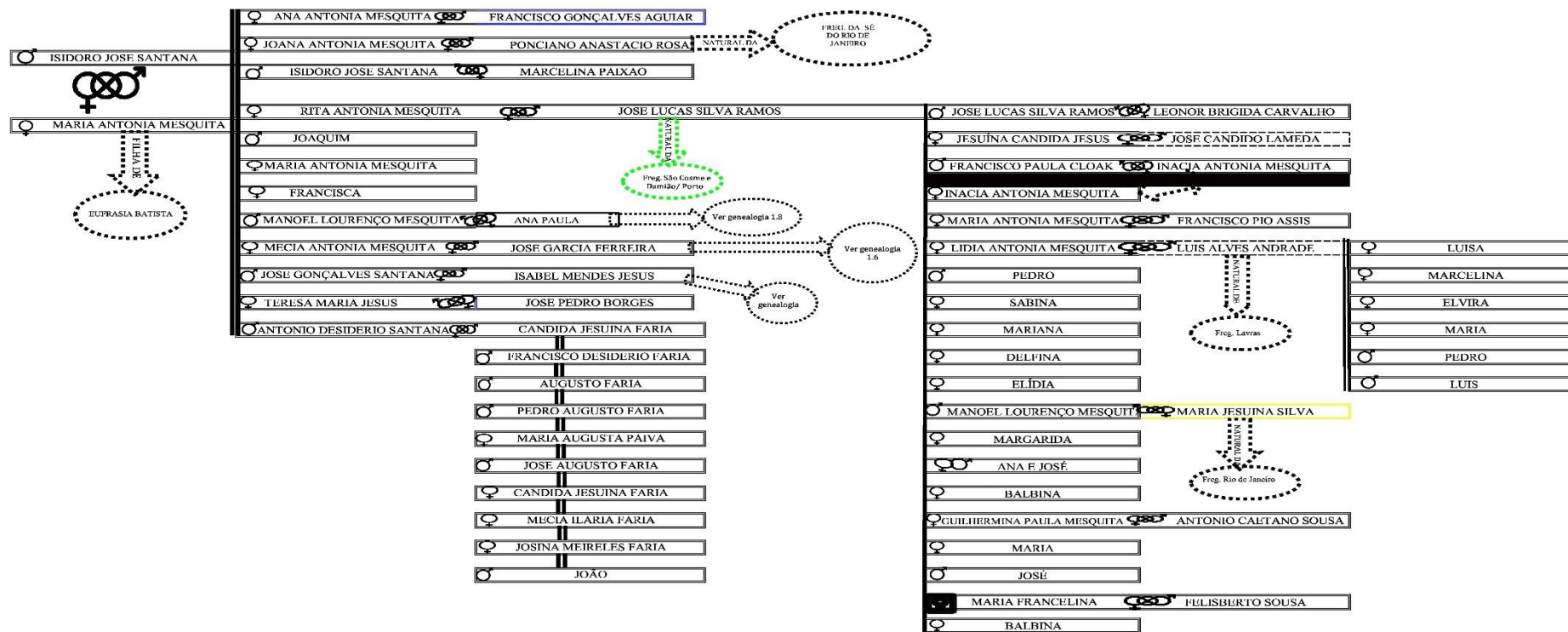


Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. s/p.

# 1. 1 Árvore genealógica da Família Manoel Dias Ferreira

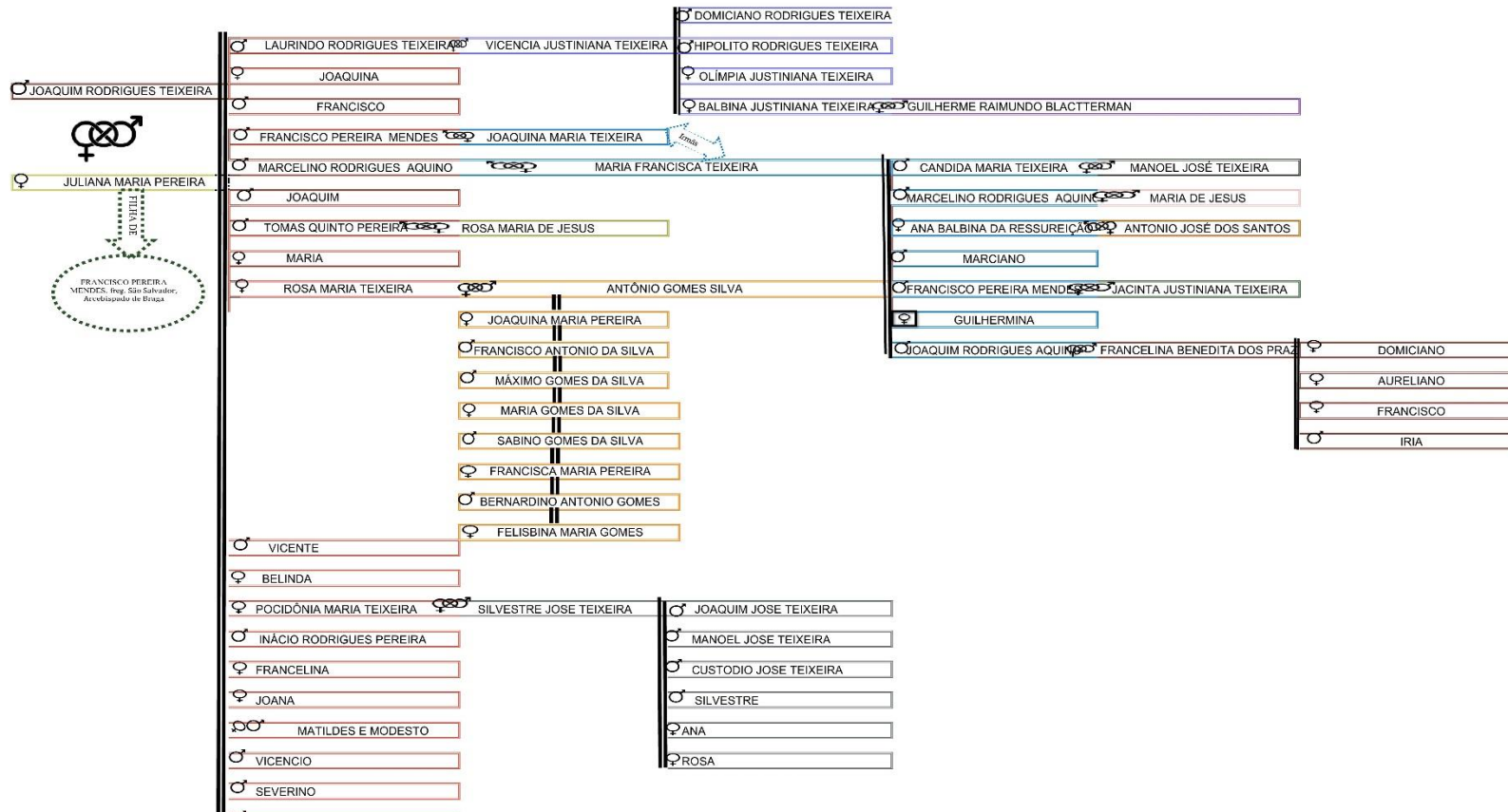


## 1.2 Árvore genealógica da família Isidoro José Santana

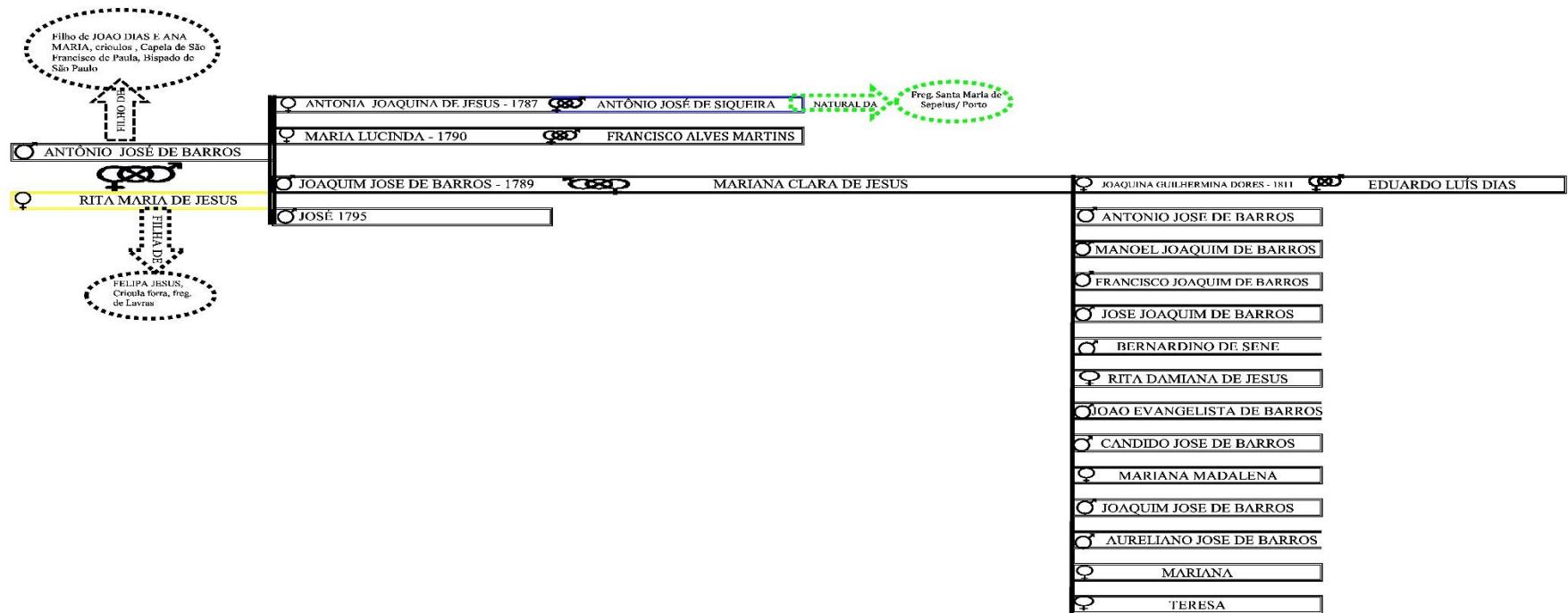




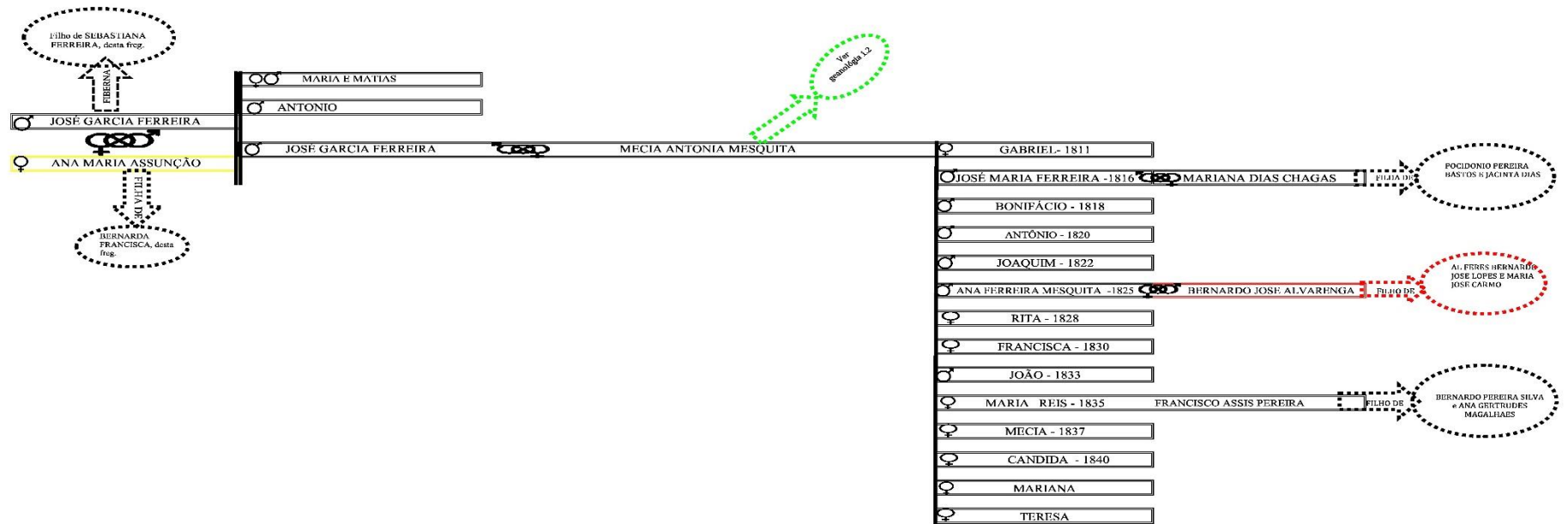
## 1.4 Árvore genealógica da família de Joaquim Rodrigues Teixeira



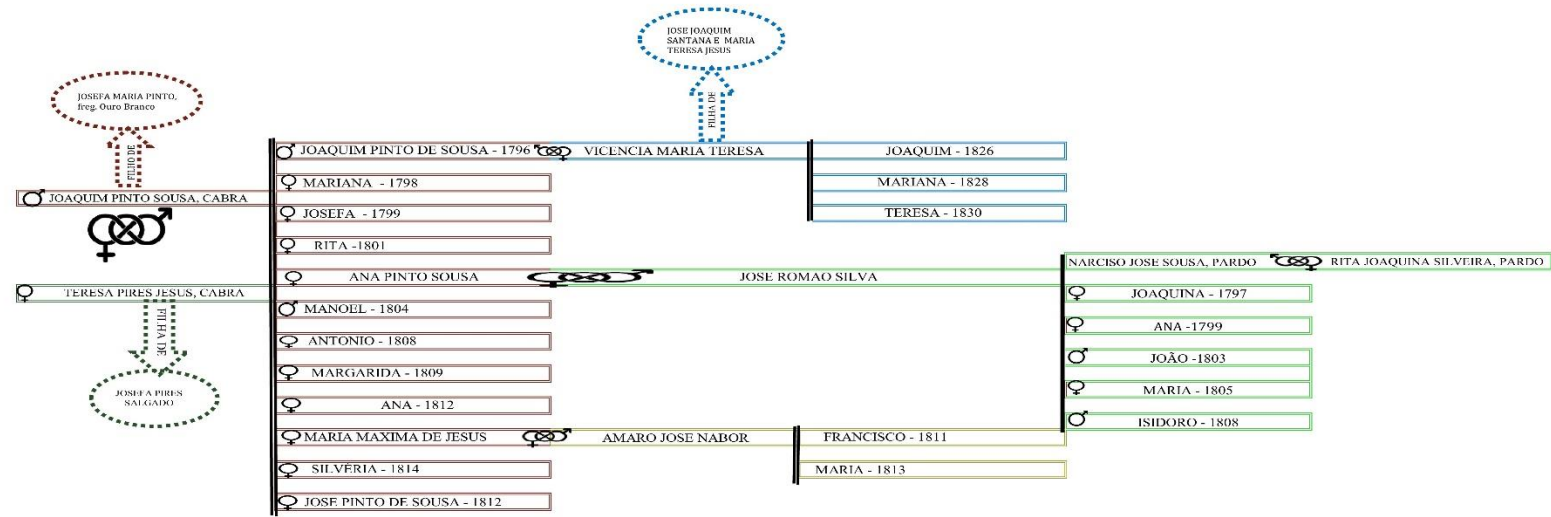
## 1.5 Árvore genealógica da família de Joaquim José Barros



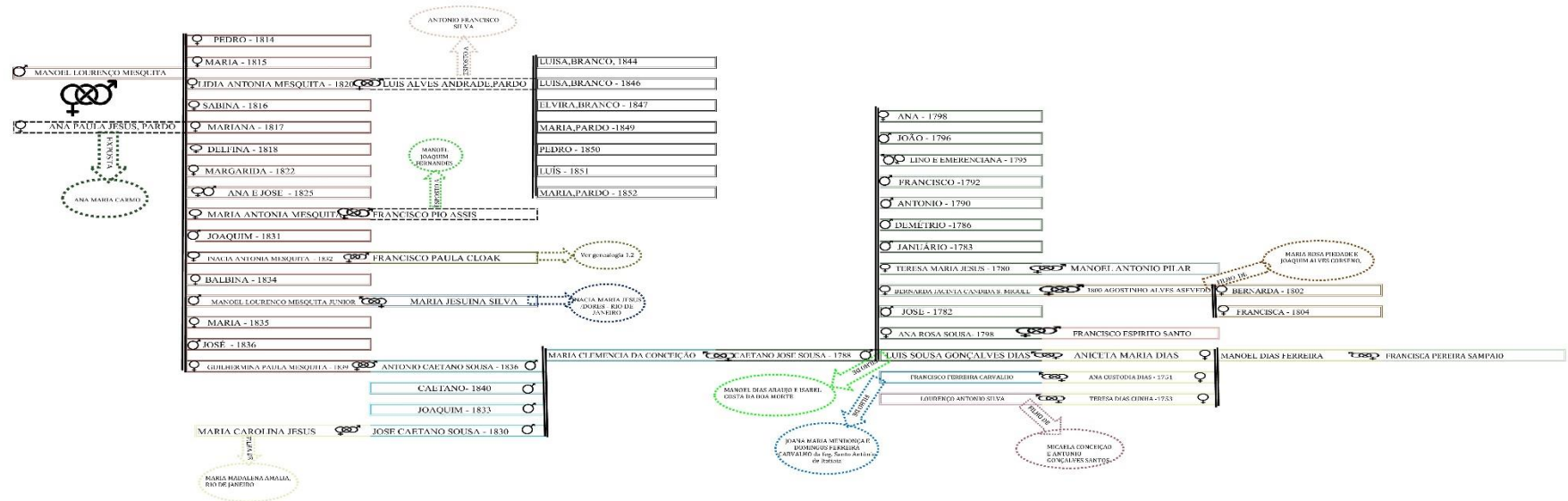
## 1.6 Árvore genealógica da família de José Garcia Ferreira



# 1. 7 Árvore genealógica da família de Joaquim Pinto de Sousa



# 1. 8 Árvore Genalógica de Manoel Lourenço de Mesquita







Mapa de População da Capela de São Miguel do Cajurú em 1831							Mapa de População da Capela de São Miguel do Cajurú em 1838										
Q	F	Nº	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Q	F	Nº	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	Instrução
0	66	1	Marcelino Rodrigues de Aquino	43	pardo	Casado	S/ inf.				D. Maria Francisca Teixeira	39	parda	viúva	livre	lavoura	
		2	Maria Francisca	32	pardo	Casado	S/ inf.				Marcelino	12	pardo	solteiro	livre		
		3	Candida Francisca	7	pardo	S/ inf.	S/ inf.				Joaquim	10					
		4	Marcelino	5	pardo	S/ inf.	S/ inf.				Ana	5					
		5	Joaquim	3	pardo	S/ inf.	S/ inf.				João	30	africano	casado	casado		
		6	João	29	africano/preto	Casado	escravo				Mariana	26	crioulo	casado	cativo		
		7	Mariana	35	crioulo	Casado	escravo				José	35	africano	casado	cativo		
		8	Jose	16	africano/preto	Solteiro	escravo				Joaquina	24	africano	casado	cativo		
		9	Domingos	25	africano/preto	Solteiro	escravo				Luísa	30	africano	solteiro	cativo		
		10	Manoel	21	africano/preto	Solteiro	escravo				José	35	crioulo	solteiro	cativo		
		11	Antonio	15	africano/preto	Solteiro	escravo				Francisco	24	crioulo	solteiro	cativo		
		12	Maria	50	africano/preto	Solteiro	escravo				Gregório	7	crioulo		cativo		
		13	Joaquina	17	africano/preto	Solteiro	escravo				Aniceto	3	crioulo		cativo		
		14	Daniel	2	crioulo	S/ inf.	escravo				Izequiel	1	crioulo		cativo		
		15	Josefa	15	africano/preto	Solteiro	escravo				Daniel	8	crioulo		cativo		
		16	Manoel	32	africano/preto	Solteiro	escravo				Maria	36	africano		cativo		

Fonte: APM. MP-Cx.06-Doc.18. Mapa de População de Piedade do Rio Grande de 1831. MP-Cx.06-Doc.24. Mapa de População de Piedade do Rio Grande de 1839. MP-Cx.06-Doc.13. Mapa de População de São Miguel do Cajuru, 1831. MP-Cx.06-Doc.21. Mapa de População de São Miguel do Cajuru, 1838. Respectivamente Q significa quarteirão e F fogo.

